TCEPR

SUMÁRIO

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO 1
STP - Pautas 1
CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES 1
CONSELHEIRO CORREGEDOR-GERAL IVAN LELIS BONILHA 1
CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL 2
CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO 2
CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA 2
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI 2
CONSELHEIRO SUBSTITUTO TIAGO ALVAREZ PEDROSO 2
STP - Atas 2
STP - Acórdãos 2
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA 2
1ªSECAM - Pautas 2
CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES 2
CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL 5
CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA 6
CONSELHEIRO SUBSTITUTO SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA 7
CONSELHEIRO SUBSTITUTO CLÁUDIO AUGUSTO KANIA 7
CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA 7
CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO 8
1ªSECAM - Atas 8
1ªSECAM - Acórdãos 8
SECRETARIA DA 2ª CÂMARA 23
2ªSECAM - Pautas 23
CONSELHEIRO CORREGEDOR-GERAL IVAN LELIS BONILHA 23
CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO 24
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI 25
CONSELHEIRO SUBSTITUTO THIAGO BARBOSA CORDEIRO 25
CONSELHEIRO SUBSTITUTO TIAGO ALVAREZ PEDROSO 26
CONSELHEIRA SUBSTITUTA MURYEL HEY 26
2ªSECAM - Atas 26
2ªSECAM - Acórdãos 26
ATOS DE RELATORIA 37
Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES 37
Conselheiro IVAN LELIS BONILHA 37
Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL 39
Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO 40
Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES 42
Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA 45
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI 47
Conselheiro Substituto SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA 47
Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO 47
Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA 47
Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO 47
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA 48
Conselheira Substituta MURYEL HEY 48
Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO 48
CORREGEDORIA-GERAL 48
Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar 49
OUVIDORIA DE CONTAS 49
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS 49
ATOS DIVERSOS 49
Resenhas de Distribuição 49
Editais 50
Despachos 50
Informações 52
Atos de Alerta Municipais 52
COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO 52
ATOS NORMATIVOS 52
GABINETE DA PRESIDÊNCIA 52
GP - Despachos 52
GP - Termo de Ajuste de Gestão 53
GP - Portarias 53
LICITAÇÕES E CONTRATOS 53
COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2023/2024 54
Tribunal Pleno 54
Primeira Câmara 54
Segunda Câmara 54
Corregedoria-Geral 54
Ministério Público de Contas 54
Conselheiros – Diretores de Gabinete 54
Conselheiros Substitutos – Coordenadores de Gabinete 54
Inspetorias de Controle Externo 54
Administrativo 54

TCEPR

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

As sessões por **videoconferência** do Tribunal Pleno serão realizadas às 14h das quartas-feiras. A parte interessada em realizar sustentação oral deverá seguir as orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>, ou peticionar requisitando o link de acesso ao Zoom, para sustentar "ao vivo".
Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas **alternadas** com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

STP - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar SUSTENTAÇÃO ORAL nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

TRIBUNAL PLENO
SESSÃO ORDINÁRIA (POR VIDEOCONFERÊNCIA) Nº 22
EM 10 DE JULHO DE 2024

CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

ADITIVO DE CONTRATO

Processo: 386235/24
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, VILLAS CESTAS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, VILLAS CESTAS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

CONSELHEIRO CORREGEDOR-GERAL IVAN LELIS BONILHA

CONSULTA

Processo: 87647/21 Vista desde 12/06/2024 Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Entidade: MUNICÍPIO DE PINHALÃO
Interessado: DIONISIO ARRAIS DE ALENCAR, MUNICÍPIO DE PINHALÃO

Processo: 636412/22 Adiado por ausência do(a) relator(a) à sessão desde 03/07/2024
Entidade: MUNICÍPIO DE CONTENDA
Interessado: ANTONIO ADAMIR DIGNER, MUNICÍPIO DE CONTENDA

Processo: 250275/23 Adiado por pedido do(a) relator(a) desde 19/06/2024
Entidade: MUNICÍPIO DE PORECATU
Interessado: FABIO LUIZ ANDRADE, MUNICÍPIO DE PORECATU

PREJULGADO

Processo: 247235/24
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL

RECURSO DE REVISTA

Processo: 557672/23
Entidade: MUNICÍPIO DE ANTONINA
Interessado: ANDRE LUIZ ROLIM DE CAMARGO (Procurador(es): ROLF CRISTHIAN ZORNIG), CARLOS AUGUSTO MACHADO, CONTRACT'US CONSTRUCAO CIVIL LTDA (Procurador(es): FARRACHA DE CASTRO ADVOGADOS, CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO, VANESSA ABU JAMRA FARRACHA DE CASTRO, LUIZ FERNANDO ARAUJO PEREIRA JR., ELTON BAIOCCO), EVERSON AMBROSIO KRAVETZ (Procurador(es): FARRACHA DE CASTRO ADVOGADOS, CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO, VANESSA ABU JAMRA FARRACHA DE CASTRO, LUIZ FERNANDO ARAUJO PEREIRA JR., ELTON BAIOCCO), GILBERTO GOMES DE LIMA (Procurador(es): DÓRIS TARASTCHUK), JOÃO UBIRAJARA LOPES, JOSE PAULO VIEIRA AZIM, KLEBER OLIVEIRA FONSECA (Procurador(es): JEAN COLBERT DIAS, RENATO CORDEIRO JUSTUS, ANDERSON FERREIRA), MUNICÍPIO DE ANTONINA, ROSALTE SALLES (Procurador(es): DÓRIS TARASTCHUK), TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO DE MEMBRO DO TRIBUNAL

Processo: 350419/24
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Processo: 422134/24
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: TIAGO ALVAREZ PEDROSO

CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO

RECURSO DE REVISTA

Processo: 629827/23 Adiado por ausência de membro do colegiado desde 26/06/2024
Entidade: INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAP ATÉ 2019)
Interessado: CONSORCIO SAMBAQUI (Procurador(es): BERNARDO STROBEL GUIMARAES, CAIO AUGUSTO NAZARIO DE SOUZA), EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAP ATÉ 2019), JOSE MARIO DE CASTILHO, JOSE VOLNEI BISOGNIN

CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

Processo: 616582/21 Nova Audiência desde 03/07/2024
Entidade: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ADRIANO MARCOS FURTADO, CARVALHO ENGENHARIA & GESTAO LTDA (Procurador(es): LUIZ FABRICIO BETIN CARNEIRO, Fernando Bueno de Castro, ALESSANDRA MUGGIATI MANFREDINI SILVA), CESAR VINICIUS KOGUT, CONECTIUS DO BRASIL EIRELI, CONSÓRCIO REMOVCAR PARANÁ (Procurador(es): RODRIGO PAVAN DE VALOES, FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, THIAGO LIMA BREUS, DANIEL PACHECO RIBAS BEATRIZ, NATALIA BORTOLUZZI BALZAN, CAIO CESAR BUENO SCHINEMANN, MURILO CESAR TABORDA RIBAS, RICK DANIEL PIANARO DA SILVA, ANGELICA PETIAN, LARISSA BRAGA MACIAS CASARES, PEDRO FLAVIO CARDOSO LUCENA), CONSÓRCIO VIAS PARANÁ (Procurador(es): LUIZ CARLOS CHECOZZI, FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, THIAGO LIMA BREUS, DANIEL PACHECO RIBAS BEATRIZ, NATALIA BORTOLUZZI BALZAN, CAIO CESAR BUENO SCHINEMANN, MURILO CESAR TABORDA RIBAS, RICK DANIEL PIANARO DA SILVA, ANGELICA PETIAN, LARISSA BRAGA MACIAS CASARES, PEDRO FLAVIO CARDOSO LUCENA), DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARANÁ, DP GESTÃO E COBRANÇAS LTDA, EDMILSON PEREIRA LIMA, FILIPPE DAVET MENDES PORTELA TISSOT VERAS, GAISSLER MOREIRA ENGENHARIA CIVIL EIRELI, HELOIZE FLAVIANNE MELO DOS SANTOS, PAVISERVICE ENGENHARIA E SERVICOS LTDA, VIP GESTÃO E LOGÍSTICA S.A (Procurador(es): RODRIGO PAVAN DE VALOES, FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, THIAGO LIMA BREUS, DANIEL PACHECO RIBAS BEATRIZ, NATALIA BORTOLUZZI BALZAN, CAIO CESAR BUENO SCHINEMANN, MURILO CESAR TABORDA RIBAS, RICK DANIEL PIANARO DA SILVA, ANGELICA PETIAN, LARISSA BRAGA MACIAS CASARES, PEDRO FLAVIO CARDOSO LUCENA)

PREJULGADO

Processo: 722273/19 Adiado por pedido do(a) relator(a) desde 24/04/2024
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: LETICIA FERREIRA DA SILVA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 185442/24
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO - SEPL
Interessado: LUIZ AUGUSTO SILVA, SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO - SEPL

CONSELHEIRO SUBSTITUTO TIAGO ALVAREZ PEDROSO

PEDIDO DE RESCISÃO

Processo: 815914/23 Adiado por ausência de membro do colegiado desde 03/07/2024
Entidade: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
Interessado: HILTON SANTIN ROVEDA (Procurador(es): ROBERLEI ALDO QUEIROZ), MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA

STP - Atas

Sem publicações

STP - Acórdãos

Sem publicações

TCEPR

SECRETARIA DA 1ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

1ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

PRIMEIRA CÂMARA
SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº 11
DE 8 A 11 DE JULHO DE 2024

CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES

TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA

Processo: 394888/08
Entidade: MUNICÍPIO DE REBOUÇAS
Interessado: ANTONIO DE OLIVEIRA PADILHA, ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE REBOUÇAS, JULIANA MOLINARI, MUNICÍPIO DE REBOUÇAS

Processo: 818083/16
Entidade: MUNICIPIO DE ASSAI
Interessado: ACACIO SECCI, CLÁUDIO ROBERTO PRUDÊNCIO, EMILIA TSUJI, GIZELI GOMES DE SOUZA, KATYA HIROMI TAGO, LENITA GOMES DE SOUZA, LUIZ ALBERTO VICENTE (Procurador(es): LUÍS GUSTAVO FERREIRA RIBEIRO LOPES, DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA, THAIS FERNANDA MARIANO DE PAIVA), MICHEL ÂNGELO BOMTEMPO, MUNICÍPIO DE ASSAÍ, NILSE SHINOHATA MENEGAZZO

Processo: 97205/15 Vista desde 24/06/2024 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL

Interessado: ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL, BIHL ELERIAN ZANETTI, LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO, MYRIAN THOMAZINI BERNARDI, NELISE CRISTIANE DALPRA

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Processo: 532953/16
Entidade: INSTITUTO CONFIANCCE (Procurador(es): GILBERTO RODRIGUES BAENA, NATALIA ANGELICA MISTRELLI), MUNICÍPIO DE PIRAQUARA (Procurador(es): ROBSON LUIZ ROMANI BUCANEVE)
Interessado: CLARICE LOURENCO THERIBA (Procurador(es): GILBERTO RODRIGUES BAENA, NATALIA ANGELICA MISTRELLI), GABRIEL JORGE SAMAHA (Procurador(es): GUILHERME DE SALLES GONCALVES, MARIA FERNANDA MIKAELA GABRIELA BÁRBARA MALUTA, TAILAINE CRISTINA COSTA, EMMA ROBERTA PALU BUENO, FABRYCIA PATTA KESSLER), INSTITUTO CONFIANCCE (Procurador(es): GILBERTO RODRIGUES BAENA, NATALIA ANGELICA MISTRELLI), JOAO PAULO DE SOUZA CAVALCANTE, MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI (Procurador(es): FABIANO ALBERTI DE BRITO, LUIZ HENRIQUE RAMOS), MUNICÍPIO DE PIRAQUARA (Procurador(es): ROBSON LUIZ ROMANI BUCANEVE)

Processo: 776222/22
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS, UNIAO IMBITUVENSE DO BEM ESTAR DA CRIANCA E ADOLESCENTE (Procurador(es): FELIPE DENEKA MULLER, GUILHERME MACHADO)
Interessado: IVALDETE APARECIDA PEREIRA LOPES, ROGÉRIO HELIAS CARBONI

Processo: 23571/13 Vista desde 01/04/2024 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE CÉU AZUL
Interessado: AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL BRASILEIRA - ADESOBRAS, JAIME LUÍS BASSO, JOSE ENERON DA SILVA TELLES (Procurador(es): JOÃO PAULO PYL), MUNICÍPIO DE CÉU AZUL, ROBERT BEDROS FERNEZLIAN, ZILMAR RODRIGUES

REVISÃO DE PROVENTOS

Processo: 553243/23 Vista desde 24/06/2024 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: PINHAIS PREVIDÊNCIA (Procurador(es): VILMA APARECIDA GOUVEA CAETANO, RICARDO BAUMANN BINDO, REGINA MOREIRA DE AZAMBUJA RAMOS)
Interessado: AROLDO BERTASSONI BISS, MARCIO DOS SANTOS RESZKO, PINHAIS PREVIDÊNCIA (Procurador(es): VILMA APARECIDA GOUVEA CAETANO, RICARDO BAUMANN BINDO, REGINA MOREIRA DE AZAMBUJA RAMOS), ROSA MARIA DE JESUS COLOMBO

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 695104/17
Entidade: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
Interessado: ALIANDRA YANA DOLINSKI, ANA PAULA SENN, ANDREA APARECIDA FRANKIO, ANELIZE MAGUELNISKI, ARTHUR JOSE CAROLESKI, BACHIR ABBAS, BEATRIZ SIMAS FERNANDES, CLEIDE ADRIANA CARVALHO, CRISANGELE RITTER, DAIANA APARECIDA RODRIGUES, ELAINE LEANDRO, FERNANDA RUARO, FLAVIO CAZIUK, FRANSUELLEN BIGOSINSKI, GABRYEL EUGENIO SMEK, GISLAINE DE FATIMA NAGURNHAK, GRAZIELLY FONSECA BUENO LANIESKI, HILTON SANTIN ROVEDA, IGOR ITABAJARA CARNEIRO, JANAINA APARECIDA ALVES, JAQUELINE KASBURG, KARINE LEVANDOVSKI, KARINE WILLUWERT, LEANDRO FERREIRA DE LIMA, LEANDRO NICOLAU JAVORIVSKI, LUCIELE ROSA, MAIARA LETICIA MARQUES DE ANDRADE, MARCIA TEREZINHA PRETO, MARIANA APARECIDA BAUERMEISTER ARRUDA, MAYARA TAMIRIS RIBAS DA SILVA GODOY, MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, PATRICIA APARECIDA MOREIRA RAUBES DOS SANTOS, PRISCILA BIANCA PERIZZOLO, ROBINSON ADRIANO SILVEIRA DOS SANTOS, SONIA REGINA GUZZONI DROZDA, SULIVAN SOARES DOS SANTOS, VANIA MENDES PALMITO, VIRIDIANE CASSOL

Processo: 798474/19
Entidade: MUNICÍPIO DE PITANGA
Interessado: ADIEL DE MACEDO, ADRIANA DE OLIVEIRA PADILHA, ADRIANA SCHUEROFF, Adriele Andreia Inacio, ALESSANDRA RIBEIRO SASS, ALINE APARECIDA MARQUES, ALINE APARECIDA PAULOSKI ALENSKI, ALLAN FELIPE DA SILVA VIEIRA, ANA GABRIELA PORTELINHA HAINOSZ, ANA PAULA RIBEIRO DA LUZ, ANDREIA ZUCONELLI BAGESTON, ANTONIO BEZUSKO SOBRINHO, ANTONIO ELIVELTON POLETO, ARLANDE VICENTE DE OLIVEIRA MELO, BRUNA FERREIRA STACHIU, BRUNO KOSAR, CAMILA RATKI KRAUTCHUK, CARLA PATRICIA ZANDONA MACHADO, CAROLINE POLUHA, CELENE TABORDA, CELIA CEDORAK JAVOSKI, CELMA APARECIDA MIRANDA, CLEIDIMARA DUDEK, CLEITON ALVES, CLEITON JOSE VIANA, CLEON CASSIUS COSTA, CRISLAINE JASKIU DO NASCIMENTO, CRISTIANE FELIZ FERNANDES, CRISTIANO JASKIU, DANIELA BARBOZA, DANIELE LADISLAU, DANIELE SCHEREVATY, DANIELE TEREZINHA DE LIMA BAITEL, DANIELI DE FATIMA GOVEA, DANIELY MACANEIRO RICARDO, DENISE DA COSTA, DIELI DE PAULA SLOMPO, DOMINGOS TAVELA RIBEIRO, EDENILSON CARLOS PEREIRA, EDIMARA KRUPEK, EDINA COSTA, EDINA CRISTINA SOCKOLOSKI, ELIAMARA KARINA PORTUGAL GONCALVES CASTILHO, ELIANE DE LIMA MOREIRA, ELISANGELA LEAL VITOR, ELISMARA KRUPEK, EMILY VALERRY FERREIRA, EVERLY MARTINS DE SOUZA, FABIANA SOCOLOSKI KOLISKI, FABIANO SENKIV, FABIOLA DE FATIMA VINCENTIM, FERNANDA MARIA DA SILVA, GABRIELA LASTA, GENILDA BALTAZAR DA LUZ, GEOVANA MENDES VAZ, GEOVANE MARQUES, GERALDO DE ANDRADE, GIANE APARECIDA MENDES, GIZELE CRISTINA BORA, GLADSON JOAQUIM DA LUZ, GRACIELI DE LIMA CALIXTO, GRAZIELI CORREIA PENGA, HELLEN GUEZEGOCH, HUGO KRUK, ILDA APARECIDA HIRCO, INDIARA TALITA TUON, INGRID JASKIU, IVONETE IURKIV, JAQUELINE OLIVEIRA LOSZ, JEFERSON LUCAS CHODOBA, JOANILDA IZABEL DOS SANTOS SCHAFF, JOAO ADILSON MACIEL, JOCELI RODRIGUES, JOELMA SANTOS SILVA, JOICE CORDEIRO, JOSE LEOCIR MYSSKOSKI, JOSE ODAIR DA SILVA, JOSE ROBERTO LEANDRO, JOSE VITO PRATES, JOSIANE DA SILVA SANTOS SANTIAGO, JOSWENDEL SERBAI HEY, JULIANE BEREZE, JULIANE DA SILVA, JULIANO CARRARO DOS SANTOS, LEANDRO ANCELMO, LEONARDO BALENA, LETICIA NICOLE DA COSTA SCOPEL, LIANE CRISTINA MACIEL ALVES MARTINS, LIDIA DA APARECIDA CASTRO PEREIRA, LUCAS EMANOEL LENARTOVICZ, LUCAS PENTEADO VIEIRA, LUCIANA MENDES, LUIZ ALBERTO WIKUATS, MAGNA GONCALVES, MAICOL GEISON CALLEGARI RODRIGUES BARBOSA, MAICON HENRIQUE DE SOUZA, MARCIA NASCIMENTO LENARTOVICZ PITTNER, MARCOS ANTONIO SOARES DE GOES, MARIA CRISTINA BERTAO, MARIA INES DE OLIVEIRA QUINTO, MARILDA LISBOA MACHADO, MARILENE BELO, MARLEI DOS SANTOS, MARTA HELCK, MELANIA BELO GERMANO, MIRLA FABIOLA ZATESKO, MONICA CRISTINA ASKEL, MUNICÍPIO DE PITANGA, NILCELIA APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS, ODAIR JOSE CHAFRON, PATRICIA MARTINS AMBOK SANTOS, PATRICIA SENKIU, PAULO SERGIO ZANOTTO, POLIANE GENU DE SOUZA PEREIRA, POLYANA MENDES LAMPUGNANI, REGIANE FARREN, RENAN ALEXANDRE PADILHA FERREIRA, RODRIGO CAMPANHOLI, ROSÉLIA DA CRUZ MACHADO, ROSENY MACHADO BOMFIM DA CUNHA, ROSIANE GREGZIGONSKI, ROSILDA APARECIDA DE CAMPOS, ROSILDA DA CRUZ MACHADO, ROZILENE DA LUZ KOSEMBA, SANDRA STRECZAR, SANDRIELEN KOZAK, SILVANA STORNIOLO FLAITT, SIMONE LOCH, SOLANGE LOCH TUROSSI, SONIA APARECIDA PIRES, TATIANE DE OLIVEIRA, TATIANE EIKO TAKETA, TATIANE LICHINSKI, THAIS MACHADO STACHIU, THIAGO TECACHUK, VALDIR MACHADO GUIMARAES, VANDERLEIA ALVES MICHALAK, VANESSA CRISTINA MATEUS, VERA LUCIA NEDUZIAK, VERONICA CEDORAK, VIVIELY DE GOES, WAGNER ROBERTO DA SILVA, ZENILDA VALENTIM CLEVE

Processo: 113517/22
Entidade: MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
Interessado: ADECIR RODRIGUES DA SILVA, ADMA POLIANA DE BORBA CECILIO DA SILVA, ADRIANA MARIA PAVANELO, ALANA GIRARDI, ALESSANDRA DA SILVA FLORIANO, ALESSANDRA ZANCHETA GROHS, ALEXSANDRA PAZ BORGES, ALICE DE LIMA PRZYVARA, ALICE REGINA HUNHOFF, ALINE APARECIDA CORDEIRO, ALINE BERTOL PARISE, ALINE HOBOLD, ALINE SOLANGE FRANZEN, ALLAN ROBERTO STUANI DE VARGAS, AMANDA DE CARVALHO RAVANELLI, AMANDA ELISA NUERNBERG, ANA CLAUDIA DA SILVEIRA, ANA CLAUDIA LIMA E SILVA, ANA CRISTINA CARDOSO ZEFERINO, ANA LUCIA CARNEIRO ZELNER, ANA PAULA FAUSTO, Ana Paula Meurer, ANA PAULA PEDROSO MAGAGNIN, ANA PAULA ROSSETTO FONSECA, ANALICE MARCON, ANDREIA DE LOURDES VENSON, ANDREIA ZUCCHI, ANDRESSA APARECIDA LOPES, ANDRESSA PAULA CADORE, ANDRIELI DALMAGRO, ANGELA APARECIDA BRATTI, ANGELA MARIA OLIVEIRA, ANTONIO GONCALVES PEREIRA JUNIOR, BRUNA FERNANDA DE SOUZA NASCIMENTO, CAMILA FATIMA BALDO, CAMILA WESSLER FAEDO, Cariciane Arend, CARINA CARLA FANTIN, CARINE CARNEIRO DOS SANTOS, Carla Cristina Chies Hofstatter, CARLA VIEIRA LOKS, CARME BERTOSSO DE CAMARGO, CAROLINE CAMARGO, CAROLINE FERNANDA HOENIG, CAROLINE PERIN BENETTI, CATIANE MARCHEZI, CHARLA CHAIONARA SCHULTZ DUARTE, CHIARA MUNARO, CHRISTIAN DIEGO FERLIN, CIRCI LUCIA WELTER, CIRLEI SCHU, CLARICE DE QUADRO, CLEBER FONTANA, CRISTIANE CORREA DA SILVA, CRISTIANE SORAYA PADOVANI, CRISTIANI ANDREIA CERUTTI TAVARES, DANIEL ASCOLI, DANIELA CRISTINA PERIN, DANIELA FERREIRA LIMA BABBONI, DANIELI CRISTINA DA IGREJA, DANIELI CRISTINA MENTZ, DANIELLI BORTOLINI DA SILVA, DARCIEL SINHORI DA COSTA, DELIZIA VENSON, DENISE APARECIDA DA SILVA KUBIAK, DENISE APARECIDA PEREIRA, DENIZE AUTO DE OLIVEIRA, DUILIO BERTE JUNIOR, DYENIFFER FLORIANO MIORANDO, EDIMARA SCHIO GONZATTO, EDINEIA FIABANE, EDIVANIA ALBERTON, EDUARDA MARCON NUNES, EGLEA YAMAMOTO DELLA JUSTINA, ELAINE GODINHO, ELEANDRO TIECHER, ELIA ANTONIO PAES, ELIANE PAULI DE OLIVEIRA, ELICE GALVAO DE OLIVEIRA, ELIZABETE DELLA BETTA ROMANI, ELIZANDRA BUTZKE, ELIZANDRA CARLA BERTUOL PRADO, ELIZANDRA RODRIGUES BRIZOLA, Emanuele Teles dos Santos, ERICA VIVIANA OLIVEIRA DOS REIS PEREIRA, EVERALDO MENIN, FABIANO NAZAR, FABIELE IBER ECKHARDT, FABIOLA ANDRESSA LEITE MELLA VICENZI, FABIOLA SCHEEREN SIMON, FERNANDA MAELI TARTARI RIOS, FERNANDA MARIA GORGES, FERNANDA TOME, FLAVIA MARCELA MELLO DE CASTRO, FRANCIELE RETKA, FRANCIELE TRISCA, FRANCIELI APARECIDA DE CRISTO CLARO, FRANCIELI CORTES DE LARA, FRANCIELY DA SILVA ROMERO, GABRIEL BATISTONI, GILBERTO DOMINGOS DA SILVA DIAS, GILSON DOS SANTOS, GIOVANNA BODANESE, GLAUCO ELEUTHERIO DA LUZ, GLEDIR PRESOTTO PALINSKI, GRASIELA MEURER SPADA, GREICIELLE MEURER DE LIMA, GUSTAVO ORTIGARA DOS SANTOS, IANDRA GLORIA DE MARINS DOS SANTOS, IARA LETICIA DALAGNOL, ILIANA DA SILVA, INES LUCIA GERHARD, INGRID MAYARA SPISS ANDRADE, ISABELA GODARTH ZANOTTO, ISABELE DENARDI, ISADORA LOUISE PRESOTTO, ISRAEL GONCALVES DE CARVALHO FILHO, IVAN MARCELO DAS NEVES, IVANETE ANA PASQUALETO, IVONETE ROSA, IZABELLE MEURER DE LIMA, JACKESLEI FRANCISCO, JACQUELINE HIROKI MATTANA, JAINE CARLA ALVES DE ANDRADE, JAKELINE ROSSINI PEREIRA, JANETE TROCZINSKI, JAQUELINE JANAINA JUMES, JAQUELINE MONTEIRO, JAQUICELI CARINE PELIZZONE, JEAN PAULI DE MELLO, JEANE WILHELM DOS SANTOS, JENIFER ZONTA RESTELATTO, JESSICA LUANA DOS SANTOS, Jéssica Patricia Uhde, JHENIFFER LETICIA DE AVILA, JOCEANE PRIAMO, JOCELAINE APARECIDA PRESTES, JOCELAINE CANOFRE TASINASSO, JOCELI NUNES DE CAMARGO, Joelma Luisa Schweig, JONATHAN JOSE ALUPE ALVES, JOSIANE BIELSKI, JUCENI TEREZINHA OSOWSKI, JUCIANE MARCELLO, JULIANA BORBA, JULIANA DA VEIGA, JULIANA KLAKONSKI, JULIANA MARQUES DE OLIVEIRA, JULIANA PANHO, JULIANA PIZZI, JULIANA RIOS, JULY CRISTINA SANTOS DE MELLO, KATIUSCIA ANDRIELE FRANCA, KEILA DE SOUZA RIBEIRO, KEITIANE BONATTO, KELLI CRISTINA CABRAL MACEDO, KELLI CRISTINA CARLIN DOS SANTOS, KELLY VALNICE KIRCH SIMON, KETELLYN NAYE RAITZ, LARISSA ADULIA WURTZEL,

LAURA MACHADO DA SILVA, LAURA TACCA DA ROSA, LEIDIANE DIAS DA SILVA, LEONARDO PADILHA LIMA, LEONICE APARECIDA DE LARA FIEBIG, LEONICE ZANETTE ALVES DE OLIVEIRA, LETICIA VASSOLER, LIDIANE CRISTINA LONGO, LILIAN GUERRO, LUANA ALINE LUCHESI, LUCIANA APARECIDA PICKLER, LUCIANA COELHO DE SOUZA, LUCIANA LETICIA SPERINI RUFINO DOS SANTOS, LUCIANE LINDNER, LUIZ FELIPE CAVASINI DA ROSA, LUZIA RODRIGUES PIRES, Magda Cristina Della Betta Stephanini, MAIARA BRUNA DA SILVA, MAIARA DAIANE WINGERT, MAIZA VANILSA DA ROSA, MARCIA BEDENAROSKI, MARCIA FATIMA DE MELLO ZACARIAS, MARCIA REGINA OENING, MARIA APARECIDA BRATTI MORELATTO, MARIA APARECIDA DE BORBA, MARIA GABRIELY GOFFI, MARIANA DOS SANTOS, MARIANA GABRIELA GARCIA, MARIANE CRISTINA KNETSIKI OSSANI, MARILEI DE FATIMA DE ALMEIDA QUEIROZ DOS SANTOS, MARINES TRENTIN, MARIZILDA APARECIDA GONDAKI RIBEIRO, MARTA FIORESE, MAYARA JULIANA SANTOS, MAYARA LUZITANI FAUSTO, MELINA BRANCO BEHNE, MICHELE SOUZA VIEIRA DE CARVALHO, MONICA ADRIANA PRZYVARA, MONITIELY RODRIGUES KUMMER, MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO, NADIA BERTECHINI SOLER LOPES, NAIANA ZUANAZZI, NELI MARIA PISSAIA LICHINSKI, ORMINIO KOIKE DE ALMEIDA, OTAVIO FRANCISCO RUPP, Paola Nahuana Grazzi Torres, PATRICIA BARANOSKI CAVALHEIRO, PAULO EVANDRO KERCHER, PRICILA FORMAIO, PRISCILA DE CASSIA GASPAR DE REZENDE, RAQUEL RODRIGUES MACEDO, REGIANE FATIMA DE OLIVEIRA, RENAN LUIZ LORA TOLDO, RICARDO AUGUSTO TENFEN CARNEIRO, RITA NATHALYA RODRIGUES PIRES, ROSANGELA GONCALVES VARGAS, ROSANGELA TOASSI, ROSIMERI PILONETTO KUHN, ROZANA RODRIGUES DE MORAIS, SAMARA THAIS DOS SANTOS, SANDRA ASSING BUGANSA, SANDRA DOS SANTOS ALVES, SANDRA REGINA DA SILVA, SILVANA DAS GRACAS CORREA DOS SANTOS GUERIOS, SILVIA CASSIANE MACHADO, SIMONE APARECIDA BAZOTTI, SIMONE DA SILVA KRENCHINSKI, SIMONE FRIZON, SIMONI APARECIDA MISTURA, SIRLEI TEREZINHA DE CAMPOS, SUELEN APARECIDA FELICETTI, SUELI MORAIS DOS SANTOS, SUZANE VOLLMERHAUSEN, TAINA MARA BOLSON LISSANDRETTI, TALITA DE CARVALHO BRITO, TANIA FELIPPI SAUER, TEREZINHA DE JESUS RIO BRANCO, THAIRINE PILAR, THAIS NATHIELLE DOS SANTOS FRAGA, THAMARA ANDRESSA FAGUNDES, THAYS CRISTINA ZANELLA, VALDIR ROBERTO SOARES RIBEIRO, VALERIA SANDRI STEFANELO, VANESSA TELES DOS SANTOS, WILLIAM CITTADIN, WILLIAM RAFAEL HOFFMANN, WILLIAN ROSA LUCHTEMBERG, WINARA GODOI DOS SANTOS FERITAS

Processo: 201629/22
Entidade: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
Interessado: ARIANNE CRISTINA FERNANDES MONTECCHI, CLAUDIO CESAR CASAGRANDE, MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO, SUELEN LIMA MENDES

Processo: 472029/22
Entidade: MUNICÍPIO DE IBEMA
Interessado: BRUNA RAFAELA CORREIA, DANIEL DOS SANTOS, DANIELI CRISTINA DA SILVA PINHEIRO, DAYANE DANTAS BARBOSA, DIANDRA BORGES LUCIO, EDINEIA SOLANGE FERREIRA, ELIANE MODESTO DA SILVA, EUGENIO SIKORSKI, JHENIFFER DE JESUS, JOAO MARIA LORES FERNANDES, JULIANA DA SILVA COLACO, MARCELO ALVES, MARCIA PEREIRA BILH, MILENA BEATRIS BERNARDIS, MUNICÍPIO DE IBEMA, RAFAEL MONARI, SIMONI MATULLE SAVIO, SUSANA CARNEIRO DE BASTIANI, TAIS FERNANDA FINK, VIVIANE COMIRAN, WAGNER RODRIGUES, ZILDA MARIA MOTA

Processo: 534474/22
Entidade: MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU
Interessado: ALESSANDRA PEREIRA MIGLIOLI LIMA, AMANDA GASPARETO, ANE FRANCIELE FRUTUOSO DA SILVA, ANGELA RECEXENETE, ARLETE PRANTL KRAWES, CAROLINE CARVALHO CAPUANO, CLEUNICE DE FÁTIMA KOZIEL CHAMPOSKI, CLEVERSON TOLENTINO, CLOVIS ROBERTO RIBEIRO JUNIOR, DAIANE BIDA WASILEWSKI IENE, DAIANE ROMANEK DARE, DAIANE SOARES DE SOUZA, DEBORA CRUZ DE LIMA MENEGUETTI, Debora willemann aguiar, DIRLEIA PRANTL DA SILVA, EDIMARA NUNES RIBEIRO DOS SANTOS, ELIZIANE JENSEN, ELTON OLIVIAC, ERICA NOVAK, FABIANE DOMARESKI BATISTA, FERNANDA COSTA MORO, FLAVIA RENI ROCKENBACH LACHOWSKI, giovanna sanches da nobrega, GUILHERME FRANCISCO KOZIEL, IZA BARBOZA, IZALTINA PEREIRA DE OLIVEIRA MAZUROK, JAIME JOSE BRIETZKE, JAIRO GLOVA, JANAINA FERNANDA PRACHUM, JOANA TELMAN, JOANILO DE ANDRADE, JULIANA GABRIELI DE OLIVEIRA, KARINE LUDERS WOLFF SIMIONATO, LEANDRO DA CRUZ MACHADO, LUCAS BIDA WASILEWSKI, LUCAS GABRIEL DE OLIVEIRA, LUCIANO BORGES, MARA CLAUDIA DE MORAES IVACZEK, MARCELA DUARTE DE SOUZA CASTILHO, MARCIA SILVA DO NASCIMENTO, MARIANA SAWCZUK SEMCZUK, MARIANE DE LOURDES TORQUATO WALECKI, MARIELLY SCHMOLLER GHIZONE, MIRIAN GRUNHAGEN, MONICA CHASTALO MAZUCO, MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU, PATRICIA DE BRITO IVACZEK, PATRICIA GONCALVES, PATRICIA MESSIAS DOS SANTOS, PAULA REGINA MOREIRA RAMOS, RAQUEL OPUCHKEVITCH, RAQUEL PAIVA DA SILVA, REGINALDO TEOMAR GROFF VAHLUX, RENAN MENCK ROMANICHEN, RIONE ODERDENGE, ROSANA MENDES GIBALA, ROSE MERI MORGEM, ROSELEI ELAINE MARCO, ROZENILDA KINDZIERSKI NUNES, SCHEILA IENE DE OLIVEIRA, TAIS TLUMASKI, TATIANE FERMINO DA SILVA, TEREZINHA ROECKER LUZ, VANESA FREITAS FERREIRA, VANESSA LACERDA ROZANSKI, VILMA HENRIQUE DE OLIVEIRA, WILLIAM CARLOS DE CAMARGO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Processo: 343366/24
Entidade: PINHAIS PREVIDÊNCIA (Procurador(es): VILMA APARECIDA GOUVEA CAETANO, RICARDO BAUMANN BINDO, REGINA MOREIRA DE AZAMBUJA RAMOS)
Interessado: ANDREA PRESTES RIETOW, MARCIO DOS SANTOS RESZKO, PINHAIS PREVIDÊNCIA (Procurador(es): VILMA APARECIDA GOUVEA CAETANO, RICARDO BAUMANN BINDO, REGINA MOREIRA DE AZAMBUJA RAMOS), ROSA MARIA DE JESUS COLOMBO

Processo: 368865/24
Entidade: MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA (Procurador(es): EVANDRO ARTUR BONFANTE ZAGO, PAMELA THAIS ESCHER)
Interessado: ARNO OSMAR ZUSE, BRUNO ALEXANDRE MARAN (Procurador(es): GUSTAVO BATISTA DE SOUZA, BIANCA GUIOMAR COMIRAN, GESSICA NATANA FERREIRA CABRAL, JANSLEY GALEANO), CEZAR BURON (Procurador(es): PAMELA CRISTINA CAVALHEIRO PIVA ZAGO, EVANDRO ARTUR BONFANTE ZAGO, JOAO PAULO CAVALHEIRO PIVA), CLEIDE INES GRIEBELER PRATES, EDINEI VALDIR MORESCO GASPARINI (Procurador(es): PAMELA CRISTINA CAVALHEIRO PIVA ZAGO, EVANDRO ARTUR BONFANTE ZAGO, JOAO PAULO CAVALHEIRO PIVA), G.B.V.T. ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (Procurador(es): RAFAEL SAVARIS GHELLERE), GUILHERME BAERE, LINDOLFO MARTINS RUI, MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA (Procurador(es): EVANDRO ARTUR BONFANTE ZAGO, PAMELA THAIS ESCHER)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 105147/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU, JOAO FRANCISCO SANTOS

Processo: 145718/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO
Interessado: AMAURI PABIS, CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Processo: 160296/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE LOANDA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE LOANDA, PEDRO DIEGO TEODORO DE OLIVEIRA

Processo: 172642/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, ROBERTO LEANDRO DE MELLO

Processo: 179973/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, JUBINEIS ALVES DOS REIS, JULIO CEZAR CADORIN

Processo: 189189/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA, JOAO ELTO RANGEL

Processo: 193259/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA, MANOEL TIMÓTEO DE ALMEIDA

Processo: 197955/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA INÊS
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA INÊS, MARA ESTELA DOS SANTOS

Processo: 199460/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN (Procurador(es): MARCOS FABIANO PELEPEK)
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN (Procurador(es): MARCOS FABIANO PELEPEK), CRISPIM VIANA DE MOURA, FABIANO JOSE BUENO

Processo: 200638/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, DANIEL AMARAL

Processo: 202630/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL, CARLITO THOME DA SILVA JUNIOR

Processo: 202770/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU, FELIPE FORGIARINI

Processo: 204269/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE JABOTI
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE JABOTI, LUIS HENRIQUE MORE DE FREITAS SILVA

Processo: 206733/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Interessado: ALECIO NATALINO ESPINOLA, CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL, VILMAR MELO

Processo: 207365/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, MAURILIO CARAVIERI, TIELIO MOREIRA PINTO

Processo: 210579/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA, HAMILTON APARECIDO MACHADO

Processo: 211087/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, SERGIO ANTONIO DE MATTOS

Processo: 213330/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA
Interessado: ALEX ANIS, CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA

Processo: 216771/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE TAMBOARA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE TAMBOARA, WILIANS CAVALIN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

Processo: 173478/21
Entidade: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
Interessado: LUIS ANTONIO BISCAIA (Procurador(es): GUSTAVO BONINI GUEDES), MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA

Processo: 191697/21
Entidade: MUNICÍPIO DE GUAIRAÇÁ
Interessado: ELSON DA SILVA GREB, MARCELO ALVES DE OLIVEIRA, MUNICÍPIO DE GUAIRAÇÁ

CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL

TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA

Processo: 316628/22
Entidade: MUNICÍPIO DE FAXINAL
Interessado: ADIRCIO APARECIDO CANTAGALLO, EDUARDO VICENTINI CANTAGALLO, ELIANE FELICIO DE SOUZA TONIN, FERNANDO DECARLE DE CAMPOS, FRANCISCO ALFREDO FERREIRA, GESSICA VICENTINI CANTAGALLO, LETICIA GABRIELA ZAKALUKA CANTAGALLO, LUANA APARECIDA MOREIRA, MAGDA IONE DE MACEDO CANTAGALLO, MARCELO JOSE PARRA AUGUSTINHO BEJE, MARGARETE MORAES VICENTINI, MUNICÍPIO DE FAXINAL, PEDRO DA SILVA MOREIRA, REGINALDO DA CRUZ, ROSANE APARECIDA TURRA DO PRADO, VINICIUS THEODOROVICZ COSTA, YLSON ALVARO CANTAGALLO, YLSON ALVARO CANTAGALLO FILHO

Processo: 343725/22
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE GUARATUBA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE GUARATUBA, CATIA REGINA SILVANO, CLAUDIO NAZARIO DA SILVA

Processo: 436208/23
Entidade: MUNICÍPIO DE MARMELEIRO
Interessado: LUCIANA ARISI, MUNICÍPIO DE MARMELEIRO, PAULO JAIR PILATI, REGINA MICHELON, WALDIR LUIZ LINZMEYER JUNIOR

Processo: 639992/18 Vista desde 10/06/2024 Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Entidade: ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, INFÂNCIA E FAMÍLIA - NOVA OLÍMPIA
Interessado: ANGELA SILVANA ZAUPA (Procurador(es): JAQUELINE MARQUES DE SOUZA), ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, INFÂNCIA E FAMÍLIA - NOVA OLÍMPIA, JOAO BATISTA PACHECO, MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Processo: 118063/22
Entidade: ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU, MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
Interessado: FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, MAICON SCHNEIDER

Processo: 847082/13 Vista desde 24/06/2024 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL
Interessado: CEZAR GIBRAN JOHNSSON, CLAUDIA CHRISTINA COSTA CRISTO STRESSER, EMERSON SANTO STRESSER (Procurador(es): JOSE ARI NUNES, ELON RAFHAEL DE LARA), KARIME FAYAD, MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, PAOLA COSTA ROZA, PROVOPAR MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

Processo: 182032/23 Vista desde 10/06/2024 Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Entidade: ASSOCIAÇÃO DO DEFICIENTE MOTOR DE CURITIBA, FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AO DEFICIENTE DE CURITIBA
Interessado: ASSOCIAÇÃO DO DEFICIENTE MOTOR DE CURITIBA, BERENICE CONCEICAO DA SILVA SCHUMACHER PEREIRA, FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AO DEFICIENTE DE CURITIBA, IVONETE WANDEMBRUCK, MARIA ALICE ERTHAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA

Processo: 21067/08 Vista desde 10/06/2024 Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Entidade: MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL
Interessado: AMAURI CEZAR JOHNSSON (Procurador(es): NAIAN MERI JOHNSSON, AMAURI CEZAR JOHNSSON), ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E INFANCIA DE RIO BRANCO DO SUL, EMERSON SANTO STRESSER, PROVOPAR MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, SONIA ROZALIA JOHNSSON

Processo: 289713/13 Vista desde 13/05/2024 Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Interessado: ADRIANO DERINIEVICZ (Procurador(es): SOLANGE APARECIDA LEAL PADILHA GIBRIM, ANA CAROLINA DE FIGUEIREDO BORGES, ISA YUKARI IMAY), ANTONIO BENEDITO FENELON, ASSOCIACAO COMERCIAL, INDUSTRIAL, AGRICOLA E DE PRESTACAO DE SERVICOS DE S.J.P. (Procurador(es): SOLANGE APARECIDA LEAL PADILHA GIBRIM), AURO LUIS FERREIRA DE PAULA (Procurador(es): SOLANGE APARECIDA LEAL PADILHA GIBRIM), CLAUDEMIR GIBRIM, DILCENEIA ROSA, FABIANO ALBERTI DE BRITO, IVAN RODRIGUES (Procurador(es): FABIANO ALBERTI DE BRITO), LUIZ CARLOS SETIM (Procurador(es): ADELINO VENTURI JUNIOR, NARA ELAINE XAVIER DA SILVA), MARGARIDA MARIA SINGER, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

ATO DE INATIVAÇÃO

Processo: 503206/09
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA (Procurador(es): ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARCIO PINTO, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, GISELLE PASCUAL PONCE BEVERVANSO, SUZANE MARIE ZAWADZKI, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, FABIANO JORGE STAINZACK, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, IURI FERRARI COCICOV, DAIANE MARIA BISSANI, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, JACSON LUIZ PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, MICHELE CORREA, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, PATRICIA CAFFARATE PINTO, DOUGLAS MURILO DOS REIS)
Interessado: FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, PARANAPREVIDÊNCIA (Procurador(es): ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSUE PALESTINO, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, FABIANO JORGE STAINZACK, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, MICHELE CORREA, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, PATRICIA CAFFARATE PINTO, DOUGLAS MURILO DOS REIS), TARCIZO PRESTES FILHO

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 62067/21
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
Interessado: CELSO FERNANDO GOES, CESAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI FILHO, JANAINA CUNICO MARCONDES DAL PIVA, KAROLINE KRAMER RIBAS, MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA

Processo: 483390/22
Entidade: MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL
Interessado: CLAUDINEIA GUEDES FEDERIGHI, EDENILZA FERREIRA MARTINS, FLAVIA REJANY SAO PEDRO CORREIA DA SILVA, GILSON JOSE DE GOIS, GIOVANA RONCHI CELESTINO, LUCIMARA VIRISSIMO GOIS, MORGANA DOS SANTOS VIOLIM, MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, SILVIA NASCIMENTO, SILVIO DOS SANTOS, VANDERLEI VIEIRA DA COSTA

Processo: 671095/21 Vista desde 13/05/2024 Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Entidade: MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
Interessado: ADRIANA DRUN DALL ALBA, ALANA JAQUELINE CAVAZINI, ALINY SILVA AZEVEDO, AMANDA BERTUOL, ANA CAROLINE DALMAGRO KOSLOVSKI, ANA CAROLINE MALDANER DE SOUZA, ANA LAURA BILHAN, ANA PAULA PAULI, ANDERSON DE SOUSA, ANDRE FRAGATA ZANINI, ANDREIA FAOTTO JUNKES, ANGELA APARECIDA SANCHES GALANI, CARINA BACKES MACHADO CHAVES, CARMEM INHOATO, CHARLES GOSMAN DE LIMA, CHEILA DE SOUZA PAIM, CIRLEI DE FATIMA MARQUES, CLAUDETE GRASSI, CLAUDIA GOMES ACCO, CLAUDIMARA RISSO GUINDANI, CLEBER FONTANA, CRISTIANE ZAMBON, DAIANE ZAFFONATO BALDO, Daniela Aparecida Lorensetti, DANIELA PIZZATO SOARES, DANIELLE MATHEUS RAMOS, DARA CRISTINA KOECHE DE FREITAS, EDER JUNIOR DO NASCIMENTO, EDIANE ANDRETTA, EDIARA PASUC DE MARCH, EDINEIA NOGUEIRA, Edna Pimentel, EDSON ERASMO PORTA, EDUARDO PANSERA, ELAINE DE SOUZA, ELIANE CAVALHEIRO DOS SANTOS, ELIZEZICA BALBINOT, ELOETE LEMES DA SILVA, EVANI GOULARTE, FABIANA PETRI, FERNANDA DE CASTRO FURLANETTO LIMA, FERNANDA DE PAULA DA SILVA FERREIRA, FERNANDA FRANCISCON KUNZ, FERNANDO PAVAN, FRANCIEL BATISTI, FRANCIELE CANDIOTTO LAZZAROTTO, FRANCIELE DA SILVA BOEIRA, FRANCIELE PAZA RODRIGUES DE ALMEIDA, FRANCIELE TRICHEZ MENIN, FRANCIELI SCHMITZ IAPP, FRANCISCA LIDIANE NOBRE DE MESQUITA, GABRIEL BERTOL RODRIGUES, GABRIEL DURANTE, GABRIELA BROCH, GENECI ROSA SIMIONATTO COLPANI, GERUZA DA CONCEICAO, GILVANE CARLETTO ALICIEWICA, GIOVANA

FRIGERI, GIOVANE BARBOSA DE LIMA, GISELE ANDRESSA BADILUK, GISELI DE LIMA DE OLIVEIRA, GOISTHIERE DOS SANTOS, GREICIELLE MEURER DE LIMA, ILSON BINKLIN PORTELA, ILUZANI VICENTE, INGRID LARISSA MATEJEC DE LIMA, IVANEIDE SOUZA DA SILVA, IVANILDA DA SILVA CASAGRANDE, IVANIR CASIRAGHI CZARNOBAJ, Ivonete Aparecida Nunes Zambom, Ivonete Cordeiro Ferreira, IVONETE DE LURDES SUTIEL, JAKELINE ROSSINI PEREIRA, Janete Dalbosco de Souza, JANETE STRASSER BRANDAO DOS SANTOS, JANICE DE FATIMA SIMONI, JAQUELINE SOCKENSKI THOME, JEFERSON HENRIQUE SIVORI BUDNHAK, JESSICA IBER SUZIN, JESSICA RICARDI, JOAO VICTOR MOLSKI, JOEL RODRIGUES, JOSELI CRISTIANE CITADIN, JOSIANE DE MOURA, JOSIANE MARIA KLIEMANN DE SOUZA, JOZIANE LOPES, JULIANA ROMEIRO DA SILVA, JULIANE GORETE ZANCO CASTANHA, KELI ALINE PRESOTTO REOLON, KELLI CRISTINA PERNONCINI BORGES, LEEKAUANE LINS BRAGA, LENICE PEREIRA DIAS, LETICIA MARTINS, LILIAN PATRICIA RIBEIRO DOS SANTOS, LOURDES PEREIRA DA SILVA, LOURDES RUFATTO, LUCAS ANTUNES VASQUES, MARA CRISTINA BANDEIRA SEDOR, MARCEL DE SOUZA, MARCIA DAIANE ZAMADEI, MARCIA MELO DA ROSA, MARCIO RAMOS, MARIA CRISTINA ORTIGARA, MARIA CRISTINA PARTICHELI, MARIA HELENA DOS SANTOS GOMES, MARIA ROSSANA ARAUJO SILVA, MARILIA EDUARDA RIOS, MARILUZ MOLON, MARISA OLIVEIRA CECHINI, MARIZETE DE SOUZA SANTOS, MARIZETE MACHADO MENDES, MARLENE MARIZA CASANOVA, MARLI TEREZINHA SALVADOR, MICHAINA GOMES DOS SANTOS, MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO, NAIARA INES DOMERASKI OSTROWSKI, NILCE NAIR KRAMER, PAMELLA KEITY DE BAIRROS, PAMELLA ROBERTA MENGER MEIRELES, PATRICIA DOS SANTOS, PATRICIA INES PAVANELO, PIETRO JOSE KAVALEK ECHER, QUELI JOVILDA MARQUES FRANKE, RAFAELA BETTI, RAILANA TOSS LAURENSI, RAQUEL SIMONI ANTUNES PELUSO, REGIS LUIZ SEZINANDI PAES, RENATA TOSS LAURENSI, ROSANE PANHO, ROSANGELA TONELLO MARTIM, ROSELI DOS SANTOS PILATI, ROSICLEIA DE MELLO PIMENTEL, ROSICLER RAMOS, ROSINELI BERTOZZO, ROSMARY LIONCO ZEFERINO, SABRINA LIMA KORB, SAMARA PROFETA PAES, SANDRA MARA BENASK, SANDRA MERI MEOTTI, SAYONARA SMYK, SILVANA DOS SANTOS BOHRER, SILVIA LOBATO DE OLIVEIRA, SILVIO FERNANDO TIDRE, SIMONE APARECIDA QUEIROZ, SINEIDE RIBEIRO, SUZIMARA PAULA CADORE, SUZY MARA RIBEIRO, TATIANE CRISTINA FONTANA, Tatiane Fixa Lorenço, TATIANE MIOTTO SIMONI, TEREZINHA BERNARDI GUARIENTI, TEREZINHA RAFAGNIN PRESTES, THAIS ANTUNES BRAZ, TIAGO GUILHERME CHICOSKI TOLENTINO BRAGA, VANDERLI RODRIGUES, VILMA TAVARES DE SOUZA, YASMIN CRISTINA DOS SANTOS FACHINELLO, Zenaide de Paula

Processo: 158603/23 Vista desde 13/05/2024 Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Entidade: MUNICÍPIO DE ASTORGA
Interessado: ANA CRISTINE COLOMBO VIANA DO PRADO, ANA PAULA DOS SANTOS, ANDRE GONZALEZ DONADON LEAL, CAMILA RIBEIRO LOPES, EMERSON FIGUEREDO DE LIMA, FABIANO CLEMENTE, FLAVIA FERRARI, GUILHERME ANTONIO SILVEIRA, HIAGO VINICIUS DE OLIVEIRA, LUANA PAULA DE OLIVEIRA, LUCAS CASTILHO ABRAMI MONTEIRO, MARIA INEZ DE SOUZA, MUNICÍPIO DE ASTORGA, RACHEL LIMA RIBEIRO TINOCO, REBEKA GOMES FERNANDES VIEIRA, ROSELI APARECIDA BRISIDA CAMPOS, SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA, THALES DIMAS BRANDOLIM JAQUETTI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 75103/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
Interessado: ANTONIO MACHADO DE JESUS FILHO, CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

Processo: 121037/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE REBOUÇAS
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE REBOUÇAS, JOAO KOZAK, RICARDO CARLOS HIRT JUNIOR

Processo: 136611/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ, MAICON CESAR ROSSI

Processo: 174106/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE PEROBAL
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE PEROBAL, JOSE AUGUSTO PEREIRA LEAL

Processo: 182656/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS, PAMELLA MARIELY BUENO, RODRIGO BAZZI ARAUJO

Processo: 197165/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO CAIUÁ
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO CAIUÁ, MILTON FELICIANO FERREIRA JUNIOR

Processo: 201472/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE, NILSON BARBOSA DE SOUSA

Processo: 201600/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO AZUL
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO AZUL, MARIANO VICENTE TYSKI

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

Processo: 192298/22 Vista desde 29/04/2024 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
Interessado: ANDERSON MANIQUE BARRETO, MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA

Processo: 211772/22 Vista desde 29/04/2024 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE QUINTA DO SOL
Interessado: LEONARDO LAZZARETTI ROMERO, MUNICÍPIO DE QUINTA DO SOL

CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Processo: 549861/18
Entidade: ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS, DEFICIENTES AUDITIVOS E SURDOS - TOLEDO, MUNICÍPIO DE TOLEDO
Interessado: ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS, DEFICIENTES AUDITIVOS E SURDOS - TOLEDO, DENIZE DEBUS DE MELLO (Procurador(es): HELIO LULU, GLAUBER DRUMOND LULU), JOSÉ CARLOS DUTRA DA SILVA, LUCIO DE MARCHI, MARCOS AURELIO THIMOTIO SILVA, MARIA HELENA GARICOIX (Procurador(es): REGINALDO DEVEQUI, EMMANUEL STESSY AMOA RODRIGUES DA GUIA NYAMIEN), MARILIA BORGES, MUNICÍPIO DE TOLEDO, NELI TEREZINHA GARCIA ALVES

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA

Processo: 797739/14
Entidade: MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO
Interessado: ASSOCIACAO HOSPITALAR BENEFICENTE DR. REGIS MARIGLIANI, EVALDO ANTONELLI, JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, SUZANA DE OLIVEIRA MACHADO

PENSÃO

Processo: 88285/18
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
Interessado: ALCINEU GRUBER, CARMELINA DA LUZ RAMOS ORLANDI, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, MAURICIO ORLANDI

REVISÃO DE PROVENTOS

Processo: 803967/23
Entidade: PINHAIS PREVIDÊNCIA (Procurador(es): VANESSA CARNEIRO GOMES DOS SANTOS, VILMA APARECIDA GOUVEA CAETANO, STEPHANY GREICY LIMA DA ROCHA, RICARDO BAUMANN BINDO)
Interessado: MARCIO DOS SANTOS RESZKO, MARIA APARECIDA SILVA CAVALCANTI, PINHAIS PREVIDÊNCIA (Procurador(es): VANESSA CARNEIRO GOMES DOS SANTOS, VILMA APARECIDA GOUVEA CAETANO, STEPHANY GREICY LIMA DA ROCHA, RICARDO BAUMANN BINDO), ROSA MARIA DE JESUS COLOMBO

Processo: 33931/24
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: AUREA CECILIA DA FONSECA, FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, SIMONE DA SILVA BORGES

Processo: 43945/24
Entidade: AUTARQUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Interessado: AUTARQUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, IVAN FERREIRA DE MELO, JEAN PIERRE HELVIG

Processo: 44267/24
Entidade: AUTARQUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Interessado: AUTARQUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, IVAN FERREIRA DE MELO, PATRICIA DE PAULA PROHMANN

Processo: 800780/23 Vista desde 24/06/2024 Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Entidade: PINHAIS PREVIDÊNCIA (Procurador(es): VANESSA CARNEIRO GOMES DOS SANTOS, VILMA APARECIDA GOUVEA CAETANO, STEPHANY GREICY LIMA DA ROCHA, RICARDO BAUMANN BINDO)
Interessado: MARCIO DOS SANTOS RESZKO, PINHAIS PREVIDÊNCIA (Procurador(es): VANESSA CARNEIRO GOMES DOS SANTOS, VILMA APARECIDA GOUVEA CAETANO, STEPHANY GREICY LIMA DA ROCHA, RICARDO BAUMANN BINDO), ROSA MARIA DE JESUS COLOMBO, TANIA DE CAMPOS SILVA

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 492002/18
Entidade: MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE
Interessado: ALINE FABIANA FELDHAUS, CAMILA FABIANE DAMASCENA DA SILVA, GUILHERME PIVATTO JUNIOR, JEFERSON DOS SANTOS, KATLYN LEMES ANDRADE, KINBERLI MARQUES MAGALHAES, MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE

Processo: 370307/22
Entidade: FUNDACAO CENTRO UNIVERSITARIO DE MANDAGUARI
Interessado: FUNDACAO CENTRO UNIVERSITARIO DE MANDAGUARI, IVAN CARLOS DE MORAES, LAISE BRANCO JACOMEL

Processo: 304138/23
Entidade: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE DO PARANÁ
Interessado: ANA PAULA ANSOLIN, ANA PAULA MAXIMOWSKI, Bruna Barbieri Garcia de Lima, BRUNO FILIPE MARQUES, CAROLINE MONTEIRO, FABIO HERNANDES, GUSTAVO FRANCO DE SOUZA, JUNIOR HARDT MIRANDA, MALENA JORGE, RAFAELA LEAL DOS SANTOS, RENATO DE SOUZA, THALYTA VIEIRA, THOMAS NICHAY FERREIRA, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE DO PARANÁ, VANESSA MAROCHI, WILLIAM RIBEIRO PINTO, Willyan de Oliveira

CONSELHEIRO SUBSTITUTO SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA

ATO DE INATIVAÇÃO

Processo: 264046/20
Entidade: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
Interessado: BACHIR ABBAS, HILTON SANTIN ROVEDA, JOSE SERGIO DE MOURA, MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA

REVISÃO DE PROVENTOS

Processo: 184527/24
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: AUREA CECILIA DA FONSECA, FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, ROSANE VON MUHLEN

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 155531/23
Entidade: MUNICÍPIO DE RESERVA
Interessado: LUCAS MACHADO RIBEIRO, MUNICÍPIO DE RESERVA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 210870/24
Entidade: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BANDEIRANTES
Interessado: JOÃO GUIN FILHO, JOSE FERNANDES DA SILVA NETO, SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BANDEIRANTES, WAGNER TOMA

Processo: 214566/24
Entidade: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO
Interessado: ALVARO RODRIGO DINIZ, SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO

Processo: 285935/24
Entidade: CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITORIO DO VALE DO RIO CINZAS
Interessado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITORIO DO VALE DO RIO CINZAS, DIONISIO ARRAIS DE ALENCAR

Processo: 193371/21 Vista desde 27/05/2024 Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Entidade: EMPRESA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE RIO BRANCO DO SUL
Interessado: CEZAR GIBRAN JOHNSSON (Procurador(es): WASHINGTON LUIZ MORENO), EMPRESA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE RIO BRANCO DO SUL, ROSILDA RIBEIRO SIMÕES

CONSELHEIRO SUBSTITUTO CLÁUDIO AUGUSTO KANIA

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 247699/20 Adiado por devolução pós-vista desde 24/06/2024
Entidade: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
Interessado: ADRIANA PEREIRA DA SILVA, ALEKSANDER RONCON, ALEX ALVES EGIDO, ALEXANDER WELLER MAAR, ALEXANDRE FERNAL, ALEXANDRE NOBORU MURAKAMI, ALEXANDRE VILAS BOAS DA SILVA, AMANDA VESSONI BARBOSA KASUYA, ANA AMELIA GONCALVES DA COSTA, ANA CAROLINA RIBEIRO, ANA FLAVIA PIGOZZO FEDATO, ANA LUIZA MEZZAROBA, ANANDA KENNEY DA CUNHA NASCIMENTO, ANDRES FELIPE C MOLINA, ARTUR BERBEL LIRIO RONDINA, BEATRIZ MOREIRA BEZERRA VIEIRA, CANDICE DA SILVA QUINCOSES, CARLA MARA HILARIO CARASSA, CAROLINE RODOVALHO, Cecilia Luiz Pereira Stabile, CRISTIANE DOS SANTOS FARIAS, DANIELLE NUNES MARTINS DO PRADO, Danilo do Amaral Santos Lagoeiro, DEBORAH LIMA KLAJNMAN, DEIVID ALEX DOS SANTOS, DIANA VILAS BOAS SOUTO ALEIXO, EDNEIA DE CASSIA SANTOS PINHO, EDSON LUIZ DA SILVA VIEIRA, Eduarda Regina da Veiga, EDUARDO HENRIQUE FERREIRA, Elis Lorenzetti, FERNANDO TERUHIKO HATA, FLAVIA ANGELO VERCEZE, FLAVIA TRONCON ROSA, GABRIELA FLEURY SEIXAS, GUILHERME ARIELO RODRIGUES MAIA, GUILHERME DA SILVA SILVESTRE, GUILHERME PINA CARDIM, GUSTAVO RAMOS DE SOUZA, HELLEN CRISTHINA FERRACIOLI, JANICE APARECIDA RAFAEL, JESSICA CAROLINE BIGASKI RIBEIRO, João Arlindo dos Santos Neto, JOAO HENRIQUE DE ALMEIDA, João luiz Gilberto de Carvalho, JOAO VICTOR BOTA, JOSE HENRIQUE BIZZARRI BAZZO, JOSE MARCELLO DIAS CASAGRANDE, JULIANA BICALHO DE CARVALHO BARRIOS, Juliana Cardoso dos Santos, KATIA SILVA BUFALO, Laura Cinquini Franco, LUCAS GRIGIO DA SILVA, Luciana Tiemi Inagaki, LUCIANE MARCELA FILIZOLA DE OLIVEIRA, LUCIO MARCELO SALVARANI JUNIOR, Marcela de Oliveira Nunes, MARCELA PAULA FERRAZ, MARCIO SEIJI SUGANUMA, MARCO ANTONIO BESTETTI PACCOLA, MARCOS VINICIO DE CAMARGO, MARCUS VINICIUS MARTINEZ PIRATELO, Mari Clair Moro Nascimento, Maria Antonia Romão da Silva, Maria Ilza Zirondi, MARIA PAULA JACOBUCCI BOTELHO, MARIANA EMI NAGATA, MARIANA PAULA SANCHEZ ZANOTTI, MARIANA VIDOTTI DE REZENDE, Marlene Ferreira Royer, MARSILVIO LIMA DE MORAES FILHO, MARTA REGINA GIMENEZ FAVARO, MATEUS MENDONCA VARGAS, MAURICIO DONAVAN RODRIGUES PANIZA, Mileni Alves Secon, NATALIA MARINHO DO NASCIMENTO, NATALIA MORAES GOES, NATHALIA MARTINS, NICOLE SCHWANTES CEZARIO, PAULO ROBERTO VILACA JUNIOR, PEDRO DOS SANTOS DE BORBA, PEDRO HENRIQUE FREITAS CARDINES, PHILIPE QUAGLIATO BELLINATI, Plinio Angelo Boin Filho, Renan Pavini Pereira da Cunha, RENATA ANDRADE DE OLIVEIRA, RENATA MICHELI MARTINEZ, RENATO FORIN JUNIOR, RICARDO AUGUSTO DE LIMA, RICARDO DE OLIVEIRA THOMASI, ROBERTH MINIGUINE TAVANTI, RONALDO APARECIDO DE MATOS, Rubia Renata das Neves Gonzaga, Sandra Regina Davanço, SANDRA REGINA DE ABREU PIRES, Seila Cibele Sitta Preto, Selwyn Arlington Headley, SERGIO CARLOS DE CARVALHO, SERGIO INACIO TORRES, THIAGO MASSAHIDE NAKAHATA, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, VALQUIRIA MARIA GONÇALVES, VALTER DO CARMO MOREIRA, VITOR HUGO DOS SANTOS, Vivian Silva Schneider de Lima, WALTON LUIZ DEL TEDESCO JUNIOR, WANDER EDUARDO SARDINHA, Wanessa Roberta Fazinga

CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

ATO DE INATIVAÇÃO

Processo: 348282/19 Vista desde 10/06/2024 Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
Interessado: ALCINEU GRUBER, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, MANOEL MARTINS DE ARAUJO JUNIOR, WALTER PARCIANELLO

REVISÃO DE PROVENTOS

Processo: 44135/24
Entidade: AUTARQUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Interessado: AUTARQUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, EVELIZE KOTOVICZ, IVAN FERREIRA DE MELO

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 489897/19
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO (Procurador(es): GLADSON GERALDO MAESTRO DA SILVA)
Interessado: ANDREIA REGINA BRISCHILIARI PERISSATO, ANDRESSA NUNES LACOTIS DA COSTA, APARECIDA QUITERIA DA CONCEICAO, ARIADINI ANDRESSA MELISINAS CITRON, CLAUDIA ALVES DE CAMPOS DA SILVA, CLAUDIA MARIA CAMPOS SILVA MARCORI, CRISTINA DE LIMA FREIMAN, DANIELLE DA SILVA PENASSO, DAVID CARLO GOMES DOS REIS CASSAB, DOUGLAS DO NASCIMENTO MARIANO, ERICA CRISTINA DA SILVA, FABIANA SGRIGNOLI DE OLIVEIRA GOMES, FRANCIELE BRUNALDI SOARES DE LIMA, FRANCIELE DA SILVA GUDIN, GISELLE APARECIDA DE CARVALHO, JOAO PAULO ALVES DOS SANTOS, JOSE CARLOS BARALDI, JUCILENE LOPES SCHIANO, KATARIM LETICIA PEIXOTO MARCELINO, KATIA CRISTINA DA SILVA, LIGIANE DA SILVA CASTRO, LUCIANO JACINTO DOS SANTOS, MARCIA BACHINI ZANOLLI, MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, NAYARA SILVA DE GOUVEA, RAQUEL LIMA DE FREITAS, ROSINERI APARECIDA ARIAS DA SILVA, TAMIRES APARECIDA LIMA DE AZEVEDO DE OLIVEIRA, TATIANE GRIGOLETTO VETORATO, THIAGO NUNIS VICENTE, VIVIANE DE MARQUI MANTOVAN

Processo: 785698/22
Entidade: MUNICÍPIO DE AMPÉRE
Interessado: ADENILSON AVILA MENEGUSSO, ADRIELY LOURDES CULPANI, ALINE PAGNONCELI BATISTA, ANA PAULA GHIOT, ANDREIA SABRINA PADILHA OLIBONI, ANDRESSA LUANA FELICHAK, ANDRIELI DA LUZ BORTOLLI, CAMILA DELLANI ZEFERINO, CAREN JOSIELI FORTE, CARINA NIEHUES MORAES, CHAIANE APARECIDA DELANI ZOCKE, CLENILSO ZOLLNER DE JESUS, CRISLAINE APARECIDA DA SILVA MULLER, DANIEL FELIPE ZABOT, DIANE DE FATIMA COLETTO, DIENIFER STRAPASSON DE MEIRA, DIRLANE DE CAMARGO SILVEIRA, DISNEI LUQUINI, EDICLER BUENO, EDSON LUIZ FIAMETTI PUTON, EDSON VINICIUS DA SILVA RITTES, ELAINE CRISTINA BENVENUTTI RADAELLI, ELISA MARIA FICANHA FURLAN, ERICA FERNANDA MASSOLO, FABRICIA DA SILVA DE CAMPO BORGES, FABRICIA DE JESUS SILVA FERRAZ, FRANCIELI REGINA VARASCHINI, GRACIELA AGDA DOS SANTOS, GRACIELE TEIXEIRA CHIELLE, HANS ANDERSEN PENALVA GOMES, IVANIA LUZIA BARBIERI BARBOZA, IVANIR MOREIRA MISKI RODRIGUES, JANICE BOCHI, JAQUELINE DOS PASSOS DESPESSIANI, JARDEL VIEIRA DE SA, JOCELIA MARINA ANGHEBEN VALENCIO, JOSEMAR DA SILVA DE OLIVEIRA, JULIANA CARLA ROSA SAGGIORATO, KELMA MORGANA DE OLIVEIRA KLOTZ, LUCIAN CARLOS CARDOSO MACHADO, LUCIANE FURLAN, MARCIA BALESTIERI RUTHES BERTOLINI, MARINDIA BORGES PAINI, MATHEUS KAWAN MACHADO, MUNICÍPIO DE AMPÉRE, NATIELI GONCALVES CHORTASZKO, NEUSA DE FATIMA GONCALVES VEIGA DOS SANTOS VARELA, PATRICIA SILVEIRA MORAIS, ROSANA VIDAL DOS SANTOS, ROSANGELA DA SILVA GUIMARAES, ROSSANA GREGOL ODORCICK, TAINARA COLLA, TAOANA GOTTEMS DEL SENT, VIVIANE DE FATIMA FRANCA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 286788/24
Entidade: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGENCIAS DO SUDOESTE DO PARANA
Interessado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGENCIAS DO SUDOESTE DO PARANA, DISNEI LUQUINI

CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 154892/22
Entidade: EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE TOLEDO
Interessado: ADALBERTO CARNEIRO DA SILVA, ADENILSON DONIZETE MORAES, ADRIANO PAULO DE OLIVEIRA, ALLAN PATRICK PETRY, AMILTOM LEITE MORAIS, ANDERSON NAVARRO LINS, ANGELA PEREIRA DA SILVA, ANTONIO CARLOS WRONSKI, ASCÂNIO JOSÉ BUTZGE, BRUNO CESAR RIBEIRO, CLEITON DE OLIVEIRA RODRIGUES, DOUGLAS JOSE PAULI, EDSON LUIZ DE OLIVEIRA LUSCO, ELIESER LEANDRO DOS SANTOS, EMERSON LUIS PAREDES, EMERSON LUIZ SELISTER, EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE TOLEDO, FABIO AVELANEDA DE ARAUJO, FELIPE MATEUS NUNES BARTZ, GERALDO JUSTINO DE ANDRADE, GILMAR GONCALVES DE SOUZA, LUANA RODRIGUES FARIAS, MARCELO DE FREITAS, MATEUS PAULI, MAYARA MICOANSKI, PAULO RODRIGO JULIO, RAFAEL VAGNER DA SILVA, RICARDO ANTONIO DUARTE, RODRIGO JACINTO GARCIA, SAILER SAMILO VERNER, SIDNEI RAMOS DA SILVA, SILVIO SANDRI, VALDIR PEREIRA DE ANDRADE, VOLMEI LEANDRO STEVENS, WILSON DA SILVA

Processo: 708832/23
Entidade: CONSORCIO DE SAUDE DOS MUNICIPIOS DO OESTE DO PARANA - CONSAMU
Interessado: ABENILCO JUNIOR CARLOTA, ALFREDO HERBERT ZIELKE FILHO, ANGELA SOLEDADE SACHINI, ANTONIA DE OLIVEIRA STOCHER, ARYANE KURTZ, BRENO EMANUEL SANTANA REGO, BRUNA DE FREITAS CARDOSO, CAMILA GOMES DOS SANTOS, CARLA LORENA DE ANDRADE BUENO, CLAUDIA REGINA STIIPP, CONSORCIO DE SAUDE DOS MUNICIPIOS DO OESTE DO PARANA - CONSAMU, DANTE HENRIQUE COSTA INKOT, DEOZANE DE FATIMA RONFIM, ELIANE CRISTINA DA SILVA PINHO, ELINE DA ROS MORO, ELISANGELA CHEROBINI DE MELO, ELLEN JORGE OEHNINGER, FLAVIO HENRIQUE DO LAGO FRANCO, HELLEN PINHO CANDADO, ISABEL CRISTINA DA SILVA, IVES HIDEKI OKATA DE OLIVEIRA, JEAN MARCELL MOURA, JOSENE CRISTINA BIESEK, JOSNEI DE MENECH, KASSIO RIOS DA SILVA, KATIA MICHELLI CONSTANTINO DELAMURA, LEONIR ANTUNES DOS SANTOS, LETICIA ELEN CARPENEDO FRARE, LETICIA FERREIRA DE CAMARGO, LETICIA MIKA FUSANO SORATO LEME, LIANARA CARVAT, LILIANE PEREIRA SANTOS, LUANA PASSONI LEITE, LUCAS RENAN DA SILVA, LUCAS VINICIUS SCHIROFF, LUIGI BRUNO PERUZO IACONO, LUIZ ERNESTO DE GIACOMETTI, MARIA CRISTINA CANO, MARIA GABRIELA FORNAZARI, MARIANA RAPCHAN SANDOVAL GONCALVES, MICHELE MIRIEL PAVAN DALL ALBA, MIRIAN DE ANDRADE ALVES, MYLENA JULIANA DE CARVALHO MOREIRA FERREIRA, PAMELA THAINARA PERASSOLLI DE MORAIS, PEDRO HENRIQUE VELASCO DA SILVA, RAFAEL DA COSTA BACELAR, RAFAELA KUHNEN BRASIL DA SILVA, SAMARA DE MATIA ZATTA, SARAH EVELYN SILVA FERNANDES, TALITA MONTEIRO, TANIA BEZERRA DE MACEDO, TATIANA VALERIA RUZIN, TAYSA MOREIRA MARQUES, THAIS DE OLIVEIRA BUSARELLO, THAIS MIWA ONAKA, VAGNER DIBA, VITOR GERMANO SCHEREN SCHNEIDER, WAKSON MORENON OLIVEIRA SANTOS, ZAIRA DENIZE FORTUNATO DE ALMEIDA

1ªSECAM - Atas

Sem publicações

1ªSECAM - Acórdãos

PROCESSO Nº:-51958/03
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MORRETES
INTERESSADO:-AMILTON PAULO DA SILVA, HELDER TEOFILO DOS SANTOS, INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAP ATÉ 2019), JOSE VOLNEI BISOGNIN, MARIO SERGIO RASERA, MUNICÍPIO DE MORRETES
ADVOGADO / PROCURADOR:-CRISTHIAN CARLA BUENO DE ALBUQUERQUE, JESSICA RONCHINI MONTALVÃO
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1761/24 - PRIMEIRA CÂMARA

Prestação de contas de transferência voluntária. Convênio firmado no exercício de 2002. Complexo Turístico em Porto de Cima. Município de Morretes. Obra para a implantação de infraestrutura para o controle de fluxo de turistas e ordenamento das atividades de turismo, lazer e comércio. Posterior sobrestamento do processo para se aguardar o julgamento em primeira instância da Ação Civil Pública proposta acerca da obra. Ação que versa sobre a edificação de parte da obra em área de preservação permanente, com pedido de desfazimento. Sentença proferida em 2023. Inexistência de trânsito em julgado na ação judicial até o momento. Extensa tramitação do feito. Prejuízo à defesa e ao exame do mérito. Contas iliquidáveis. Trancamento das contas. Pelo encerramento do processo, sem resolução de mérito, conforme opinativos uniformes.

1. Trata-se de Prestação de Contas de Transferência Voluntária apresentada pelo Prefeito Municipal de Morretes, Sr. Helder Teófilo dos Santos (gestão 01/01/2001 a 31/12/2004), relativa ao convênio firmado no exercício de 2002 com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA[1], por intermédio do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, atual Instituto Água e Terra – ITC[2], então representado pelo Diretor Presidente, Sr. Mário Sérgio Rasera (gestão 01/01/2001 a 31/12/2002), para a execução de obra no Porto de Cima, localizado na PR 411 - Estrada da Graciosa, junto à margem direita do Rio Nhundiaquara, referente ao valor liberado de R$ 91.410,17 (noventa e um mil, quatrocentos e dez reais e dezessete centavos), do total previsto de R$ 244.877,81[3] (duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e setenta e sete reais e oitenta e um centavos), consoante documentos juntados na peça 2.

Em conformidade com a Cláusula Primeira do Termo de Convênio juntado (peça 2, fls. 2 a 6), o objeto do ajuste era a cooperação entre os partícipes na implantação de infraestrutura para o controle de fluxo de turistas e ordenamento das atividades de turismo, lazer e comércio[4].

Em análise preliminar, a então Diretoria Revisora de Contas -DRC apontou a ausência do Termo de Cumprimento dos Objetivos emitido pelo órgão repassador, bem como da Portaria de Designação da Comissão Permanente de Licitação (Informação nº 885/05-DRC, peça 6).

Intimado, o Sr. Helder Teófilo dos Santos afirmou que, embora o convênio fosse referente ao repasse do total de R$ 244.877,81, a transferência de valores à Prefeitura Municipal de Morretes foi única e no valor de R$ 91.410,17, de modo que não era possível a expedição pelo órgão competente do Termo de Cumprimento dos Objetivos, somente do Termo de Compatibilidade Físico-Financeiro do Repasse. Ainda, juntou a Portaria indicada pela DRC (peça 8, fl. 3).

Na sequência, a então Diretoria de Análise de Transferências – DAT, mediante a Instrução nº 4136/06-DAT (peça 10), apontou que o Termo de Compatibilidade Físico-Financeiro apresentado nos autos se refere ao Convênio nº 339/02-SEDU, distinto do versado nos autos, e observou que embora o Estado tenha cancelado recursos no âmbito da SEDU (cf. peça 4), não restou demonstrado o cancelamento de recursos relativos à SEMA, bem como não houve a demonstração da adoção de medidas pelo interessado para preservar o interesse público, visando o aproveitamento do dinheiro que já foi aplicado.

Citado, o Sr. Helder Teófilo dos Santos apresentou defesa juntando documento emitido pelo IAP que consigna que o Município cumpriu todas as cláusulas previstas no convênio durante seu tempo de vigência, bem como que a obra foi concluída dentro do prazo estabelecido e que, entretanto, após sua conclusão, a obra foi embargada em virtude de Ação Civil Pública. Juntou também certidão emitida pelo Cartório Cível e Anexos do Juízo de Direito da Comarca de Morretes acerca da existência de Ação Civil Pública por Danos Causados ao Meio Ambiente, proposta pela Rede Brasileira para Conservação dos Recursos Hídricos e Naturais Amigos das Águas[5], em que foi deferida medida liminar para a suspensão de qualquer construção na localidade de Porto de Cima na faixa de 50 (cinquenta) metros do Rio Nhundiaquara, o que impedia a continuidade da obra objeto do convênio em exame, além de cópias de peças dos autos da aludida ação judicial (peça 19).

Já em resposta ao solicitado na Instrução nº 9492/06-DAT/CAS (peça 21), o Sr. Helder Teófillo dos Santos arguiu (peça 28) que por ocasião do Ofício nº 75/2002 a obra se encontrava em fase de conclusão, todavia, em setembro de 2005 essa foi concluída, conforme atestado pelo IAP (peça 28, fls. 3 e 4); que o Município não recebeu outros repasses da SEMA e a empresa executou a obra com seus próprios recursos; que a 2ª parcela não foi paga à Construtora Arcopleno Ltda.; que ocorreu erro quanto ao polo passivo da Ação Civil Pública, considerando de que a empresa indicada, a PJJ Malucelli Arquitetura e Construções Ltda., realizou o projeto, contudo, a obra foi executada pela Arcopleno Arquitetura e Construções Ltda.

A DAT (Instrução 3427/07-DAT, peça 30) consignou que o Relatório do Escritório Local do IAP juntado não pode ser aceito como termo de conclusão da obra e reiterou a necessidade de apresentação desse documento.

Ainda, ponderou que com base no Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 457700/06-TC (Acórdão 1412/06-TP) a responsabilidade pela prestação de contas é solidária entre o gestor e o Município, sendo necessária a concessão de contraditório ao ente público.

Em atenção ao Despacho nº 4402/07-SAUDI (peça 34), o então Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sr. Lindyslei da Silva Raska Rodrigues (gestão 01/01/2003 a 11/02/2007), anexou "Termo de Constatação de Obra" (peça 43, fls. 11 a 18), bem como a Informação Técnica n° 25/2003, de 17/03/2003 (peça 43, fls. 19 a 30), acerca dos custos empregados na obra, elaborado pela Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP.

Também sustentou que, conforme informações contidas no relatório efetuado pelo Sr. Francisco Torres, do Escritório do IAP em Morretes, a obra foi totalmente concluída; juntou o cronograma físico-financeiro referente a execução de 100% da obra (peça 43, fl. 35); informou que a primeira parcela, no valor de R$ 49.886,73, foi repassada em 30/04/2002, e que a 2ª parcela, no valor de R$ 41.523,44, foi repassada em 02/10/2002, existindo um saldo a ser recebido pelo Município no valor de R$ 153.467,64; anexou a nota de empenho, liquidação e extrato do empenho (peça 40, fs. 37 a 41); e aduziu que houve a revogação da medida liminar concedida na Ação Civil Pública proposta contra a execução da obra (peça 40, fl. 61 e ss.).

Os autos retornaram à DAT que, acerca do Termo de Constatação emitido pela SEOP (peça 43, fls. 11 e ss.), ponderou que a Secretaria nada poderia atestar, tendo em vista que a SEOP não acompanhou ou fiscalizou sua execução. Acrescentou que, considerando que ao Município de Morretes foi atribuída, conjuntamente com a SEMA, a responsabilidade pelos serviços executados, o Município deveria emitir o Termo de Recebimento Definitivo da Obra (Instrução nº 2952/08-DAT, peça 47).

Intimado, o Sr. Helder Teófilo dos Santos apresentou o Termo de Recebimento nº 001/2008, emitido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que consigna o recebimento provisório da obra objeto do convênio (peça 57).

Considerando que a DAT frisou que o documento apresentado consistia em Termo de Recebimento Provisório da obra (Instrução 8045/08-DAT, peça 59), o Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, representante da SEMA, foi intimado para informar se a obra foi concluída e para a juntada do Termo de Recebimento da Obra em caráter definitivo (cf. Despacho 5963/08-SAUDI, peça 61). Contudo, deixou transcorrer o prazo sem manifestação (peça 67).

Na sequência, o Prefeito Municipal Helder Teófilo dos Santos foi intimado para se pronunciar acerca das irregularidades apontadas na Instrução nº 119/09-DAT (peça 69) (cf. Despacho nº 229/09-SAUDI, peça 71), entretanto, requereu verbalmente a realização de nova diligência à SEMA para a apresentação do Termo de Recebimento Definitivo da obra (cf. peça 76).

Intimada, a SEMA juntou Termo de Recebimento de Obra expedido pelo próprio

Município de Morretes (peça 87), assinado pelo então Prefeito Municipal de Morretes, Sr. Helder Teófilo dos Santos, pela Fiscal da Prefeitura do Município, Sra. Emiliana Figueira Lima, e pela representante da empresa executora da obra, a Arcopleno Arquitetura e Construções Ltda., Sra. Neusa Antoniolli, datado de 20/12/2007, visto que a obra foi licitada e fiscalizada pelo Município (cf. peça 85).

Em nova análise, a Diretoria de Análise de Transferências consignou que antes da emissão de posicionamento conclusivo havia a necessidade de esclarecimentos acerca da propositura de Ação Civil Pública contra a execução da obra conveniada, por se localizar em área de preservação permanente, considerando que deve haver autorização do Instituto Ambiental do Paraná, que neste caso também atuou em conjunto como órgão repassador, e tendo em vista que, "aparentemente, haveria legislação que veda o erguimento de obras em áreas de preservação ambiental" (Instrução 4092/09-DAT, peça 89).

Foram citados o IAP, na pessoa de seu representante legal, Sr. Vitor Hugo Ribeiro Burko, e o Sr. Mário Sérgio Rasera, representante do IAP no período de 01/01/2001 a 31/12/2002, para manifestação sobre as irregularidades apontadas na Instrução nº 4092/09-DAT, sob pena de desaprovação das contas e aplicação das sanções cabíveis (cf. Despacho 173/09-GAIZL, peça 91).

Na peça 98 o IAP, por intermédio de seu Diretor-Geral em exercício, Sr. Mariano Felix Duran, alegou que não foi possível coletar dados suficientes para prestar os esclarecimentos solicitados.

Na peça 102 o Sr. Mário Sérgio Rasera sustentou, em síntese, que o licenciamento ambiental para a instalação das obras foi devidamente providenciado pelo Município de Morretes e que foram seguidas todas as exigências e normativas impostas pela legislação ambiental vigente, pelo IAP e pelo Conselho do Litoral, tendo sido obtidas a Licença Prévia nº 06119 (peça 102, fl. 4) e a Licença de Instalação nº 01455 (peça 102, fl. 5).

Além disso, argumentou que tanto o licenciamento ambiental quanto o uso de áreas de preservação permanente para atividades de proteção sanitária e de recuperação ambiental são considerados de utilidade pública e/ou interesse social e encontravam-se amparadas na Medida Provisória nº 2.080-62, de 19 de abril de 2001, editada pela Presidência da República, ressaltando que uma mínima parte das obras se encontra em área de preservação permanente.

Deferidas as diligências requeridas mediante a Instrução nº 4602/10-DAT (peça 104), na peça 111 manifestou-se o então Presidente do IAP, José Volnei Bisognin, aduzindo que relativamente ao pagamento do valor residual pela obra seria seguido o Despacho n° 304/2009 do Procurador Geral do Estado, itens X e XI[6] (peça 111, fl. 5), e acrescentando que por razão orçamentária o pagamento seria efetuado no exercício de 2011.

Em seguida, na peça 113, o então Diretor Presidente do IAP, Luiz Tarcísio Mossato Pinto, em manifestação datada de 03/03/2011, registrou que "o IAP se pronuncia favorável e aceita a Obra, conforme o Termo de Constatação de Obras, datado em 01/11/207 (sic), devidamente assinado por dois representantes da SEOP e por dois representantes da SEMA, constatando o cumprimento do objetivo do convênio". Adicionalmente, afirmou que o pagamento restante do montante relativo ao convênio seria efetuado naquele exercício.

Na peça 112 pronunciou-se o Sr. Amilton Paulo da Silva, então Prefeito Municipal de Morretes (gestão 01/01/2009 a 31/12/2012), informando que o complexo turístico do Porto de Cima é composto de 05 (cinco) quiosques e 01 (um) camping, sendo que um dos quiosques era utilizado pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura como ponto de informações turísticas, um dos quiosques era ocupado pelo Corpo de Bombeiros para atendimento dos banhistas e turistas que permanecem no local e que os demais quiosques e o camping foram licitados para utilização, restando pendente de licitação um deles.

Ainda, juntou certidão atualizada referente à Ação Civil Pública por Danos Causados ao Meio Ambiente n° 160/2002, datada de 20/12/2010.

A Diretoria de Análise de Transferências, pela Instrução nº 6456/12 (peça 118), opinou pela regularidade da prestação de contas de transferência voluntária referente à gestão do Sr. Helder Teófilo dos Santos.

O Ministério Público de Contas – MPC, por meio do Parecer nº 20383/12 (peça 119), igualmente propugnou pela regularidade das contas.

Nos termos do Despacho nº 63/13 (peça 120), determinei o retorno dos autos à DAT e o MPC para manifestação sobre a efetiva possibilidade de julgamento das contas, tendo-se em conta a pendência da Ação Civil Pública nº 160/02, na qual, conforme conteúdo da certidão juntada na peça nº 112, fl. 4 a 7, foi concedida liminar determinando a suspensão de qualquer construção na faixa de 50 metros ao longo do rio Nhundiaquara, o que poderá implicar, na hipótese de procedência do pedido, no desfazimento de parte da obra, com evidente dano ao erário e reflexo no resultado da presente prestação de contas.

A DAT considerou que o assunto discutido na Ação Civil Pública trata de questões ambientais que extrapolam a competência deste Tribunal e que não existia óbice para a apreciação das contas, uma vez que os responsáveis executaram o convênio em consonância com as normas aplicáveis à matéria e que os objetivos pactuados no ato formal de transferência foram devidamente alcançados. Em caso de entendimento diverso, sugeriu o sobrestamento do feito até o trânsito em julgado da decisão sobre a ação (Instrução nº 1082/13-DAT, peça 130).

O Ministério Público de Contas manifestou a sua concordância com a DAT e ratificou seu posicionamento pela regularidade das contas (Parecer 7658/13-SMPjTC, peça 132).

Entretanto, por divergir do entendimento da unidade técnica e do MPC, determinei o sobrestamento destes autos[7], com base no art. 427 do Regimento Interno, até que fosse proferida a sentença de primeiro grau nos autos de Ação Civil Pública supracitada, vez que na hipótese de procedência do pedido poderia ocorrer determinação de desfazimento de parte da obra objeto do convênio em apreço, com evidente prejuízo ao erário, refletindo, portanto, no julgamento da presente prestação de contas quanto à apuração dos responsáveis pela inobservância da legislação ambiental e ocasionado eventual condenação ao ressarcimento dos cofres públicos, nos termos do Despacho nº 2273/13 (peça 133).

Os autos permaneceram na Diretoria Jurídica durante o período de sobrestamento.

Em 20/04/2023, pela Informação nº 128/21-DIJUR (peça 139), a Diretoria Jurídica registrou que em 15 de março de 2023 a Ação Civil Pública n° 0000066-28.2002.8.16.0118, então em trâmite perante a Vara da Fazenda Pública de Morretes, foi julgada parcialmente procedente para condenar o Estado do Paraná e Município de Morretes a promover a demolição dos três quiosques que estão sobre a área de preservação permanente do Rio Nhundiaquara, pontuando também que ocorreu a interposição de recurso por procurador da supracitada empresa requerida.

Nos termos do Despacho nº 567/23-GCIZL (peça 140), os autos foram encaminhados à Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM e ao Ministério Público de Contas para manifestação quanto à retomada da instrução processual, inclusive, sobre eventual possibilidade de trancamento das contas.

A Coordenadoria de Gestão Municipal (Instrução nº 298/24-CGM, peça 142) e o Ministério Público de Contas (Parecer nº 172/24-3PC, peça 143) opinaram pelo trancamento das contas e pelo arquivamento do feito sem resolução de mérito, uma vez que o longo decurso de tempo desde a execução do termo de convênio firmado entre o Município de Morretes e o Instituto Ambiental do Paraná dificulta a obtenção de provas pelos gestores e prejudica sobremaneira o princípio do contraditório e da ampla defesa, assim como a apreciação do mérito.

É o relatório.

2. Conforme narrado, versam os autos sobre convênio firmado em 15 de janeiro de 2002 entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o Instituto Ambiental do Paraná e o Município de Morretes, destinado à implantação de infraestrutura para o controle de fluxo de turistas e ordenamento das atividades de turismo, lazer e comércio, no Porto de Cima, em Morretes (cf. peça 2, fls. 2 a 6), por meio do qual foi repassado ao Município o valor de R$ 91.410,17 (noventa e um mil, quatrocentos e dez reais e dezessete centavos).

Após extensa tramitação, ante a necessidade de realização de diversas diligências, em 12/12/2012, a então Diretoria de Análise de Transferências manifestou-se conclusivamente (Instrução nº 1082/13, peça 130), opinando, na época, pela regularidade das contas, por entender que os responsáveis executaram o convênio em consonância com as normas aplicáveis e que os objetivos pactuados foram alcançados, entendimento ratificado pelo Ministério Público de Contas (Parecer nº 7658/13, peça 132).

Entretanto, em 05 de junho de 2013 o processo foi sobrestado até que fosse proferida a sentença de primeiro grau nos autos de Ação Civil Pública de nº 0000066-28.2002.8.16.0118[8], tendo em vista que na ação aludida foi apontado dano ambiental em decorrência da obra objeto do convênio, vez que as edificações teriam sido construídas em área de preservação permanente (faixa de 50 m de margem de rio), e que na hipótese de procedência do pedido formulado poderia haver determinação de desfazimento de parte da obra, com prejuízo ao erário e, por conseguinte, reflexos no julgamento da presente prestação de contas no que concerne à apuração dos responsáveis pela inobservância da legislação ambiental e à eventual condenação ao ressarcimento dos cofres públicos.

Ocorre que somente em 15 de março de 2023 sobreveio a sentença de primeiro grau na ação aludida, consoante informado nos autos pela Diretoria Jurídica (Informação nº 128/21-DIJUR, peça 139), que consignou que a Ação Civil Pública n° 0000066-28.2002.8.16.0118, movida em face do Estado do Paraná e da PJJ Malucelli Arquitetura e Construções – LTDA., foi julgada parcialmente procedente para condenar o Estado do Paraná e Município de Morretes a promover a demolição dos três quiosques que estão sobre a área de preservação permanente do Rio Nhundiaquara. Na ocasião, a Diretoria Jurídica salientou que não houve trânsito em julgado da decisão, haja vista a interposição de recurso por procurador da supracitada empresa.

Incumbe mencionar que mediante recente consulta ao Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná, foi possível constatar que em sede recursal, em 22/03/2024, a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná reformou a sentença proferida, dando provimento aos recursos de apelação[9] interpostos pela PJJ Malucelli Arquitetura e Construção Ltda. e pelo Estado do Paraná "para o fim de afastar a obrigação de fazer consistente na demolição das edificações, afastando-se também, por consequência lógica, a condenação dos apelantes ao pagamento das verbas de sucumbência", com base no princípio da proporcionalidade, visto que, em síntese, "não há evidência concreta de ameaça ao equilíbrio ecológico do local pelo avanço das referidas edificações em área de APP", nos termos da fundamentação da aludida decisão.

Conquanto a sentença tenha sido reformada em segunda instância, afastando-se a determinação de demolição de edificações, houve a interposição de recurso de embargos de declaração pela Rede Brasileira para Conservação dos Recurso Hídricos e Naturais Amigos das Águas[10], que se encontra pendente de julgamento, de modo que ainda inexiste decisão definitiva.

Inexistente decisão com trânsito em julgado até o momento na ação referida, conclui-se que, caso, ao final, venha a prosperar o pedido inicial contido na Ação Civil Pública, de demolição da parcela da obra objeto do convênio, por invasão de área de proteção permanente à margem do Rio Nhundiaquara, a matéria e os seus reflexos neste processo demandarão a reabertura da instrução.

Todavia, como bem ressaltou a Coordenadoria de Gestão Municipal na Instrução nº 298/24 (peça 142), "há de se considerar que o longo período decorrido resulta em inegáveis dificuldades para que o responsável apresente provas, impossibilitando uma defesa eficaz."

Com efeito, os fatos em questão, relacionados à realização da obra objeto do convênio celebrado, já ocorreram há cerca de 22 (vinte e dois) anos, de modo que eventual obtenção de documentos e de elementos probatórios por parte dos gestores após tal lapso temporal resta excessivamente dificultada, situação não imputável a esses, em manifesto prejuízo ao princípio do contraditório e da ampla defesa e à formação de juízo sobre o mérito, tornando, assim, as contas iliquidáveis, na esteira do posicionamento apresentado pela Coordenadoria de Gestão Municipal, amparado em decisões proferidas por este Tribunal de Contas, a exemplo do Acórdão nº 113/2023 – Primeira Câmara[11], conforme trecho a seguir transcrito:

Assim, considerando o decurso de mais de duas décadas, mostra-se inviável a produção probatória, e, por consequência, não é possível a formação de juízo acerca de seu mérito, motivo pelo qual as contas devem ser declaradas como iliquidáveis, conforme expressa previsão contida no art. 20 da Lei Orgânica desta Corte de Contas e no art. 251 do Regimento Interno (...).

Portanto, em conformidade com as manifestações uniformes da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público de Contas, entendo que as presentes contas devem ser consideradas iliquidáveis, nos termos do § 1º do art. 20[12] da Lei Complementar Estadual nº 113/2002, o que enseja o trancamento das contas e o arquivamento do processo, consoante determina o caput do referido artigo.

3. Diante do exposto, VOTO pelo trancamento das contas concernentes ao convênio celebrado entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o Instituto Ambiental do Paraná e o Município de Morretes, no exercício de 2002, para a execução de obra no Complexo Turístico Porto de Cima, vez que iliquidáveis, e, em

consequência, pelo arquivamento do processo, com fulcro no art. 20 da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, nos termos da fundamentação.
Após o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, conforme previsto nos artigos 168, VII, e 398, § 1º, do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I - Determinar o trancamento das contas concernentes ao convênio celebrado entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o Instituto Ambiental do Paraná e o Município de Morretes, no exercício de 2002, para a execução de obra no Complexo Turístico Porto de Cima, vez que iliquidáveis, e, em consequência, pelo arquivamento do processo, com fulcro no art. 20 da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, nos termos da fundamentação;
II – determinar, após o trânsito em julgado da decisão, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, conforme previsto nos artigos 168, VII, e 398, § 1º, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. *Representada pelo então Secretário, Sr. José Antonio Andreguetto.*
2. *Nos termos da Lei Estadual nº 20070/2019.*
3. *CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA O IAP repassará ao Município, em conta específica, a importância de R$ 244.877,81 (duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e setenta e sete reais e oitenta e um centavos), os recursos correrão à conta do Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA, PA 1343, elemento de despesa 444.051, Fonte 50.*
Parágrafo Primeiro - Os recursos financeiros serão repassados de acordo com cronograma de desembolso financeira, constante no Plano de Trabalho do Anexo. (...)
4. *CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO*
O presente termo visa a cooperação entre os partícipes na implantação de infra-estrutura para controle de fluxo de turistas e ordenamento das atividades de turismo, lazer e comércio localizados junto à margem direita do Rio Nhundiaquara, no Porto de Cima/Morretes/PR, por ser o PORTAL DA APA e uma das áreas de acesso ao Parque Estadual do Pico Marumbi, ambientalmente frágil, objetivando o disciplinamento de uso cujo detalhamento é o constante do Plano de Trabalho, que fazem parte deste instrumento, independentemente de transcrição.
5. *Ação Civil Pública por Danos Causados ao Meio Ambiente com Pedido Liminar sob o n° 160/2002, na qual figura como requerente a REDE BRASILEIRA PARA CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E NATURAIS AMIGOS DAS ÁGUAS - ADA CONTRA O ESTADO DO PARANÁ e PJJMALUCELLI ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA.*
De acordo com a certidão de peça 19, fls. 6 a 8, "o requerimento inicial trata de pedido de concessão de Medida Liminar, solicitando a determinação da suspensão de qualquer construção na localidade de Porto de Cima na faixa de 50 (cinqüenta) metros do Rio Nhundiaquara, a contar de seu nível mais alto, ao lado da Ponte em Porto de Cima, tendo sido deferido liminarmente o pedido formulado no item 5 de fls. 06, para suspender qualquer construção, por parte do Estado do Paraná, cominando multa no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais), por dia, para caso de descumprimento, tendo sido ainda determinada a citação e intimação dos requeridos."
6. *"X - O Estado do Paraná, contudo, pode, a seu juízo, realizar novo convênio com a Municipalidade com vista a repassar recursos financeiros (última parcela) e que anteriormente, com base no convênio anterior, cuja vigência já se encerrou, seriam destinados para a realização da obra, observadas as formalidades legais aplicáveis à espécie, tais como o atendimento: (i) das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, (ii) das regras da Lei Federal n° 8.666193, (iii) das disposições da Lei Estadual tit 15.608107 e (iv) do Decreto Estadual n°897/07, (v) a apresentação das certidões negativa da Municipalidade, inclusive a certidão liberatória expedida pela Corte de Contas do Estado e, finalmente (vi) a previsão, no referido instrumento, de cronograma de desernbolso financeiro.*
XI - Além disso, deve a minuta do futuro convênio, em seu intróito, fazer menção aos motivos que levam a Administração Estadual, na atualidade, a realizar novo instrumento, atrelando-se o repasse de recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente ao pagamento da empresa efetivamente contratada pela Municipalidade, pois em razão da inexistência de cópia do instrumento contratual no p. caderno, não se sabe, com exatidão se a empresa requerente é - efetivamente - quem foi contratada e realizou a obra."
7. *A decisão foi comunicada na Sessão Ordinária nº 20 da Primeira Câmara, de 11/06/2013.*
8. *Antes identificada pelo nº 160/2002.*
9. *Disponível em:*
https://consulta.tjpr.jus.br/projudi_consulta/arquivo.do?_tj=8a6c53f8698c7ff7e57a8effb7e25219e413da415b3af904e8a2dd841d57bb55e9dd0b0b975d50f7
Acesso em 08/05/2024.
10. *Recurso: 0000860-77.2024.8.16.0118 ED - Embargos de Declaração Cível*
Recurso: 0000884-08.2024.8.16.0118 ED - Embargos de Declaração Cível
Disponível em: https://consulta.tjpr.jus.br/projudi_consulta/ Acesso em 08/05/2024.
11. *Processo nº 124375/97.*
12. *Art. 20. O Tribunal de Contas ordenará o trancamento das contas que forem consideradas iliquidáveis, declarando os efeitos decorrentes e o consequente arquivamento do processo.*
§ 1º As contas serão consideradas iliquidáveis quando caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento de mérito.

PROCESSO Nº:-145987/14
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE TUPÃSSI
INTERESSADO:-ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ESPERANÇA DE TUPÃSSI, JOSE CARLOS MARIUSSI, KASSIANA CRISTINA RAYSER, LUIZA ALVES DOS ANJOS, MUNICÍPIO DE TUPÃSSI
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1762/24 - PRIMEIRA CÂMARA
Prestação de contas de transferência voluntária. Terceirização indevida dos serviços de saúde. Questão já analisada no âmbito do Acórdão n° 579/23 – 1ª Câmara, transitado em julgado, proferido nos autos de Relatório de Auditoria de n° 231205/15, com aposição de ressalva. Coisa julgada. Afastamento da matéria do escopo de análise destas contas. Inexistência de quaisquer outros apontamentos na instrução. Pela regularidade.
1. Trata-se de Prestação de Contas de Transferência Voluntária celebrada entre o Município de Tupãssi e a Associação Beneficente Esperança de Tupãssi, referente ao Termo de Convênio n° 7/2013, registrado no SIT sob n° 12952, com vigência de 01/01/2013 a 31/12/2013 e repasses no valor de R$ 1.065.628,08 (um milhão, sessenta e cinco mil, seiscentos e vinte e oito reais e oito centavos), tendo por objeto a prestação de serviços na área da saúde.
À peça n° 5 (Informação n° 74/16), a Diretoria de Análise de Transferências informou que estava em tramitação nesta Corte de Contas o processo de Relatório de Auditoria n° 231305/15, cujo objeto consistia no exame de legalidade e legitimidade dos repasses efetuados pelo Município de Tupãssi à Associação Beneficente Esperança por meio de diversos convênios, incluindo o referido Termo de Convênio n° 7/2013. Assim, a fim de alinhar a análise da presente prestação de contas com a do Relatório, opinou pelo sobrestamento destes autos até a decisão final daquele processo.
Em atendimento, por meio do Despacho n° 698/16 (peça n° 7), e com fulcro no art. 427 do Regimento Interno, foi determinado o sobrestamento do presente processo, prorrogado pelos Despachos n° 362/18 e n° 833/22 (peças n° 11 e 21).
Posteriormente, ocorrido o trânsito em julgado dos autos de n° 231305/15, foi revogado o sobrestamento e determinado o encaminhamento dos presentes autos à Coordenadoria de Gestão Municipal para instrução (Despacho n° 107/24, peça n° 25).
A referida unidade técnica elaborou a Instrução n° 1467/24 (peça n° 27), em que opinou pela regularidade das contas com ressalva em virtude da terceirização indevida de serviços de saúde.
Aduziu que, em análise às informações registradas junto ao SIT, não encontrou inconformidades passíveis de apontamento com exceção dos indícios de terceirização indevida já apontados no relatório de auditoria. Afirmou, contudo, que, "por se tratar de matéria transitada em julgado (autos 231305/15), esta CGM deixa de adentrar no mérito da terceirização de serviços de saúde, sob risco de decidir de modo diverso sobre mesmo objeto", razão pela qual entendeu por corroborar a decisão proferida no Acórdão n° 579/23 – 1ª Câmara, que também julgou as contas regulares com ressalva.
Por meio do Parecer n° 335/24 (peça n° 28), o Ministério Público de Contas consignou que não se opõe ao julgamento nos moldes propostos pela unidade técnica.
É o relatório.
2. Divergindo dos opinativos técnico e ministerial, entendo que a questão relativa à terceirização indevida dos serviços de saúde deve ser afastada do escopo de análise dos presentes autos, pois já foi objeto de aposição de ressalva no Acórdão n° 579/23 – 1ª Câmara, proferido nos autos de Relatório de Auditoria de n° 231205/15, com trânsito em julgado, devendo a presente prestação de contas ser julgada regular.
Em consulta aos autos de n° 231305/15, verifica-se que o relatório de auditoria teve por objeto a fiscalização de repasses voluntários efetuados à Associação Beneficente Esperança de Tupãssi durante os exercícios financeiros de 2012 a 2015, em decorrência dos Termos de Convênio n° 07/2012, 08/2012, 07/2013 (objeto da presente prestação de contas), 08/2014 e 15/2014, tendo sido identificados dois achados: terceirização inadequada de mão de obra e deficiência no controle de frequência dos médicos.
O Acórdão n° 579/23 – 1ª Câmara, de relatoria do ilustre Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, que transitou em julgado em 02/05/2023, concluiu pela regularidade com ressalva do Relatório, com aplicação de multa ao Prefeito Municipal à época em razão da deficiência no controle de frequência dos médicos contratados, além de expedição de determinação ao ente municipal para implementação de sistema apto a comprovar a efetiva prestação de serviços mediante a promoção de controle eletrônico de frequência.
Veja-se que a questão relativa à terceirização inadequada de mão de obra foi objeto de ressalva, conforme se depreende do seguinte trecho extraído da fundamentação (autos n° 231305/15, peça n° 246, fls. 5-7):
Terceirização inadequada de mão de obra
Como sabido, no Brasil a saúde constitui direito fundamental, de natureza social, consoante preceitua o art. 6º, caput, da Constituição Federal, estando fortemente associado ao princípio da dignidade da pessoa humana, um dos pilares da República Federativa do Brasil.
O direito à vida está relacionado no Título II da Constituição, que trata "Dos Direitos e Garantias Fundamentais", sendo o direito à saúde o mais expressivo componente de uma vida com dignidade. Neste contexto, podemos afirmar, com toda certeza, que sem a assistência à saúde não se pode dizer que exista uma vida digna.
Justamente para garantir o direito à saúde é que a Constituição Federal determinou que todos os entes estatais são por ele responsáveis. De modo que, para prestar os serviços necessários à assistência à saúde dos munícipes, o Município deve valer-se da contratação de médicos através de concurso público, visando garantir a concorrência e a impessoalidade. Porém, a realidade se mostra muitas vezes diferente, já que muitos Municípios, não raras vezes, acabam tendo de contratar médicos, sem processo seletivo, para suprir a demanda da saúde.
Essa é justamente a situação do Município de Tupãssi. Conforme aduzido pelas partes em sua defesa, o gestor comprovou a realização de concursos públicos infrutíferos, demonstrou a existência, o funcionamento e o número de atendimentos realizados nos estabelecimentos públicos de saúde, apresentou a lista dos servidores efetivos com atuação na área, bem como o planejamento dos serviços de saúde e compromisso de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público do Estado para contratação de médicos.
Desta forma, entendo que as razões apresentadas pela defesa justificam a opção do ingresso de terceiros privados na rede pública de saúde, no exercício de 2012 a 2015, conforme autorizado pelo art. 199, § 1º da Constituição Federal.
Por fim, resta salientar que a questão das contratações foram anteriormente aventadas nos autos de Prestação de Contas de 2012 (Processo n.º 149954/13), tendo a Segunda Câmara deste Tribunal emitido parecer prévio pela sua regularidade diante da uniformidade das manifestações, à época, da Diretoria de Contas Municipais e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
De outra sorte, quanto à questão levantada pelo Ministério público de dano ao erário, ao considerar o valor ofertado no concurso e o efetivamente pago em razão da parceria, melhor sorte não ocorre, já que descabida a comparação entre os valores pagos à Associação Beneficente Esperança de Tupãssi e a remuneração anunciada nos editais dos concursos públicos mencionados.
Da mesma forma, mostra-se extremamente subjetiva a alegação de dano derivado da perda da arrecadação do IRPF, posto que referidos valores ainda se mantêm no erário da União.
Neste contexto, possível a conversão do item em RESSALVA, nos termos propostos pela Unidade Técnica.
À luz do exposto, considerando que a questão relativa à terceirização indevida dos serviços de saúde no Município de Tupãssi, durante os exercícios financeiros de 2012

a 2015, em decorrência de diversos termos de convênio, inclusive o de n° 7/2013 – a que se refere especificamente a presente prestação de contas -, já foi objeto de exame e julgamento por esta Corte de Contas, em decisão transitada em julgado, entendo que a matéria deve ser afastada do escopo de análise destas contas, por se tratar de coisa julgada.
Acrescente-se que o apontamento sequer foi objeto de contraditório nos presentes autos, e que a aposição de uma nova ressalva pelos mesmos fatos, como decorreria da solução proposta pela unidade técnica, poderia configurar bis in idem.
Diante disso, não havendo quaisquer outros apontamentos de irregularidade pela unidade técnica, nos termos da Instrução n° 1467/24 (peça n° 27), a presente prestação de contas deve ser julgada regular.
3. Face ao exposto VOTO no sentido de que esta Câmara julgue regular a presente prestação de contas de transferência voluntária, celebrada entre o Município de Tupãssi e a Associação Beneficente Esperança de Tupãssi, referente ao Termo de Convênio n° 7/2013, registrado no SIT sob n° 12952.
Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento, com fulcro nos arts. 168, VII, e 398, § 1º do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I - Julgar regular a presente prestação de contas de transferência voluntária, celebrada entre o Município de Tupãssi e a Associação Beneficente Esperança de Tupãssi, referente ao Termo de Convênio n° 7/2013, registrado no SIT sob n° 12952;
II – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento, com fulcro nos arts. 168, VII, e 398, § 1º do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-485190/19
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO:-BACHIR ABBAS, HILTON SANTIN ROVEDA, MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, PEDRO BUENO COSTA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1763/24 - PRIMEIRA CÂMARA
Ato de inativação. Aposentadoria especial. Súmula Vinculante nº 33/STF. Ausência de comprovação dos requisitos legais. Negativa de registro, com determinação.
1. Trata-se de processo de exame de legalidade de ato de concessão de aposentadoria especial, com proventos integrais, fundamentada na Súmula Vinculante nº 33/STF, deferida ao Sr. Pedro Bueno Costa, ocupante do cargo de operador de máquina, no Município de União da Vitória, admitido em 09/03/1994, encaminhada a esta Corte de Contas em 16/07/2019.
No curso da instrução processual, a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão apontou as seguintes irregularidades: (i) cálculo do benefício realizado a partir da última remuneração do servidor, em detrimento da média das 80% maiores remunerações de contribuição (R$ 2.650,82), e; (ii) a análise do Perfil Profissiográfico Previdenciário-PPP apresentado à peça 14, demonstra que restou atestada a eficácia do EPI utilizado pelo servidor, cabendo a entidade apresentar os devidos esclarecimentos, complementando a documentação e as informações, ciente de que, ausentes a comprovação de exposição ados fatores de risco e preenchimento do requisito temporal, deverá informar ao servidor acerca da irregularidade, oportunizando que opte por regra de aposentadoria diversa.
Devidamente intimado, o Município de União da Vitória não apresentou justificativas que afastassem as irregularidades apontadas, tampouco corrigiu o ato.
Diante disso, a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (Instrução nº 16219/23) e o Ministério Público de Contas (Parecer nº 1007/23) manifestaram-se pela negativa de registro do ato.
Na sequência, o Município de União da Vitória juntou petição, acostada nas peças 41-42.
Em análise dos documentos apresentados, a Coordenadoria de Gestão Municipal, na Instrução nº 977/24 (peça 45), apontou que a entidade juntou novos cálculos de verbas transitórias, bem como retificou o ato de inativação, razão pela qual estaria regularizado o item. Consignou, entretanto, que permanece sem justificativa a observação relativa à eficiência do EPI utilizado pelo servidor, descaracterizando o tempo especial computado.
Nesse contexto, opinou a unidade técnica pela negativa de registro do ato, sendo acompanhada pelo Ministério Público de Contas, no Parecer 246/24, acrescentando a necessidade de observância do Prejulgado nº 11, no que tange à intimação do servidor, bem como a emissão de determinação ao Município de União Vitória e ao FUMPREVI, na pessoa de seus respectivos representantes legais, para que, no prazo de 30 dias, adotem as medidas regularizadores cabíveis relativamente ao apontamento constante na Instrução nº 977/24-CGM, e, havendo alteração de fundamento legal do benefício, instaurem novo processo para exame de legalidade do ato revisional.
É o relatório.
2. Em consonância com os opinativos uniformes que instruem o feito, ao presente ato de inativação deve ser negado registro.
Conforme consta do relatório, a aposentadoria em exame fora fundamentada na Súmula Vinculante nº 33, do Supremo Tribunal Federal, com o seguinte enunciado: "aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, §4º, inciso III da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica".
O referido dispositivo constitucional assim dispunha[1]:
Art. 40 (...)
§4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:
(...)
III – cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.
Por sua vez, aos segurados do regime geral, a aposentadoria especial está disciplinada pela Lei nº 8.213/91, que contempla a sua concessão nos casos de trabalho sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser lei, dependendo da comprovação, além do tempo de trabalho nessas condições, da exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos, ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente aos exigido para a concessão do benefício (art. 57, da Lei nº 8.213/91).
No presente caso, não houve a devida comprovação da exposição aos fatores de risco e preenchimento do tempo mínimo especial exigido para as atividades do servidor (25 anos), na medida em que, conforme apontado pela Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão, na Instrução nº 13748/23, em análise do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), juntado na peça 14, fls. 7-8, constatou-se a eficácia do EPI utilizado pelo servidor.
Importa destacar que, nada obstante tenha sido o ente intimado a se manifestar, esclarecendo o questionamento suscitado ou facultando ao servidor a opção por nova regra de aposentadoria, limitou-se a reapresentar os documentos já juntados na peça 14, datados de 2018.
Por esse motivo, restando ausente de comprovação o preenchimento dos requisitos legais para concessão da aposentadoria especial, deve ser negado registro ao ato.
3. Em face do exposto, VOTO pela negativa de registro do ato de inativação concedida ao Sr. Pedro Bueno Costa.
Outrossim, determino ao Município de União da Vitória que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda à intimação do servidor para efeito de fluência do prazo recursal, de 15 (quinze) dias, nos termos do Prejulgado nº 11 – TCEPR.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I – Negar registro ao ato de inativação concedido ao Sr. Pedro Bueno Costa;
II – determinar ao Município de União da Vitória que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda à intimação do servidor para efeito de fluência do prazo recursal, de 15 (quinze) dias, nos termos do Prejulgado nº 11 – TCEPR.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. Redação posteriormente alterada pela EC nº 103/19.

PROCESSO Nº:-406444/20
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO:-BACHIR ABBAS, HILTON SANTIN ROVEDA, MARIA INES STONOGA ZIELINSKI, MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1764/24 - PRIMEIRA CÂMARA
Ato de inativação. Aposentadoria especial fundamentada na Súmula Vinculante 33. Diversas inconsistências constatadas, inclusive quanto à ausência de comprovação do tempo mínimo de 25 anos de efetiva exposição a fatores de risco. Negativa de registro.
1. Trata-se de processo de exame de legalidade de ato de concessão de aposentadoria especial, fundamentada na Súmula Vinculante 33, do Supremo Tribunal Federal, concedida à Sra. Maria Ines Stonoga Zielinski, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem no Município de União da Vitória, formalizada por meio do Decreto nº 234 de 15/06/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 17/06/2020 (peças n° 11 e 12).
Por meio das Instruções nº 18285/22 (peça n° 16) e nº 14074/23 (peça n° 23), a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão apontou, inicialmente, as seguintes inconformidades: incorreção no valor dos proventos; incorreção dos salários de contribuição lançados no sistema e nos cálculos da média; equívoco na proporcionalização de verbas transitórias; os documentos relativos ao Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) não abrangem o período mínimo de 25 anos; insuficiência de informações, uma vez que vários campos do PPP de peça n° 15, fls. 11-15 foram registrados com "NA" e foi atestada a eficácia do EPI utilizado; a Lei n° 3.058/2003 não prevê o cargo de auxiliar de enfermagem; necessidade de indicação da lei que instituiu a verba "adicional noturno" e incorreção de informações no SIAP.
Em resposta, o Município de União da Vitória apresentou documentos às peças n° 21-22 e 28-29, em que corrigiu apenas algumas das falhas apontadas.
Assim, em nova análise, realizada por meio da Instrução n° 15947/23 (peça n° 30), a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão opinou pela negativa de registro do ato de inativação, tendo em vista a manutenção das seguintes irregularidades:
1. Houve inclusão ou exclusão de verba indevidamente da remuneração para fins de comparativo com a média, em desobediência ao princípio da contributividade.
Instado a retificar as proprocionalizações das verbas transitórias, às peças 16 e 23, nota-se que o Ente previdenciário procedeu às correções, à peça 29, sem, contudo, manifestar-se quanto ao questionamento acerca do Adicional Noturno (cód. 14), assim como também não realizou o lançamento dos valores no sistema.
Isso porque, da análise do Relatório Circunstanciado mais recente, à peça 28, fls. 04, nota-se que a Entidade deixou de indicar a média proporcionalizada das verbas transitórias consideradas incorporáveis (peça 29), para composição da última remuneração da servidora.
Assim, verifica-se que o montante lançado, relativo à última remuneração, restou equivocadamente inferior.
2. Não foram juntados o PPP, o LTCAT ou o laudo pericial comprovando que o servidor esteve submetido por no mínimo 25 anos a agentes nocivos químicos, físicos

e biológicos ou à associação de agentes prejudiciais à sua saúde ou integridade física.
Em análise ao Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), apresentado à peça 15, fls. 11-15, constata-se que, para além da insuficiência das informações, visto que vários campos restaram registrados com "NA", constata-se ainda que foi atestada a eficácia do EPI utilizado pela servidora.
Ademais, questionada quanto ao não preenchimento do requisito temporal mínimo, às peças 16, fls. 14, e 23, fls. 06, a Entidade deixou de apresentar esclarecimentos.
Deste modo, observa-se que não houve manifestação pontual quanto a eventual descaracterização do tempo especial da servidora, permanecendo a irregularidade apontada.
3. O ato de concessão não atendeu às formalidades legais;
4. Os dados informados no SIAP não são compatíveis com os documentos apresentados.
Para além da ausência de correção dos dados relativos aos períodos de contribuição da servidora no sistema (peça 28, fls. 03), visto que não houve rompimento do vínculo existente entre a servidora e o órgão de inativação, apenas fruição de licença sem remuneração (peça 08, fls. 05), constata-se, ainda, que não houve retificação dos salários de contribuição utilizados no cálculo da média (consoante peças 07; 28, fls. 05, e 29, fls. 41) e, consequente, dos proventos consignados no Ato concessório (peças 11 e 12).
Neste aspecto, observa-se que embora tenha sido esclarecida, por meio das Instruções sob nº 18285/2022 e 14074/2023 – CAGE – às peças 16 e 23, a necessidade de revisão da apuração da média, sendo irregular a somatória de vantagens ao valor calculado (peça 13, fls. 04), bem como a utilização de salários de contribuição não correspondentes à fática base de cálculo mensal em que incidiu o desconto previdenciário da servidora, verifica-se que seguiu havendo o cômputo de montantes inferiores ao correto (peças 07; 28, fls. 05 e 29, fls. 41).
Assim, nota-se que os dados consignados à peça 28, fls. 04 e 05, permaneceram incorretos, assim como o valor registrado no Ato concessório, peças 11 e 12.
Mediante o Parecer n° 958/23 (peça n° 33), o Ministério Público de Contas também se manifestou pela negativa de registro.
Na sequência, sobreveio a juntada de novos documentos, às peças n° 35-36, pelo Município de União da Vitória, razão pela qual os autos foram novamente remetidos à unidade técnica para análise.
Por meio da Instrução n° 987/24 (peça n° 39), a Coordenadoria de Gestão Municipal afirmou que o ente municipal se limitou a juntar novamente o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), sem qualquer manifestação quanto ao contido na Instrução n° 15947/23 – CAGE, mantendo-se as irregularidades indicadas. Diante disso, aderindo aos fundamentos daquela manifestação técnica, reiterou o opinativo pela negativa de registro do ato em comento.
Tal entendimento foi corroborado pelo Ministério Público de Contas, nos termos do Parecer n° 323/24 (peça n° 40).
É o relatório.
2. Em conformidade com as manifestações uniformes da unidade técnica e do Ministério Público de Contas, deve ser negado registro ao presente ato de inativação.
Ainda que, à peça n° 36, tenha sido apresentado novo Perfil Profissiográfico Previdenciário referente ao período laborado pela servidora junto à Prefeitura Municipal, em substituição àquele constante da peça n° 15, fls. 13-15, com a especificação dos períodos de exposição, a indicação dos vários tipos de fatores de risco e da eficácia ou não dos equipamentos de proteção coletiva e individual, verifica-se que não restou preenchido o requisito temporal mínimo de 25 anos de efetiva exposição a fatores de risco para fins de aposentadoria especial.
O novo PPP apresentado traz os seguintes registros quanto aos fatores de risco, nos períodos de 02/06/1997 a 05/02/2008 e 01/04/2009 a 17/06/2020:

REGISTROS AMBIENTAIS							
15 - Exposição a Fatores de Riscos							
15.1 Período	15.2 Tipo	15.3 Fator de Risco	15.4 Intensidade/ Concentração	15.5 Técnica Utilizada	15.6 EPC Eficaz (S/N)	15.7 EPI Eficaz (S/N)	15.8 CA EPI
02/06/1997 a 05/02/2008 01/04/2009 a 17/06/2020	Físico	Ruído contínuo ou intermitente (legislação previdenciária)	55 dB (A) (2019)	Dosimetria	NA	NA	-
02/06/1997 a 05/02/2008 01/04/2009 a 17/06/2020	Biológico	Contato permanente com pacientes.	NA	Qualitativa	N	N	-
02/06/1997 a 05/02/2008 01/04/2009 a 17/06/2020.	Acidentes	Ferimentos nos pés, ferimento nas mãos e dedos ao aplicar e ao descartar as seringas e agulhas.	NA	Qualitativa	S	S	-

II SEÇÃO DE REGISTROS AMBIENTAIS							
15 – EXPOSIÇÃO A FATORES DE RISCOS							
15.1-Período	15.2-Tipo	15.3-Fator Risco	15.4- Intensid./ Concentração	15.5- Técnica Utilizada	15.6-EPC Eficaz (S/N)	15.7-EPI Eficaz(S/N)	15.8-CA/ EPI
01/04/1987 a 27/12/1989	Biológico	Vírus, Fungos e Bactérias	NA	Qualitativa	NA	NA	

Por sua vez, o PPP de peça n° 15, fls. 11-12, referente à prestação de serviços junto à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de União da Vitória, no período de 01/04/1987 a 27/12/1989, traz as seguintes informações:
Quanto a este último documento, mesmo tendo a unidade técnica apontado, no curso do processo, por diversas vezes, que havia insuficiência de informações, visto que vários campos foram registrados com "NA", inclusive no que se refere à eficácia ou não do EPI, o que prejudica a análise, não houve prestação de quaisquer esclarecimentos pela municipalidade.
De todo modo, ainda que se considere, para este período, que o EPI não era eficaz, quando se procede ao somatório de todos os períodos indicados em ambos os PPPs (01/04/1987 a 27/12/1989, 02/06/1997 a 05/02/2008 e 01/04/2009 a 17/06/2020), constata-se que o tempo total declarado é de cerca de 24 anos e 8 meses, não se tendo completado, portanto, o período mínimo de 25 anos de efetiva exposição a fatores de risco, requisito obrigatório para a concessão de aposentadoria especial.
Ademais, verifica-se a manutenção de todas as demais irregularidades indicadas na Instrução n° 155947/2023-CAGE (peça n° 30), que não foram sequer objeto de manifestação por parte da entidade municipal.
Ante todo o exposto, deve ser negado registro ao ato de inativação.
3. Em face do exposto VOTO no sentido de que esta Câmara:
3.1 Negue registro ao ato de concessão de aposentadoria especial, fundamentada na Súmula Vinculante 33 do Supremo Tribunal Federal, concedida à Sra. Maria Ines Stonoga Zielinski, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem no Município de União da Vitória, formalizada por meio do Decreto nº 234 de 15/06/2020, diante das várias inconsistências constatadas por esta Corte de Contas, nos termos da fundamentação, inclusive a ausência de comprovação do requisito temporal mínimo de 25 anos de efetiva exposição a fatores de risco para fins de concessão de aposentadoria especial;
3.2 Determine à Diretoria de Protocolo que intime o Município de União da Vitória para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda à intimação da servidora para efeito de fluência do prazo recursal, de 15 (quinze) dias, nos termos do Prejulgado nº 11 – TCE/PR, juntando aos autos a comprovação da respectiva ciência.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I - Negar registro ao ato de concessão de aposentadoria especial, fundamentada na Súmula Vinculante 33 do Supremo Tribunal Federal, concedida à Sra. Maria Ines Stonoga Zielinski, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem no Município de União da Vitória, formalizada por meio do Decreto nº 234 de 15/06/2020, diante das várias inconsistências constatadas por esta Corte de Contas, nos termos da fundamentação, inclusive a ausência de comprovação do requisito temporal mínimo de 25 anos de efetiva exposição a fatores de risco para fins de concessão de aposentadoria especial;
II - determinar à Diretoria de Protocolo que intime o Município de União da Vitória para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda à intimação da servidora para efeito de fluência do prazo recursal, de 15 (quinze) dias, nos termos do Prejulgado nº 11 – TCE/PR, juntando aos autos a comprovação da respectiva ciência.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-542224/19
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PALMITAL
INTERESSADO:-ADRIANA CARVALHO COUTINHO, ALEX CLEYTON ALMEIDA MOHANNA, ALEX FERNANDO ZANOVELLO, ALEXSANDRO DE LIMA, ALINE APARECIDA GUERREIRO DE OLIVEIRA, ALINE APARECIDA PRAXEDES CORDEIRO, ALINE DE SOUZA PINTO, ALISSANDRA SIMIONI GOULART NUNES, ALISSON ANDRE OBAL, ALVANDI FERREIRA RIBAS, ANA CAROLINE BUDSKE, ANA LUÍZA MACEDO CAMARGO PIEROG, ANDRE OLIVEIRA DE SOUZA, ANDREA OBAL, ANDREIA DO CARMO MOREIRA GONCALVES, ANDRESSA APARECIDA KETES, ANDRESSA PINHEIRO CAMARGO, ANGELA GURA, ANGELA MAIARA DE OLIVEIRA, ANGELA MARIA DE LIMA, ANTONIO CARLOS MOREIRA, ANTONIO FERRAZ DE LIMA NETO, ANTONIO SIMIANO, ARIANE SORGATO MORCHE, BRUNO BERTAO ALVES, CAMILA ROCHA ANTUNES SIMIANO, CARLOS ALBERTO OLIVEIRA, CAROLINE BRZEZINSKI CARVALHO, CERLI BENETTE RODRIGUES, CEZAR AUGUSTO VISENTIN, CIUMARA CARRIEL, CLAIDI DE FREITAS, CLARICE ALVES DE SOUZA, CLELIA REGINA DE OLIVEIRA, CLEMAIR DE ANDRADE FRIDER, CLEONI LOURENÇO DOS SANTOS, CONCEIÇÃO MARIA VIANNA MORAIS, CRISTIANE DE FATIMA LEAL SALDANHA, CRISTINA RAMOS FERREIRA, DAIANE CAMPOS DA SILVA, DANIEL ARAUJO, DANIELI FERNANDA AURELIO, DANILO AMORIM SCHREINER, DIELI MARTINS BERNARDINI, DIENIPHER NEVES DOS SANTOS, DILCELIA REGINA MARTINS, DIRCELIA OLIVEIRA DO NASCIMENTO, EDENILDA RIBAS CAMARGO, EDICARLA SOUZA DA SILVA, EDIMARA DOS SANTOS BARBOSA, EDINA DEIZIANE CORREIA, EDIVAN SZCZEREPA, EDLAINE DA SILVA GAZOLA, EDUARDO ORESTES TOMEN, ELAINE BARTZ, ELAINE CRISTINA CLAZER, ELAINE PRATES GUEREGA, ELDA BOIKO, ELIANE GHIORZI, ELIAS RODRIGUES DA SILVA, ELIDE MARIA ZOLANDEK, ELIZABETE APARECIDA PEREIRA, ERONDI VIEIRA, EVA CRISTIANE ZAIATZ, EVA MARTA DA LUZ, EVANDRO BARBOSA, FATIMA DA LUZ PINGAS, FLAVIA CRISTINA KNAPP KANARSKI, GEFERSON OLIVEIRA PEREIRA, GEISLA RAIANE DE CARVALHO, GENILSON SCHON, GISELI DIAS RIBEIRO, GISLAINE LOPES DOS SANTOS, GRAZIELI JUSVIAK, GUILHERME HENRIQUE DE OLIVEIRA FREITAS, ILMA FERNANDA VICENTIM, INES CARARO, INES DE FATIMA MONTEIRO, IOLANDA ROZELI MATULLE KATSCZUK, ISABEL DEMETRIO, IVANETE APARECIDA SARTORI, IVANILDA IAGLA, IVONEIDE MARIA ZAPATOSKI, JEAN LUCIANO DA SILVA, JEANE LISBOA DOS SANTOS, JEFFERSON MARCELO DOS SANTOS, JEICE PRISCILA DE SOUZA, JESSICA CAMILA DE CARVALHO, JESSICA LANARA SOARES SALDANHA, JESSYKA LOPES RICKLI, JOAO CARLOS GARDIN, JOAO CARLOS MACHADO, JOAO MARIA ASSIS, JOAO PAULO LORENZETT, JOAO PEDRO DE LIMA, JOAO SAMUEL LEAL DE ALMEIDA, JOAO VANDERLEI PANIZZON, JOCELIA DE FREITAS, JOCIMARA DOCHEVAT LEAL, JOELMA DE OLIVEIRA MIKUSKA, JOELMA DOS SANTOS MARTINS, JOSE ALEX VIANA PINTO, JOSE AUGUSTO SILVESTRI CLAZER, JOSE DA LUZ DOS SANTOS CORDEIRO, JOSEMERI APARECIDA KARPINSKI, JOSIANE DA SILVA KNAPP, JOSIELI APARECIDA GOMES, JOSIMAR DA LUZ, JULIANA DE SOUZA SILVA, JULIANE FRYDER MATOZO DE OLIVEIRA, JULIANE GOMES, JULIO CEZAR DA SILVA, KAREN CALDAS MACHADO, KARLLA CLASER LORENZETTI, KAROLINE ISNAK RODRIGUES, LAIS DANIELE MICHALCZYSZYN LINTESMAIER, LARISSA NEVES MARCONDES SILVA, LEDI CORDEIRO LOPES, LEIDICLEIA CALAUDINO VAIS, LEIRIANE DE SENA ALVES, LIDIANE SIMIANO, LILIAN DE OLIVEIRA, LILIANE TERRA DA SILVA, LUCIANE APARECIDA DE OLIVEIRA SANTIAGO, LUCIANE FATIMA DA LUZ, LUIZ FERNANDO ZONIN, MARCELO DO AMARAL MACIEL, MARCIA FIEBIG DE PAULA DE ALMEIDA, MARIA APARECIDA SCHOMA, MARIA APARECIDA UCHAKI DA CRUZ, MARIA DAIANE DE OLIVEIRA SILVA, MARIA DE FATIMA CARNEIRO DA SILVA, MARIA FATIMA DE SOUZA, MARIA ZENAIDE ALVES VIEIRA KATCHUK, MARIANGELA DUARTH MOREIRA, MARILEIA MARTINS, MARILUCI MARTINS KULKA, MARLENE HUCHAK, MARTA BORGES, MEIRY LARISSA DE OLIVEIRA SILVESTRE, MERCIA EUGENIA DE LIMA SANTOS, MICHELE CITADIN, MICHELY DOS SANTOS, MUNICÍPIO DE PALMITAL, NADIR SCHOMA CASTANHARI, NATANE CARLA CAMARGO DA SILVA, NEIDE KELLY NEVES, NEUSA MAZUR DA ROSA, NOEMI DE LIMA

MOREIRA, ORIVALDO FRYDER, PATRICIA DE FATIMA TELLES, PAULO CESAR GONCALVES DE SOUZA, PAULO SERGIO BUREY, RAFAEL ANDRADE ALMEIDA, RAFAELA DOS SANTOS, RAFAELA SCHOMA ANTONIO, RAQUELINE APARECIDA AMARAL, REGIANE MARIA DA SILVEIRA, REGIELE MATOZO FERNANDES, RITIELLI VANESSA MACHADO GOLANOSKI, ROBERTO CARLOS ROSSI, ROSA MARIA VARELA, ROSALCO CORDEIRO, ROSANGELA MACHADO DA SILVA, ROSELI CORREIA, ROSICLEIA ROSA, ROSILDA D APARECIDA RAMOS, ROSILDA MARIA VARELA, ROSILENE BARREIRA DE JESUS, SAARA MENOM DOS SANTOS, SANDRA DA SILVA, SANDRA MARA DOS SANTOS FERRAZ, SANTINA DA SILVEIRA, SEBASTIAO DA SILVA CARDOSO, SELMA DE SENE, SILMARA RAMOS OLIVEIRA, SILVANA ANDRADE DOS SANTOS, SIMONI MIRANDA BRANDALISE, SINTIA FATIMA MARTINS DOS SANTOS, SOELETE DA ROSA, SOELI MEDEIROS, SOLANGE DE FATIMA DOS SANTOS, SONIA FATIMA DE OLIVEIRA, SORAIA ANGELICA MOHANNA, TAINA CRISTINA SUERO DA CRUZ, TAMARA SILVESTRE DOS SANTOS, TATIANE DE FATIMA DE OLIVEIRA, THAIS DA SILVA GAZOLA, VAGNER ALENCAR WALIGURA, VAGNER IUSVIAK, VAGNER PLEP MACHADO, VALDEMIR MAZUR, VALDENEI DE SOUZA, VALDINEIA NEVES, VALDIR FAGUNDES MACHADO, VALDIR MEDEIROS, VANDERLEI FERNANDO ZANELLA, VANDERLEI RETCHESKI, VANDERLEIA FERREIRA DA SILVA, VANESSA BRUGNAROTTO, VANESSA ROSA, VANIELE APARECIDA VALÉRIO, VILMA DE LIMA
ADVOGADO / PROCURADOR:-CRISTIANO SCIBOR, DOUGLAS ALEX PEREIRA FERREIRA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1765/24 - PRIMEIRA CÂMARA

Admissão de pessoal. Concurso Público para o provimento dos cargos de Médico, Contador, Assistente Social, Enfermeiro, Engenheiro Civil, Fisioterapeuta, Médico Veterinário, Psicólogo, Técnico de Controle, Técnico de Controle de Transportes, Procurador, Nutricionista, Fonoaudiólogo, Técnico Agrícola, Técnico de Enfermagem, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Tesouraria, Agente de Combate a Endemias, Agente Comunitário de Saúde, Fiscal de Obra, Motorista, Auxiliar de Serviços Gerais, Operador de Máquinas e Professor. Pela legalidade e registro. Encaminhamento à DTI para correção SIAP, conforme documentação apresentada.

1. Trata-se de processo de admissão de pessoal[1] promovido pelo Município de Palmital, mediante Concurso Público, disciplinado pelo Edital nº 01/2015 (peça 19), para o provimento dos cargos de Médico, Contador, Assistente Social, Enfermeiro, Engenheiro Civil, Fisioterapeuta, Médico Veterinário, Psicólogo, Técnico de Controle, Técnico de Controle de Transportes, Procurador, Nutricionista, Fonoaudiólogo, Técnico Agrícola, Técnico de Enfermagem, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Tesouraria, Agente de Combate a Endemias, Agente Comunitário de Saúde, Fiscal de Obra, Motorista, Auxiliar de Serviços Gerais, Operador de Máquinas e Professor, conforme lista de admitidos da peça 48, fls. 18 a 55.

Em sua primeira manifestação a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão - CAGE, por meio da Instrução nº 23224/22 (peça 48), apontou a seguinte irregularidade: "Houve nomeação após o fim do prazo de validade do processo de seleção, qual seja, 09/12/2015, vez que o certame foi homologado aos 09/10/2015 e o edital de abertura previu 30 dias de validade[2]. Data Fim Prorrogação: 09/12/2015. Tal extemporaneidade atingiu os admitidos relacionados na Instrução".

Assim, opinou a Unidade Técnica pela realização de diligência à origem para apresentação de defesa/saneamento, em observância ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa.

Em nova manifestação, a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão - CAGE (Instrução nº 9232/23, peça 61) observou que, "apesar de oportunizado o contraditório, com concessão de prazo para manifestação (Despacho nº 6019/22, peça 49), posteriormente prorrogado (Despacho nº 541/23, peça 57), não foi apresentada resposta pela entidade de origem". Desta forma, diante da inexistência de manifestação, opinou pela negativa de registro.

O Ministério Público de Contas – 5PC por meio do Parecer nº 430/24 (peça 64), destacou "que a irregularidade apontada pela unidade técnica é apenas aparente e decorreu de equívoco no preenchimento do SIAP quanto ao prazo de validade do certame. Neste sentido, verifica-se que o edital estabeleceu o prazo de 2 anos de validade do concurso público, a partir da homologação do resultado final, que ocorreu em 08/10/2015, com possibilidade de prorrogação por igual prazo. Nas peças 45-46, consta o ato de prorrogação do certame por mais 2 anos e comprovante da respectiva publicação. Portanto, todas as admissões encartadas neste protocolado (peça 3) ocorreram dentro do período de validade do concurso, que expirou em 09/10/2019".

Assim, opinou pela legalidade e registro das admissões, "sem prejuízo de se determinar ao Município de Palmital a correção do SIAP, caso se entenda como medida indispensável".

Por meio do Despacho nº 900/23 – GCIZL (peça 71), foi constatado que "a Municipalidade efetuou Requerimento Externo no Portal e-Contas, através da Petição nº 782249/22, a qual foi anexada ao processo nº 179803/16 (peça nº 304), que trata do protocolo originário de admissão de pessoal, relativo ao concurso público nº 01/2015, a fim de que fosse realizada a correção dos dados do SIAP. Ao verificar o sistema de tramitação processual desta Corte de Contas, é possível constatar que o pedido está pendente de análise pela Coordenadoria de Gestão Municipal desde 16/12/2022.

Desta forma, preliminarmente, foi determinada a remessa dos autos à Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM para esclarecer se a "petição anexada aos autos nº 179803/16, na peça nº 304, supre a irregularidade apontada na Instrução nº 9323-23 – CAGE, que deu causa à negativa de registro, manifestando-se, em caso afirmativo, acerca da possibilidade de registro dos atos de admissão objeto do presente processo".

Por meio da Instrução nº 1303/24 (peça 77) a Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM manifestou-se no seguinte sentido:

"A referida petição acostada nos autos nº 179803/16 não supriu a irregularidade no preenchimento do SIAP, pois, conforme manifestado à peça 306 daqueles autos, o pedido foi deduzido em processo diverso do devido, restando impossível atendê-lo. Observa-se que o ente nada mais manifestou a esse respeito no presente processo e nos autos 179803/16. De outro lado, as nomeações ocorreram dentro da validade do concurso, conforme documentação acostada às peças 44/45".

Desta forma sugeriu a Unidade Técnica: "(...); b) o registro das admissões; c) a expedição de determinação ao gestor atual do Município para que efetue a correção da informação da validade do certame via pedido próprio em Requerimento Externo ou deduzindo pedido nestes autos".

Em nova manifestação, o Ministério Público de Contas – 5PC (Parecer nº 289/24, peça 79), ratificou o opinativo anterior, pela legalidade e registro das admissões, com determinação à entidade de origem para correção dos dados no SIAP.

É o relatório.

2. Conforme acima relatado, nos termos dos pareceres uniformes da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas, as presentes admissões de pessoal merecem registro, uma vez que foi atestado: (i) a regularidade da documentação colacionada aos autos, nos termos do Instrução Normativa nº 142/2018; (ii) o cumprimento dos limites e prazos de vedação da Lei Complementar nº 101/00; (iii) que a convocação dos candidatos respeitou o prazo de validade do edital[3] e os servidores foram convocados conforme a ordem de classificação.

Quanto à proposta de expedição de determinação à origem para correção do SIAP, formulada na Instrução nº 1303/24 da Coordenadoria de Gestão Municipal (peça 77), considerando que o ente municipal não tem autorização automática para corrigir os dados informados no SIAP, dependendo de prévia autorização em sede de Requerimento Externo ou pedido próprio nestes autos, tal como consignado pela unidade técnica, por economia processual, determino que, após o registro, os autos sejam encaminhados à Diretoria de Tecnologia de Informação, para que efetue a correção da informação da data de validade do certame no SIAP, de acordo com os documentos de peças 44/45, com o subsequente retorno dos autos à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Pessoal, para conferência.

3. Face ao exposto VOTO no sentido de que esta Câmara:

3.1. Determine o registro das admissões realizadas pelo Município de Palmital, mediante Concurso Público, disciplinado pelo Edital nº 01/2015 (peça 19), para o provimento dos cargos de Médico, Contador, Assistente Social, Enfermeiro, Engenheiro Civil, Fisioterapeuta, Médico Veterinário, Psicólogo, Técnico de Controle, Técnico de Controle de Transportes, Procurador, Nutricionista, Fonoaudiólogo, Técnico Agrícola, Técnico de Enfermagem, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Tesouraria, Agente de Combate a Endemias, Agente Comunitário de Saúde, Fiscal de Obra, Motorista, Auxiliar de Serviços Gerais, Operador de Máquinas e Professor, conforme lista de admitidos da peça 48, fls. 18 a 55.

3.2. Após, encaminhem-se os autos à Diretoria de Tecnologia de Informação, para que efetue a correção do SIAP, quanto à data de validade do certame, de acordo com os documentos de peças 44/45, com o subsequente retorno dos autos à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Pessoal, para conferência.

Por fim, transitada em julgado a decisão, fica desde já autorizado o encerramento do processo, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno dessa Corte de Contas.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I - Determinar o registro das admissões realizadas pelo Município de Palmital, mediante Concurso Público, disciplinado pelo Edital nº 01/2015 (peça 19), para o provimento dos cargos de Médico, Contador, Assistente Social, Enfermeiro, Engenheiro Civil, Fisioterapeuta, Médico Veterinário, Psicólogo, Técnico de Controle, Técnico de Controle de Transportes, Procurador, Nutricionista, Fonoaudiólogo, Técnico Agrícola, Técnico de Enfermagem, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Tesouraria, Agente de Combate a Endemias, Agente Comunitário de Saúde, Fiscal de Obra, Motorista, Auxiliar de Serviços Gerais, Operador de Máquinas e Professor, conforme lista de admitidos da peça 48, fls. 18 a 55;

II – determinar o encaminhamento dos autos à Diretoria de Tecnologia de Informação, para que efetue a correção do SIAP, quanto à data de validade do certame, de acordo com os documentos de peças 44/45, com o subsequente retorno dos autos à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Pessoal, para conferência;

III - determinar, transitada em julgado a decisão, o encerramento do processo, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno dessa Corte de Contas.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. O presente processo é complementar ao processo de admissão de pessoal nº 179803/16, julgado pela decisão S2C ACO 884/2019, publicada em 25/04/2019. Neste processo, o resultado de julgamento foi Registro com recomendações.

__2__. O apontamento foi gerado uma vez que o prazo de validade foi informado no SIAP como 30 dias, quando deveria ter sido informado 2 anos, nos termos do item 15.12 do edital do certame

__3__. "o edital estabeleceu o prazo de 2 anos de validade do concurso público, a partir da homologação do resultado final, que ocorreu em 08/10/2015, com possibilidade de prorrogação por igual prazo. Nas peças 45-46, consta o ato de prorrogação do certame por mais 2 anos e comprovante da respectiva publicação. Portanto, todas as admissões encartadas neste protocolado (peça 3) ocorreram dentro do período de validade do concurso, que expirou em 09/10/2019". (Parecer nº 430/23-5PC)

PROCESSO Nº:-322624/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE PAULO FRONTIN
INTERESSADO:-BRUNA CRISTINA MARKEVICZ, EDVINO SZWED, FRANCELI MARIA DUMA, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE PAULO FRONTIN, GISELE LIPKA TOMCZAK, JISIANE FATIMA SOBCZAK MAIA, LEONI CAMARGO FALARZ, MARIA REGIANE KATRUCHA, NEUZA MARIA APARECIDA RASERA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1766/24 - PRIMEIRA CÂMARA

Admissão de pessoal. Concurso Público para o provimento dos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais, Motorista, Auxiliar de Clínica Dentária, Enfermeiro, Farmacêutico, Nutricionista. Pela legalidade e registro, com a expedição de determinações.

1. Trata-se de admissão de pessoal promovida pela Fundação Municipal de Saúde Pública de Paulo Frontin, mediante Concurso Público, disciplinado pelo Edital nº 01/2023 (peça 30), para o provimento dos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais, Motorista, Auxiliar de Clínica Dentária, Enfermeiro, Farmacêutico, Nutricionista,

conforme lista de admitidos da peça 82, fls. 05 a 09.
A Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão -CAGE analisou cada uma das fases do concurso público, opinando, conclusivamente, por meio da Instrução nº 6368/24 (peça 82), pela legalidade e registro dos atos de admissão, com a expedição de determinações.
O Ministério Público de Contas – 4PC por meio do Parecer nº 328/24 (peça 85) acompanhou integralmente o entendimento da Unidade Técnica pela legalidade e registro das admissões e emissão das determinações.
É o relatório.
2. Conforme acima relatado, nos termos dos pareceres uniformes da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas, as presentes admissões de pessoal merecem registro, uma vez que a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão atestou: (i) a regularidade da documentação colacionada aos autos, nos termos do Instrução Normativa n.º 142/2018; (ii) o cumprimento dos limites e prazos de vedação da Lei Complementar nº 101/00; (iii) a convocação dos candidatos respeitou o prazo de validade do edital[1] e os servidores foram convocados conforme a ordem de classificação.
Acompanho, ainda, a proposta de expedição de determinações à origem, nos termos propostos na Instrução nº 6368/24 – CAGE (peça 82):
Determinações:
a. Observar os prazos fixados na IN nº 142/2018, para envio da documentação referente às fases da admissão.
b. Observar os devidos parâmetros de reserva de vagas para pessoas com deficiência a fim de que não restem dúvidas no Edital, conforme artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, Convenção subscrita pelo Brasil, referendada pelo Decreto nº 6.949/2009 e Lei de Política Nacional nº 7.853/1989, art. 2º, inciso III, alínea d.
c. Observar os devidos parâmetros para a produção de provas para cargos de nível superior, atendendo corretamente ao princípio do concurso público nos ditames do art. 37, II, da CF/88.
d. Prestar informações adequadamente ao SIAP, inserindo os dados corretamente nos campos correspondentes, conforme art. 10, §3º da IN nº 142/2018.
e. Observar o princípio da publicidade na emissão de documento de designação de comissão organizadora.
3. Face ao exposto VOTO no sentido de que esta Câmara:
3.3. Determine o registro das admissões realizadas pela Fundação Municipal de Saúde Pública de Paulo Frontin, mediante Concurso Público, disciplinado pelo Edital nº 01/2023 (peça 30), para o provimento dos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais, Motorista, Auxiliar de Clínica Dentária, Enfermeiro, Farmacêutico, Nutricionista, conforme lista de admitidos da peça 82, fls. 05 a 09.
3.4. Expeça as seguintes determinações à Fundação Municipal de Saúde Pública de Paulo Frontin:
a. Observar os prazos fixados na IN nº 142/2018, para envio da documentação referente às fases da admissão.
b. Observar os devidos parâmetros de reserva de vagas para pessoas com deficiência a fim de que não restem dúvidas no Edital, conforme artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, Convenção subscrita pelo Brasil, referendada pelo Decreto nº 6.949/2009 e Lei de Política Nacional nº 7.853/1989, art. 2º, inciso III, alínea d.
c. Observar os devidos parâmetros para a produção de provas para cargos de nível superior, atendendo corretamente ao princípio do concurso público nos ditames do art. 37, II, da CF/88.
d. Prestar informações adequadamente ao SIAP, inserindo os dados corretamente nos campos correspondentes, conforme art. 10, §3º da IN nº 142/2018.
e. Observar o princípio da publicidade na emissão de documento de designação de comissão organizadora.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as providências devidas.
Desde já, fica autorizado o encerramento do processo, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno dessa Corte de Contas.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I - Determinar o registro das admissões realizadas pela Fundação Municipal de Saúde Pública de Paulo Frontin, mediante Concurso Público, disciplinado pelo Edital nº 01/2023 (peça 30), para o provimento dos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais, Motorista, Auxiliar de Clínica Dentária, Enfermeiro, Farmacêutico, Nutricionista, conforme lista de admitidos da peça 82, fls. 05 a 09;
II - determinar à Fundação Municipal de Saúde Pública de Paulo Frontin:
(i) observar os prazos fixados na IN nº 142/2018, para envio da documentação referente às fases da admissão;
(ii)observar os devidos parâmetros de reserva de vagas para pessoas com deficiência a fim de que não restem dúvidas no Edital, conforme artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, Convenção subscrita pelo Brasil, referendada pelo Decreto nº 6.949/2009 e Lei de Política Nacional nº 7.853/1989, art. 2º, inciso III, alínea d;
(iii)observar os devidos parâmetros para a produção de provas para cargos de nível superior, atendendo corretamente ao princípio do concurso público nos ditames do art. 37, II, da CF/88;
(iv)prestar informações adequadamente ao SIAP, inserindo os dados corretamente nos campos correspondentes, conforme art. 10, §3º da IN nº 142/2018;
(v)observar o princípio da publicidade na emissão de documento de designação de comissão organizadora;
III – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as providências devidas;
IV – encaminhar à Diretoria de Protocolo para o encerramento do processo, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno dessa Corte de Contas.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

1. As admissões ora em análise observaram o fim do prazo de validade do processo de seleção, qual seja, 18/07/2025, vez que o certame foi homologado aos 17/07/2023 e o edital de abertura previu 2 anos de validade.

PROCESSO Nº:-585889/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-CAMARA MUNICIPAL DE PRUDENTOPOLIS
INTERESSADO:-ABDUL FATTAH BIDA MUSTAPHA FILHO, ALAN KAIQUE BECKER, CAMARA MUNICIPAL DE PRUDENTOPOLIS, GIOVANI GABRIELCZUK, LADEMIRO BUDNIK, PEDRO HENRIQUE HEKAVEY
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1767/24 - PRIMEIRA CÂMARA
Admissão de pessoal. Concurso Público para o provimento dos cargos Técnico de Licitações e Contratos, Agente de Operação, Operador de Som/Imagem e Recepcionista/Telefonista. Pela legalidade e registro, com a expedição de determinações.
1. Trata-se de admissão de pessoal promovida pela Câmara Municipal de Prudentópolis, mediante Concurso Público, disciplinado pelo Edital nº 01/2023 (peça 28), para o provimento dos cargos de Contador, Técnico de Licitações e Contratos, Auxiliar de Secretaria, Agente de Operação, Operador de Som/Imagem, Recepcionista/Telefonista e Secretário Executivo.
A Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão -CAGE analisou cada uma das fases do concurso público, opinando, conclusivamente, por meio da Instrução nº 5149/24 (peça 70), pela legalidade e registro dos atos de admissão, com a expedição de determinações.
O Ministério Público de Contas – 4PC por meio do Parecer nº 276/24 (peça 73) acompanhou integralmente o entendimento da Unidade Técnica pela legalidade e registro das admissões.
É o relatório.
2. Conforme acima relatado, nos termos dos pareceres uniformes da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas, as presentes admissões de pessoal merecem registro, uma vez que a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão atestou: (i) a regularidade da documentação colacionada aos autos, nos termos do Instrução Normativa n.º 142/2018; (ii) o cumprimento dos limites e prazos de vedação da Lei Complementar nº 101/00; (iii) a convocação dos candidatos respeitou o prazo de validade do edital[1] e os servidores foram convocados conforme a ordem de classificação.
Acompanho, ainda, a proposta de expedição de determinações à origem, nos termos propostos na Instrução nº 5149/24 – CAGE (peça 70):
1. Determinações:
a) Para que a Entidade se atente aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, contidos na Instrução Normativa vigente deste Tribunal de Contas.
b) Para que a entidade preveja expressamente a impossibilidade de subcontratação também no termo de referência, quando a licitação for dispensada em razão das características da instituição contratada.
c) Para que nos próximos certames seja observado o tipo de licitação, técnica ou técnica e preço, adequado ao processo de seleção de pessoal de natureza eminentemente intelectual, nos termos do art. 46, da Lei de Licitações.
d) Para que o Ente adote, nas próximas ocasiões, a elaboração de um projeto básico/termo de referência que contenha todas as informações necessárias.
3. Face ao exposto VOTO no sentido de que esta Câmara:
3.5. Determine o registro das admissões realizadas pela Câmara Municipal de Prudentópolis, mediante Concurso Público, disciplinado pelo Edital nº 01/2023 (peça 28), para o provimento dos cargos de Técnico de Licitações e Contratos, Agente de Operação, Operador de Som/Imagem e Recepcionista/Telefonista, conforme lista de admitidos da peça 70, fls. 07 a 09.
3.6. Expeça as seguintes determinações à Câmara Municipal de Prudentópolis:
a) Para que atente aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, contidos na Instrução Normativa vigente deste Tribunal de Contas.
b) Para que preveja expressamente a impossibilidade de subcontratação também no termo de referência, quando a licitação for dispensada em razão das características da instituição contratada.
c) Para que, nos próximos certames, seja observado o tipo de licitação, técnica ou técnica e preço, adequado ao processo de seleção de pessoal de natureza eminentemente intelectual, nos termos do art. 46, da Lei de Licitações.
d) Para que adote, nas próximas ocasiões, a elaboração de um projeto básico/termo de referência que contenha todas as informações necessárias conforme Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão - CAGE.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as providências devidas.
Desde já, fica autorizado o encerramento do processo, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno dessa Corte de Contas.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I - Determinar o registro das admissões realizadas pela Câmara Municipal de Prudentópolis, mediante Concurso Público, disciplinado pelo Edital nº 01/2023 (peça 28), para o provimento dos cargos de Técnico de Licitações e Contratos, Agente de Operação, Operador de Som/Imagem e Recepcionista/Telefonista, conforme lista de admitidos da peça 70, fls. 07 a 09;
II – determinar à Câmara Municipal de Prudentópolis:
(i)para que atente aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, contidos na Instrução Normativa vigente deste Tribunal de Contas;
(ii) para que preveja expressamente a impossibilidade de subcontratação também no termo de referência, quando a licitação for dispensada em razão das características da instituição contratada;
(iii) para que, nos próximos certames, seja observado o tipo de licitação, técnica ou técnica e preço, adequado ao processo de seleção de pessoal de natureza eminentemente intelectual, nos termos do art. 46, da Lei de Licitações;
(iv)para que adote, nas próximas ocasiões, a elaboração de um projeto básico/termo de referência que contenha todas as informações necessárias conforme Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE;
III – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as providências devidas;

IV – encaminhar à Diretoria de Protocolo para o encerramento do processo, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno dessa Corte de Contas.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. As admissões ora em análise observaram o fim do prazo de validade do processo de seleção, qual seja, 23/12/2025, vez que o certame foi homologado aos 22/12/2023 e o edital de abertura previu 2 ano(s) de validade.

PROCESSO Nº:-220280/24
ASSUNTO:-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO:-BACHIR ABBAS, HILTON SANTIN ROVEDA, MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
ADVOGADO / PROCURADOR:-CAIO ALEXANDRO LOPES KAIEL, ROBERLEI ALDO QUEIROZ
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1769/24 - PRIMEIRA CÂMARA

Alegação de omissão. Integração da decisão com vistas a sanar a omissão sem a concessão de efeitos infringentes. Manutenção da recomendação de irregularidade das contas e da multa administrativa em face do embargante. Conhecimento e provimento parcial dos embargos.

1. Trata-se de Embargos de Declaração (peça 56) opostos pelo Sr. Hilton Santin Roveda, Prefeito do Município de União da Vitória no exercício de 2020, em face do Acórdão de Parecer Prévio n.° 24/24 da Primeira Câmara (peça 53).

Pela decisão impugnada, este Tribunal, ao analisar a prestação de contas do União da Vitória referente ao exercício de 2020, recomendou a irregularidade das contas tendo em vista a ausência de pagamento de parte dos aportes para cobertura do déficit atuarial na forma apurada no Laudo Atuarial. Em função desse mesmo fato foi aplicada uma multa do art. 87, inciso IV, alínea g, da Lei Complementar Estadual n° 113/2005 ao Sr. Hilton Santin Roveda.

Foi ainda recomendada a ressalva das contas em razão da realização de despesas com publicidade institucional no período que antecede as eleições.

Em sede de embargos (peça 56), o Sr. Hilton Santin Roveda, com fundamento nos incisos I e II do art. 76 da Lei Complementar Estadual n° 113/2005, alegou a ocorrência de omissão quanto aos fundamentos da decisão para aplicação de multa e alegou contradição quanto ao mérito da irregularidade. Nesse sentido, defendeu que os aportes ao regime previdenciário teriam seguido as disponibilidades municipais à época e, diante de restrições orçamentárias, teriam dado atendimento ao princípio da reserva do possível, o que exigiria a conversão da falha em recomendação de ressalva das contas.

Assim, postulou o provimento dos embargos para que, com a concessão de efeitos infringentes, seja sanada a alegada contradição a fim de converter a irregularidade em recomendação de ressalva das contas e, para que seja sanada a alegada omissão, a fim de que seja afastada a multa do art. 87, inciso IV, alínea g, da Lei Complementar Estadual n° 113/2005.

Os embargos foram admitidos, conforme Despacho n° 461/24-GCIZL (peça 59). Após nova autuação (peça 60), retornaram conclusos.

É o relatório.

2. Fundamentação.

Procedem apenas em parte os argumentos apresentados em sede de embargos.

Em relação à contradição alegada, os argumentos apresentados pelo embargante não evidenciam efetiva oposição ou incoerência entre os fundamentos da decisão, mas a insurgência do gestor em face do resultado da decisão desta Corte.

Na verdade, o embargante inova, nesta fase processual, ao invocar a aplicação do princípio da reserva do possível com vistas a fundamentar seu pleito pela conversão da falha em recomendação de ressalva. Reiterou que a insuficiência dos aportes teria se dado por restrições financeiro/orçamentárias do Município e teriam por fundamento a Lei Municipal n° 4784/2018 que estipulou para a amortização do déficit o recolhimento de 2% sobre a Receita Corrente Líquida. Por fim, alegou que essas circunstâncias comprovariam obstáculos e dificuldades reais do gestor, o que deveria afastar a falha, com fundamento no art. 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Todavia, referidos fundamentos foram todos refutados pela decisão ora embargada. Transcrevo:

No caso tratado, assiste razão a Coordenadoria de Gestão Municipal, na medida em que, os argumentos trazidos pela defesa não estão aptos a descaracterizar a irregularidade levantada.

Conforme bem observado pela unidade técnica, a limitação de 2% sobre a RCL prevista no § 3º da Lei nº 4897/20 (peça 06) se contrapõe à legislação previdenciária vigente, no sentido de que, efetivamente, o equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios de previdência deve ser preservado.

No entanto, tendo-se em conta a alegação de que o Município de União da Vitória enfrentava uma grave situação e que estaria na iminente situação de falência, e considerando a possível existência de divergência de valores entre o "Demonstrativo da Disponibilidade Líquida por Grupo de Origem Recursos" e o "Resultado orçamentário/financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de créditos e RPPS", elaborados pela Coordenadoria de Gestão Municipal, pelo Despacho nº 1524/23 – GCIZL (peça 50), voltaram os autos à coordenadoria para que indicasse, efetivamente, qual o montante da disponibilidade líquida que estaria livre para utilização ao final do exercício financeiro de 2020.

Atendendo a cota nos termos solicitados, a unidade técnica, por meio da Informação nº 5/24 (peça 52), em resumo, indica que o município encerrou o exercício financeiro de 2020 com um superávit financeiro acumulado de R$ 30.154.840,50.

Portanto, com base nos números apresentados pela Coordenadoria de Gestão Municipal, não há como acatar os argumentos apresentados pela defesa, uma vez que, ainda que o município tivesse efetuado a quitação integral do aporte indicado no Laudo Atuarial, haveria superávit ao final de exercício, desfalecendo qualquer justificativa de "iminente situação de falência" que a defesa tentou demonstrar, razão pela qual, a irregularidade, para este apontamento, deve ser mantida, impondo-se a aplicação da multa do art. 87, IV, "g", da Lei Orgânica deste Tribunal, tendo em conta a desobediência à legislação previdenciária.

(Grifei)

Com isso, diante dos fundamentos já apresentados na decisão embargada, verificou-se que, tendo em vista o superávit financeiro municipal, a insuficiência de aportes não se deu, em princípio, em face de obstáculos e dificuldades que justifiquem a aplicação do art. 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Destaco, ainda, que não se evidenciou, neste caso, o impacto decorrente do combate à Covid-19 ou em razão da alegada insolvência do órgão previdenciário municipal, portanto, não há fundamentos para a eventual conversão da falha em ressalva.

Em síntese, os argumentos ora apresentados não evidenciam contradição, mas mera insurgência recursal, o que não é suscetível de acolhimento em sede de embargos, razão pela qual rejeito seus fundamentos.

Em relação à aplicação da multa do art. 87, inciso IV, alínea g, da Lei Complementar Estadual n.° 113/2005, após a fundamentação apresentada, que evidenciou a falta de aportes previdenciários, pelo Acórdão impugnado, decidiu-se: "...impondo-se a aplicação da multa do art. 87, IV, "g", da Lei Orgânica deste Tribunal, tendo em conta a desobediência à legislação previdenciária".

Portanto, houve a fundamentação de fato, que seria a própria deficiência de aportes, e de direito, que seria a contrariedade à legislação previdenciária. Todavia, com vistas a assegurar a especificidade da indicação da irregularidade ocorrida, registro na presente oportunidade os critérios legais já apontados pela Coordenadoria de Gestão Municipal, conforme fl. 1 da Instrução n.° 3251/2023 (peça 47): art. 9º da Lei Federal n.° 9.717/98[1], art. 54, § 1º[2], e art. 55[3] da Portaria do Ministério da Fazenda n.° 464/2018.

Apenas com vistas a registrar a improcedência dos argumentos em sede de embargos, destaco que, na forma já exposta na presente fundamentação, os dados constantes dos autos não autorizam que a multa seja afastada em face do art. 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Assim, diante do presente item, dou provimento parcial ao pedido para esclarecer os dispositivos legais infringidos pelo embargante que, por sua vez, determinam a incidência da multa do art. 87, inciso IV, alínea g, da Lei Complementar Estadual n.° 113/2005.

Dessa forma, conheço dos presentes embargos para no mérito dar-lhes provimento parcial, sem os efeitos infringentes requeridos, apenas para sanar omissão em relação ao apontamento específico das normas previdenciárias infringidas que fundamentam a aplicação da multa do art. 87, inciso IV, alínea g, da Lei Complementar Estadual n.° 113/2005 ao Sr. Hilton Santin Roveda.

Assim, as presentes razões passam a integrar a fundamentação do Acórdão de Parecer Prévio n.° 24/24 da Primeira Câmara (peça 53).

3. Face ao exposto, VOTO no sentido de que esta Câmara conheça dos Embargos de Declaração para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, a fim de integrar os fundamentos do Acórdão de Parecer Prévio n.° 24/24 da Primeira Câmara (peça 53), sem a concessão de efeitos infringentes, para que conste como fundamento legal da aplicação da multa do art. 87, inciso IV, alínea g, da Lei Complementar Estadual n.° 113/2005 ao Sr. Hilton Santin Roveda a inobservância do art. 9º da Lei Federal n.° 9.717/98, do art. 54, § 1º , e do art. 55 da Portaria do Ministério da Fazenda n.° 464/2018.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

Conhecer dos Embargos de Declaração opostos, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, a fim de integrar os fundamentos do Acórdão de Parecer Prévio n° 24/24 da Primeira Câmara (peça 53), sem a concessão de efeitos infringentes, para que conste como fundamento legal da aplicação da multa do art. 87, inciso IV, alínea g, da Lei Complementar Estadual n° 113/2005 ao Sr. Hilton Santin Roveda a inobservância do art. 9º da Lei Federal n° 9.717/98, do art. 54, § 1º , e do art. 55 da Portaria do Ministério da Fazenda n° 464/2018.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 9º Compete à União, por intermédio da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, em relação aos regimes próprios de previdência social e aos seus fundos previdenciários: (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)
I - a orientação, a supervisão, a fiscalização e o acompanhamento; (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)
II - o estabelecimento e a publicação de parâmetros, diretrizes e critérios de responsabilidade previdenciária na sua instituição, organização e funcionamento, relativos a custeio, benefícios, atuária, contabilidade, aplicação e utilização de recursos e constituição e manutenção dos fundos previdenciários, para preservação do caráter contributivo e solidário e do equilíbrio financeiro e atuarial; (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)
III - a apuração de infrações, por servidor credenciado, e a aplicação de penalidades, por órgão próprio, nos casos previstos no art. 8º desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)
IV - a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), que atestará, para os fins do disposto no art. 7º desta Lei, o cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e exigências aplicáveis aos regimes próprios de previdência social e aos seus fundos previdenciários. (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)
__2__. Art. 54. Para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, o plano de amortização estabelecido em lei do ente federativo deverá observar os seguintes critérios, além daqueles previstos no art. 48:
[...]
§ 1º O plano de amortização será apresentado à Secretaria de Previdência na forma estabelecida por esse órgão em instrução normativa e deverá ser objeto de contínuo acompanhamento, nos termos do § 1º do art. 50.
__3__. Art. 55. O plano de amortização deverá observar os critérios definidos em instrução normativa da Secretaria de Previdência, que disporá sobre:
I - o prazo máximo do plano de amortização, que, garantida a constituição de reservas necessárias para o cumprimento das obrigações do RPPS e atestado por meio do fluxo atuarial, poderá ser:
a) calculado de acordo com a duração do passivo do fluxo de pagamento dos benefícios do RPPS; ou
b) calculado com base na sobrevida média dos aposentados e pensionistas, no caso de amortização do deficit relativo à não cobertura integral das provisões matemáticas dos benefícios

concedidos, e no tempo médio remanescente para aposentadoria, no caso de amortização do deficit relativo às provisões matemáticas de benefícios a conceder; ou
c) definido por um tempo geral, aplicável a todos os regimes e embasado nas regras vigentes de elegibilidade das aposentadorias programadas.

PROCESSO Nº:-841354/23
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DE EXTINÇÃO DE ENTIDADE
ENTIDADE:-CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL RURAL E URBANO DA REGIAO CENTRAL DO ESTADO DO PARANA
INTERESSADO:-OSCAR DELGADO
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1770/24 - PRIMEIRA CÂMARA

Prestação de Contas de extinção de entidade. Regularidade com ressalva. Atraso na entrega dos documentos que compõem a Prestação de Contas.

1. Trata-se da Prestação de Contas de Extinção de Entidade apresentada pelo Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável Rural e Urbano da Região Central do Estado do Paraná, através do seu Presidente, Sr. Oscar Delgado, pleiteando a baixa cadastral da entidade em virtude de sua extinção, ocorrida em 12/05/2023.

A Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, por intermédio da Instrução nº 814/24 (peça 23), após análise do contraditório, conclui pela regularidade das contas, com ressalva, em razão do atraso na entrega dos documentos que compõem a Prestação de Contas, sugerindo a aplicação da multa prevista no art. 87, III, 'a', da Lei Complementar Estadual nº 113/02005, e pelo deferimento do pedido de baixa.

A Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização – COSIF, através da Informação nº 90/24 (peça 24), considerando os termos do § 3º[1] do art. 12 da Instrução Normativa nº 161/21[2], em resumo, informa que a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI procedeu à baixa do dever de prestar contas junto ao SIM-AM.

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer n° 237/24 – 4PC (peça 25), corrobora a manifestação técnica.

É o relatório.

2. As manifestações da Coordenadoria de Gestão Municipal e Ministério Público de Contas são uníssonas em relação a regularidade das contas, com ressalva, aplicação de multa e pelo deferimento do pedido de baixa.

A coordenadoria constatou que foram juntados todos os documentos necessários previstos na Instrução Normativa nº 161/21, destacando que, em relação aos aspectos contábeis, as informações declaradas no sistema SIM-AM também atendem ao previsto na referida IN, guardando consistência com os documentos enviados.

No que concerne à Transferências Voluntárias, a unidade, consultando o SIT – Sistema Integrado de Transferência, deste Tribunal, bem como o Trâmite Interno, observou a inexistência de pendências que possam justificar a negativa do pleito pela baixa da entidade.

Finalmente, quanto aos atos de pessoal, após consultar o SIAP – Sistema Integrado de Atos de Pessoal, a CGM informa que "[...] não há, na Área de Atos de Pessoal, motivos que impeçam a extinção do Consórcio Público Intermunicipal."

Instada a se manifestar, a COSIF, por meio da Informação nº 90/24 (peça 24), em resumo, informa que:

[...] a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, por meio da Solicitação de Serviços nº 110381, procedeu a baixa do dever de prestar contas junto ao SIM-AM, fixando-se a data de 31/12/2023 como data final de prestação de contas e encaminhamento de dados ao referido sistema.

2.1. Entrega dos documentos que compõem a Prestação de Contas com atraso:

Neste item, em que pese o entendimento diverso da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público de Contas, pode ser afastada a imputação da multa administrativa sugerida.

O exame preliminar das contas (peça 12 – fls. 13) constatou que a efetiva baixa do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), junto ao órgão competente, ocorreu em 16/08/23, e a prestação de contas ora sob análise foi encaminhada apenas em 22/01/04, contrariando o art. 8º[3] da IN 161/2021.

Assim, em face deste atraso, sugeriu a aplicação da multa prevista no inciso III, "a", do art. 87, da Lei Complementar nº 113/2005.

Em sede de contraditório (peça 17 – fls. 11), a defesa apresentou as seguintes justificativas:

I) Que assumiu a gestão do consórcio porque nenhum dos outros prefeitos dos municípios membros aceitou assumir para fazer a extinção do mesmo.

II) Que o Sr. Adelvino Iargas, contador responsável, cadastrado junto ao Tribunal de Contas, pediu demissão e abandonou totalmente o Consórcio, restando apenas uma servidora da área administrativa, que foi exonerada em julho/2023, para trazer as informações que o REQUERENTE necessitava.

III) Que diante disso depende de orientações de servidores da prefeitura municipal da qual é prefeito, que por sinal não tem qualquer obrigação de atender questões atinentes ao consórcio, e que os mesmos já estão bastante ocupados com relação às suas atribuições na prefeitura.

IV) Que desconhecia questões de prazo de encaminhamento dos documentos de extinção do consórcio, que por ser questão técnica, deveria ter sido observado por servidores do consórcio.

V) Solicita assim que a multa não seja aplicada por entender que o REQUERENTE não agiu de livre e espontânea vontade com relação ao envio com atraso dos documentos de extinção.

A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução nº 814/24 (peça 23 – fls. 12/15), mantém a aplicação da penalidade, por entender que o Sr. Oscar Delgado era o responsável pela entidade na data da baixa e que "[...] não foram apresentados motivos de força maior, alheios à vontade do agente, para justificar o atraso identificado."

No caso tratado, contudo, frente à singularidade dos Consórcios Intermunicipais, entendo que merecem acolhimento as razões de defesa acima transcritas, e assim, excepcionalmente, por se tratar de prestação de contas de extinção, considerando que não há indícios de que o atraso verificado tenha ocasionado prejuízo, tampouco restou configurada a má-fé, além de não ter afetado a análise por este Tribunal, fundado nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, deixo de imputar, ao Sr. Oscar Delgado, a multa prevista no art. 87, III, "a", da Lei Complementar nº 113/2005, sem prejuízo da indicação de ressalva.

3. Face ao exposto, VOTO, com fulcro no art. 16, II, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, combinado com o art. 12, II, da Instrução Normativa nº 161/21, no sentido de que esta Câmara julgue regulares com ressalva as presentes contas de extinção do Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável Rural e Urbano da Região Central do Estado do Paraná, de responsabilidade do Sr. OSCAR DELGADO, Presidente da entidade, em decorrência do atraso na entrega dos documentos que compõem a Prestação de Contas.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro, e, posteriormente, à Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização e à Diretoria de Protocolo, para que procedam às devidas baixas e anotações nos sistemas do Tribunal, nos termos do art. 15 da Instrução Normativa nº 161/21, e para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398, §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I - Julgar, com fulcro no art. 16, II, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, combinado com o art. 12, II, da Instrução Normativa nº 161/21, regulares com ressalva as presentes contas de extinção do Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável Rural e Urbano da Região Central do Estado do Paraná, de responsabilidade do Sr. OSCAR DELGADO, Presidente da entidade, em decorrência do atraso na entrega dos documentos que compõem a Prestação de Contas;

II – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro, e, posteriormente, à Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização e à Diretoria de Protocolo, para que procedam às devidas baixas e anotações nos sistemas do Tribunal, nos termos do art. 15 da Instrução Normativa nº 161/21;

III – determinar, também na Diretoria de Protocolo, o encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398, §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. § 3º Nos casos de manifestação conclusiva pela regularidade ou regularidade com ressalva(s) das contas, os autos serão encaminhados à Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização para baixa da obrigação de encaminhamento dos dados do Sistema de Informação Municipal – Acompanhamento Mensal - SIM-AM. (Incluído pela Instrução Normativa n. 163/2021)
__2__. Dispõe sobre a composição do processo de Prestação de Contas de Extinção de Entidade, estabelece o seu escopo de análise e altera a Instrução Normativa nº 82/2012.
__3__. Art. 8º O processo de Prestação de Contas de Extinção de Entidade deve ser encaminhado ao Tribunal em até 30 (trinta) dias após a efetiva baixa do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) junto ao órgão competente ou da transferência do controle societário da entidade estatal privatizada, ressalvado o previsto no § 1º.

PROCESSO Nº:-107450/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO PARAÍSO
INTERESSADO:-GEOVANI PASCOAL
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1771/24 - PRIMEIRA CÂMARA

Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal. Regularidade.

1. Trata-se da prestação de contas do Sr. Geovani Pascoal, Presidente da Câmara Municipal de Bela Vista do Paraíso, relativa ao exercício financeiro de 2023, segundo indicado a fls. 02 da peça processual nº 07.

A Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, após análise dos autos, por meio da Instrução nº 1408/24 (peça 07), conclui que as contas estão regulares.

O Ministério Público de Contas – 4PC, por intermédio do Parecer nº 291/24 (peça 08), corroborando a manifestação exarada pela unidade técnica, opina pela regularidade das contas.

É o relatório.

2. Face ao exposto, VOTO no sentido de que esta Câmara julgue regulares as contas do Sr. Geovani Pascoal, Presidente da Câmara Municipal de Bela Vista do Paraíso, relativas ao exercício financeiro de 2023, com fundamento no art. 1º, II, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I - Julgar regulares as contas do Sr. Geovani Pascoal, Presidente da Câmara Municipal de Bela Vista do Paraíso, relativas ao exercício financeiro de 2023, com fundamento no art. 1º, II, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005;

II – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-113891/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE BARRACÃO
INTERESSADO:-VALDELIRIO BORGES DE LIMA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1772/24 - PRIMEIRA CÂMARA

Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal. Regularidade.

1. Trata-se da prestação de contas do Sr. Valdelirio Borges de Lima, Presidente da Câmara Municipal de Barracão, relativa ao exercício financeiro de 2023, segundo indicado a fls. 02 da peça processual nº 07.
A Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, após análise dos autos, por meio da Instrução nº 1390/24 (peça 07), conclui que as contas estão regulares.
O Ministério Público de Contas – 7PC, por intermédio do Parecer nº 302/24 (peça 08), corroborando a manifestação exarada pela unidade técnica, opina pela regularidade das contas.
É o relatório.
2. Face ao exposto, VOTO no sentido de que esta Câmara julgue regulares as contas do Sr. Valdelirio Borges de Lima, Presidente da Câmara Municipal de Barracão, relativas ao exercício financeiro de 2023, com fundamento no art. 1º, II, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I - Julgar regulares as contas do Sr. Valdelirio Borges de Lima, Presidente da Câmara Municipal de Barracão, relativas ao exercício financeiro de 2023, com fundamento no art. 1º, II, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005;
II – determinar, após o trânsito julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-134821/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
INTERESSADO:-ROSELI APARECIDA DECKEN
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1773/24 - PRIMEIRA CÂMARA
Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal. Regularidade.
1. Trata-se da prestação de contas da Sra. Roseli Aparecida Decken, Presidente da Câmara Municipal de Cafelândia, relativa ao exercício financeiro de 2023, segundo indicado a fls. 02 da peça processual nº 06.
A Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, após análise dos autos, por meio da Instrução nº 1480/24 (peça 06), conclui que as contas estão regulares.
O Ministério Público de Contas – 7PC, por intermédio do Parecer nº 300/24 (peça 07), corroborando a manifestação exarada pela unidade técnica, opina pela regularidade das contas.
É o relatório.
2. Face ao exposto, VOTO no sentido de que esta Câmara julgue regulares as contas da Sra. Roseli Aparecida Decken, Presidente da Câmara Municipal de Cafelândia, relativas ao exercício financeiro de 2023, com fundamento no art. 1º, II, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I - Julgar regulares as contas da Sra. Roseli Aparecida Decken, Presidente da Câmara Municipal de Cafelândia, relativas ao exercício financeiro de 2023, com fundamento no art. 1º, II, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005;
II – determinar, após trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-147370/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI
INTERESSADO:-CLAUDIO APARECIDO DE OLIVEIRA, FERNANDO APARECIDO TEIXEIRA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1774/24 - PRIMEIRA CÂMARA
Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal. Regularidade.
1. Trata-se da prestação de contas do Sr. Fernando Aparecido Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Alto Piquiri, relativa ao exercício financeiro de 2023, segundo indicado a fls. 02 da peça processual nº 06.
A Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, após análise dos autos, por meio da Instrução nº 1262/24 (peça 06), conclui que as contas estão regulares.
O Ministério Público de Contas – 2PC, por intermédio do Parecer nº 300/24 (peça 07), corroborando a manifestação exarada pela unidade técnica, opina pela regularidade das contas.
É o relatório.
2. Face ao exposto, VOTO no sentido de que esta Câmara julgue regulares as contas do Sr. Fernando Aparecido Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Alto Piquiri, relativas ao exercício financeiro de 2023, com fundamento no art. 1º, II, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I - Julgar regulares as contas do Sr. Fernando Aparecido Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Alto Piquiri, relativas ao exercício financeiro de 2023, com fundamento no art. 1º, II, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005;
II – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-177431/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPOTI
INTERESSADO:-LUCIANO FERREIRA DA SILVA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1775/24 - PRIMEIRA CÂMARA
Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal. Regularidade.
1. Trata-se da prestação de contas do Sr. Luciano Ferreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Arapoti, relativa ao exercício financeiro de 2023, segundo indicado a fls. 02 da peça processual nº 06.
A Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, após análise dos autos, por meio da Instrução nº 1343/24 (peça 06), conclui que as contas estão regulares.
O Ministério Público de Contas – 5PC, por intermédio do Parecer nº 296/24 (peça 07), corroborando a manifestação exarada pela unidade técnica, opina pela regularidade das contas.
É o relatório.
2. Face ao exposto, VOTO no sentido de que esta Câmara julgue regulares as contas do Sr. Luciano Ferreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Arapoti, relativas ao exercício financeiro de 2023, com fundamento no art. 1º, II, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I - Julgar regulares as contas do Sr. Luciano Ferreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Arapoti, relativas ao exercício financeiro de 2023, com fundamento no art. 1º, II, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005;
II – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-184772/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE BITURUNA
INTERESSADO:-MARIO BONK, WANDERLEI ANTONIO MARTINS
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1776/24 - PRIMEIRA CÂMARA
Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal. Regularidade.
1. Trata-se da prestação de contas do Sr. Wanderlei Antônio Martins, Presidente da Câmara Municipal de Bituruna, relativa ao exercício financeiro de 2023, segundo indicado a fls. 02 da peça processual nº 06.
A Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, após análise dos autos, por meio da Instrução nº 1448/24 (peça 06), conclui que as contas estão regulares.
O Ministério Público de Contas – 4PC, por intermédio do Parecer nº 303/24 (peça 07), corroborando a manifestação exarada pela unidade técnica, opina pela regularidade das contas.
É o relatório.
2. Face ao exposto, VOTO no sentido de que esta Câmara julgue regulares as contas do Sr. Wanderlei Antônio Martins, Presidente da Câmara Municipal de Bituruna, relativas ao exercício financeiro de 2023, com fundamento no art. 1º, II, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO

PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I – Julgar regulares as contas do Sr. Wanderlei Antônio Martins, Presidente da Câmara Municipal de Bituruna, relativas ao exercício financeiro de 2023, com fundamento no art. 1º, II, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005;
II – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-187372/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
INTERESSADO:-MARIO JORGE PADILHA SANTOS
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1777/24 - PRIMEIRA CÂMARA
Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal. Regularidade.
1. Trata-se da prestação de contas do Sr. Mario Jorge Padilha Santos, Presidente da Câmara Municipal da Lapa, relativa ao exercício financeiro de 2023, segundo indicado a fls. 02 da peça processual nº 06.
A Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, após análise dos autos, por meio da Instrução nº 1348/24 (peça 06), conclui que as contas estão regulares.
O Ministério Público de Contas – 7PC, por intermédio do Parecer nº 284/24 (peça 07), corroborando a manifestação exarada pela unidade técnica, opina pela regularidade das contas.
É o relatório.
2. Face ao exposto, VOTO no sentido de que esta Câmara julgue regulares as contas do Sr. Mario Jorge Padilha Santos, Presidente da Câmara Municipal da Lapa, relativas ao exercício financeiro de 2023, com fundamento no art. 1º, II, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I – Julgar regulares as contas do Sr. Mario Jorge Padilha Santos, Presidente da Câmara Municipal da Lapa, relativas ao exercício financeiro de 2023, com fundamento no art. 1º, II, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005;
II – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-189480/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE CANDÓI
INTERESSADO:-VALMIR CZARNIESKI
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1778/24 - PRIMEIRA CÂMARA
Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal. Regularidade.
1. Trata-se da prestação de contas do Sr. Valmir Czarnieski, Presidente da Câmara Municipal de Candói, relativa ao exercício financeiro de 2023, segundo indicado a fls. 02 da peça processual nº 06.
A Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, após análise dos autos, por meio da Instrução nº 1430/24 (peça 06), conclui que as contas estão regulares.
O Ministério Público de Contas – 7PC, por intermédio do Parecer nº 295/24 (peça 07), corroborando a manifestação exarada pela unidade técnica, opina pela regularidade das contas.
É o relatório.
2. Face ao exposto, VOTO no sentido de que esta Câmara julgue regulares as contas do Sr. Valmir Czarnieski, Presidente da Câmara Municipal de Candói, relativas ao exercício financeiro de 2023, com fundamento no art. 1º, II, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I - Julgar regulares as contas do Sr. Valmir Czarnieski, Presidente da Câmara Municipal de Candói, relativas ao exercício financeiro de 2023, com fundamento no art. 1º, II, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005;
II – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-195189/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE CIANORTE
INTERESSADO:-WILSON LUIZ PERES PEDRÃO
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1779/24 - PRIMEIRA CÂMARA
Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal. Regularidade.
1. Trata-se da prestação de contas do Sr. Wilson Luiz Peres Pedrão, Presidente da Câmara Municipal de Cianorte, relativa ao exercício financeiro de 2023, segundo indicado a fls. 02 da peça processual nº 06.
A Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, após análise dos autos, por meio da Instrução nº 1576/24 (peça 06), conclui que as contas estão regulares.
O Ministério Público de Contas – 7PC, por intermédio do Parecer nº 339/24 (peça 07), corroborando a manifestação exarada pela unidade técnica, opina pela regularidade das contas.
É o relatório.
2. Face ao exposto, VOTO no sentido de que esta Câmara julgue regulares as contas do Sr. Wilson Luiz Peres Pedrão, Presidente da Câmara Municipal de Cianorte, relativas ao exercício financeiro de 2023, com fundamento no art. 1º, II, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I - Julgar regulares as contas do Sr. Wilson Luiz Peres Pedrão, Presidente da Câmara Municipal de Cianorte, relativas ao exercício financeiro de 2023, com fundamento no art. 1º, II, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005;
II – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-207144/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO
INTERESSADO:-EDILSON VEDOVATTI MARTINS
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1780/24 - PRIMEIRA CÂMARA
Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal. Regularidade.
1. Trata-se da prestação de contas do Sr. Edilson Vedovatti Martins, Presidente da Câmara Municipal de Campo Mourão, relativa ao exercício financeiro de 2023, segundo indicado a fls. 02 da peça processual nº 11.
A Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, após análise dos autos, por meio da Instrução nº 1449/24 (peça 11), conclui que as contas estão regulares.
O Ministério Público de Contas – 5PC, por intermédio do Parecer nº 310/24 (peça 12), corroborando a manifestação exarada pela unidade técnica, opina pela regularidade das contas.
É o relatório.
2. Face ao exposto, VOTO no sentido de que esta Câmara julgue regulares as contas do Sr. Edilson Vedovatti Martins, Presidente da Câmara Municipal de Campo Mourão, relativas ao exercício financeiro de 2023, com fundamento no art. 1º, II, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I - Julgar regulares as contas do Sr. Edilson Vedovatti Martins, Presidente da Câmara Municipal de Campo Mourão, relativas ao exercício financeiro de 2023, com fundamento no art. 1º, II, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005;
II – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO N.º:-872778/18
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO

MUNICÍPIO DE IRETAMA
RESPONSÁVEIS:-GERMANO BORINO CARVALHO, MÁRCIA PAULA BULLA DA SILVA, MATHEUS GOMES VIEIRA, WILSON CARLOS DE ASSIS
INTERESSADO:-FRANCISCO BLECHA NETO
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
ACÓRDÃO N.º 1822/24 – PRIMEIRA CÂMARA

EMENTA

Aposentadoria. Protocolização há mais de 5 anos dos documentos referentes ao ato. Não identificação de inconstitucionalidade flagrante. Observância das teses fixadas no Tema 445 do Supremo Tribunal Federal e no Prejulgado n.º 31 deste Tribunal de Contas. Registro tácito do ato.

RELATÓRIO E PROPOSTA DE DECISÃO

Trata-se da aposentadoria do senhor FRANCISCO BLECHA NETO, Oficial Administrativo do Município de Iretama.

Examinando os autos, a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão identificou inconsistência no cálculo dos proventos[1] (peça 14). Ponderou, todavia, "que houve decurso do prazo decadencial de 5 (cinco) anos de que dispõe este Tribunal para julgar a legalidade do ato concessório em tela, contado desde a autuação do expediente, em 18/12/2018 (peça 2), na forma do Prejulgado n.º 31", motivo pelo qual opinou pelo reconhecimento do registro tácito do ato.

O Ministério Público de Contas corroborou o entendimento da unidade técnica (peça 17).

Considerando a protocolização dos documentos relativos ao benefício em 18/12/2018 (peças 1 e 2) – destaque-se, mais de 5 anos antes da distribuição do processo a este Relator, ocorrida em 24/5/2024 (peça 15) – e a não constatação de inconstitucionalidade flagrante – haja vista que a impropriedade identificada trata de mera divergência de cálculo –, com fundamento nas teses fixadas no Tema 445 do Supremo Tribunal Federal[2] e no Prejulgado n.º 31 deste Tribunal[3], proponho que seja reconhecido o registro tácito do ato em exame.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por unanimidade, nos termos propostos pelo Relator, Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca, reconhecer o registro tácito do ato em exame.

Integraram o quorum os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Virtual n.º 10.

SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

***1**. "A verba transitória 'Prov de Comissão' foi incorporada aos proventos sem a devida proporcionalização, exigida pelo Acórdão n.º 3.155/14-TP (Prejulgado n.º 7)" (página 8 da peça 14).*
***2**. Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.*
***3**. I - O Tema 445 é aplicável no âmbito desta Corte de Contas a todos os processos de atos de pessoal sujeitos à registro – admissão, aposentadoria, reserva, reforma, pensão, revisão de proventos e revisão de pensão; II - O Tema 445 é válido para os atos iniciais ou complementares; III - O prazo é decadencial de 05 (cinco) anos, não sujeito a interrupções e/ou suspensões, contado da protocolização do feito neste Tribunal; IV - A aplicação da tese é imediata (operando efeitos ex tunc), atingindo todos os processos em trâmite e sobrestados; V - A contagem do prazo nos atos de admissão inicia-se com a protocolização da Fase 04 da respectiva prestação de contas; VI - Os atos retificadores (para correções de qualquer natureza) não interrompem o prazo decadencial, logo, o prazo não se reinicia com a juntada de ato retificador; VII - O prazo decadencial flui da protocolização dos autos até a decisão definitiva de mérito transitada em julgado; VIII - O sobrestamento, por qualquer motivo, inclusive a interposição de ação judicial, não interrompe tampouco suspende o prazo decadencial.*

PROCESSO N.º:-669578/23
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-FOZ PREVIDÊNCIA (FOZPREV)
RESPONSÁVEIS:-ÁUREA CECÍLIA DA FONSECA, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO
INTERESSADA:-ROSEMERIE BEMSABATH DE JESUS
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
ACÓRDÃO N.º 1823/24 – PRIMEIRA CÂMARA

EMENTA

Revisão de Proventos. Segundo ato decorrente de decisão judicial: identificação de erro de cálculo na primeira revisão. Correção dos valores referentes ao "adicional de permanência". Adequação do novo cálculo, conforme manifestações uniformes da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público de Contas. Registro do ato.

RELATÓRIO E PROPOSTA DE DECISÃO

Trata-se de revisão de proventos da senhora ROSEMERIE BEMSABATH DE JESUS, aposentada em cargo de professor do Município de Foz do Iguaçu.

Para fundamentar a revisão, a Foz Previdência (Fozprev) comunicou a existência de decisão judicial do 3º Juizado Especial da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu (autos n.º 0018808-10.2021.8.16.0030), pela qual foi reconhecido o direito da interessada à percepção de adicional de permanência (peça 10).

Após a Coordenadoria de Gestão Municipal sugerir o registro do ato (peça 12), o Ministério Público de Contas observou que já houve a edição de ato revisional em decorrência da mencionada decisão judicial, nos termos da Portaria n.º 8.184/23 – já registrada por este Tribunal, nos termos do Acórdão n.º 2584/23 da Segunda Câmara[1] (peça 13).

Desse modo, questionando o fato de a revisão em análise ter implicado a redução do valor dos proventos em comparação com o ato revisional já registrado – de R$ 4.394,77 para R$ 4.329,86 –, o eminente Procurador propôs a realização de diligência a fim de que a Fozprev:

a. esclareça o motivo pela qual o cumprimento à decisão judicial objeto dos autos nº 0018808-10.2021.8.16.0030 gerou a edição de dois atos de revisão de proventos com cálculo de benefícios distintos;

b. apresente os devidos detalhamentos que justifiquem a prevalência de um cálculo em detrimento do outro; e

c. demonstre o ressarcimento dos valores pagos a maior desde a edição do primeiro ato revisional (Portaria nº 8.184/2023), conforme jurisprudência do STJ fixada nos Temas Repetitivos nº 979 e nº 1009.

Intimada (peça 14), a entidade previdenciária apresentou os seguintes esclarecimentos: 1) após a edição do primeiro ato revisional (Portaria n.º 8.184/23), em decorrência da decisão judicial, foi identificado erro de cálculo na incorporação da verba aos proventos da interessada – haja vista que, a princípio, o adicional foi indevidamente apurado com base em percentual do vencimento básico (embora, na realidade, devesse corresponder à quantia que a servidora recebia na ativa) –, o que ensejou a correção; e 2) com fundamento no princípio da boa-fé objetiva, não houve a cobrança dos valores de caráter alimentar pagos equivocadamente à aposentada, conforme entendimento judicial consolidado nos casos de erro administrativo (peça 21).

Transcrevo trechos da petição da Fozprev:

A servidora ROSEMERIE BEMSABATH DE JESUS, matrícula nº 8358.02, segundo vínculo, admitida no Município de Foz do Iguaçu em 01/03/1993, após mais de 20 anos no serviço público municipal (2 decênios), se aposentou a partir de 01/07/2018 por meio da Portaria nº 6.393/2018, cujo cálculo se deu pela integralidade do último vencimento básico (competência 06/2018) no valor de R$ 3.995,25.

Pelas vias judiciais, a segurada pleiteou a revisão da aposentadoria para fins de incorporar aos proventos o adicional por decênio previsto no art. 63 da Lei Complementar Municipal nº 17/1993.

[...]

Em decorrência dessa determinação judicial, o benefício de aposentadoria da segurada foi revisado por meio da Portaria nº 8.184/2023, cujos cálculos corresponderam ao valor integral de seu último vencimento base no cargo efetivo (R$ 3.995,25) acrescido de 10% desse valor (R$ 399,52) a título de adicional de permanência, totalizando R$ 4.394,77 (renda mensal inicial).

No entanto, esta Autarquia Previdenciária veio a observar, posteriormente, que a segurada, enquanto na ativa, percebia a verba "VANT. TEMPORÁRIA - ADIC. PERMANÊNCIA", a qual decorre da regra de transição contida no Art. 51, § 2º, Inciso I da Lei nº 4.362/2015 (http://leismunicipa.is/pumae), aplicável aos servidores públicos municipais integrantes do Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério.

O valor percebido pela servidora a título de Adicional de Permanência na competência imediatamente anterior à implantação da Lei nº 4.362/2015 foi fixado e sua correção monetária passou a ocorrer na mesma proporção dos reajustes aplicados aos vencimentos do quadro geral dos servidores. Dessa forma, deixou de corresponder a um percentual sobre o vencimento básico.

Considerando o teor do dispositivo da decisão judicial; considerando os valores a título de adicional por tempo de serviço (VANT. TEMPORÁRIA - ADIC. PERMANÊNCIA) percebidos pela servidora, constantes no seu último holerite (junho/2018); e tendo como objetivo sanar o equívoco percebido em defesa do erário; a supracitada Portaria nº 8.184/2023 foi retificada pela Portaria nº 8.663/2023, por meio da qual a renda mensal inicial passou para R$ 4.329,86, correspondente ao vencimento básico (R$ 3.995,25) acrescido da verba "Vant. Temporária - Adic. Permanência" (R$ 334,61).

Com relação ao ressarcimento dos valores pagos a maior desde a edição do primeiro ato revisional, trata-se de erro de fato ocorrido quando da revisão dos benefícios previdenciários que, consequentemente, resultou em sua posterior retificação em observância ao Princípio da Autotutela Administrativa, nos termos dos enunciados das Súmulas de nº 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

Destarte, no caso em comento, tratando-se de benefício previdenciário, não há dúvida que a verba recebida pela aposentada possui caráter alimentar. Assim, resta imperioso que seja efetuada uma análise em concreto da boa-fé objetiva da aposentada que recebeu temporariamente valores a maior em seus proventos.

A portaria foi inicialmente publicada em decorrência de revisão do benefício previdenciário. Desse modo, revela-se natural que a respectiva beneficiária estivesse esperando em seus proventos uma majoração. Sabe-se que, em regra, tratam-se os segurados da previdência social de pessoas com idade avançada, inclusive, com limitações cognitivas que os tornam socialmente vulneráveis, de modo que não se revela razoável exigir dos aposentados, que efetuem uma conferência dos cálculos das revisões que resultaram no aumento de seus proventos.

À vista disso, prima facie, não se demonstrava possível à aposentada compreender de forma inequívoca que recebeu a maior o que não lhe era devido, não se podendo visualizar que tenha constatado a existência do erro administrativo (material ou operacional), uma vez que, diante da revisão de seus benefícios previdenciários, existia uma aparente legalidade e definitividade do pagamento. Assim, em uma análise do caso concreto, a beneficiária era detentora de boa-fé objetiva.

Por conseguinte, considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, em especial por se tratar de verba com caráter alimentar e estando presente a boa-fé objetiva, entende-se que, in casu, não se revela possível o ressarcimento dos valores [destaquei].

Avaliando as justificativas, a Coordenadoria de Gestão Municipal (peça 22) e o Ministério Público de Contas (peça 23) opinaram pela legalidade e registro da revisão de proventos.

Acompanhando as manifestações uniformes – já que foi esclarecido o motivo para a retificação do cálculo dos proventos, em consonância com a decisão judicial já transitada em julgado (página 9 da peça 10) –, proponho que este Tribunal determine o registro do ato em exame.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por unanimidade, nos termos propostos pelo Relator, Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca, determinar o registro do ato em exame.

Integraram o quorum os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Virtual n.º 10.

SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

***1**. Processo n.º 111011/23, relatado pela eminente Conselheira Substituta Muryel Hey.*

PROCESSO N.º:-775342/20
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE GOIOERÊ
RESPONSÁVEL:-ROBERTO DOS REIS DE LIMA
INTERESSADOS:-ANDRESSA LARISSA SZYDLOWSKI, BRUNO ALVES DE ANDRADE, BRUNO SCARDELATO TERTULINO, CAMILA PEREIRA GONÇALVES, CÁSSIA FERNANDA MERCÚRIO, CLAUDEMAR DE SOUZA JUNIOR, CLAUDIA PATRÍCIA CÂNDIDO DE SOUZA, DANIELA DE SOUZA TONIATO, DEBORAH BORTOLUCCI HARTIMAN, DJÉSICCA AMADEI VALENTE DIAS, ELIANE MASCALHUSK, EMANUELA GUIMARÃES MONTEIRO, FERNANDO MARCELINO VENTUROSO DOS SANTOS, FRIDA ARIADNI BUDACH, GABRIELA ZANATTA PEREIRA, GEDILMAR GERALDO SANTOS, GUARACY GIMENES RAMOS, GUILHERME CORRADINI, GUSTAVO MURILLO MACHADO MEIRELES, HELLEN REJANE MOREIRA, HUGO HENRIQUE SAULLIN ÁLVARO, ILDENEY BREY BUENO, JEAN CARLOS GIBBERT, JULIANA FELIZARI GNOATTO, KAMILA DE PAULA BENTO, KELLY REGINA GONÇALVES MARIN, KEROLLEN ANY ARECO DA SILVA, LARISSA NATHANA FERREIRA, LEQSSANDRO BORGES DA SILVA, LETÍCIA BOAVENTURA SÁ PONHOZI, LILLIAN CARLA DOS SANTOS, LUCIANO BELIZÁRIO, MAIKON ANDRÉ CEOLATO, MARIA APARECIDA DE CARVALHO, RENAN JOSÉ SOARES, RICARDO ALEXANDRE BONADIO MANHANINI, RICARDO YUDI KURIHARA, RODRIGO DALMOLIN, RONE NUNES DE MELO, ROSANA APARECIDA LOPES, SÉRGIO ANDERSON DA SILVA, SORAYA BEATRIZ SANCHES SIROTTI, TATIANA MARTINS DA SILVA, THAÍS ISABEL DE OLIVEIRA, THIAGO DIAS AZENHA, UEDER BARBOSA PEREIRA OLIVEIRA
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
ACÓRDÃO N.º 1824/24 – PRIMEIRA CÂMARA

EMENTA
1) Admissão de Pessoal. Concurso Público. Município de Goioerê.
2) Manifestações uniformes da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão e do Ministério Público de Contas pela legalidade e registro dos atos, com a expedição de determinação ao Município.
3) Considerações do Relator a respeito da distinção conceitual entre "recomendações" e "determinações":
3.1) Recomendações: orientações dirigidas ao jurisdicionado do Tribunal de Contas relacionadas a práticas que o Tribunal entenda como adequadas, mas cujo descumprimento não caracteriza violação de normas constitucionais, legais ou infralegais. Em geral, referem-se a fatos em que há margem de discricionariedade do gestor.
3.2) Determinações: comandos dirigidos ao jurisdicionado cuja observância é obrigatória. Decorrem de normas (regras e princípios) constitucionais, legais ou infralegais, que devem ser observadas compulsoriamente pelo gestor. O descumprimento de determinações pode sujeitar o administrador público a sanções.
4) Proposta do Relator que acompanha as manifestações uniformes.
5) Legalidade e registro dos atos.
6) Determinação ao Município para que, nos futuros processos seletivos, observe, no encaminhamento de dados a este Tribunal, os prazos fixados na instrução normativa vigente.

RELATÓRIO
Trata-se das admissões relacionadas às páginas 12 a 22 da peça 65, decorrentes do Concurso Público disciplinado pelo Edital n.º 1/2017 do Município de Goioerê.
À peça 65, conclusivamente, a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão manifestou-se pela legalidade e registro dos atos, com a expedição de determinação ao Município de Goioerê no sentido de que, "em futuros certames, encaminhe tempestivamente as informações e documentos conforme as respectivas fases referentes aos processos de seleção de pessoal, de acordo com os prazos contidos na Instrução Normativa nº 142/2018".
O Ministério Público de Contas, à peça 68, corroborou o entendimento da unidade técnica.
Esse, o relatório.

PROPOSTA DE DECISÃO
Acompanho as manifestações uniformes pela legalidade e registro dos atos de admissão.
A respeito da terminologia e aos conceitos de determinação e de recomendação, reitero as considerações que fiz em outros processos referentes a admissões, a exemplo dos autos n.º 820240/16, apreciados nos termos do Acórdão n.º 3952/19 da Segunda Câmara:
Recomendações são orientações dirigidas ao jurisdicionado do Tribunal de Contas relacionadas a práticas que o Tribunal entenda como adequadas, mas cujo descumprimento não caracteriza violação de normas constitucionais, legais ou infralegais. Em geral, referem-se a fatos em que há margem de discricionariedade do gestor.
Determinações são comandos dirigidos ao jurisdicionado cuja observância é obrigatória. Decorrem de normas constitucionais, legais ou infralegais que devem ser observadas compulsoriamente pelo gestor. O descumprimento de determinações pode sujeitar o administrador público a sanções.
No caso dos atos submetidos a registro, as recomendações ou determinações, são, via de regra, direcionadas à prática de atos (ou procedimentos) futuros. Por exemplo: "recomendar ao Município que, nos próximos concursos públicos, permita a interposição de recursos pela Internet".
Em regra, essas determinações ou recomendações não se referem ao ato ou procedimento que se examina no processo em que foram expedidas pelo Tribunal. Assim, nesse caso, o seu cumprimento não constitui fase executória desse mesmo processo.
Portanto – a meu juízo –, a verificação da observância ou do cumprimento desses comandos dirigidos ao jurisdicionado deveria ser realizada – nos atos futuros objetos de processos futuros – pela Unidade Técnica encarregada do exame dos atos submetidos a registro. E não necessariamente pela Coordenadoria de Monitoramento e Execuções.
Ante o exposto, acolhendo a sugestão da unidade técnica – visto que a medida descrita trata do cumprimento de obrigações estabelecidas em instruções normativas, tendo, portanto, caráter impositivo –, proponho que o Tribunal:
1) considere legal e determine o registro dos atos de admissão em exame; e
2) determine ao Município de Goioerê que, nos futuros processos seletivos, observe, no encaminhamento de dados a este Tribunal, os prazos fixados na instrução normativa vigente.

DECISÃO
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por unanimidade, nos termos propostos pelo Relator, Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca:
1) considerar legal e determinar o registro dos atos de admissão em exame; e
2) determinar ao Município de Goioerê que, nos futuros processos seletivos, observe, no encaminhamento de dados a este Tribunal, os prazos fixados na instrução normativa vigente.
Integraram o quorum os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Virtual n.º 10.
SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO N.º:-567097/22
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE LONDRINA
RESPONSÁVEL:-MARCELO BELINATI MARTINS
INTERESSADOS:-ADRIANA CRIST ZANI LEITE, ADRIANA RIBEIRO DA SILVA SALMAZO, ADRIELLE KARINE PESCE GUERRA BORGES, ALAINA GARCIA MARGIOTTI, ALAN CARLOS CORREA, ALESSANDRA CAETANO ANDRADE, ALESSANDRA LUCIANA GIVEGIER BERALDI, ALESSANDRA MARTINS ANTUNES, ALESSANDRA NEGRINI DALLA BARBA, ALESSANDRA PIRES GUTIERREZ, ALINE CRISTHINA DOS SANTOS PINTO, ALINE IDINO DE OLIVEIRA, AMANDA CAMARGO ROCHA, AMANDA CRISTIANE FACIO, AMANDA CRISTINA SILVA MEIRELES, AMANDA FREITAS ALBIERI, AMANDA LAISY DA SILVA, AMANDA MOURA DE OLIVEIRA, AMANDA RAFAELA FARIA, ANA BEATRIZ ACCORSI THOMSON, ANA BEATRIZ RODRIGUES CAMPANUCCI DORTA, ANA CAROLINA ALENCAR DE OLIVEIRA, ANA CAROLINA DUARTE PEPIS, ANA CAROLINA RIBEIRO MARCAL, ANA PAULA PELEGRINELLI DE FARIAS LIMA, ANA PAULA SVERSUTI GONGORA BORTOLOTTO, ANDRÉ LUÍS ONÓRIO CONEGLIAN E OUTROS
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
ACÓRDÃO N.º 1825/24 – PRIMEIRA CÂMARA

EMENTA
1) Admissão de Pessoal. Concurso Público. Município de Londrina.
2) Manifestações uniformes da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão e do Ministério Público de Contas pela legalidade e registro dos atos, com a expedição de recomendações ao Município.
3) Considerações do Relator a respeito da distinção conceitual entre "recomendações" e "determinações":
3.1) Recomendações: orientações dirigidas ao jurisdicionado do Tribunal de Contas relacionadas a práticas que o Tribunal entenda como adequadas, mas cujo descumprimento não caracteriza violação de normas constitucionais, legais ou infralegais. Em geral, referem-se a fatos em que há margem de discricionariedade do gestor.
3.2) Determinações: comandos dirigidos ao jurisdicionado cuja observância é obrigatória. Decorrem de normas (regras e princípios) constitucionais, legais ou infralegais, que devem ser observadas compulsoriamente pelo gestor. O descumprimento de determinações pode sujeitar o administrador público a sanções.
4) Proposta do Relator que acompanha as manifestações uniformes, convertendo as recomendações sugeridas em determinações.
5) Legalidade e registro dos atos.
6) Determinações ao Município para que, nos futuros processos seletivos:
6.1) nas contratações – precedidas de licitação ou mediante dispensa – da entidade organizadora, observe as regras fixadas no artigo 6º, incisos XXIV, XXV e XXIII, da Lei n.º 14.133/21, elaborando termo de referência, projeto básico ou outro documento semelhante que contenha os elementos necessários para formulação e avaliação objetiva das propostas; e
6.2) exija declaração assinada pelos integrantes da comissão julgadora de que não são candidatos às vagas ofertadas no certame e nem têm parentes – em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau – concorrendo aos cargos.

RELATÓRIO
Trata-se de admissões em cargos de professor de educação básica, de acordo com lista às páginas 14 a 44 da peça 84, decorrentes do Concurso Público disciplinado pelo Edital n.º 142/2022 do Município de Londrina.
À peça 84, conclusivamente, a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão manifestou-se pela legalidade e registro dos atos, com a expedição das seguintes recomendações ao Município:
Recomendação ao Município de Londrina para que, em futuros certames elabore o termo de referência previamente à realização de orçamentos com todos os requisitos necessários, a fim de que as empresas interessadas possam fornecer valores adequados à contratação a ser efetuada.
Recomendação ao Município de Londrina para que, em futuros certames confeccione a declaração a ser preenchida e assinada pelos membros da comissão julgadora informando se participaram do certame como candidatos, além dos respectivos parentes até o terceiro grau, inclusive.
O Ministério Público de Contas, à peça 87, corroborou o entendimento da unidade técnica.
Esse, o relatório.

PROPOSTA DE DECISÃO
Acompanho as manifestações uniformes pela legalidade e registro dos atos de admissão.
A respeito da terminologia e aos conceitos de determinação e de recomendação, reitero as considerações que fiz em outros processos referentes a admissões, a exemplo dos autos n.º 820240/16, apreciados nos termos do Acórdão n.º 3952/19 da Segunda Câmara:
Recomendações são orientações dirigidas ao jurisdicionado do Tribunal de Contas relacionadas a práticas que o Tribunal entenda como adequadas, mas cujo

descumprimento não caracteriza violação de normas constitucionais, legais ou infralegais. Em geral, referem-se a fatos em que há margem de discricionariedade do gestor.
Determinações são comandos dirigidos ao jurisdicionado cuja observância é obrigatória. Decorrem de normas constitucionais, legais ou infralegais que devem ser observadas compulsoriamente pelo gestor. O descumprimento de determinações pode sujeitar o administrador público a sanções.
No caso dos atos submetidos a registro, as recomendações ou determinações, são, via de regra, direcionadas à prática de atos (ou procedimentos) futuros. Por exemplo: "recomendar ao Município que, nos próximos concursos públicos, permita a interposição de recursos pela Internet".
Em regra, essas determinações ou recomendações não se referem ao ato ou procedimento que se examina no processo em que foram expedidas pelo Tribunal. Assim, nesse caso, o seu cumprimento não constitui fase executória desse mesmo processo.
Portanto – a meu juízo –, a verificação da observância ou do cumprimento desses comandos dirigidos ao jurisdicionado deveria ser realizada – nos atos futuros objetos de processos futuros – pela Unidade Técnica encarregada do exame dos atos submetidos a registro. E não necessariamente pela Coordenadoria de Monitoramento e Execuções.
No presente caso concreto, acolho as propostas da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão como determinações, já que as medidas visam a garantir o atendimento aos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da impessoalidade e da moralidade – mediante a disponibilização de projeto básico ou termo de referência completos e a certificação de que os membros da comissão julgadora são isentos –, tendo, portanto, caráter impositivo.
Diante do exposto, proponho que o Tribunal:
3) considere legal e determine o registro dos atos de admissão em exame; e
4) determine ao Município de Londrina que, nos futuros processos seletivos:
4.1) nas contratações – precedidas de licitação ou mediante dispensa – da entidade organizadora, observe as regras fixadas no artigo 6º, incisos XXIV, XXV e XXIII, da Lei n.º 14.133/21, elaborando termo de referência, projeto básico ou outro documento semelhante que contenha os elementos necessários para formulação e avaliação objetiva das propostas; e
4.2) exija declaração assinada pelos integrantes da comissão julgadora de que não são candidatos às vagas ofertadas no certame e nem têm parentes – em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau – concorrendo aos cargos.
DECISÃO
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por unanimidade, nos termos propostos pelo Relator, Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca:
1) considerar legal e determinar o registro dos atos de admissão em exame; e
2) determinar ao Município de Londrina que, nos futuros processos seletivos:
2.1) nas contratações – precedidas de licitação ou mediante dispensa – da entidade organizadora, observe as regras fixadas no artigo 6º, incisos XXIV, XXV e XXIII, da Lei n.º 14.133/21, elaborando termo de referência, projeto básico ou outro documento semelhante que contenha os elementos necessários para formulação e avaliação objetiva das propostas; e
2.2) exija declaração assinada pelos integrantes da comissão julgadora de que não são candidatos às vagas ofertadas no certame e nem têm parentes – em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau – concorrendo aos cargos.
Integraram o quorum os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Virtual n.º 10.
SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO N.º:-263016/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ
RESPONSÁVEL:-LUIZ CARLOS GIL
INTERESSADOS:-ALEX SHANDRE SILVA DOS SANTOS, DÉLIO MARCOS ABBA FILHO, GIOVANNA CAROLINA PÉRICO CARNIATO, GISLAINE MARQUISA BUENO FLORES, GRAZIELLE CRISTINA FAGA KULCAMP, GREICI CRISTINI DA SILVA DURIA, GUILHERME AFONSO MONTEIRO, JÉSSICA COUTO DA SILVA, JOSILENE ROMAGNOLI DE SOUZA LOPES, KEILA THAÍS DE SOUZA, KELY DAIANA HASQUEL, LAURA DANIELI DE JESUS, ODIVO FRANCISCO DOS SANTOS, SOLANGE MARTINS SPITI MEIRA, TATIANE CRISTINA KURTZ
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
ACÓRDÃO N.º 1826/24 – PRIMEIRA CÂMARA
EMENTA
1) Admissão de Pessoal. Concurso Público. Município de Ivaiporã.
2) Manifestações uniformes da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão, da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público de Contas pela legalidade e registro dos atos de admissão. Proposta da Coordenadoria de Acompanhamento de expedição de "recomendação/determinação" ao Município.
3) Considerações do Relator a respeito da distinção conceitual entre "recomendações" e "determinações":
3.1) Recomendações: orientações dirigidas ao jurisdicionado do Tribunal de Contas relacionadas a práticas que o Tribunal entenda como adequadas, mas cujo descumprimento não caracteriza violação de normas constitucionais, legais ou infralegais. Em geral, referem-se a fatos em que há margem de discricionariedade do gestor.
3.2) Determinações: comandos dirigidos ao jurisdicionado cuja observância é obrigatória. Decorrem de normas (regras e princípios) constitucionais, legais ou infralegais, que devem ser observadas compulsoriamente pelo gestor. O descumprimento de determinações pode sujeitar o administrador público a sanções.
4) Proposta do Relator que acompanha as manifestações uniformes, acolhendo como "determinação" a medida sugerida pela unidade técnica.
5) Legalidade e registro dos atos.
6) Determinação ao Município para que, nos futuros processos seletivos, observe, no encaminhamento de dados a este Tribunal, os prazos fixados na instrução normativa vigente.
RELATÓRIO
Trata-se das admissões relacionadas no quadro a seguir, decorrentes do Concurso Público disciplinado pelo Edital n.º 251/2022 do Município de Ivaiporã.

Nome	Emprego público
ALEX SHANDRE SILVA DOS SANTOS	Agente de combate às endemias
DÉLIO MARCOS ABBA FILHO	Agente de combate às endemias
GIOVANNA CAROLINA PÉRICO CARNIATO	Agente comunitário de saúde
GISLAINE MARQUISA BUENO FLORES	Agente comunitário de saúde
GRAZIELLE CRISTINA FAGA KULCAMP	Agente comunitário de saúde
GREICI CRISTINI DA SILVA DURIA	Agente comunitário de saúde
GUILHERME AFONSO MONTEIRO	Agente de combate às endemias
JÉSSICA COUTO DA SILVA	Agente comunitário de saúde
JOSILENE ROMAGNOLI DE SOUZA LOPES	Agente comunitário de saúde
KEILA THAÍS DE SOUZA	Agente comunitário de saúde
KELY DAIANA HASQUEL	Agente comunitário de saúde
LAURA DANIELI DE JESUS	Agente comunitário de saúde
ODIVO FRANCISCO DOS SANTOS	Agente de combate às endemias
SOLANGE MARTINS SPITI MEIRA	Agente de combate às endemias
TATIANE CRISTINA KURTZ	Agente de combate às endemias

Em análise conclusiva, a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão manifestou-se pela legalidade e registro dos atos, com a expedição de "recomendação/determinação" ao Município a fim de que, "em futuros certames, se atente aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, contidos na Instrução Normativa nº 142/2018" (peça 46).
A Coordenadoria de Gestão Municipal (peça 56) e o Ministério Público de Contas (peça 57) endossaram o entendimento da unidade técnica, tendo o ilustre Procurador sugerido a emissão de "determinação".
Esse, o relatório.
PROPOSTA DE DECISÃO
Acompanho as manifestações uniformes pela legalidade e registro dos atos de admissão.
A respeito da terminologia e aos conceitos de determinação e de recomendação, reitero as considerações que fiz em outros processos referentes a admissões, a exemplo dos autos n.º 820240/16, apreciados nos termos do Acórdão n.º 3952/19 da Segunda Câmara:
Recomendações são orientações dirigidas ao jurisdicionado do Tribunal de Contas relacionadas a práticas que o Tribunal entenda como adequadas, mas cujo descumprimento não caracteriza violação de normas constitucionais, legais ou infralegais. Em geral, referem-se a fatos em que há margem de discricionariedade do gestor.
Determinações são comandos dirigidos ao jurisdicionado cuja observância é obrigatória. Decorrem de normas constitucionais, legais ou infralegais que devem ser observadas compulsoriamente pelo gestor. O descumprimento de determinações pode sujeitar o administrador público a sanções.
No caso dos atos submetidos a registro, as recomendações ou determinações, são, via de regra, direcionadas à prática de atos (ou procedimentos) futuros. Por exemplo: "recomendar ao Município que, nos próximos concursos públicos, permita a interposição de recursos pela Internet".
Em regra, essas determinações ou recomendações não se referem ao ato ou procedimento que se examina no processo em que foram expedidas pelo Tribunal. Assim, nesse caso, o seu cumprimento não constitui fase executória desse mesmo processo.
Portanto – a meu juízo –, a verificação da observância ou do cumprimento desses comandos dirigidos ao jurisdicionado deveria ser realizada – nos atos futuros objetos de processos futuros – pela Unidade Técnica encarregada do exame dos atos submetidos a registro. E não necessariamente pela Coordenadoria de Monitoramento e Execuções.
Neste caso, acolho a sugestão da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão como determinação, pois a medida diz respeito ao cumprimento de obrigações estabelecidas em instruções normativas deste Tribunal de Contas – tendo, portanto, caráter impositivo.
Diante do exposto, proponho que o Tribunal:
5) considere legal e determine o registro dos atos de admissão em exame; e
6) determine ao Município de Ivaiporã que, nos futuros processos seletivos, observe, no encaminhamento de dados a este Tribunal, os prazos fixados na instrução normativa vigente.
DECISÃO
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por unanimidade, nos termos propostos pelo Relator, Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca:
1) considerar legal e determinar o registro dos atos de admissão em exame; e
2) determinar ao Município de Ivaiporã que, nos futuros processos seletivos, observe, no encaminhamento de dados a este Tribunal, os prazos fixados na instrução normativa vigente.
Integraram o quorum os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Virtual n.º 10.
SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-151890/21
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
INTERESSADO:-JAIME ERNESTO CARNIEL, MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO, PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 68/24 - PRIMEIRA CÂMARA
Prestação de Contas de Prefeito. Parecer Prévio recomendando a irregularidade das

contas. Obrigações de despesa contraídas nos últimos dois quadrimestres do mandato que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa – Art. 42, LRF. Aplicação de multa. Ressalva. Despesas com publicidade institucional realizadas no período que antecede as eleições.

1. Trata-se da prestação de contas do Sr. JAIME ERNESTO CARNIEL, prefeito do Município de Pinhal de São Bento, relativa ao exercício financeiro de 2020.

A Coordenadoria de Gestão Municipal, após análise dos contraditórios, por intermédio da Instrução nº 299/24 (peça 58), concluiu que as contas estão irregulares em função dos seguintes itens:

a) "Obrigações de despesa contraídas nos últimos dois quadrimestres do mandato que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa, conforme critérios fixados no Prejulgado 15" (fls. 01/12); e

b) "Despesas com publicidade institucional realizadas no período que antecede as eleições (exceto a publicação legal das normas, regulamentos e editais" (fls. 12/27).

Para cada um dos itens acima a unidade técnica sugere a aplicação da multa prevista no art. 87, IV, "g", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 216/24 – 3PC (peça 59), corrobora a manifestação técnica.

É o relatório.

2. As manifestações da Coordenadoria de Gestão Municipal e Ministério Público de Contas são uniformes em opinarem pela irregularidade das contas, com aplicação de multa administrativa.

2.1. Obrigações de despesa contraídas nos últimos dois quadrimestres do mandato que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa:

A análise preliminar da unidade técnica detectou que o responsável encerrou o mandato com obrigações financeiras superiores às disponibilidades de caixa, no montante de R$ 613.524,68, em "Recursos Ordinários / Livres", conforme se observa do "Demonstrativo da Disponibilidade Líquida por Origem de Recursos", apresentados na peça 16, a fl. 20, item 4.4.3.a, que, segundo a coordenadoria, caracteriza afronta ao artigo 42[1] da Lei de Responsabilidade Fiscal e aos critérios fixados no Prejulgado nº 15 – TCE/PR.

Quando do primeiro contraditório (peças 23), em extenso arrazoado, resumidamente, a defesa alega que a referida condição deficitária decorre "[...] da receita orçamentária não realizada no ano de 2019, que implicou em um déficit financeiro e orçamentário na ordem de R$ 717.786,95 (...), majorado ainda pelo cenário de habitual inadimplência e caixa reduzido de início de ano."

Destaca que, ao final do exercício, considerando todas as fontes de recursos, o resultado foi superavitário na ordem de R$ 940.095,86, aduzindo que "[...] a realidade fiscal não é efetivamente transcrita nestes resultados precisamente invocados pelo Sr. Analista, mas sim àquela do resultado global."

Ademais, discorre sobre as dificuldades encontradas pelo Município por ser um dos menores do Estado do Paraná, por depender preponderantemente de transferências voluntarias, por ter um dos menores orçamentos do Estado, por estar comprometido quase 44% com o custeio da folha de pagamento, além das despesas impositivas nas áreas da saúde e educação, asseverando que, em termos de recursos livres, sua disponibilidade orçamentária mensal foi de R$ 1.79.085,49.

Entende que deve ser considerada a gestão dentro dos quatros anos de mantado, informando ter reduzido o déficit acumulado dos últimos três anos na ordem de aproximadamente 30%, e ressalta que os reflexos econômicos decorrentes da pandemia COVID-19 "[...] operou efeitos consideráveis na realização da receita própria do Município, obstando a realização da receita própria e livre na ordem de R$ 650.036,15 (...)."

Ainda, argumenta que o déficit apurado pela unidade técnica, referente ao resultado orçamentário/financeiro das fontes livres, no valor de R$ 548.160,51, equivalente a 4,18% da receita, está dentro do limite tolerado por esta Corte de Contas.

Comparecendo aos autos em uma segunda oportunidade (peça 37), considerando que a Coordenadoria de Gestão Municipal, por intermédio da Instrução nº 204/22 (peça 28 – fls. 02/07), manteve a condição de irregularidade, rechaçando os argumentos apresentados, a defesa busca guarida na "[...] relativização disposta no Decreto Legislativo nº 06/2020 e na Lei Complementar nº 173/2020, com relação as exigências fiscais definidas na Lei Complementar nº 101/2000."

Dentro desse contexto, considerando que a Coordenadoria de Gestão Municipal, por intermédio da Instrução nº 2112/23 (peça 42), em apertada síntese, manteve a condição de irregularidade, uma vez que "[...] não restou comprovado documentalmente que o resultado financeiro negativo apontado no exame inicial se deu devido à aplicação dos recursos no combate à pandemia da Covid-19", através do Despacho nº 1316/23 – GCIZL (peça 44), foi determinada nova intimação do responsável pelas contas, bem como do atual gestor, Sr. Paulo Falcade de Oliveira, para que, em derradeira oportunidade, se assim desejassem, demonstrassem, cabalmente, o montante utilizado para as despesas Covid-19, juntando toda a documentação necessária que comprovassem e validassem referido montante, bem como a realização de tais despesas, em especial as que se utilizaram de "Recursos Ordinário/Livres".

O Sr. Jaime Ernesto Carniel, em resumo (peça 57), reitera seu pleito no sentido de que seja considerado "[...] para fins de justa decisão, a relativização disposta no Decreto Legislativo nº 06/2020 e na Lei Complementar nº 173/2020, com relação as exigências fiscais definidas na Lei Complementar nº 101/2000."

Adicionalmente, busca socorro na jurisprudência desta Corte de Contas que considera passível de ressalva o déficit orçamentário inferior a 5%, trazendo julgados deste Tribunal.

Por sua vez, o Sr. Paulo Falcade de Oliveira, em petição na peça 51, apresentando a documentação que entendeu pertinente às fls. 9/150, bem como, nas peças 52/55, entende que assiste razão à Coordenadoria de Gestão Municipal em considerar as contas irregulares, asseverando que resta evidente o dolo, "[...] posto que, após perder a eleição, o ex-gestor contraiu dívidas que deveriam ser pagas pela nova gestão, prejudicando o início do novo governo municipal, sabidamente de oposição ao gestor anterior."

Em complementação, aduz que "[...] houve retirada de valores de contas vinculadas à SAÚDE/COVID-19 e à ASSISTÊNCIA SOCIAL, prejudicando o combate à disseminação do vírus e ao tratamento da doença."

Nesse diapasão, afirma que foram utilizados recursos próprios da Covid-19 para pagamento de despesas livres, relacionando as contas e valores em que ocorreram tais impropriedades, cujas informações, segundo a manifestação, foram extraídas do processo de Representação sob nº 760900/21.

A Coordenadoria de Gestão Municipal (peça 58 – fls. 01/12), ao examinar a defesa, em apertada síntese, mantém a condição de irregularidade, uma vez que não foi apresentado fato novo que modificasse a conclusão das análises anteriores.

No presente caso, comungo do entendimento esposado pela unidade técnica.

O Despacho nº 1316/23 – GCIZL (peça 44) foi específico ao conceder nova oportunidade de defesa para que fosse demonstrado, cabalmente, o montante utilizado para as despesas Covid-19, juntando toda a documentação necessária que comprovasse e validasse referido montante, bem como a realização de tais despesas, em especial as que se utilizaram de "Recursos Ordinários/Livres", fato esse que não ocorreu.

Diante da absoluta ausência de documentação comprobatória quando concedida nova oportunidade de defesa, releva notar que a omissão aqui aduzida acaba por convalidar o apontamento efetuado.

Dentro desse contexto, em relação aos "Recursos Ordinários / Livres", deficitário em R$ R$ 613.524,68, com base no conjunto probatório dos autos e nos elementos de convicção até então produzidos, não há como descaracterizar a ofensa ao art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, em montante significativo, sem qualquer motivação, até o momento, que justifique essa situação.

Relativamente aos julgados trazidos pela defesa, vale aqui destacar que não possuem efeito vinculante, servindo, apenas, como elemento de ponderação quando da análise destes autos e, sob esse prisma, observo a existência de situações que não guardam relação suficiente para justificar a regularidade, ou conversão em ressalva do item ora sob análise, não restando caracterizado tratamento não isonômico.

A propósito, em consonância com a manifestação apresentada pelo Sr. Paulo Falcade de Oliveira, militando em desfavor do Sr. Jaime Ernesto Carniel, o Acórdão nº 223/23, do Tribunal Pleno, cuja cópia foi juntada na peça 40, que conheceu e julgou procedente o processo de Representação nº 760900/21, ainda que com escopo diverso à análise das presentes contas, noticiando que o Município de Pinhal de São Bento recebeu recursos vinculados para utilização na área da saúde e da assistência social, e, no entanto, tais recursos foram movimentados para contra livre e sua utilização para custeio de despesas diversas.

Vale também destacar, naqueles autos, conforme se depreende do referido acórdão, à fls. 03, "[...] que o ex-gestor foi pessoalmente intimado (o próprio interessado assinou o Aviso de Recebimento, como se vê na peça 70) e não apresentou qualquer justificativa ou documentos a fim de comprovar a regularidade na aplicação dos recursos."

2.2. Despesas com publicidade institucional realizadas no período que antecede as eleições (exceto a publicação legal das normas, regulamentos e editais:

Inicialmente, a unidade técnica detectou que foram efetuadas despesas com publicidade em período que antecede as eleições, vedado pela Lei Eleitoral, conforme previsão contida no inciso VI, "b", do art. 73[2], da Lei nº 9504/97.

O quadro abaixo transcrito demonstra a despesa realizada (peça 16 – fls. 35):

8.2 - DESPESAS COM PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NO PERÍODO DE VEDAÇÃO QUE ANTECEDE AS ELEIÇÕES

MÊS	VALOR (R$)
Agosto	1.000,00
Setembro	7.100,00
Outubro	3.331,68
Novembro	2.500,00

Nota 1 - Conforme Emenda Constitucional nº 107/2020 a vedação para despesas com publicidade compreende o período de 16 de agosto de 2020 até a realização do pleito.

Nota 2 - Para este item de análise apura-se restrição quando o somatório dos valores apurados nos meses que antecedem o pleito for superior a R$ 1.500,00 (10% do valor estabelecido no § 5º do artigo 1º da Resolução nº 60/17 - TCE/PR).

Assim, em face deste apontamento, a coordenadoria sugeriu a aplicação da multa prevista no inciso IV, "g", do art. 87, da Lei Complementar nº 113/2005.

A Coordenadoria de Gestão Municipal, após análise do segundo contraditório, através da Instrução nº 2112/23 (peça 42), acatando parcialmente a justificativas e documentos apresentados, refez os seus cálculos, mantendo a condição de irregularidade, e elaborou o seguinte quadro demonstrativo (fls. 10):

DESPESAS COM PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NO PERÍODO DE VEDAÇÃO QUE ANTECEDE AS ELEIÇÕES (Ajustado)

Descrição	Valor Apurado 1º Exame (R$)	Exclusão Contraditório (R$)	Valor Líquido(R$)
Agosto	1.000,00	0,00	1.000,00
Setembro	7.100,00	4.600,00	2.500,00
Outubro	3.331,68	831,68	2.500,00
Novembro	2.500,00	0,00	2.500,00

Posteriormente, em apertada síntese, considerando que os Srs. Jaime Ernesto Carniel e Paulo Falcade de Oliveira compareceram aos autos por intermédio das peças 57 e 51/55, respectivamente, a Coordenadoria de Gestão Municipal novamente se manifestou, através da Instrução nº 299/24 (peça 58 – fls. 12/27), mantendo o seu entendimento pela irregularidade das contas, pois os argumentos trazidos não restaram comprovados e em nada alteraram a situação anteriormente delineada.

Dentro desse contexto, em que pese o entendimento diverso na unidade técnica e muito embora a defesa não tenha apresentado a documentação comprobatória de suas alegações, em sua totalidade, entendo que o valor da despesa, neste caso, não se mostra suficiente para macular a gestão do Prefeito, como motivo de irregularidade das contas.

Note-se que o outro limitador da lei eleitoral, previsto no inciso VII, do art. 73[3], da Lei nº 9504/97, com a redação dada pela Lei nº 13.165/15 e Emenda Constitucional nº 107/2020[4], foi observado, conforme se depreende do quadro constante à fls. 35, item 8.1, da peça 16, o que corrobora a possibilidade de conversão em ressalva.

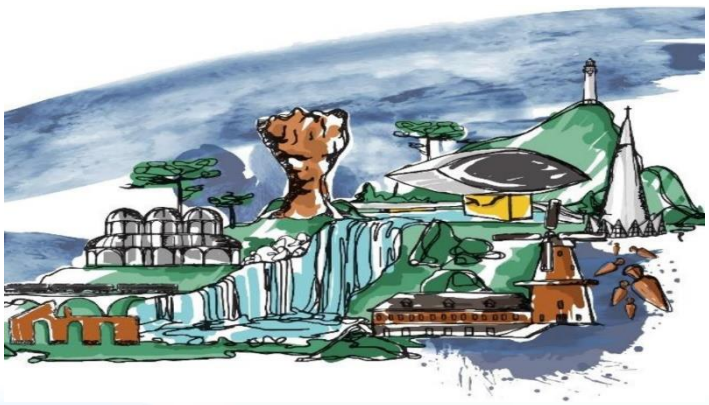
Ainda nessa linha de raciocínio, como fundamento a esse juízo de ponderação, acrescento tratar-se de matéria de competência precípua da Justiça Eleitoral, de modo que, sem afastar a competência concorrente desta Corte, no que tange à recomendação da irregularidade das contas, a materialidade da infração à norma do inciso VI, "b", do art. 73, da Lei nº 9504/97 exigiria, para esse efeito, dada a natureza exclusivamente documental da instrução, elementos mais robustos de convencimento.

Não se trata de afastar o princípio da legalidade, mas, de proceder à sua aplicação dentro de um contexto mais amplo, no qual entendo não haver elementos de

convencimento suficientes para a configuração de algum ato relevante de abuso de poder em ano eleitoral que justifique a recomendação de desaprovação das contas, observado, sob esse aspecto, novamente, o reduzido valor envolvido e seu diminuto potencial de ofensa à competitividade do pleito.
Aliás, sobre esse último ponto, à fls. 03, da peça 51, o atual gestor, Sr. Paulo Falcade de Oliveira, destaca ser de oposição ao Sr. Jaime Ernesto Carniel e que o ex-gestor perdeu a eleição, demonstrando, também sobre esse viés, que a competitividade do pleito não restou, efetivamente, prejudicada.
Proponho, portanto, em consonância com o meu entendimento em situações similares, a conversão da irregularidade em ressalva, com o afastamento da multa.
3. Face ao exposto, VOTO, com fundamento no artigo 1º, I, combinado com o art. 16, III, "b", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, no sentido de que:
3.1. Seja emitido Parecer Prévio recomendando a irregularidade das contas do Sr. JAIME ERNESTO CARNIEL, prefeito do Município de Pinhal de São Bento, relativas ao exercício de 2020, em razão de obrigações de despesa contraídas nos últimos dois quadrimestres do mandato que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa;
3.2. Seja aposta ressalva às contas, em virtude da realização de despesas com publicidade institucional no período que antecede as eleições; e
3.3. Seja aplicada, contra o Sr. JAIME ERNESTO CARNIEL, a multa do art. 87, IV, "g", da Lei Orgânica deste Tribunal, em virtude da irregularidade apontada no item 3.1.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao Gabinete da Presidência, para as providências contidas no § 6º do artigo 217-A do Regimento Interno, e à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, para registro e acompanhamento da execução da decisão.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I – Emitir com fundamento no artigo 1º, I, combinado com o art. 16, III, "b", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, Parecer Prévio deste Tribunal, recomendando o julgamento pela irregularidade das contas do Sr. JAIME ERNESTO CARNIEL, prefeito do Município de Pinhal de São Bento, relativas ao exercício de 2020, em razão de obrigações de despesa contraídas nos últimos dois quadrimestres do mandato que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa;
II – ressalvar às contas, a realização de despesas com publicidade institucional no período que antecede as eleições;
III - aplicar, contra o Sr. JAIME ERNESTO CARNIEL, a multa do art. 87, IV, "g", da Lei Orgânica deste Tribunal, em virtude da irregularidade apontada no item 3.1;
IV – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos ao Gabinete da Presidência, para as providências contidas no § 6º do artigo 217-A do Regimento Interno, e à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, para registro e acompanhamento da execução da decisão.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Virtual nº 10.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. *Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.*
2. *Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:*
(...)
VI - nos três meses que antecedem o pleito:
(...)
b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;
3. *Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:*
(...)
VII - realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito; (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)
4. *VII - em relação à conduta vedada prevista no inciso VII do caput do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, os gastos liquidados com publicidade institucional realizada até 15 de agosto de 2020 não poderão exceder a média dos gastos dos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos 3 (três) últimos anos que antecedem ao pleito, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;*



TCEPR

SECRETARIA DA 2ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

2ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

SEGUNDA CÂMARA
SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº 11
DE 8 DE JULHO DE 2024 ATÉ 11 DE JULHO DE 2024

CONSELHEIRO CORREGEDOR-GERAL IVAN LELIS BONILHA

TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA

Processo: 268008/16 Adiado para análise de voto divergente desde 24/06/2024
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
Interessado: BENTO ANTONIO VIDAL, CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, EDIMAR GEQUELIN, EMILIA ADJUANYS SILIGAIL COSTA, JOAO CARLOS FERREIRA, MARCIO ANGELO BERALDO (Procurador(es): MARIA LUCIA STROPARO BERALDO), MELISSA RUBIA PINHEIRO PEREIRA, PEDRO ALBERTO BARAUSSE, SARALY MICHELLE FERREIRA LACERDA (Procurador(es): CLARICE LOPES GUIMARAES DE ARAUJO, ADRIANA DA COSTA RICARDO SCHIER)

Processo: 537890/16 Vista desde 24/06/2024 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ, MUNICÍPIO DE LONDRINA
Interessado: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LONDRINA, CESAR AUGUSTO CALDERARO (Procurador(es): MATHEUS CURY SAHAO, GUSTAVO VELOSO COSTA, THIAGO MOREIRA DE SOUZA SABIAO), CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, FABIO LUIZ ANDRADE, GERSON LUIZ MARCATO, GILBERTO BERGUIO MARTIN, LUIZ AUGUSTO VIEIRA, MARCELO BELINATI MARTINS, MARLENE ZUCOLI (Procurador(es): rogerio issao kodani), MUNICÍPIO DE PORECATU, NEDSON LUIZ MICHELETI, WALTER TENAN

Processo: 244025/18 Adiado por devolução no curso da Sessão desde 24/06/2024
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ
Interessado: ANISIO LUIZ RE, JOAQUIM VITOR DA SILVA, JOSÉ CARLOS DA SILVA MAIA, MARCOS ANTONIO ROCCO, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ, PRISMA ASSESSORIA CONTABIL SC LTDA, STEFAN TOME PAUKA

Processo: 244033/18 Vista desde 13/05/2024 Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ
Interessado: AGNALDO CARVALHO GUIMARAES, ANDRE LUIS BOVO, ANISIO LUIZ RE, JOAQUIM VITOR DA SILVA, MARCOS ANTONIO ROCCO, MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ, PRISMA ASSESSORIA CONTABIL SC LTDA

ATO DE INATIVAÇÃO

Processo: 867316/18
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
Interessado: ALCINEU GRUBER, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, WALTER PARCIANELLO, ZEFIRA GIRALDI ANTUNES

Processo: 163061/19
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
Interessado: ALCINEU GRUBER, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, JAIR LONKOUSKI, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, WALTER PARCIANELLO

Processo: 348916/19 Nova Audiência desde 10/06/2024
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
Interessado: ALCINEU GRUBER, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, NELI PERIN, WALTER PARCIANELLO

REVISÃO DE PROVENTOS

Processo: 465794/23
Entidade: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA
Interessado: ALCIDES RIBEIRO ROCHA, FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA, LUIZ NICACIO

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 215034/22 Vista desde 24/06/2024 Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Entidade: MUNICIPIO DE PATO BRANCO
Interessado: KLEITON CONSONI, LAURIANE BERNARDI MACIEL, LEANDRA PAULA BACH DE FARIAS, LEIDIANE DE OLIVEIRA, LEONARDO IPAR GOBUS, LETICIA MARCANTE, LETICIA SILVEIRA ROMIG, LIGIA VIVIANE GROSSO, LILIANE GONCALVES MENDES, LUAN CARLOS PACHECO SANTOS, LUANA DE OLIVEIRA BELO, LUCIANA PEREIRA DA CRUZ, LUCIANE GAMBETTA, LUCIANE PAGNONCELLI, LUCIANO NOGUEIRA, LUIS HENRIQUE REOLON, LUIZ EDUARDO VINALSKI, LUIZ HENRIQUE HANNEL SAMBUGARO, LUZINETE ALMEIDA SANTOS, MAIARA DUARTE, MAICON ALBINO RIBAS, MAILA CRISTINA MALAGI, MARCELO WITEKI DE ALMEIDA, MARCIA APARECIDA DA SILVA, MARCIELE PARISOTTO DE ALMEIDA, MARCIO KLOSS FERREIRA, MARIA HELENA CASTAGNARA, MARIA SILVANEI BIER FERREIRA, MARTHA MENIN, MICHELLE FRANCO BRUNISMANN, MIRIAN MUNIZ, MUNICIPIO DE PATO BRANCO, PAOLA FERNANDA GOMES, PATRICIA PIAZZA ROSSI, PATRICIA VERIDIANA MONTEIRO, PAULA SCHOTT DA COSTA, PAULO ANTONIO DUARTE, PRISCILA BOITO, PRISCILA CRISTINA RODRIGUES LEMOS DOS ANJOS, PRISCILA SANAGIOTTO, REGINALDO NOTH DA ROSA, RENATA DE JESUS ABREU, RENATA THAIS DO PATROCINO, ROBSON CANTU, ROSANA MARCARINI, ROSANE KLOH BIESDORF, ROSELI DE MATTOS TURMINA, ROSELIA CORDEIRO, ROSIMARA DE ASSIS CORREIA, ROZANE FATIMA BONI GETASSI, RUT MONTEIRO CARNEIRO PROVENSI, SIDNEI RIVA, SILVANA GABRIELLI, SIOMARA BERGAMASCHI CORAZZA, SUSANE MARAFON, TADEU ASSIS GUERRA, TAINA BATISTA DE OLIVEIRA, TATIANA DIERINGS, TERESINHA DE OLIVEIRA LEDO KERSCH, TEREZINHA DO CARMO DANIEL DE CAMPOS, TIAGO DOS SANTOS SCHIEFEDCKER, VANESSA PAULA RODRIGUES, WILLIAN ADOLFO DOS SANTOS, WILSON JUNIOR PERONDI, ADEMIR FLORIANO, ADEMIR VIANA DA SILVA, ADMIR LOURENCO DOS SANTOS JUNIOR, ADRIANA MARENGONI, ALAN IUNG, ALCIONE CAPPELIN, ALEXANDRA PICETSKI VAZ, ALINE TELES THEODOROVICZ, AMABILLY DOS SANTOS PEYERL, ANA PAULA MARTARELLO, ANA PAULA SOARES, ANA PAULA WILLMS CAPRA, ANALIR RAVARENA DOS SANTOS, ANDERSON ROSSI, ANDREIA DE FATIMA WEBBER, ANDREIA DE SOUZA MELLO, ANDRESSA DE MORAES PERIN, ANDRESSA MACHULA, ANGELA HOPPEN, Angelica Patricia Santana de Mira, BRUNA MAITE PEREZ, CAMILA BIAZUSSI DAMASCENO, CARLA EDUARDA OLIVEIRA LOPES, CARLA TODESCATTO, CASSIA CRISTINA CITADIN BASSO, CASSIANA GIACOMINI RODRIGUES, CASSIANE SANT ANA DE OLIVEIRA DE BRITTO, CLARICE WEIHRICH ZANOTTO, CLAUDIA PAGNONCELLI, CLEDIMARA GREGORINI, CLODI ADRIANO KLAVA, CRISTIANE CHUARTS KLOSS, CRISTIANE FIORENTIN, CRISTINA PESSATTO, CRISTINA SIMONE CRUZ MACEDO, DAIANE CRISTINA CARNEIRO, DANIELE APARECIDA BUENO DE LIMA DE CHAVES, DANIELLE FRANCO BRUNISMANN, DEBORA MARIA RAMOS LOPES, DEBORA ODIMARCIA DOS SANTOS GANSKE, DENIZE REGINA MAGGI, DHIULLYE COPATTI HARTWIG, DUANA THAIS ANTONELO DORIGON, DUCIMAR PELOSO, EDIANA TREVISAN LEITE, EDIANE PAULA SELZLER, EDINEIA SUELI NERIS TROJAN, EDMARA DIAS FRANCO UNGARI, EDSON DO PILAR, EDUARDO MACIEL FERREIRA, ELAINE CRISTINA POSSAMAI GABRIELLI, ELI CATARINA DE FREITAS DA SILVA, ELISANGELA APARECIDA MUNSLINGER, EMILLEN LARISSA NUNES RIBEIRO, FABRICIO RODRIGUES, FELIPE QUADRI LEMONIO, FERNANDA APARECIDA TONET, FERNANDO FROZZA ARIOTTI, FLAVIA CAROL ANGELI, FRANCIANE BRASIL SANTOS DALCIN, FRANCIELE IUGA, FRANCIELY NAYANA CORDEIRO CARDOSO, GABRIEL SBARDELOTTO, GABRIELA FERNANDES, GAZIELI APARECIDA GRACIOLI LUCZKIEVICZ, GENOEFA TEREZINHA JAKIEMIU BOCCHESE, GIZELE TEREZINHA ALOVISI, GRACIELE REICHEMBACH DOS SANTOS, GUILHERME PESSATTO PASA, HELAINE RAQUEL CHINARELLI, INDIAMARA PADILHA TONIAL, IZIS DE COL ACORSI GOULART, JAINE LEONARSKI, JESSICA CRISTINA SEGATO RIGON, JOAO RICARDO CALDART, JONATHAN WILLIAN SILVEIRA, JUCELAINE RIQUINHA GOSSLER SIQUEIRA, JUCELIA CAZUNI MACULAN, JUCELIA FORMAIO, JULIANA KUNEN, KELI CRISTINA DOLENKEI, KELLI DAIANE DA SILVA, KELLY DOS SANTOS SIQUEIRA, KERIN DE SOUZA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Processo: 330876/24
Entidade: MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA
Interessado: MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA, SEBASTIÃO ROGATTI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 45166/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL, VALDECIR ANDRADE DA SILVA

Processo: 111740/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO, IVANIR PAULO PROLO

Processo: 183199/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, MARINALDO GONCALVES DA LUZ

Processo: 184551/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, LUIS PAULO MENDONCA HURTADO

Processo: 191124/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDA, FABIO CAVALIM DA SILVA

Processo: 199648/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS, LAURICI JOSE DE OLIVEIRA, MARINO KUTIANSKI

Processo: 205346/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ, SERGIO LUIS DE OLIVEIRA

Processo: 206474/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL, MIGUEL MUNIZ DA SILVA

Processo: 210366/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO, OSMAR CECCHI

Processo: 216151/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS, ROSIMAR GONÇALVES DE CERQUEIRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

Processo: 178620/23
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU
Interessado: MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU, OSMARIO DE LIMA PORTELA

Processo: 193026/23
Entidade: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
Interessado: CLAUDIO ALAIN GUTERRES DO CARMO, MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, RICARDO ANTONIO ORTINA

CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO

TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA

Processo: 111420/17
Entidade: MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL
Interessado: AROLDO RIBAS DE BONFIM, CEZAR GENGIS KHAN JOHNSSON, CEZAR GIBRAN JOHNSSON, CLAYTON COSTA ROSA, CLEVERSON DICA NALIFICO, DINARTE PEDROSO, ELEANDRO FONTOURA MACHADO, EMERSON SANTO STRESSER, JOAO AMADEU STRESSER DA SILVA, JOEL COUTINHO, JOSE MARIA ARAUJO, LUCIANO HAENISCH, LUIS FERNANDO NESSO RAMOS DA SILVA, MARCO ANTONIO SANTANA, MIGUEL ELIAS CRUZ, RAQUEL STRESSER DE JESUS PEDROSO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA

Processo: 96136/15 Vista desde 10/06/2024 Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Entidade: MUNICÍPIO DE AMPÉRE
Interessado: BRUNA LUQUINI MAZZUCO, DISNEI LUQUINI, FLÁVIO JOSÉ PENSO, GIOVANA FACCHI PARISOTTO, HELIO MANOEL ALVES, INSTITUTO DE SAUDE DE AMPERE - ISA, LUCIANE MARIA PEDOT BELINI, LUIZ CARLOS GRZEBIELUCKAS, MUNICÍPIO DE AMPÉRE

ATO DE INATIVAÇÃO

Processo: 583415/07
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA
Interessado: MARIA REGINA CENTENO GIESEN

Processo: 760310/20
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
Interessado: ALCINEU GRUBER, CLEUZA SCHALLENBERGER SCHAURICH, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, WALTER PARCIANELLO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 38003/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO, EZEQUIEL JUNGLES DE CAMARGO, EZEQUIEL ORTIZ DOS SANTOS

Processo: 166260/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, REVAIR JOSE RODRIGUES

Processo: 186317/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE FLÓRIDA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE FLÓRIDA, CLAUDINEI CESNIK, MILTON CESAR MOREIRA

Processo: 186902/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA
Interessado: BRUNO ALVES DA SILVA, CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

Processo: 192090/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA, VALDECIR BALDESSAR

Processo: 207853/24
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO - SECOM
Interessado: CLEBER DE OLIVEIRA MATA, SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO - SECOM

Processo: 210226/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, MARCIO ROGERIO DE OLIVEIRA SILVA

Processo: 213837/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE FLORESTA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE FLORESTA, MARCOS ANTONIO PEREIRA SAPATA

Processo: 216623/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE URAÍ
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE URAÍ, MARCOS REGINALDO PEREIRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

Processo: 206314/23
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARATUBA
Interessado: MUNICÍPIO DE GUARATUBA, ROBERTO CORDEIRO JUSTUS

Processo: 222247/23 Vista desde 13/05/2024 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: MUNICÍPIO DE INAJÁ
Interessado: CLEBER GERALDO DA SILVA (Procurador(es): DANILO RODRIGUES DE FIGUEIREDO), MUNICÍPIO DE INAJÁ

CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI

ATO DE INATIVAÇÃO

Processo: 349432/19 Nova Audiência desde 10/06/2024
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
Interessado: ALCINEU GRUBER, DILLETA MARINA CALVO, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, WALTER PARCIANELLO

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 419640/22
Entidade: MUNICÍPIO DE MAMBORÊ
Interessado: ADRIELLE MACHADO JUVENTINO, ALESSANDRA SABAQUEVICZ, ALEXANDRE GUSTAVO SCHENEIDER, CAMILA FLORIANO GUILHERMINO, DAIANE DA SILVA MENDES DOS SANTOS, DHIEVERSON PINTO RADECKI, ELIANE MARTINS DA SILVA CORCHAK, ELIANE WOITOVSKI PADILHA, FABIANA DOS SANTOS CASTRO, FERNANDO HENRIQUE DE JESUS, HAVNER DO CARMO SILVA CHAGAS, JEFERSON DOS SANTOS ALMEIDA, JESSICA ALINE CARDOSO DE MELLO MASSANO, KAREN NEIRIADY PAGLIOTTE MARTINS, KARINA SORCI SZOLOPAK, LEANDRO DOS SANTOS, LEILA DAIANE PELOSI DA SILVA, LUCIANA PEREIRA OLIVEIRA DE LIMA ARAUJO, MUNICÍPIO DE MAMBORÊ, PATRICIA DOS SANTOS GONCALVES, PATRICIA PEREIRA DOS SANTOS, PAULO ROBERTO DE ALMEIDA, RAFAEL RUBENS DE BARROS, REGINA BECHER STADLER, RENATO ALVES PEREIRA, RICARDO RADOMSKI, RODRIGO FERREIRA, ROSANGELA MARTINS DE MOURA, ROZANGELA BORGES DA SILVA, SILVANA QUEILA OLIVEIRA, SOLANGE APARECIDA OLIVEIRA, VANESSA APARECIDA MARTINS FERREIRA, VITOR HUGO BUENO DE ARAUJO

Processo: 792856/22 Vista desde 24/06/2024 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE DO PARANÁ
Interessado: ALLANA PONTES, BRUNA DO ROCIO BARBOSA, BRUNO HENRIQUE RUDNIAK, FABIO HERNANDES, KETRY KELLEN PRADO CAETANO, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE DO PARANÁ

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Processo: 348708/24 Vista desde 24/06/2024 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: MUNICÍPIO DE SANTA MÔNICA
Interessado: LUAN GUSTAVO FRAZATTO (Procurador(es): JONATHAS RIBEIRO PEREIRA DE MORAIS, ALLAN FONZAR CAETANO), MUNICÍPIO DE SANTA MÔNICA, PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SANTA ISABEL DO IVAI, WILSON MANUEL DE SOUZA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 163066/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SENGÉS
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SENGÉS, HILLEBRAND DE BOER

Processo: 168840/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ, LUCI ALVINO KNIPHOFF DA SILVEIRA

Processo: 175692/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
Interessado: ARILDO RODRIGUES VILELA, CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL

Processo: 177687/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA
Interessado: AFONSO MOACIR PONTAROLO, CÂMARA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA, CLEBERSON KORDIAK, NATAN PONTAROLO

Processo: 206326/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE, TIAGO VARIZA

Processo: 212458/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ELDIMAR MESSIAS LOPES

Processo: 215279/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS, VALDETE JOSÉ DE SOUZA

Processo: 209147/24 Adiado por pedido do(a) relator(a) desde 24/06/2024
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, EDUARDO ALBANI DALA COSTA, THANIA MARIA CAMINSKI GEHLEN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

Processo: 218436/23
Entidade: MUNICÍPIO DE MARQUINHO
Interessado: ELIO BOLZON JUNIOR, MUNICÍPIO DE MARQUINHO

CONSELHEIRO SUBSTITUTO THIAGO BARBOSA CORDEIRO

ATO DE INATIVAÇÃO

Processo: 688592/12 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 24/06/2024
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA LAPA
Interessado: ALTAIR EUKO, LUIZ CARLOS RUIZ PALOMA, MAURÍCIO TON RAMOS, MUNICÍPIO DA LAPA, PAULO CÉSAR FIATES FURIATI

Processo: 378785/19 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 24/06/2024
Entidade: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
Interessado: ADRIANA APARECIDA TAJES, BACHIR ABBAS, ELIANE DIAS DO AMARAL, FUNDO PARA CUSTEIO PREVIDENCIARIO DAS APOSENTADORIAS E PENSOES DOS FUNCIONARIOS, HILTON SANTIN ROVEDA, MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA

REVISÃO DE PROVENTOS

Processo: 33710/24
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: AUREA CECILIA DA FONSECA, ELAINE MARLENE JUNG, FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO

Processo: 810262/23 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 24/06/2024
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: AUREA CECILIA DA FONSECA, FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, HELENA MARIA ZANATTA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 212121/24
Entidade: SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE ITAMBARACÁ
Interessado: PAULO ZAMBONI, RICARDO MACHADO, SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE ITAMBARACÁ, YOCHIHARU OUTUKI

Processo: 213071/24
Entidade: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA FRONTEIRA
Interessado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA FRONTEIRA, HELIO JOSE SURDI, JORGE LUIZ SANTIN, THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONCALVES

CONSELHEIRO SUBSTITUTO TIAGO ALVAREZ PEDROSO

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 498179/20
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU
Interessado: AMANDA RODRIGUES DA CUNHA, BOAVENTURA MANOEL JOÃO MOTTA, BRUNA ALBANO IAROCHESKI, CLAUDIO APARECIDO RODRIGUES, CLAUDIOMIRO DA COSTA DUTRA, DANIELE DE JESUS, DANIELI SABRINA GOMES MACHADO, DENISE MASSIGNANI, DIOGO VIANA ROCHA, EDNA BORGES, ELIZABETH KOLODA ANDRE, ELIZEU ALVES DOS SANTOS, ELOI CRISTIANO RODRIGUES PILLAR, GABRIELA DAVID PALMONARI, IRENE DE OLIVEIRA, JANETE DE CAMPOS, JOAO PEDRO CARLOS MARQUES, JULIANA NOGUEIRA DA SILVA, MARCIA MELLO AMARAL, MARIZETE RAMOS XAVIER, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, RENATO ANTONIO VON DENTZ, RODRIGO ANTONIO DOS SANTOS BERTUOL, ROGERIO JUNIOR BRAND, SIMONE SIMON PENTEADO, TAIMARA DE ABREU MARIANO, TALINE APARECIDA DA COSTA, TATIANE NOGUEIRA DOS SANTOS, VANDERLAN CARVALHO DE ARAUJO, VIVIANE SILVA DA SILVA

Processo: 335521/23 Vista desde 13/05/2024 Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Entidade: MUNICÍPIO DE IRETAMA
Interessado: ADRIANA ANGELA DE BRITO, MUNICÍPIO DE IRETAMA, SAME SAAB

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 204617/24
Entidade: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE COSTA OESTE DO PARANA
Interessado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE COSTA OESTE DO PARANA, VALTER APARECIDO SOUZA CORREIA

Processo: 212802/23 Adiado para análise de voto divergente desde 24/06/2024
Entidade: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
Interessado: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, PAULO SERGIO GONÇALVES

CONSELHEIRA SUBSTITUTA MURYEL HEY

PENSÃO

Processo: 826346/19 Vista desde 24/06/2024 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DE CAMPINA DO SIMÃO
Interessado: EMILIO ALTEMIRO LAZZARETTI, LOURDES FERREIRA BUCHART, PEDRO DOMINICO, REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DE CAMPINA DO SIMÃO, SILVIA DUDA, TEREZINHA SOARES DOMINICO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 203815/24
Entidade: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CISA/AMERIOS - 12ª R.S.
Interessado: ALMIR DE ALMEIDA, CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CISA/AMERIOS - 12ª R.S.

Processo: 214965/24
Entidade: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO SUDOESTE - CONSUD
Interessado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO SUDOESTE - CONSUD, JEAN PIERR CATTO

2ªSECAM - Atas

Sem publicações

2ªSECAM - Acórdãos

PROCESSO Nº:-469250/23
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA
ENTIDADE:-CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA REGIAO DO VALE DO MEDIO IVAI DO ESTADO DO PARANA - CIMEIV
INTERESSADO:-ADEMIR LUIZ MACIEL, CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA REGIAO DO VALE DO MEDIO IVAI DO ESTADO DO PARANA - CIMEIV, IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, SERGIO JOSE SANTI, ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS, VICTOR CELSO MARTINI, VITOR APARECIDO FEDRIGO, WALTER VOLPATO
RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
ACÓRDÃO Nº 1712/24 - SEGUNDA CÂMARA

Tomada de Contas Ordinária. Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Vale do Médio Ivaí do Estado do Paraná – CIMEIV. Exercício de 2022. Entrega dos documentos que compõem a Prestação de Contas com atraso. Voto pela regularidade das contas, com ressalva e aplicação de multa.

1. RELATÓRIO

Trata-se de Tomada de Contas Ordinária instaurada em razão da ausência de encaminhamento das prestações de contas anuais relativas ao exercício financeiro de 2022, restando descumprido o prazo estabelecido pelo art. 25, caput, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.

Conforme Despacho nº 884/23-GCILB (peça 7), foi determinada a citação do Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Vale do Médio Ivaí do Estado do Paraná – CIMEIV, do Sr. Ademir Luiz Maciel (gestor das contas), e dos atuais gestores dos entes consorciados (Município de Floresta, Município de Itambé, Município de Ivatuba, Município de Mandaguari, Município de Marialva, Município de Maringá e Município de Sarandi), para que apresentassem as contas da entidade relativas ao exercício de 2022

O Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Vale do Médio Ivaí do Estado do Paraná - CIMEIV apresentou manifestação alegando que a referida prestação de contas foi encaminhada e protocolada conforme autos nº 477954/23, em 17/07/2023, juntando cópia do extrato da autuação (peças 31/32).

O Município de Mandaguari, em reposta à citação, apresentou o Contrato de Rateio nº 004/2022 e a Nota de Empenho nº 1367/2022, requerendo que seja dado o cumprimento da obrigação do ente municipal (peças 35/37).

O Município de Sarandi ressaltou que é de responsabilidade do Conselho Diretor (art. 16 do contrato de Consórcio Público) a elaboração das prestações de contas, assim como envio dos documentos pertinentes junto a esta Corte de Contas (art. 22 do contrato de Consórcio Público), em que juntou documentos e requereu que seja dado o cumprimento da obrigação do ente municipal (peça 39).

Em resposta à citação determinada no Despacho nº 884/23-GCILB (peça 7), o Sr. Ulisses de Jesus Maia Kotsifas, Prefeito do Município de Maringá, pugnou pela regularidade das contas anuais do exercício financeiro de 2022, e sua retirada do polo passivo deste expediente, já que o representante legal do Consórcio Público seria quem tem o dever de apresentar tal prestação de contas (peças 41/42).

Retornou aos autos o Município de Sarandi (peça 46), quando apresentou manifestação e anexou o Contrato de Rateio nº 007/2022 e a Nota de Empenho nº 5235/2022.

Conforme Certidão de Decurso de Prazo nº 961/23 – DP (peça 47), devidamente citados, os Srs. Vitor Aparecido Fedrigo, Sergio Jose Santi e Victor Celso Martini não apresentaram manifestação.

Encaminhado os autos à CGM, conforme determinado no Despacho nº 1554/23 – GCILB (peça 48), a unidade técnica, mediante Instrução nº 5282/2023 - CGM (peça 50), concluiu que as contas do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO MÉDIO IVAÍ DO ESTADO DO PARANÁ - CIMEIV, relativa ao exercício financeiro de 2022, no estado em que se encontram no processo e com as questões mencionadas, ensejam julgamento pela irregularidade das contas, sugerindo, por força do princípio do contraditório e da ampla defesa, a intimação do Sr. ADEMIR LUIZ MACIEL, para que, querendo, apresentasse todos os documentos e manifestações acerca das ocorrências listadas na referida instrução.

Oportunizado o contraditório, mediante Despacho nº 1605/23 – GCILB (peça 51), o Sr. Ademir Luiz Maciel prestou esclarecimentos e encaminhou cópia do extrato atualizado do SICAD (peças 60/62).

A CGM, conforme Instrução n º 963/24 – CGM (peça 64), aduziu que quanto à ausência de encaminhamento do Relatório do Controle Interno, o item restou regularizado. E quanto à entrega dos documentos que compõem a Prestação de Contas com atraso, em última análise, opinou pela regularidade das contas, com ressalva e aplicação de multa.

No mesmo sentido, o Ministério Público de Contas, Parecer nº 308/24 - 2PC (peça 65), opinou pela regularidade das contas, com ressalva e aplicação da multa prevista no art. 87, III, “a” da Lei Complementar nº 113/2005 ao Sr. Ademir Luiz Maciel, em razão da entrega dos documentos que compõem a Prestação de Contas com atraso, relativo ao Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Vale Médio Ivaí do Estado do Paraná – CIMEIV.

É o Relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Compulsando os autos, noto que inicialmente foi apontado como irregularidade a ausência de encaminhamento do Relatório do Controle Interno, em afronta aos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal[1] c/c art. 4º da Lei Complementar Estadual nº 113/2005[2], sujeitando-se às multas previstas nos artigos 87, I, "b" e 87, IV, "g" da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.[3]

No entanto, conforme contraditório apresentado pelo Presidente do Consórcio, Sr. Ademir Luiz Maciel, observo que as justificativas e documentos foram apresentados às peças 59 a 62 destes autos, permitindo, segundo a análise técnica, cuja fundamentação adoto como razão de decidir, concluir pela regularização.

Diante disso, verifico que regularizado a ausência relativa ao envio do Relatório do Controle Interno e sanadas as falhas decorrentes, imperioso se faz a aposição da ressalva, nos termos das Súmula nº 8 deste Tribunal de Contas.[4]

Quanto à entrega dos documentos que compõem a Prestação de Contas com atraso, verifico que a entidade, na pessoa do seu representante legal, não cumpriu o prazo estipulado nos artigos 25 e 225 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005[5], sujeitando-se à multa prevista no artigo 87, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.[6]

Por esse motivo, além da ressalva pelo atraso no envio dos documentos que compõem a Prestação de Contas, nos termos do art. 16 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005[7], entendo aplicável ao Sr. Ademir Luiz Maciel, responsável pela entidade na data limite para cumprimento da obrigação, a multa administrativa prevista no artigo 87, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.

3. VOTO

Diante do exposto, VOTO:

I. com fundamento no art. 16, inciso II, da Lei Complementar Estadual n° 113/2005[8] e na Súmula nº 8 deste Tribunal[9], pela procedência da Tomada de Contas Ordinária e pela regularidade com ressalva das contas do Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Vale do Médio Ivaí do Estado do Paraná – CIMEIV, referente ao exercício financeiro de 2022, de responsabilidade do

Sr. Ademir Luiz Maciel, em razão da entrega dos documentos que compõem a Prestação de Contas com atraso;
II. Pela aplicação da multa administrativa prevista no artigo 87, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005,[10] ao Sr. Ademir Luiz Maciel.
Após o trânsito em julgado, encaminhem-se à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, para os registros devidos e as providências atinentes à execução da decisão.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I- com fundamento no art. 16, inciso II, da Lei Complementar Estadual n° 113/2005[11] e na Súmula nº 8 deste Tribunal[12], julgar procedente a Tomada de Contas Ordinária, julgando pela regularidade com ressalva das contas do Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Vale do Médio Ivaí do Estado do Paraná – CIMEIV, referente ao exercício financeiro de 2022, de responsabilidade do Sr. Ademir Luiz Maciel, em razão da entrega dos documentos que compõem a Prestação de Contas com atraso;
II- aplicar a multa administrativa prevista no artigo 87, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005,[13] ao Sr. Ademir Luiz Maciel; e
III- encaminhar, após o trânsito em julgado, à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, para os registros devidos e as providências atinentes à execução da decisão.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

__1__. Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:
I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
__2__. Art. 4º Para as finalidades e na forma prevista na Constituição Federal, na Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, e na Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, bem como, para apoio ao controle externo, todos os jurisdicionados deverão, obrigatoriamente, instituir sistemas de controle interno com as seguintes finalidades:
I – avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução de programas de governo e dos orçamentos do Estado e dos municípios;
II – verificar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como, da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
III – exercer o controle das operações de crédito, avais e outras garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado e dos municípios;
IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional
__3__. Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)
(...)
IV - No valor de 40 (quarenta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)
g) praticar ato administrativo, não tipificado em outro dispositivo deste artigo, do qual resulte contrariedade ou ofensa à norma legal, independentemente da caracterização de dano ao erário
__4__. Observada a regularização de impropriedade sanável, as contas deverão ser julgadas:
- regulares com ressalva quando o saneamento houver ocorrido antes da decisão de primeiro grau;
(...)."
__5__. Art. 25. Os demais gestores e responsáveis por bens, valores e dinheiros públicos, na esfera estadual e municipal, prestarão contas, anualmente, até o dia 30 de abril do exercício subsequente ao das referidas contas, como previsto nesta lei e no Regimento Interno, além de Resoluções específicas do Tribunal de Contas.
Art. 225. O prazo final de encaminhamento da Prestação de Contas Anual é 31 de março, relativo ao exercício financeiro anterior, para o Poder Legislativo e para o Poder Executivo, compreendendo este último às administrações direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações e fundos especiais.
Parágrafo único. Para as sociedades de economia mista, empresas públicas, consórcios intermunicipais e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público municipal, o prazo final será 30 de abril, relativo ao exercício financeiro anterior.
__6__. Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)
(...)
III - No valor de 30 (trinta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)
a) deixar de prestar contas anuais no prazo fixado em lei;)
__7__. Art. 16. As contas serão julgadas:
(...)
II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário ou à execução do programa, ato ou gestão
__8__. "Art. 16. As contas serão julgadas:
(...)
II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário ou à execução do programa, ato ou gestão;"
__9__. "Observada a regularização de impropriedade sanável, as contas deverão ser julgadas:
- regulares com ressalva quando o saneamento houver ocorrido antes da decisão de primeiro grau;
(...)."
__10__. Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)
(...)
III - No valor de 30 (trinta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)
a) deixar de prestar contas anuais no prazo fixado em lei;
__11__. "Art. 16. As contas serão julgadas:
(...)
II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário ou à execução do programa, ato ou gestão;"
__12__. "Observada a regularização de impropriedade sanável, as contas deverão ser julgadas:
- regulares com ressalva quando o saneamento houver ocorrido antes da decisão de primeiro grau;
(...)."
__13__. Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)
(...)
III - No valor de 30 (trinta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)
a) deixar de prestar contas anuais no prazo fixado em lei;

PROCESSO Nº:-791009/15
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE TERRA ROXA
INTERESSADO:-ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE TERRA ROXA, CELSO FERNANDES DA COSTA, DONALDO WAGNER, EDI JUNIOR ZANOVELLO DINIZ, IVAN REIS DA SILVA, JOSE PEREIRA DA COSTA, TAIS VILELA FRIGO, TATIANE YUMIKO GUIMARAES, VANESSA ALVES PEREIRA
ADVOGADO / PROCURADOR:-JOSE CLAUDIO OLEGARIO, LUÍS GUSTAVO FERREIRA RIBEIRO LOPES
RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
ACÓRDÃO Nº 1713/24 - SEGUNDA CÂMARA

Tomada de Contas Extraordinária regular com ressalvas. Regular com ressalvas a prestação das contas do convênio relativas a 2012 e regular a prestação das contas do convênio relativas a 2014. Recomendação.
1. RELATÓRIO
Trata-se de Tomada de Contas Extraordinária instaurada do Relatório de Auditoria n° 17/2015 – DAT (peça 6) pelo Despacho n° 83/16 -GCDA (peça 23) em razão de possíveis irregularidades em repasses voluntários efetuados pelo Município de Terra Roxa para a Associação dos Universitários de Terra Roxa – AUTER entre os exercícios financeiros de 2012 até 2015.
Conforme o Relatório de Auditoria nº 17/2015 – DAT (peça 6, pág. 7), a equipe de fiscalização apurou os seguintes achados:
a) Achado 1 - Conluio para fraudar procedimento de contratação.
b) Achado 2 - Ausência de devolução de recursos por serviços prestados parcialmente.
c) Achado 3 - Pagamento de serviços para empresa estranha à relação contratual existente entre a AUTER e a TERRA TUR.
d) Achado 4 - Fornecimento de veículo de qualidade inferior ao contratado.
e) Achado 5 - Ausência de fiscalização dos convênios.
Conforme mencionado no Despacho nº 260/23 – GCILB (peça 85), os achados mencionados acima figuram como itens a serem abordados no processo principal, havendo, portanto, dois autos em apenso; quais sejam:
a) Processo nº 27047-8/13, referente ao Termo de Convênio nº 001/2012, registrado no SIT de nº 8396, com repasses efetuados durante o exercício de 2012, e
b) Processo nº 15527-7/15, referente ao Termo de Convênio nº 004/2014, registrado no SIT de nº 21315, com repasses efetuados durante o exercício de 2014.
Consoante Instrução nº 6306/22 – CGM (peça 83), a CGM sintetizou as defesas apresentadas pelas partes e sustentou a ocorrência de prescrição intercorrente em razão da paralisação do processo por mais de três anos – e mais de cinco anos –, com base em jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal de Contas da União (TCU).
O Ministério Público de Contas, mediante Parecer nº 2/23 - 5PC (peça 84), ressaltou que as "conclusões esboçadas no elucidativo opinativo ministerial lançado na revisão do prejulgado (Parecer nº 279/21 - PGC), que abalizado pelo contexto histórico das decisões da Suprema Corte, pela jurisprudência do TCU, além de lições da doutrina e manifestações da ATRICON, concluiu do exame dos Temas 666, 897 e 899 de repercussão geral que "até o momento o STF não firmou precedente vinculante no sentido de prescritibilidade das pretensões de dano ao erário no âmbito dos Tribunais de Contas ou de imprescritibilidade apenas para as pretensões de ressarcimento ao erário por ato doloso manejadas em ações judiciais de improbidade administrativa". (grifos no original)
Deu-se prosseguimento, mediante Despacho nº 260/23 – GCILB (peça 85), à consideração de que o Prejulgado 26 deste Tribunal, de aplicabilidade geral e vinculante, emitido já sob a vigência da Lei 9.873/1999, não reconhece a prescrição intercorrente previamente à fase de execução e é expresso ao deliberar que o prazo prescricional, uma vez interrompido, passa a fluir a partir do trânsito em julgado da decisão do Tribunal proferida no feito.
Consoante a Instrução nº 6306/22 – CGM (peça 83), a Coordenadoria de Gestão Municipal inicialmente manifestou-se pela correção da autuação do Processo nº 270478/13 (apenso), para que nela constasse o Exercício de 2012 e pela Correção da autuação do Processo nº 155277/15 (apenso), para que nela constasse o Exercício de 2014.
Em relação às irregularidades apontadas no Processo nº 270478/13 (apenso), a unidade técnica, quanto à suposta disparidade entre os extratos bancários e as despesas informadas no SIT, aduziu que a preocupação com esse apontamento é desnecessária, pois ele decorre de criticável formalismo exacerbado, havendo e erro banal na forma de realização dos pagamentos, que ao invés de utilizar um cheque para pagar cada nota fiscal, a Tomadora utilizava um cheque para pagar as duas notas fiscais mensais do mesmo prestador de serviço.
A unidade técnica sustentou que o erro identificado acima, provavelmente, tenha decorrido da falta de familiaridade e orientação sobre a utilização do SIT, o qual estava em seu primeiro ano de implantação (2012) à época do fato.
A CGM consignou também que a Resolução 28/2011-TCE/PR e a Instrução Normativa nº 61/2011 - TCE/PR não previam que cada pagamento deveria corresponder exclusivamente a uma nota fiscal, sendo uma "regra" criada unicamente no SIT, sem previsão nas normas do TCE/PR.
Por fim, neste ponto, quanto à suposta disparidade de R$ 150.000,00 entre os extratos bancários e as despesas informadas no SIT, opinou: a) pela regularidade com ressalva, considerando que ficou provado que os pagamentos eram sustentados por notas fiscais, com erro no registro no SIT, b) pela improcedência da condenação à devolução de R$ 150.000,00, pela Tomadora e por Tatiane Yumiko Guimarães

(Presidente da Tomadora de 01/01/13 a 31/12/13), recomendada pela Instrução da peça 5 do Processo nº 270478/13 (apenso), pois os pagamentos foram comprovados e regulares, tendo ocorrido mero erro banal na forma de sua realização e registro no SIT e c) pela não aplicação a Ivan Reis da Silva (Prefeito de 01/01/13 a 31/12/16) e a Luciana Silvestre Góis de Almeida (Controladora de 23/09/09 a 07/09/14) da multa administrativa recomendada pela Instrução da peça 5 do Processo nº 270478/13 (apenso), pela suposta falta de fiscalização do convênio.

A unidade técnica opinou pela improcedência das recomendações do Relatório de auditoria e dos achados 1 (conluio para fraudar procedimento de contratação), 4 (fornecimento de veículo de qualidade inferior ao contratado) e 5 (ausência de fiscalização dos convênios) e pela regularidade com ressalva em relação aos achados 2 (ausência de devolução de recursos por serviços prestados parcialmente) e 3 (pagamento de serviços para empresa estranha à relação contratual existente entre a AUTER e a TERRA).

Quanto às análises das prestações de contas (peça 87, págs. 39/41) a CGM opinou: a) pela Regularidade com Ressalva da prestação de contas do Exercício de 2012; b) pela Regularidade da prestação de contas do Exercício de 2014; c) pela impossibilidade de apreciar as contas de 2013, pois elas já foram julgadas Regulares no Processo 512467/14; d) pela Impossibilidade de apreciar as contas de 2015, pois elas já foram julgadas Regulares no Processo 510171/17; e e) pela improcedência da TCExt apreciada neste Processo 791009/15.

O Ministério Público de Contas, mediante Parecer nº 1141/23 - 5PC (peça 88), opinou pela improcedência da Tomada de Contas Extraordinária, com a expedição das recomendações sugeridas na Instrução nº 4870/23 – CGM, bem como pela regularidade com ressalvas da prestação de contas de transferência relativa ao exercício de 2012 (autos nº 270478/13) e pela regularidade da prestação de contas de transferência relativa ao exercício de 2014 (autos nº 155277/15).

Conforme sugerido pela unidade técnica, foi determinado, mediante Despacho nº 745/24 – GCILB (peça 89), a correção da autuação do Processo nº 270478/13 (apenso), para que nela conste o Exercício de 2012 e correção da autuação do Processo nº 155277/15 (apenso), para que nela conste o Exercício de 2014 e a redistribuição dos referidos processos ao Conselheiro Relator.

É o Relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Compulsando os autos, observo que o Convênio nº 04/2014 (Processo nº 155277/15) celebrado entre o Município de Terra Roxa e a Associação dos Universitários de Terra Roxa foi objeto do Relatório de Auditoria nº 17/2015 – DAT (peça 6), motivo pelo qual passo à análise dos presentes autos e do Processo nº 270478/13.

2.1. Irregularidades apontadas na Instrução - 5908/14 – DAT - Processo nº 270478/13

Noto que as situações apontadas nos itens 1 a 5 da Instrução - 5908/14 – DAT (peça 5 do Processo nº 270478/13 – apenso), são iguais às situações apontadas na Instrução nº 8395/14 - DAT (peça 5 do Processo nº 512467/14), vejamos:

Processo nº 270478/13	Processo nº 512467/14
1. Cód. 102 - Atraso na apresentação da Prestação de Contas;	1. Cód. 102 - Atraso na apresentação da Prestação de Contas;
2. Cód. 105 - Atraso do Tomador no envio das informações bimestrais;	2. Cód. 105 - Atraso do Tomador no envio das informações bimestrais
3. Cód. 106 - Atraso do Concedente no envio das informações bimestrais;	3. Cód. 106 - Atraso do Concedente no envio das informações bimestrais
4. Cód. 304 - Ausência de Certidões na formalização da transferência;	4. Cód. 304 - Ausência de Certidões na formalização da transferência;
5. Cód. 308 - Ausência de Certidões durante a execução da transferência;	5. Cód. 308 - Ausência de Certidões durante a execução da transferência;
6. Cód. 745 - Disparidade entre os extratos bancários e as despesas informadas.	6. Cód. 609 - Pagamentos realizados em favor de fornecedores que constituem própria parte do acordo de transferência.

Conforme o Relatório de Auditoria (peça 6, pág. 5), a prestação de contas do convênio relativa ao Exercício de 2013 (Processo nº 512467/14) já foi julgada regular, nos termos da Decisão Definitiva Monocrática nº 464/15; vejamos:

"Vistos e examinados estes autos, o Relator Conselheiro DURVAL AMARAL, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, e 428, ambos do Regimento Interno do Tribunal de Contas, DECIDE: 1. julgar regular a Prestação de Contas da ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE TERRA ROXA, CNPJ n.º 04.652.870/0001-04, da gestão de TATIANE YUMIKO GUIMARÃES, referente à transferência de recursos municipais, repassados pelo Município de Terra Roxa, exercício financeiro de 2013, no valor de R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), tendo por objeto a transferência de recursos para pagamento de despesas com transporte escolar para os estudantes universitários que frequentam universidades na região, com base no art. 16, I, da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, haja vista as Instruções da Diretoria de Análise de Transferências n.º 2419/15 e 3007/15 e o Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal n.º 12361/15 (peças n.ºs 27, 31 e 33, respectivamente), todos com entendimento linear em relação à regularidade das contas; 2. observar que os pontos verificados nas Instruções acima referenciadas, da Diretoria de Análise de Transferências, são de natureza estritamente formal e recomendar, no presente caso, em virtude da adaptação ao novo Sistema Integrado de Transferências, aos responsáveis que amoldem os procedimentos utilizados às exigências trazidas pela Resolução n.º 28/2011 com suas alterações posteriores e pela Instrução Normativa n.º 61/2011;"

Diante disso, quanto às situações apontadas nos itens 1 a 5 na Instrução - 5908/14 – DAT, considerando o atraso na prestação de contas, o atraso no envio das informações bimestrais para o SIT e a ausência de certidões de regularidade fiscal na formalização e execução do convênio, acolho as manifestações uniformes, para que as contas relativas ao exercício de 2012 (Processo nº 270478/13 - apenso) sejam julgadas regulares com ressalva.

Acolho também as manifestações em relação ao Processo nº 270478/13 (apenso), deixando de aplicar as multas adminstrativas, quanto às situações apontadas nos itens 1 a 5 na Instrução - 5908/14 – DAT (peça 5 do Processo nº 270478/13 – apenso).

2.2. Irregularidade apontada na Instrução nº 5908/14 – DAT - Processo nº 270478/13 - Disparidade entre os extratos bancários e as despesas informadas.

Consoante à irregularidade apontada, Disparidade entre os extratos bancários e as despesas informadas, a unidade técnica à época opinou, mediante Instrução nº 5908/14 – DAT (Processo nº 270478/13), pela irregularidade das contas e sugeriu pela aplicação de multa administrativa ao Sr. Ivan Reis da Silva e à Sra. Luciana Silvestre Gois de Almeida, bem como a reparação do suposto dano no valor de R$ 150.000,00 pela Tomadora e por Tatiane Yumiko Guimarães (Presidente da Tomadora de 01/01/13 a 31/12/13).

No entanto, a CGM, mediante Instrução nº 5443/23 – CGM (peça 87, págs. 10/12), após análise das razões de contraditórios juntadas ao Processo nº 270478/13 (peças 19, 22 e 26), aduziu que, tendo feito o cotejo entre as notas fiscais (peça 40 do Processo nº 270478/13), os extratos (peça 20 do Processo nº 270478/13) e as despesas registradas no SIT, revelou-se que mensalmente duas notas fiscais do mesmo prestador de serviço eram pagas com um único cheque, no valor da soma das duas notas fiscais.

A unidade técnica apontou que houve erro na forma de realização dos pagamentos, sendo que a Tomadora ao invés de utilizar um cheque para pagar cada nota fiscal utilizava um cheque para pagar as duas notas fiscais mensais do mesmo prestador de serviço.

A CGM mencionou, porém, que a Resolução TCE/PR 28/2011 e a Instrução Normativa TCE/PR 61/2011 não previam que cada pagamento deveria corresponder exclusivamente a uma nota fiscal e que essa "regra" foi criada unicamente no SIT, sem previsão nas normas do TCE/PR, concluindo que se tratou de uma falha formal.

Assim, quanto à suposta irregularidade atinente à disparidade entre os extratos bancários e as despesas informadas, acolho as manifestações uniformes para que as contas relativas ao exercício de 2012 (Processo nº 270478/13 - apenso) sejam julgadas regulares com ressalva e acolho as manifestações quanto à improcedência da condenação à devolução de R$ 150.000,00, pela Tomadora e por Tatiane Yumiko Guimarães (Presidente da Tomadora de 01/01/13 a 31/12/13), recomendada pela Instrução da peça 5 do Processo TCE/PR 270478/13 (apenso) e à aplicação de multas adminstrativas.

2.3 RELATÓRIO DE AUDITORIA - ACHADO nº 01 – suposto conluio para fraudar procedimento de contratação.

Observo que o Relatório de Auditoria nº 17/2015 – DAT (peça 6) apontou suposto conluio entre as empresas José Pereira da Costa – Transportes ME, que atua sob a denominação "Terra Tur.", e a C.S.S. Transportes e Locação de Veículos Ltda, cuja denominação social é "C.S.S Transportes", para fraudar a licitação realizada em 2014 pela Tomadora, destinada à contratação dos ônibus que levariam os universitários de Terra Roxa até as faculdades nas cidades vizinhas.

Diante do apontamento, a Auditoria sugeriu aplicação de multa administrativa ao Sr. José Pereira da Costa (Proprietário da Terra Tur), ao Sr. Celso Fernandes da Costa (Sócio Administrador da C.S.S Transportes) e à Sra. Taís Vilela Frigo (Presidente da Tomadora de 01/01/14 a 31/12/14).

Analisadas as razões de contraditório, a CGM frisou que assiste razão às defesas quando afirmam que a legislação não veda a participação de empresas de sócios que possuem vínculo familiar na mesma licitação, colacionando nos autos decisões acerca desse tema do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do Superior Tribunal de Justiça.

A unidade técnica entendeu que a Tomadora agiu corretamente ao não prever no edital da licitação impedimento à participação de empresas que tenham sócios com vínculo familiar e que precisaria ter provas nos autos para provar o suposto conluio.

A CGM apontou também a existência de equívoco na atribuição de responsabilidades e inexistência de tipicidade para fundamentar a recomendação de multa.

Dessa forma, acolho o opinativo da unidade técnica, corroborada pelo órgão ministerial, adotando os seus fundamentos, pela improcedência do Achado n° 1 e, consequentemente, pela não aplicação das multas sugeridas no Relatório de Auditoria.[1]

2.4 RELATÓRIO DE AUDITORIA - ACHADO nº 02 – ausência de devolução de recursos por serviços prestados parcialmente.

Foi constato, consoante Relatório de Auditoria, que houve diminuição dos serviços de transporte nos meses de maio e junho de 2015, e que, apesar dessa diminuição, os pagamentos foram feitos no valor integral, como se os serviços estivessem sendo plenamente prestados. Por causa desse pagamento indevido, a empresa prestadora dos serviços, Terra Tur, devolveu R$ 11.187,00 para a Tomadora. No entanto, a Tomadora se apropriou desse valor, ao invés de restituí-lo para a conta do Convênio, o que seria o correto. Apontou-se também que os serviços de transporte eram subsidiados em 46% pelo Concedente.

Diante disso, vejo que o Relatório de Auditoria concluiu que R$ 5.146,02 (46% de R$ 11.187,00) deveriam ter sido devolvidos para o Concedente e recomendou a condenação à devolução dos R$ 5.146,02, solidariamente, à Tomadora e ao Senhor Edi Júnior Zanovello Diniz (Presidente da Tomadora da 01/01/15 a 31/12/15).

No entanto, foi apurado que o Concedente comprovou nos autos que o valor foi devolvido, conforme se extrai das peças 54, página 2, e 57, o que a Tomadora reportou também na peça 61.

Desse modo, nos termos da Súmula nº 8 do TCE/PR[2], voto pela regularidade com ressalva do item e improcedência da condenação à devolução de R$ 5.146,02, pela Tomadora e por Edi Júnior Zanovello Diniz (Presidente da Tomadora da 01/01/15 a 31/12/15).

2.5 RELATÓRIO DE AUDITORIA - ACHADO nº 03 – pagamentos de serviços para empresa estranha à relação contratual existente entre a AUTER e a Terra Tur.

O Relatório de Auditoria apontou que no ano de 2012 a empresa contratada para prestar o serviço de transporte dos universitários era a Terra Tur. No entanto, dois pagamentos teriam sido feitos com base em notas fiscais da C.S.S. Transportes, que era empresa dos filhos do dono da Terra Tur. Recomendou então aplicar multa administrativa a Vanessa Alves Pereira (Presidente da Tomadora de 01/01/12 a 31/12/12) e a José Pereira da Costa (Proprietário da Terra Tur).

Consoante apontamentos da unidade técnica, entendo que a falha era sanável e a substituição das notas fiscais foi provada nas peças 58 e 61, página 5, podendo o item ser convertido em ressalva, nos termos da Súmula nº 8 desta Corte de Contas.

Dessa forma, acolho o as manifestações uniformes pela regularidade com ressalva, pela não aplicação das multas administrativas e pela recomendação ao Tomador e ao Concedente.

2.6 RELATÓRIO DE AUDITORIA - ACHADO nº 04 – fornecimento de veículo de qualidade inferior ao contratado.

O Relatório de Auditoria (peça 6, pág. 17) apontou que em situação de descumprimento do contrato de prestação de serviço de transporte existente entre a Tomadora e a Terra Tur, o serviço de uma linha estava sendo prestado por ônibus muito mais velho do que o previsto para o serviço, recomendando aplicação de multa administrativa a José Pereira da Costa (Proprietário da Terra Tur) e a Edi Júnior Zanovello Diniz (Presidente da Tomadora da 01/01/15 a 31/12/15).

Conforme manifestação da CGM, demonstrou-se no Relatório de Auditoria que a substituição dos veículos mencionados não estava em conformidade com a cláusula

quinta do contrato.
A CGM (peça 87, pág. 30) mencionou o Acórdão 1798/08 deste Tribunal, em que se decidiu que a competência do Controle Externo não abrange a administração das entidades vinculadas por cooperação, mas apenas sob os respectivos vínculos de cooperação com o poder público. Concordo com a manifestação da unidade técnica, pois, de fato, não houve a participação do Municpio nas avenças entre a Tomadora e a Terra Tur, restanto ao Controle Externo fiscalizar o cumprimento do convêncio firmado entre Concedente e Tomadora.
Nesse sentido, observo também que o Convênio (peça 9) firmado entre Concedente e Tomadora não estabeleceu condições para que os ônibus que realizassem o transporte dos universitários.
Do exposto, acolho a manifestações pela improcedência do Achado nº 04, pela não aplicação das multas administrativa sugeridas no Relatório de Auditoria e pela expedição de recomendação ao Município de Terra Roxa, para que nos convênios, cujo objeto seja o transporte de estudantes universitários, faça constar as condições mínimas de qualidade dos ônibus a serem utilizados.
2.7 RELATÓRIO DE AUDITORIA - ACHADO nº 05 – ausência de fiscalização dos convênios.
O Relatório de Auditoria (peça 6, pág. 19) apontou ausência de fiscalização dos convênios, em razão dos achados anteriores, pelas prestações de contas dos convênios aparentarem não terem sido manuseadas e pelo Concedente não ter cópia de algumas notas fiscais, o que demonstraria que o processo de liquidação de despesa não era adequado, recomendando a aplicação de multa administrativa a Donaldo Wagner (Prefeito de 01/07/11 a 31/12/12) e Ivan Reis da Silva (Prefeito de 01/01/13 a 31/12/16).
Observo que o tema acerca das notas fiscais foi analisado no Achado nº 03, quando entendi que a falha era sanável e que a substituição das notas fiscais foi provada nas peças 58 e 61, página 5, tendo votado pela regularidade com ressalva, nos termos da Súmula nº 8 desta Corte de Contas.
Ainda, conforme bem apontado pela unidade técnica, o fato de o Concedente não possuir algumas notas fiscais de despesas do convênio não é fundamento para atribuir ao Concedente ausência de fiscalização dos convênios, considerando que a Instrução Normativa nº 61/11[3] desta Corte de Contas estabeleceu que o dever de guarda dos comprovantes originais de despesas é do Tomador.
Quanto à questão de as prestações de contas dos convênios aparentarem não terem sido manuseadas, a referida Instrução Normativa[4] aduzia que a prestação de contas se daria mediante as informações do SIT, não havendo irregularidades, considerando as análises dos demais achados.
Diante disso, acolho as manifestações uniformes pela improcedência do Achado nº 05 e pela não aplicação de multas.
2.8 Recomendações complementares do Relatório de Auditoria.
Conforme Relatório de Auditoria (peça 6, pág. 22), recomendou-se a adoção de medidas admistrativas complementares; a saber:
“a) Inclusão do nome do Sr. Donaldo Wagner, CPF nº. 302.877.239-68, prefeito do Município de Terra Roxa, no período 01/07/2011 a 31/12/2012, do Sr. Ivan Reis da Silva, CPF nº. 492.820.779-34, prefeito do Município de Terra Roxa, no período 01/01/2013 a 31/12/2016, da Sra. Vanessa Alves Pereira, CPF nº 071.345.379-60, presidente da AUTER, no período de 01/01/2012 a 31/12/2012, da Sra. Taís Vilela Frigo, CPF nº 074.663.869-89, presidente da AUTER, no período 01/01/2014 a 31/12/2014, e do Sr. Edi Júnior Zanovello Diniz, CPF nº 036.787.981- 60, presidente da AUTER, no período 01/01/2015 a 31/12/2015, no cadastro dos agentes com contas irregulares, para os fins dos arts. 86 a 88 do Provimento nº. 47, de 1º de agosto de 2002, mantido pelo art. 179 da Lei Complementar Estadual nº. 113/2005, e pelos arts. 515 a 520 do Regimento Interno deste Tribunal, em atendimento ao disposto no art. 1º, g, da Lei Complementar Federal nº. 64, de 18 de maio de 1990, art. 11, § 5º, da Lei Federal nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997, e nos arts. 1º a 3º da Lei Estadual nº. 10.959, de 16 de dezembro de 1994;
b) Proibição de contratação com o Poder Público Estadual e Municipal e impedimento de certidão liberatória a Associação dos Universitários de Terra Roxa, CNPJ nº 04.652.870/0001-04, nos termos do art. 85, V e VII, da Lei Complementar Estadual nº. 113/2005 e do art. 12, II, da Lei Federal nº. 8.429/92;
c) Expedição de Declaração de Inidoneidade do Sr. Donaldo Wagner, CPF nº. 302.877.239-68, Prefeito do Município de Terra Roxa, no período 01/07/2011 a 31/12/2012, do Sr. Ivan Reis da Silva, CPF nº. 492.820.779- 34, prefeito do Município de Terra Roxa, no período 01/01/2013 a 31/12/2016, da Sra. Vanessa Alves Pereira, CPF nº 071.345.379-60, presidente da AUTER, no período 01/01/2012 a 31/12/2012, da Sra. Taís Vilela Frigo, CPF nº 074.663.869-89, presidente da AUTER, no período 01/01/2014 a 31/12/2014, e do Sr. Edi Júnior Zanovello Diniz, CPF nº 036.787.981-60, presidente da AUTER, no período 01/01/2015 a 31/12/2015,, nos termos do art. 97 da Lei Complementar Estadual nº. 113/2005, em razão dos apontamentos feitos nos Achados 01, 02, 03, 04 e 05;”
Quanto ao cadastro dos agentes com contas irregulares, para os fins dos arts. 86 a 88 do Provimento nº 47, de 1º de agosto de 2002, mantido pelo art. 179 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005[5], observo, conforme análises das irregularidades e achados apontados no Relatório de Auditoria, que a recomendação restou prejudicada, considerando que as supostas irregularidades não foram confirmadas.
Em relação à proibição de contratação com o Poder Público Estadual e Municipal, impedimento de certidão liberatória a Associação dos Universitários de Terra Roxa e expedição de Declaração de Inidoneidade, entendo inaplicáveis tais medidas, considerando que não foi comprovando no Relatório de Auditoria danos ao erário, irregularidades ou outras situações graves que sustentassem a proibição de contratar com o Poder Público, o impedimento de obtenção de Certidão Liberatória e a expedição de Declaração de Inidoneidade.
Por fim, acolho as manifestações uniformes pela improcedência das sanções recomendadas no Relatório de Auditoria.
3. VOTO
Diante do exposto, acompanhando as manifestações uniformes, VOTO:
1. regulares com ressalvas a Tomada de Contas Extraordinária, nos termos da Súmula nº 8[6] deste Tribunal, em razão do Achado 2 “Ausência de devolução de recursos por serviços prestados parcialmente, tendo o valor devolvido”, e do Achado 3 “Pagamento de serviços para empresa estranha à relação contratual existente entre a AUTER e a TERRA TUR”;
2. com fundamento nos artigos 15, § 2º,[7] e 16, inciso II,[8] da Lei Complementar Estadual n° 113/2005, regular com ressalvas a prestação de contas de transferência relativa ao exercício de 2012 (Processo nº 270478/13), em razão dos atrasos das ausências de certidões, das disparidades entre os extratos bancários e as despesas informadas no SIT e dos pagamentos de serviços para empresa estranha à relação contratual existente (Achado nº 03);
3. com fundamento no art. 16, inciso II, da Lei Complementar Estadual n° 113/2005[9], regular a prestação de contas de transferência relativa ao exercício de 2014 (Processo nº 155277/15); e
4. pela expedição de recomendação à Tomadora (Associação os Universitários de Terra Roxa) e ao Concedente (Município de Terra Roxa - AUTER) para que não aceitem e não paguem nota fiscal de empresa que não possua regular contratação com a Tomadora, sob pena de aplicação de sanções em caso de reincidência.
Após o trânsito em julgado, encaminhem-se à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, para os registros devidos, com posterior encerramento do feito e arquivamento dos autos na Diretoria de Protocolo.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I- Julgar regulares com ressalvas a Tomada de Contas Extraordinária, nos termos da Súmula nº 8[10] deste Tribunal, em razão do Achado 2 “Ausência de devolução de recursos por serviços prestados parcialmente, tendo o valor devolvido”, e do Achado 3 “Pagamento de serviços para empresa estranha à relação contratual existente entre a AUTER e a TERRA TUR”;
II- com fundamento nos artigos 15, § 2º,[11] e 16, inciso II,[12] da Lei Complementar Estadual n° 113/2005, julgar regular com ressalvas a prestação de contas de transferência relativa ao exercício de 2012 (Processo nº 270478/13), em razão dos atrasos das ausências de certidões, das disparidades entre os extratos bancários e as despesas informadas no SIT e dos pagamentos de serviços para empresa estranha à relação contratual existente (Achado nº 03);
III- com fundamento no art. 16, inciso II, da Lei Complementar Estadual n° 113/2005[13], julgar regular a prestação de contas de transferência relativa ao exercício de 2014 (Processo nº 155277/15); e
IV- recomendar à Tomadora (Associação os Universitários de Terra Roxa) e ao Concedente (Município de Terra Roxa - AUTER) para que não aceitem e não paguem nota fiscal de empresa que não possua regular contratação com a Tomadora, sob pena de aplicação de sanções em caso de reincidência; e
V- encaminhar, após o trânsito em julgado, à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, para os registros devidos, com posterior encerramento do feito e arquivamento dos autos na Diretoria de Protocolo.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

1. *Peça 6, pág. 11*
2. *Observada a regularização de impropriedade sanável, as contas deverão ser julgadas:*
(...)
-Regulares com ressalva quando o saneamento houver ocorrido antes da decisão de primeiro grau;”
3. *Art. 20. Independentemente da apresentação da prestação de contas ou mesmo após seu julgamento, o tomador dos recursos deverá preservar todos os documentos originais relacionados ao termo de transferência em local seguro e em bom estado de conservação, agrupados em processos individuais para cada termo de transferência, mantendo-os à disposição do Tribunal de Contas pelo prazo de 10 (dez) anos.*
(...)
III - os comprovantes de despesas deverão ser mantidos em vias originais pelo tomador dos recursos, ou pelo concedente, a critério deste quando exigidos para conferência, observando-se o seguinte:
4. *Art. 18. Sem prejuízo das informações e documentos solicitados pelo concedente, a prestação de contas da transferência ao Tribunal se dará mediante as informações constantes do Sistema Integrado de Transferências – SIT.*
(...)
§5º A prestação de contas será composta pelos dados e documentos apresentados no SIT e pelo relatório circunstanciado elaborado pelo concedente, que irão constituir processo específico para fins de trâmite e julgamento
5. *Art. 179. Ficam mantidas as disposições normativas que não conflitem com a presente lei.*
6. *Observada a regularização de impropriedade sanável, as contas deverão ser julgadas:*
(...)
Regulares com ressalva quando o saneamento houver ocorrido antes da decisão de primeiro grau;
7. *Art. 15. A decisão em processo de tomada ou prestação de contas pode ser preliminar, definitiva ou terminativa.*
[...]
§ 2 º Definitiva é a decisão pela qual o Tribunal de Contas emite parecer prévio, julga regulares, regulares com ressalva ou irregulares as contas.
8. *Art. 16. As contas serão julgadas:*
[...]
II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário ou à execução do programa, ato ou gestão;
9. *“Art. 16. As contas serão julgadas:*
(...)
I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;
10. *Observada a regularização de impropriedade sanável, as contas deverão ser julgadas:*
(...)
Regulares com ressalva quando o saneamento houver ocorrido antes da decisão de primeiro grau;
11. *Art. 15. A decisão em processo de tomada ou prestação de contas pode ser preliminar, definitiva ou terminativa.*
[...]
§ 2 º Definitiva é a decisão pela qual o Tribunal de Contas emite parecer prévio, julga regulares, regulares com ressalva ou irregulares as contas.
12. *Art. 16. As contas serão julgadas:*
[...]
II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário ou à execução do programa, ato ou gestão;
13. *“Art. 16. As contas serão julgadas:*
(...)
I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;

PROCESSO Nº:-516979/21
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
ENTIDADE:-ASSOCIAÇÃO DO DEFICIENTE MOTOR DE CURITIBA
INTERESSADO:-ASSOCIAÇÃO DO DEFICIENTE MOTOR DE CURITIBA, BERENICE CONCEICAO DA SILVA SCHUMACHER PEREIRA, JOSE CARLOS PEREIRA, RENATO FEDER, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ADVOGADO / PROCURADOR:-RANKA DIRIÁNGEM SANDINO DA GAMA, THAIS CONCEICAO DA SILVA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
ACÓRDÃO Nº 1715/24 - SEGUNDA CÂMARA

Tomada de Contas Especial. Transferência voluntária. Pagamento de despesas não previstas no plano de trabalho pactuado. Transferências financeiras para contas alheias ao pactuado no termo de colaboração. Irregularidade das contas, com imposição de restituição de valor.

1. RELATÓRIO

Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria Estadual da Educação e do Esporte e encaminhada a este Tribunal[1] em razão da ausência de (i) pagamento de despesas não previstas no plano de trabalho pactuado (tarifas bancárias, imposto de renda, encargos trabalhistas diversos ao pactuado, multas e juros e despesas sem apresentação de documentos) e (ii) transferências financeiras para contas alheias ao pactuado no termo de colaboração (outras contas da instituição), relativa ao Convênio nº 20170377 (SIT nº 31599), firmado com a Associação do Deficiente Motor de Curitiba, tendo por objeto a "oferta de Escolarização e Atendimento Educacional Especializado para estudantes com deficiências, múltiplas deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, em consonância com a política educacional adotada pela Secretaria de Estado da Educação – SEED, conforme detalhado no Plano de Trabalho".

A parceria teve vigência de 01/02/2017 a 31/07/2021 e previu o repasse do valor de R$ 2.997.900,47.

A Coordenadoria de Gestão Estadual – CGE, na Instrução nº 1306/21[2], considerando o Parecer da Comissão da Tomada de Contas Especial instaurada na SEED, apontou as seguintes restrições à regularidade das contas: a) pagamento de despesas de tarifas bancárias e imposto de renda, b) pagamento de encargos trabalhistas não pactuados em termo de colaboração, c) pagamento de despesas não previstas no plano de aplicação, d) pagamento de juros e multa por atraso, e) pagamento de despesas sem apresentação de documentos pertinentes e f) transferências financeiras para contas alheias ao pactuado no termo de colaboração (outras contas da instituição). Manifestou-se, destarte, pela irregularidade das contas e pela restituição do dano ao erário.

Oportunizado o contraditório, apresentaram defesa a Associação do Deficiente Motor, por sua presidente (de 01/01/2018 a 31/12/2021), Senhora Berenice Conceição da Silva Schumacher Pereira, e o ex-presidente da entidade (de 01/02/2017 a 31/12/2017), Senhor José Carlos Pereira, respectivamente, às peças 28-32 e 25-27.

Pela Instrução nº 134/22-CGE[3], a unidade técnica, preliminarmente, ressaltou que inexiste duplicidade de processos e litispendência em relação ao Processo 517045/21, alegadas na defesa, pois o mencionado feito se refere ao Convênio nº 201700376/2017 (SIT 31598), e, quanto à nulidade arguida pelo Senhor José Carlos Pereira por não ter sido citado no procedimento administrativo da SEED, entendeu que a análise demanda incursão de mérito. Opinou, também, pela realização de diligência à entidade concedente para prestar informações relativas ao valor a ser restituído ao erário estadual, ao saldo do convênio, à responsabilização de gestor da tomadora ao tempo dos fatos e à quantificação de despesas com tarifas bancárias e imposto de renda.

O Ministério Público de Contas, em seu Parecer nº 169/22-5PC[4] não se opôs à manifestação da Coordenadoria.

Mediante o Despacho nº 311/22-GCILB[5], consignou-se não ter restado verificada a aludida litispendência. No mais, foi deferida a diligência proposta pela unidade técnica.

Às peças 41-42, a SEED deu atendimento à diligência.

Na Instrução nº 339/22[6], a CGE manifestou-se pela improcedência da tomada de contas em relação ao Senhor José Carlos Pereira e pela irregularidade das contas, sob a responsabilidade da Senhora Berenice Conceição da Silva Schumacher, com o ressarcimento do valor faltante de R$ 81.884,79 e a aplicação à gestora da multa prevista no art. 87, inciso IV, alínea "g", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005[7].

Por intermédio do Despacho nº 697/22-GCILB[8], foi determinada a intimação da entidade tomadora, da Senhora Berenice Conceição da Silva Schumacher e do Senhor José Carlos Pereira para manifestação, tendo a Associação do Deficiente Motor e o Senhor José Carlos Pereira se pronunciado às peças 62-64 e 49-50, nessa ordem.

Pela Instrução nº 806/22-CGE[9], a unidade técnica reiterou seu opinativo precedente, exceto quanto à multa anteriormente sugerida, manifestando-se pela sua exclusão.

O órgão ministerial, no Parecer nº 1095/22-5PC[10], corroborou a instrução da unidade técnica.

Por meio do Despacho nº 148/24-GCILB[11], determinou-se a intimação da SEED para informar "se houve a restituição ao erário da integralidade dos valores devidos pela Associação do Deficiente Motor de Curitiba de acordo com a tomada de contas especial instaurada pela pasta (nº do procedimento no concedente 16.988.320-3; Termo de Convênio n.º 201700377; nº no Sistema Integrado de Transferências – SIT 31599) ou se há pagamento parcelado em andamento".

Em atendimento, a SEED manifestou-se às peças 75-76.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Acompanho as manifestações uniformes da CGM e do órgão ministerial.

Conforme se extrai da instrução, a tomada de contas especial apontou irregularidades relativas a (i) pagamento de despesas não previstas no plano de trabalho pactuado (tarifas bancárias, imposto de renda, encargos trabalhistas diversos ao pactuado, multas e juros e despesas sem apresentação de documentos) e (ii) transferências financeiras para contas alheias ao pactuado no termo de colaboração (outras contas da instituição).

Ditas inconformidades, além da ofensa ao disposto no art. 13, § 4º, da Resolução nº 28/2011 desta Corte[12], resultaram em dano ao erário, no valor R$ 261.040,32, demonstrado analiticamente pela SEED na seguinte tabela[13]:

A Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, instaurou o procedimento de Tomada de Contas Especial, em desfavor a Associação do Deficiente Motor de Curitiba, devido as irregularidades observadas na Prestação de Contas. Conforme solicitação deste TCE-PR segue a demonstração dos valores, apresentados no Relatório:

Pagamento de despesas com tarifas e IR	R$ 10.051,22
Pagamento encargos trabalhistas não pactuados em Termo de Colaboração:	R$ 38.541,12
Pagamentos de despesas não previstas em Plano de Aplicação:	R$ 1.759,08
Pagamento de juros e multa por atraso:	R$ 3.139,91
Pagamento de despesas sem apresentação de documentos pertinentes:	R$ 3.946,29
Débitos Financeiros sem registro no SIT-TCE	R$ 307.444,75
Valores Ressarcidos pela Tomadora (crédito na conta do Termo de Colaboração):	R$ 140.510,93
Valor a ser devolvido na primeira análise (sendo deduzido os valores que a Tomadora devolveu para na conta do Termo de Colaboração):	**R$ 214.329,22**
Movimentação Irregulares verificadas no período de setembro/2020 a outubro/2020:	**R$ 31.484,00**
Nova análise conforme consta no protocolo 16.988.320-3 fls. 164/168, foram analisadas novamente os documentos apresentados pela Tomadora, e a Concedente chegou ao valor de devolução:	**R$ 210.159,61**
Movimentação Irregulares verificadas no período de novembro a dezembro/2020:	**R$ 19.396,71**
Total dos valores a serem devolvidos, sendo realizados as somatórias (R$ 31.484,00; R$ 210.159,61 e R$ 19.396,71):	**R$ 261.040,32**

Esclarecemos que, o termo "aproximado" utilizado é porque entendemos que a Tomadora deveria atualizar os valores no momento da devolução ao Tesouro do Estado, pois não tínhamos como prever a data da possível devolução dos valores.

A concedente esclareceu, também, que não havia sido descontado, desse montante, o valor de R$ 179.155,53, restituído pela tomadora em 20/08/2021, posteriormente à conclusão do relatório da comissão de Tomada de Contas Especial.

Desse modo, em consonância com a Instrução nº 339/22-CGE[14], resta a ser devolvida aos cofres públicos a diferença de R$ 81.884,79.

No contraditório, a entidade confessou as irregularidades e alegou que a atual gestão assumiu em 2018, encontrando a instituição com várias complicações de ordem financeira e administrativa.

Sustentou que, em 2020, passou a enfrentar diversas dificuldades financeiras, sobretudo em virtude da pandemia de COVID-19, e que a entidade está tendo que arcar com todas as dívidas, sem ter recursos para sanar as pendências.

Asseverou que, diante desse quadro, obrigou-se a utilizar os valores do convênio em questão para suprir despesas como pagamento de salários não previstos no termo.

Argumentou que não houve má-fé nem a utilização de recurso em finalidade estranha ao seu objeto social e afirmou ter consciência da necessidade de ressarcir os valores destinados a finalidade diversa da prevista no convênio.

Garantiu que, tão logo disponha de verbas, a situação será regularizada, solicitando a concessão de prazo razoável para devolução dos valores e o seu parcelamento.

Pois bem.

Importa consignar que, conforme o art. 92, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005[15], o parcelamento de valor a ser restituído ao erário é admitido nos termos da legislação específica do respectivo ente federativo.

No caso, a SEED trouxe, à peça 76, a informação de que os valores finais relativos ao convênio objeto dos presentes autos não foram devolvidos e de que não há notícia de parcelamento da dívida:

> Informamos que, não houve a restituição ao Tesouro do Estado por parte da Associação do Deficiente Motor de Curitiba, e este Núcleo Financeiro Setorial/Coordenação de Transferências Voluntárias não tem conhecimento de nenhum parcelamento referente aos valores finais da Tomada de Contas Especial .

Nesse contexto, nota-se que as alegações deduzidas na defesa não são aptas a afastar as irregularidades verificadas nem o dever de reparação do dano, mormente diante da ausência da adoção de medidas visando à quitação do débito.

Sendo assim, as contas devem ser julgadas irregulares, com determinação de devolução ao erário do montante de R$ 81.884,79, a ser corrigido a partir de 31/07/2021, data da finalização do termo.

Destaque-se que, a teor do disposto no art. 70 da Constituição Federal[16], o dever da gestora da tomadora de prestar contas dos recursos recebidos e de demonstrar a sua correta aplicação impõe a sua responsabilização solidária.

Dessa forma, cabe imputar à tomadora e à Senhora Berenice Conceição da Silva Schumacher Pereira, gestora da entidade no período de 01/01/2018 a 31/12/2021,

de forma solidária, o ressarcimento ao erário do prejuízo apurado.
Quanto à multa, considerando a argumentação trazida pela defesa com relação às dificuldades financeiras enfrentadas pela entidade, especialmente no período de pandemia, acompanho a manifestação conclusiva da unidade técnica, corroborada pelo órgão ministerial, para afastar a proposta de aplicação de multa à gestora, mostrando-se suficiente a determinação de devolução dos recursos de forma solidária.
Finalmente, acerca da responsabilidade do Senhor José Carlos Pereira, presidente da entidade de 01/02/2017 a 31/12/2017, a SEED[17] apresentou os seguintes esclarecimentos:
"Quanto à solicitação de que a SEED apresente os motivos pelos quais o senhor JOSE CARLOS PEREIRA, gestor da tomadora no período de 01/02/2017 a 31/12/2017, não consta como parte passiva do procedimento, apesar de existirem valores impugnados no período, a SEED/GOFS/CTV informou que o Senhor Jose Carlos Pereira, gestor da Tomadora no período de 01/02/2017 a 31/12/2017, não foi citado porque ocorreram as devoluções dos valores divergentes do previsto no Plano de Trabalho nos anos seguintes e, desta forma, a Comissão entendeu que no período em que ele foi o representante legal, as irregularidades foram sanadas."
Dessa feita e considerando a manifestação da CGE[18] pela improcedência da tomada em face do referido agente, tenho que a sua responsabilidade deve ser excluída.
Em face do exposto, VOTO:
1) pela irregularidade do objeto da presente tomada de contas especial, sob a responsabilidade da Associação do Deficiente Motor de Curitiba e da ex-presidente da entidade Senhora Berenice Conceição da Silva Schumacher Pereira (de 01/01/2018 a 31/12/2021), em razão de a) pagamento de despesas não previstas no plano de trabalho pactuado (tarifas bancárias, imposto de renda, encargos trabalhistas diversos ao pactuado, multas e juros e despesas sem apresentação de documentos) e b) transferências financeiras para contas alheias ao pactuado no termo de colaboração (outras contas da instituição);
2) pela imposição à Associação do Deficiente Motor de Curitiba e à sua ex-presidente Senhora Berenice Conceição da Silva Schumacher Pereira (de 01/01/2018 a 31/12/2021), de forma solidária, da restituição aos cofres estaduais do montante de R$ 81.884,79, devidamente atualizado e acrescido dos encargos legais;
3) pela inclusão do nome da Senhora Berenice Conceição da Silva Schumacher Pereira no cadastro dos responsáveis com contas irregulares, para os fins do art. 170 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005[19];
4) pela remessa dos autos, após o trânsito em julgado, à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX[20] para os devidos fins.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I- Julgar pela irregularidade o objeto da presente tomada de contas especial, sob a responsabilidade da Associação do Deficiente Motor de Curitiba e da ex-presidente da entidade Senhora Berenice Conceição da Silva Schumacher Pereira (de 01/01/2018 a 31/12/2021), em razão de a) pagamento de despesas não previstas no plano de trabalho pactuado (tarifas bancárias, imposto de renda, encargos trabalhistas diversos ao pactuado, multas e juros e despesas sem apresentação de documentos) e b) transferências financeiras para contas alheias ao pactuado no termo de colaboração (outras contas da instituição);
II- determinar à Associação do Deficiente Motor de Curitiba e à sua ex-presidente Senhora Berenice Conceição da Silva Schumacher Pereira (de 01/01/2018 a 31/12/2021), de forma solidária, a restituição aos cofres estaduais do montante de R$ 81.884,79, devidamente atualizado e acrescido dos encargos legais;
III- incluir do nome da Senhora Berenice Conceição da Silva Schumacher Pereira no cadastro dos responsáveis com contas irregulares, para os fins do art. 170 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005[21]; e
IV- encaminhar os autos, após o trânsito em julgado, à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX[22] para os devidos fins.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

1. *Peça 3.*
2. *Peça 13.*
3. *Peça 36.*
4. *Peça 37.*
5. *Peça 38.*
6. *Peça 43.*
7. *"Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos:*
(...)
IV - No valor de 40 (quarenta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR:
(...)
g) praticar ato administrativo, não tipificado em outro dispositivo deste artigo, do qual resulte contrariedade ou ofensa à norma legal, independentemente da caracterização de dano ao erário;"
8. *Peça 44.*
9. *Peça 67.*
10. *Peça 70.*
11. *Peça 72.*
12. *"Art. 13. (...).*
§ 4º Os recursos da conta específica somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas previstas no plano de aplicação."
13. *P. 5-6 da peça 42.*
14. *Peça 43.*
15. *"Art. 92. Após o trânsito em julgado da decisão que fixar a restituição de valores, os responsáveis terão prazo de 30 (trinta) dias para efetuar recolhimento, devidamente atualizado, em favor da entidade credora identificada.*
§ 1º Decorridos 30 (trinta) dias, após o decurso do prazo do caput deste artigo, sem que tenha havido a restituição dos valores ou comprovação de parcelamento, será extraída a Certidão de Débito, que será encaminhada à Procuradoria do ente federativo credor, para fins de inscrição em dívida ativa e/ou cobrança executiva judicial.
§ 2º O parcelamento dos valores a serem restituídos ao erário somente será possível nos termos da legislação específica de cada ente federativo, quando for o caso, devendo ser formalizado expediente administrativo próprio."
16. *"Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.*
Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária."
17. *Peça 42.*
18. *Instrução nº 339/22 (peça 43).*
19. *"Art. 170. O Tribunal enviará, nos prazos previstos em legislação específica, no Regimento Interno e em Resoluções, ao Tribunal Regional Eleitoral, a lista contendo o nome dos responsáveis, cujas contas houverem sido julgadas irregulares, em decisão transitada em julgado, para fins de declaração de inelegibilidade."*
20. *Regimento Interno:*
"Art. 175-L. Compete à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções:
I – manter o registro atualizado, o controle e o acompanhamento individualizado das sanções, de que trata o art. 85, da Lei Complementar nº 113/2005, bem como os apontamentos, as ressalvas, determinações, recomendações e todas as comunicações relativas às decisões exaradas, executando as respectivas deliberações;"
21. *"Art. 170. O Tribunal enviará, nos prazos previstos em legislação específica, no Regimento Interno* ***1****. e em Resoluções, ao Tribunal Regional Eleitoral, a lista contendo o nome dos responsáveis, cujas contas houverem sido julgadas irregulares, em decisão transitada em julgado, para fins de declaração de inelegibilidade."*
22. *Regimento Interno:*
"Art. 175-L. Compete à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções:
I – manter o registro atualizado, o controle e o acompanhamento individualizado das sanções, de que trata o art. 85, da Lei Complementar nº 113/2005, bem como os apontamentos, as ressalvas, determinações, recomendações e todas as comunicações relativas às decisões exaradas, executando as respectivas deliberações;"

PROCESSO Nº:-482464/96
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ZENI DE LARA DOS SANTOS
RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
ACÓRDÃO Nº 1716/24 - SEGUNDA CÂMARA

Ato de Inativação. Município de Teixeira Soares. Devolução de processo físico em remessa externa para cumprimento de diligência. Decurso de prazo decadencial. Prejulgado 31. Registro.
1. DO RELATÓRIO
Trata-se do exame de legalidade, para fins de registro, do ato de inativação de Zeni de Lara dos Santos no cargo de Professora Classe 04, formalizado pelo Decreto 26/1992 (peça 2).
O feito foi convertido em diligência pela Resolução 1262-DG (peça 8) para atendimento das solicitações contidas no Parecer 9752/96-DATJ (peça 4).
De acordo com os protocolos contido na peça 9 os autos físicos permaneceram em remessa externa durante o período de 18 de fevereiro de 1997 a 20/02/2024.
Mediante novo peticionamento, o atual gestor apresentou esclarecimentos e providenciou a juntada da certidão consolidada, do atestado de preenchimento dos requisitos, da publicação do ato de inativação e da legislação aplicável (peça 10)
Em análise conclusiva, a Coordenadoria de Gestão Municipal-CGM opinou pelo reconhecimento da decadência, nos termos do Prejulgado 31 (Instrução 2177/24, peça 13).
O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas corroborou o opinativo técnico e ao final, sugeriu que o expediente seja remetido à Corregedoria-Geral do TCE-PR para a identificação da unidade técnica e/ou servidor responsável pela ausência de controle durante o período de 27 (vinte e sete) anos em que o julgamento do feito foi convertido em diligência e a efetiva resposta da municipalidade, com vistas à responsabilização cabível, diante da violação dos princípios da eficiência, celeridade e da razoável duração do processo (Parecer 455/24-6PC, peça 14).
É o relatório.
2. DA FUNDAMENTAÇÃO
Em conformidade com as manifestações técnica e ministerial, o ato deverá ser registrado em razão da incidência do Prejulgado 31 que, nos termos do Tema 445 do Supremo Tribunal Federal, estabeleceu prazo decadencial de cinco anos para o exame dos atos de pessoal, a contar da data da protocolização do processo nesta Corte:
I - O Tema 445 é aplicável no âmbito desta Corte de Contas a todos os processos de atos de pessoal sujeitos à registro –admissão, aposentadoria, reserva, reforma, pensão, revisão de proventos e revisão de pensão; II - O Tema 445 é válido para os atos iniciais ou complementares; III - O prazo é decadencial de 05 (cinco) anos, não sujeito a interrupções e/ou suspensões, contado da protocolização do feito neste Tribunal; IV - A aplicação da tese é imediata (operando efeitos ex tunc), atingindo todos os processos em trâmite e sobrestados; V - A contagem do prazo nos atos de admissão inicia-se com a protocolização da Fase 04 da respectiva prestação de contas; VI - Os atos retificadores (para correções de qualquer natureza) não interrompem o prazo decadencial, logo, o prazo não se reinicia com a juntada de ato retificador; VII - O prazo decadencial flui da protocolização dos autos até a decisão definitiva de mérito transitada em julgado; VIII - O sobrestamento, por qualquer motivo, inclusive a interposição de ação judicial, não interrompe tampouco suspende o prazo decadencial.
Considerando que o presente processo foi autuado anteriormente à implementação do SIAP, os autos deverão ser encaminhados à CAGE para registro manual do Decreto nº 026/92, conforme sugerido pela CGM.
Por fim, o expediente deverá seguir para a Coordenadoria-Geral de Fiscalização para que tenha ciência da situação relatada e, no âmbito de suas atribuições,[1] possa adotar as medidas que entender necessárias para identificar as eventuais falhas ocorridas no acompanhamento do processo em remessa externa, com o objetivo de aperfeiçoar as atividades fiscalizatórias.
3. DO VOTO
Ante o exposto, em conformidade com o Prejulgado 31 desta Corte, VOTO pelo registro do ato de inativação de Zeni de Lara dos Santos, formalizado pelo Decreto 26/1992.
Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à CAGE para os devidos registros e, após, à CGF para ciência e adoção das medidas que entender necessárias para o aperfeiçoamento das atividades fiscalizatórias.

Não havendo outras providências, fica autorizado o encerramento e o arquivamento do feito junto à Diretoria de Protocolo.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I- Determinar o registro do ato de inativação de Zeni de Lara dos Santos, formalizado pelo Decreto 26/1992;
II- encaminhar, após o trânsito em julgado, os autos à CAGE para os devidos registros e, após, à CGF para ciência e adoção das medidas que entender necessárias para o aperfeiçoamento das atividades fiscalizatórias;
III- não havendo outras providências, fica autorizado o encerramento e o arquivamento do feito junto à Diretoria de Protocolo.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

1. *RI. Art. 151. Compete à Coordenadoria-Geral de Fiscalização coordenar as atividades fiscalizatórias das Coordenadorias e promover o planejamento, a integração, o desenvolvimento e a melhoria dos processos de trabalho relacionados à fiscalização. (Redação dada pela Resolução n° 64/2018)*

PROCESSO Nº:-788297/18
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-INSTITUTO PREVIDENCIARIO MUNICIPAL DE CERRO AZUL - IPMCA
INTERESSADO:-CLAUDINEI BRAZ, INSTITUTO PREVIDENCIARIO MUNICIPAL DE CERRO AZUL - IPMCA, JONAS GONCALVES DE PONTES, JURACI DAS GRACAS ARAUJO
ADVOGADO / PROCURADOR:-JULIO CESAR MELO LOPES
RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
ACÓRDÃO Nº 1717/24 - SEGUNDA CÂMARA
Ato de Inativação. Negativa de registro. Alegação de decurso de prazo decadencial na fase de execução. Prejulgado n. 31. Reconhecimento. Nulidade das decisões. Registro tácito.
1. RELATÓRIO
O protocolo trata do ato de inativação de JONAS GONÇALVES DE PONTES, no cargo de psicopedagogo, do quadro de pessoal do Município de Cerro Azul, com fundamento no art. 2º da Emenda Constitucional n. 41/03.
No seu primeiro julgamento, o ato teve seu registro negado, nos termos do Acórdão 428/22 da Primeira Câmara (peça 38). A decisão foi confirmada em fase recursal, conforme Acórdão 2278/23 do Tribunal Pleno (peça 87), que não deu provimento ao Recurso de Revista interposto pelo interessado.
A decisão plenária transitou em julgado em 17 de novembro de 2023 (certidão à peça 90). Iniciada a fase de execução, com fundamento no Prejulgado n. 31, o interessado apresentou petição (peça 93) requerendo o reconhecimento do prazo decadencial para este Tribunal examinar o ato de inativação, com a imediata declaração de nulidade dos efeitos das decisões proferidas por este Tribunal.
Sobre o pedido, o Ministério Público de Contas emitiu o Parecer 194/24 – 6PC (peça 98). Verificou que o requerimento de análise técnica do ato de inativação foi protocolado junto a este Tribunal em 13/11/2018 (peças 1/2) - data a partir da qual se iniciou a contagem do prazo decadencial para registro do ato de inativação -, mas que somente em 12/12/2023 ocorreu o trânsito em julgado da decisão definitiva de mérito (peça 90), razão pela qual entendeu assistir razão à defesa do servidor, ora interessado, no sentido de que houve o decurso do prazo decadencial de 5 (cinco) anos. Manifestou-se então no para que seja reconhecida a nulidade das decisões consubstanciadas no Acórdão 428/22 - S1C (peça 38), mantido pelo Acórdão 3378/23 - STP (peça 87), cabendo o registro tácito do ato de inativação ora em comento.
Também, a Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) exarou a Instrução 1715/24 (peça 101) se manifestando no mesmo sentido, pelo reconhecimento do registro tácito do ato de inativação, conforme e Prejulgado n. 31, que regulamentou o Tema de Repercussão Geral 445 do STF, em razão da ocorrência da decadência do direito de concluir pela negativa de registro, tendo como consequência a anulação do Acórdão 3378/23-STP.
É o necessário relatório.
2. FUNDAMENTAÇÃO
Na fase de execução do processado, o interessado JONAS GONÇALVES DE PONTES, beneficiário do ato de inativação objeto dos autos, e cujo registro foi negado pelo Acórdão 428/22 - S1C (peça 38) e mantido pelo Acórdão 3378/23 - STP (peça 87), pleiteou o reconhecimento do decurso do prazo decadencial de cinco anos para que esta Corte examinasse o ato concessório, com a anulação das decisões colegiadas e registro tácito.
Realmente, como apurou a unidade técnica, os autos indicam que o prazo decadencial de cinco anos, fixado pela Tese 445 do Supremo Tribunal Federal, e pelo Prejulgado n. 31 deste Tribunal, transcorreu antes do trânsito em julgado da decisão definitiva desta Casa, que deveria ter ocorrido até no máximo o dia 13 de novembro de 2.023. Todavia, o Acórdão 3378/23 – STP (peça 87), que confirmou o Acórdão 428/22 - S1C (peça 38), foi publicado no dia 17/11/2023, considerando-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno, tendo ocorrido o trânsito em julgado ocorrido em 08 de dezembro de 2023.
Desse modo, com fundamento no Prejulgado n. 31 deste Tribunal, reconheço o decurso do prazo decadencial de cinco anos, declarando a nulidade das decisões proferidas no processo, impondo o registro do ato de inativação objeto dos presentes autos.
3. VOTO
Face ao exposto, em conformidade com as manifestações técnica e ministerial e com fundamento no Prejulgado n. 31 deste Tribunal, em razão do decurso de prazo decadencial, VOTO pela nulidade das decisões consubstanciada nos Acórdãos 428/22 - S1C (peça 38) e 3378/23 - STP (peça 87), reconhecendo o registro tácito do ato de inativação objeto dos presentes autos.
Após o trânsito em julgado da decisão, autorizo o encerramento do processo e seu posterior arquivamento do feito junto à Diretoria de Protocolo.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I- Determinar a nulidade das decisões consubstanciada nos Acórdãos 428/22 - S1C (peça 38) e 3378/23 - STP (peça 87), reconhecendo o registro tácito do ato de inativação objeto dos presentes autos; e
II- autorizar, após o trânsito em julgado da decisão, o encerramento do processo e seu posterior arquivamento do feito junto à Diretoria de Protocolo.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

PROCESSO Nº:-297742/19
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO:-BACHIR ABBAS, HILTON SANTIN ROVEDA, MIGUEL RODRIGUES NETO, MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
ACÓRDÃO Nº 1718/24 - SEGUNDA CÂMARA
Ato de Inativação. Município de União da Vitória. Decurso de prazo decadencial. Prejulgado 31. Registro.
1 RELATÓRIO
Trata-se do exame de legalidade, para fins de registro, do ato de inativação de Miguel Rodrigues Neto, no cargo de Farmacêutico junto ao Município de União da Vitória.
Em análise conclusiva, após a realização de diligências, a Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM, pela Instrução 1646/24 (peça 44) identificou apenas uma irregularidade, concernente a diferença de datas entre a emissão do decreto de inativação e a concessão do benefício.
Contudo, ressaltou que, não obstante a irregularidade constatada, houve decurso do prazo decadencial de cinco (05) anos para julgamento da legalidade do ato concessório em pauta, cabendo o registro.
Através do Parecer 340/24-2PC (peça 45), o Ministério Público de Contas corroborou o opinativo técnico.
É o relatório.
2 FUNDAMENTAÇÃO
Conforme relatado, a unidade técnica constatou uma diferença de datas entre a emissão do decreto de inativação e a concessão do benefício.
Não obstante, o ato deverá ser registrado em razão da incidência do Prejulgado 31 que, nos termos do Tema 445 do Supremo Tribunal Federal, determina que o exame do ato de inativação deve ocorrer no prazo de 05 (cinco) anos a partir da protocolização do processo nesta Corte:
I - O Tema 445 é aplicável no âmbito desta Corte de Contas a todos os processos de atos de pessoal sujeitos à registro –admissão, aposentadoria, reserva, reforma, pensão, revisão de proventos e revisão de pensão; II - O Tema 445 é válido para os atos iniciais ou complementares; III - O prazo é decadencial de 05 (cinco) anos, não sujeito a interrupções e/ou suspensões, contado da protocolização do feito neste Tribunal; IV - A aplicação da tese é imediata (operando efeitos ex tunc), atingindo todos os processos em trâmite e sobrestados; V - A contagem do prazo nos atos de admissão inicia-se com a protocolização da Fase 04 da respectiva prestação de contas; VI - Os atos retificadores (para correções de qualquer natureza) não interrompem o prazo decadencial, logo, o prazo não se reinicia com a juntada de ato retificador; VII - O prazo decadencial flui da protocolização dos autos até a decisão definitiva de mérito transitada em julgado; VIII - O sobrestamento, por qualquer motivo, inclusive a interposição de ação judicial, não interrompe tampouco suspende o prazo decadencial.
No caso em exame, o processo foi protocolado em 3 de maio de 2019, tendo já transcorrido o prazo decadencial de cinco anos.
3 VOTO
Ante o exposto, em conformidade com o Prejulgado 31 desta Corte, VOTO pelo registro do ato de inativação formalizado pelo Decreto nº 77/2019.
Após o trânsito em julgado da decisão, autorizo o encerramento e o posterior arquivamento do feito junto à Diretoria de Protocolo.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I- Determinar o registro do ato de inativação formalizado pelo Decreto nº 77/2019; e
II- autorizar, após o trânsito em julgado da decisão, o encerramento e o posterior arquivamento do feito junto à Diretoria de Protocolo.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

PROCESSO Nº:-451838/22
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE OURO VERDE DO OESTE
INTERESSADO:-ADRIANA APARECIDA SUTIL, FRANCILAINE DOS SANTOS LARA, LUCIAN ALUISIO DIERINGS, MAYLLANA KATHLEEN GODOI, MUNICÍPIO DE OURO VERDE DO OESTE, SIMONE MARIA BARBOSA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
ACÓRDÃO Nº 1720/24 - SEGUNDA CÂMARA
Admissão de Pessoal. Contratações temporárias. Instrução da CAGE e do MPC pelo

registro. Legalidade e registro. Recomendações.
1 RELATÓRIO
Trata-se de admissão de pessoal efetivada pelo município de Ouro Verde do Oeste, mediante Processo Seletivo Simplificado, regulamentado pelo Edital nº 03/2021, para contratação de zelador e cozinheiro.
Após a apresentação do contraditório, a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão - CAGE, mediante a Instrução 3223/24 (peça 47), manifestou-se pela legalidade e registro dos atos de admissão, com a emissão das seguintes recomendações:
1.) atente-se aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, contidos na Instrução Normativa nº 142/2018;
2.) apresente justificativa pormenorizada para a abertura de processo seletivo simplificado;
3.) cadastre o quadro de cargos de temporários, a fim de preenchimento de vagas em caráter eventual, conforme descrito no Manual de Quadro de Cargos, disponível na página do SIAP no site do TCE.
O Ministério Público de Contas, pelo Parecer 320/24-7PC (peça 51) também opinou pelo registro das admissões, porém com a expedição de determinações e recomendações no seguinte sentido:
a) expedição de determinação ao Município, para que se abstenha de realizar processos seletivos simplificados sucessivos em detrimento da realização de Concursos Públicos, procedendo à aplicação de provas escritas nos certames e dando preferência a Testes Seletivos que precipuamente observem esse método avaliativo, preservando, com isso, os princípios do amplo acesso às funções públicas, da moralidade, da impessoalidade e da eficiência;
b) expedição de determinação ao Município, nesse ponto divergindo da CAGE, para que, futuramente, "apresente justificativa pormenorizada para a abertura de processo seletivo simplificado para que nos próximos testes seletivos seja realizada prova escrita para as vagas a serem ofertadas";
c) expedição de recomendação ao Município, proposta pela CAGE, para que "atente-se aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, contidos na Instrução Normativa nº 142/2018"; e
d) expedição de recomendação ao Município, sugerida pela CAGE, para que "cadastre o quadro de cargos de temporários, a fim de preenchimento de vagas em caráter eventual, conforme descrito no Manual de Quadro de Cargos, disponível na página do SIAP no site do TCE".
É o relatório.
2 FUNDAMENTAÇÃO E VOTO
As manifestações da área técnica e do Ministério Público de Contas convergiram no sentido de que a documentação apresentada é suficiente para atestar a legalidade, com o consequente registro dos atos de contratações temporárias ora objeto de análise.
Com efeito, do exame das peças processuais, depreende-se que os atos sob apreciação observaram as normas vigentes. Portanto, em conformidade com as manifestações uniformes, entendo que as admissões devem ser registradas.
Ainda, acolho a proposta de emissão de recomendações à entidade nos termos da Instrução 3223/24-CAGE[1].
O Ministério Público de Contas sugeriu adicionalmente a emissão de determinação ao município no seguinte sentido:
para que se abstenha de realizar processos seletivos simplificados sucessivos em detrimento da realização de Concursos Públicos, procedendo à aplicação de provas escritas nos certames e dando preferência a Testes Seletivos que precipuamente observem esse método avaliativo, preservando, com isso, os princípios do amplo acesso às funções públicas, da moralidade, da impessoalidade e da eficiência[2]
Acolho a sugestão ministerial, porém entendo que a determinação pode ser convertida em recomendação à entidade, nos termos do art. 244, §1º, do Regimento Interno[3].
Ante o exposto, VOTO pela concessão de registro às admissões constantes destes autos, com as seguintes recomendações:
2.1) para que se atente aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, contidos na Instrução Normativa nº 142/2018;
2.2) para que apresente justificativa pormenorizada para a abertura de processo seletivo simplificado;
2.3) para que cadastre o quadro de cargos de temporários, a fim de preenchimento de vagas em caráter eventual, conforme descrito no Manual de Quadro de Cargos, disponível na página do SIAP no site do TCE;
2.4) para que se abstenha de realizar processos seletivos simplificados sucessivos em detrimento da realização de Concursos Públicos, procedendo à aplicação de provas escritas nos certames e dando preferência a Testes Seletivos que precipuamente observem esse método avaliativo, preservando, com isso, os princípios do amplo acesso às funções públicas, da moralidade, da impessoalidade e da eficiência.
Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX ficando, na sequência, autorizado o encerramento do feito e seu arquivamento junto à Diretoria de Protocolo.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I- Conceder o registro às admissões constantes destes autos, com as seguintes recomendações:
a) para que se atente aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, contidos na Instrução Normativa nº 142/2018;
b) para que apresente justificativa pormenorizada para a abertura de processo seletivo simplificado;
c) para que cadastre o quadro de cargos de temporários, a fim de preenchimento de vagas em caráter eventual, conforme descrito no Manual de Quadro de Cargos, disponível na página do SIAP no site do TCE;
d) para que se abstenha de realizar processos seletivos simplificados sucessivos em detrimento da realização de Concursos Públicos, procedendo à aplicação de provas escritas nos certames e dando preferência a Testes Seletivos que precipuamente observem esse método avaliativo, preservando, com isso, os princípios do amplo acesso às funções públicas, da moralidade, da impessoalidade e da eficiência; e
II- encaminhar, após o trânsito em julgado, os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX ficando, na sequência, autorizado o encerramento do feito e seu arquivamento junto à Diretoria de Protocolo.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

1. *Peça 47.*
2. *Peça 51, fl. 6.*
3. *Art. 244. Os pareceres prévios e julgamentos de contas anuais, sem prejuízo de outras disposições, definirão os níveis para as suas conclusões e responsabilidades divididos em:*
I - recomendações;
II - determinação legal;
III - ressalvas.
§ 1º Recomendações são medidas sugeridas pelo Relator para a correção das falhas e deficiências verificadas no exame das contas.
[...]

PROCESSO Nº:-670169/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ
INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ, LAWANA TIRONI DOS SANTOS, SONIA PATRICIA PERES, WESLLEY ORSINI RIA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
ACÓRDÃO Nº 1721/24 - SEGUNDA CÂMARA
Admissão de Pessoal. Instrução da CAGE e do MPC pelo registro com recomendação e determinação. Legalidade e registro. Recomendações.
1 RELATÓRIO
Trata-se de admissão de pessoal efetivada pela Câmara Municipal de Barra do Jacaré, mediante concurso público, para contratação dos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais, Assistente Legislativo e Contador, conforme edital n° 01/2023, publicado em 19/10/2023.
Após a apresentação do contraditório, a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão - CAGE, mediante a Instrução 3773/24 (peça 121), manifestou-se pela legalidade e registro dos atos de admissão, com a emissão das seguintes recomendações e determinações:
- Recomendação para que a Entidade edite legislação própria para normatizar a modalidade de reserva de vagas para afrodescendentes para os próximos concursos públicos e processos seletivos a serem realizados (item III.b, subitem 2 da Instrução n° 250/24, peça 65);
- Determinação no sentido de que, nos próximos concursos, obedeça ao § 2.º do art. 54 da Lei Estadual n.º 18.419/15 e às orientações do Supremo Tribunal Federal, arredondando os números fracionados para cima, fixando o máximo de 20% para a reserva de vagas, e, assim, a primeira vaga a ser reservada aos deficientes deve ser a 5ª vaga (item III.b, subitem 1 da Instrução n° 250/24, peça 65).
O Ministério Público de Contas corroborou o opinativo técnico (Parecer 312/24-3PC, peça 124).
É o relatório.
2 FUNDAMENTAÇÃO E VOTO
As manifestações da área técnica e do Ministério Público de Contas convergiram no sentido de que a documentação apresentada é suficiente para atestar a legalidade, com o consequente registro dos atos de admissão.
Nesse sentido, as admissões merecem ser registradas, sendo possível aferir a observância aos requisitos legais dos atos de admissão deste expediente.
Acolho a proposta de emissão de recomendação à entidade nos termos da Instrução 3773/23-CAGE.
Em relação à determinação sugeridas pela unidade técnica, entendo que pode ser convertida em recomendação à entidade, nos termos do art. 244, §1º, do Regimento Interno[1].
Ante o exposto, VOTO pela concessão de registro às admissões constantes destes autos, com as seguintes recomendações:
1) para que a Entidade edite legislação própria para normatizar a modalidade de reserva de vagas para afrodescendentes para os próximos concursos públicos e processos seletivos a serem realizados;
2) para que, nos próximos concursos, obedeça ao § 2.º do art. 54 da Lei Estadual n.º 18.419/15 e às orientações do Supremo Tribunal Federal, arredondando os números fracionados para cima, fixando o máximo de 20% para a reserva de vagas, e, assim, a primeira vaga a ser reservada aos deficientes deve ser a 5ª vaga.
Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX ficando, na sequência, autorizado o encerramento do feito e seu arquivamento junto à Diretoria de Protocolo.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I- Conceder o registro às admissões constantes destes autos, com as seguintes recomendações:
a) para que a Entidade edite legislação própria para normatizar a modalidade de reserva de vagas para afrodescendentes para os próximos concursos públicos e processos seletivos a serem realizados;
b) para que, nos próximos concursos, obedeça ao § 2.º do art. 54 da Lei Estadual n.º 18.419/15 e às orientações do Supremo Tribunal Federal, arredondando os números fracionados para cima, fixando o máximo de 20% para a reserva de vagas, e, assim, a primeira vaga a ser reservada aos deficientes deve ser a 5ª vaga; e
II- encaminhar, após o trânsito em julgado, os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX ficando, na sequência, autorizado o encerramento do feito e seu arquivamento junto à Diretoria de Protocolo.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

__1__. Art. 244. Os pareceres prévios e julgamentos de contas anuais, sem prejuízo de outras disposições, definirão os níveis para as suas conclusões e responsabilidades divididos em:
I - recomendações;
II - determinação legal;
III - ressalvas.
§ 1º Recomendações são medidas sugeridas pelo Relator para a correção das falhas e deficiências verificadas no exame das contas.
[...]

PROCESSO Nº:-152013/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA
INTERESSADO:-REGINALDO APARECIDO DA SILVA
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 1729/24 - SEGUNDA CÂMARA

Prestação de Contas Anual. CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA. Exercício Financeiro de 2023. Regularidade das Contas.

I. RELATÓRIO

Tratam os autos da Prestação de Contas Anual da Câmara do Município de Rolândia, referente ao exercício financeiro de 2023, de responsabilidade do Sr. Reginaldo Aparecido da Silva, na qualidade de Presidente do Poder Legislativo no período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

A Coordenadoria de Gestão Municipal-CGM, em sua Instrução n.º 1976/2024 -CGM (peça 6), manifestou-se pela regularidade das contas, contemplando aspectos da execução orçamentária, financeira, patrimonial e de resultado, além dos demonstrativos relativos ao atendimento das exigências legais e constitucionais.

Por sua vez, o Ministério Público de Contas - MPC juntou aos autos o Parecer n.º 429/24-5PC (peça 7), corroborando o opinativo técnico, pela regularidade das contas.

II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Preliminarmente, observo que a constituição do processo da prestação de contas anual da Câmara do Município de Rolândia, atendeu ao disposto na Instrução Normativa n.º 180/2023[1].

Ademais, consoante relatado, a Coordenadoria de Gestão Municipal emitiu opinativo técnico pela regularidade das contas, cuja análise esteve cingida nos assuntos previstos no escopo previsto para o exercício de 2023, nos termos da Instrução supracitada, assim como o Ministério Público de Contas em seu Parecer.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 16, inciso I, da Lei Complementar n.º 113/2005[2], VOTO pela REGULARIDADE das contas do poder legislativo da Câmara do Município de Rolândia, referente ao exercício financeiro de 2023, de responsabilidade do Sr. Reginaldo Aparecido da Silva, na qualidade de Presidente do Poder Legislativo no período de 01/01/2023 a 31/12/2023;

Transitada em julgado a decisão, com fundamento no art. 398, § 1º, do Regimento Interno[3], determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do feito[4].

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:

I- Julgar REGULARES as contas do poder legislativo da Câmara do Município de Rolândia, referente ao exercício financeiro de 2023, de responsabilidade do Sr. Reginaldo Aparecido da Silva, na qualidade de Presidente do Poder Legislativo no período de 01/01/2023 a 31/12/2023; e

II- determinar, após transitada em julgado a decisão, com fundamento no art. 398, § 1º, do Regimento Interno[5], o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do feito[6].

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

__1__. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 180/2023 estabelece o escopo e dispõe sobre o processo de análise para as Prestações de Contas Anuais das entidades municipais do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2023, compreendendo o Poder Legislativo e a Administração Indireta Municipal, e dá outras providências - Art. 1º: esta Instrução Normativa estabelece o escopo e regulamenta a constituição do processo de análise para as Prestações de Contas Anuais das entidades municipais do Estado do Paraná do exercício financeiro de 2023, compreendendo o Poder Legislativo e a Administração Indireta Municipal.
__2__. Art. 16. As contas serão julgadas:
I – Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos
__3__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010) § 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator
__4__. Regimento Interno. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...) VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio.
__5__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010) § 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator
__6__. Regimento Interno. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...) VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio.

PROCESSO Nº:-177547/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO:-VALDECIR JOSÉ RATKO
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 1730/24 - SEGUNDA CÂMARA

Prestação de Contas Anual. CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA. Exercício financeiro de 2023. Pela REGULARIDADE das contas.

I. RELATÓRIO

Tratam os autos da prestação de contas anual do Poder Legislativo do Município de União da Vitória, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de Valdecir José Ratko, Presidente da Câmara Municipal no período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução n.º 2245/24-CGM (peça 15), manifestou-se pela regularidade das contas.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas juntou aos autos o Parecer n.º 475/24-2PC (peça 16) corroborando o opinativo apresentado pela unidade técnica, pela regularidade das contas.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Preliminarmente, observo que a constituição do processo da prestação de contas anual do Poder Legislativo do Município de União da Vitória atendeu ao disposto na Instrução Normativa n.º 180/2023[1].

Ademais, consoante relatado, a Coordenadoria de Gestão Municipal emitiu opinativo técnico pela regularidade das contas, cuja análise esteve cingida nos assuntos e escopo previstos para o exercício de 2023, nos termos da Instrução supracitada, assim como o Ministério Público de Contas em seu Parecer.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 16, inciso I, da Lei Complementar n.º 113/2005[2], VOTO pela REGULARIDADE das contas do Poder Legislativo do Município de União da Vitória, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de Valdecir José Ratko.

Transitada em julgado a decisão, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno[3], determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[4].

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:

I- Julgar REGULARES as contas do Poder Legislativo do Município de União da Vitória, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de Valdecir José Ratko; e

II- determinar, após transitada em julgado a decisão, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno[5], o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[6].

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

__1__. Ementa: Estabelece o escopo e dispõe sobre o processo de análise para as Prestações de Contas Anuais das entidades municipais do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2023, compreendendo o Poder Legislativo e a Administração Indireta Municipal, e dá outras providências.
__2__. Art. 16. As contas serão julgadas:
I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;
__3__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator
__4__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;
__5__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator
__6__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO Nº:-198315/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CAMARA MUNICIPAL DE PRUDENTOPOLIS
INTERESSADO:-LADEMIRO BUDNIK
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 1731/24 - SEGUNDA CÂMARA

Prestação de Contas Anual. CÂMARA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS. Exercício financeiro de 2023. Pela REGULARIDADE das contas.

I. RELATÓRIO

Tratam os autos da prestação de contas anual do Poder Legislativo do Município de Prudentópolis, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de Lademiro Budnik, Presidente da Câmara Municipal no período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução n.º 2059/24-CGM (peça 6), manifestou-se pela regularidade das contas.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas juntou aos autos o Parecer n.º 116/24-1PC (peça 7) corroborando o opinativo apresentado pela unidade técnica, pela regularidade das contas.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO
Preliminarmente, observo que a constituição do processo da prestação de contas anual do Poder Legislativo do Município de Prudentópolis atendeu ao disposto na Instrução Normativa n.º 180/2023[1].
Ademais, consoante relatado, a Coordenadoria de Gestão Municipal emitiu opinativo técnico pela regularidade das contas, cuja análise esteve cingida nos assuntos e escopo previstos para o exercício de 2023, nos termos da Instrução supracitada, assim como o Ministério Público de Contas em seu Parecer.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 16, inciso I, da Lei Complementar n.º 113/2005[2], VOTO pela REGULARIDADE das contas do Poder Legislativo do Município de Prudentópolis, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de Lademiro Budnik.
Transitada em julgado a decisão, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno[3], determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[4].
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:
I- Julgar REGULARES as contas do Poder Legislativo do Município de Prudentópolis, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de Lademiro Budnik; e
II- determinar, após transitada em julgado a decisão, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno[5], o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[6].
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

__1__. Ementa: Estabelece o escopo e dispõe sobre o processo de análise para as Prestações de Contas Anuais das entidades municipais do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2023, compreendendo o Poder Legislativo e a Administração Indireta Municipal, e dá outras providências.
__2__. Art. 16. As contas serão julgadas:
I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;
__3__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator
__4__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;
__5__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator
__6__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO Nº:-202126/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE PARANACITY
INTERESSADO:-JOAO ANDRE BERTAO
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 1732/24 - SEGUNDA CÂMARA
Prestação de Contas Anual. CÂMARA MUNICIPAL DE PARANACITY. Exercício financeiro de 2023. Pela REGULARIDADE das contas.
I. RELATÓRIO
Tratam os autos da prestação de contas anual do Poder Legislativo do Município de Paranacity, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de João André Bertão, Presidente da Câmara Municipal no período de 01/01/2023 a 31/12/2023.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução n.º 2077/24-CGM (peça 6), manifestou-se pela regularidade das contas.
Ato contínuo, o Ministério Público de Contas juntou aos autos o Parecer n.º 453/24-2PC (peça 7) corroborando o opinativo apresentado pela unidade técnica, pela regularidade das contas.
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO
Preliminarmente, observo que a constituição do processo da prestação de contas anual do Poder Legislativo do Município de Paranacity atendeu ao disposto na Instrução Normativa n.º 180/2023[1].
Ademais, consoante relatado, a Coordenadoria de Gestão Municipal emitiu opinativo técnico pela regularidade das contas, cuja análise esteve cingida nos assuntos e escopo previstos para o exercício de 2023, nos termos da Instrução supracitada, assim como o Ministério Público de Contas em seu Parecer.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 16, inciso I, da Lei Complementar n.º 113/2005[2], VOTO pela REGULARIDADE das contas do Poder Legislativo do Município de Paranacity, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de João André Bertão.
Transitada em julgado a decisão, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno[3], determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[4].
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:
I- Julgar REGULARES as contas do Poder Legislativo do Município de Paranacity, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de João André Bertão; e
II- determinar, após transitada em julgado a decisão, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno[5], o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[6].
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

__1__. Ementa: Estabelece o escopo e dispõe sobre o processo de análise para as Prestações de Contas Anuais das entidades municipais do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2023, compreendendo o Poder Legislativo e a Administração Indireta Municipal, e dá outras providências.
__2__. Art. 16. As contas serão julgadas:
I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;
__3__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator
__4__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;
__5__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator
__6__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO Nº:-202754/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO
INTERESSADO:-SIDINEI BERNARDELLI
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 1733/24 - SEGUNDA CÂMARA
Prestação de Contas Anual. CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO. Exercício financeiro de 2023. Pela REGULARIDADE das contas.
I. RELATÓRIO
Tratam os autos da prestação de contas anual do Poder Legislativo do Município de Pinhal de São Bento, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de Sidinei Bernardelli, Presidente da Câmara Municipal no período de 01/01/2023 a 31/12/2023.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução n.º 2114/24-CGM (peça 8), manifestou-se pela regularidade das contas.
Ato contínuo, o Ministério Público de Contas juntou aos autos o Parecer n.º 464/24-2PC (peça 9) corroborando o opinativo apresentado pela unidade técnica, pela regularidade das contas.
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO
Preliminarmente, observo que a constituição do processo da prestação de contas anual do Poder Legislativo do Município de Pinhal de São Bento atendeu ao disposto na Instrução Normativa n.º 180/2023[1].
Ademais, consoante relatado, a Coordenadoria de Gestão Municipal emitiu opinativo técnico pela regularidade das contas, cuja análise esteve cingida nos assuntos e escopo previstos para o exercício de 2023, nos termos da Instrução supracitada, assim como o Ministério Público de Contas em seu Parecer.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 16, inciso I, da Lei Complementar n.º 113/2005[2], VOTO pela REGULARIDADE das contas do Poder Legislativo do Município de Pinhal de São Bento, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de Sidinei Bernardelli.
Transitada em julgado a decisão, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno[3], determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[4].
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:
I- Julgar REGULARES as contas do Poder Legislativo do Município de Pinhal de São Bento, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de Sidinei Bernardelli; e
II- determinar, após transitada em julgado a decisão, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno[5], o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[6].
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

__1__. Ementa: Estabelece o escopo e dispõe sobre o processo de análise para as Prestações de Contas Anuais das entidades municipais do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2023, compreendendo o Poder Legislativo e a Administração Indireta Municipal, e dá outras providências.

__2__. Art. 16. As contas serão julgadas:
I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;
__3__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator
__4__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;
__5__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator
__6__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO Nº:-204374/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO
INTERESSADO:-EDIMILSON DIAS BARBOSA
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 1734/24 - SEGUNDA CÂMARA

Prestação de Contas Anual. CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO. Exercício financeiro de 2023. Pela REGULARIDADE das contas.

I. RELATÓRIO

Tratam os autos da prestação de contas anual do Poder Legislativo do Município de Toledo, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de Edimilson Dias Barbosa, Presidente da Câmara Municipal no período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução n.º 2246/24-CGM (peça 6), manifestou-se pela regularidade das contas.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas juntou aos autos o Parecer n.º 136/24-1PC (peça 7) corroborando o opinativo apresentado pela unidade técnica, pela regularidade das contas.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Preliminarmente, observo que a constituição do processo da prestação de contas anual do Poder Legislativo do Município de Toledo atendeu ao disposto na Instrução Normativa n.º 180/2023[1].

Ademais, consoante relatado, a Coordenadoria de Gestão Municipal emitiu opinativo técnico pela regularidade das contas, cuja análise esteve cingida nos assuntos e escopo previstos para o exercício de 2023, nos termos da Instrução supracitada, assim como o Ministério Público de Contas em seu Parecer.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 16, inciso I, da Lei Complementar n.º 113/2005[2], VOTO pela REGULARIDADE das contas do Poder Legislativo do Município de Toledo, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de Edimilson Dias Barbosa.

Transitada em julgado a decisão, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno[3], determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[4].

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:

I- Julgar REGULARES as contas do Poder Legislativo do Município de Toledo, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de Edimilson Dias Barbosa; e

II- determinar, após transitada em julgado a decisão, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno[5], o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[6].

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

__1__. Ementa: Estabelece o escopo e dispõe sobre o processo de análise para as Prestações de Contas Anuais das entidades municipais do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2023, compreendendo o Poder Legislativo e a Administração Indireta Municipal, e dá outras providências.
__2__. Art. 16. As contas serão julgadas:
I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;
__3__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator
__4__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;
__5__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator
__6__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO Nº:-206539/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA
INTERESSADO:-PEDRO INACIO HORN
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 1735/24 - SEGUNDA CÂMARA

Prestação de Contas Anual. CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA. Exercício financeiro de 2023. Pela REGULARIDADE das contas.

I. RELATÓRIO

Tratam os autos da prestação de contas anual do Poder Legislativo do Município de Sulina, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de Pedro Inacio Horn, Presidente da Câmara Municipal no período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução n.º 2254/24-CGM (peça 17), manifestou-se pela regularidade das contas.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas juntou aos autos o Parecer n.º 461/24-5PC (peça 18) corroborando o opinativo apresentado pela unidade técnica, pela regularidade das contas.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Preliminarmente, observo que a constituição do processo da prestação de contas anual do Poder Legislativo do Município de Sulina atendeu ao disposto na Instrução Normativa n.º 180/2023[1].

Ademais, consoante relatado, a Coordenadoria de Gestão Municipal emitiu opinativo técnico pela regularidade das contas, cuja análise esteve cingida nos assuntos e escopo previstos para o exercício de 2023, nos termos da Instrução supracitada, assim como o Ministério Público de Contas em seu Parecer.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 16, inciso I, da Lei Complementar n.º 113/2005[2], VOTO pela REGULARIDADE das contas do Poder Legislativo do Município de Sulina, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de Pedro Inacio Horn.

Transitada em julgado a decisão, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno[3], determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[4].

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:

I- Julgar REGULARES as contas do Poder Legislativo do Município de Sulina, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de Pedro Inacio Horn; e

II- determinar, após transitada em julgado a decisão, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno[5], o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[6].

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

__1__. Ementa: Estabelece o escopo e dispõe sobre o processo de análise para as Prestações de Contas Anuais das entidades municipais do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2023, compreendendo o Poder Legislativo e a Administração Indireta Municipal, e dá outras providências.
__2__. Art. 16. As contas serão julgadas:
I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;
__3__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator
__4__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;
__5__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator
__6__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO Nº:-207837/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CAMARA MUNICIPAL DE PATO BRAGADO
INTERESSADO:-JONATAN FERNANDES, MAURO ANDRE WEIGMER
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 1736/24 - SEGUNDA CÂMARA

Prestação de Contas Anual. CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRAGADO. Exercício financeiro de 2023. Pela REGULARIDADE das contas.

I. RELATÓRIO

Tratam os autos da prestação de contas anual do Poder Legislativo do Município de Pato Bragado, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de Mauro Andre Weigmer, Presidente da Câmara Municipal no período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução n.º 2103/24-CGM (peça 6), manifestou-se pela regularidade das contas.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas juntou aos autos o Parecer n.º 440/24-5PC (peça 7) corroborando o opinativo apresentado pela unidade técnica, pela regularidade das contas.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO
Preliminarmente, observo que a constituição do processo da prestação de contas anual do Poder Legislativo do Município de Pato Bragado atendeu ao disposto na Instrução Normativa n.º 180/2023[1].
Ademais, consoante relatado, a Coordenadoria de Gestão Municipal emitiu opinativo técnico pela regularidade das contas, cuja análise esteve cingida nos assuntos e escopo previstos para o exercício de 2023, nos termos da Instrução supracitada, assim como o Ministério Público de Contas em seu Parecer.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 16, inciso I, da Lei Complementar n.º 113/2005[2], VOTO pela REGULARIDADE das contas do Poder Legislativo do Município de Pato Bragado, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de Mauro Andre Weigmer.
Transitada em julgado a decisão, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno[3], determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[4].
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:
I- Julgar REGULARES as contas do Poder Legislativo do Município de Pato Bragado, referente ao exercício financeiro de 2023, da responsabilidade de Mauro Andre Weigmer; e
II- determinar, após transitada em julgado a decisão, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno[5], o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[6].
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 27 de junho de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____
1. *Ementa: Estabelece o escopo e dispõe sobre o processo de análise para as Prestações de Contas Anuais das entidades municipais do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2023, compreendendo o Poder Legislativo e a Administração Indireta Municipal, e dá outras providências.*
2. *Art. 16. As contas serão julgadas:*
I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;
3. *Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)*
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator
4. *Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)*
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;
5. *Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)*
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator
6. *Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)*
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;



Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

Sem publicações

Conselheiro IVAN LELIS BONILHA

PROCESSO N.º: 240826/24
ENTIDADE: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO: 887/24
Trata-se de Denúncia proposta por (art. 33 da Lei Complementar nº 113/05[1]), mediante a qual noticiou supostas irregularidades no Poder Executivo de (art. 33 da Lei Complementar nº 113/05)[2].
O interessado interpôs recurso de Revista em face do Despacho nº 768/24 (peça 17).
Quanto ao recurso interposto pela parte, entendo configurada a hipótese do artigo 479[3] do Regimento Interno (fungibilidade recursal), de modo que, inexistindo qualquer prejuízo ao interessado, recebo o protocolado (peças 23 e 24) como Recurso de Agravo, uma vez observado o prazo legal, a legitimidade e o interesse, com fundamento no Art. 477[4] do Regimento.
À Diretoria de Protocolo, para nova autuação, observando-se a regra do Art. 478[5] do Regimento.
Após, retornem.
Publique-se.
Curitiba, 28 de junho de 2024.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. *Anonimização do denunciante tratada pelo GCILB*
2. *Anonimização do denunciado tratada pelo GCILB*
3. *Art. 479. Salvo hipótese de má-fé, as partes interessadas não poderão ser prejudicadas pela interposição de um recurso por outro, desde que interposto no prazo legal.*
Parágrafo único. Se o Relator reconhecer a inadequação do recurso interposto, mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível, desde que, satisfeitos os requisitos de admissibilidade e tempestividade.
4. *Art. 477. A petição recursal, contendo as razões e acompanhada dos documentos nela referidos, que ainda não integrem os autos, será dirigida ao Relator da decisão recorrida, que deverá efetuar o juízo de admissibilidade, relativo à tempestividade, adequação procedimental, legitimidade e interesse.*
5. *Art. 478. Excetuado os casos de Embargos de Declaração, de Liquidação e Recursos de Agravo, o Relator da decisão recorrida será excluído do sorteio para relato do recurso, inclusive, o Relator originário, que tenha sido vencido no julgamento.*

PROCESSO N.º: 353554/23
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE IVAÍ
INTERESSADO: IDIR TREVISO, JANAINA CAVASSIM, MUNICÍPIO DE IVAÍ, MUSTANG ATACADO DE EQUIPAMENTOS LTDA, WELTON ADEMIR FERREIRA
PROCURADOR/ADVOGADO: WICTO EDUARDO BONETTE
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 895/24
Retornam os autos para deliberação acerca do encerramento e arquivamento do processo na Diretoria de Protocolo. nos termos do art. 398, § 4º, do Regimento Interno[1], considerando a ciência do registro da recomendação pela entidade com a publicação da decisão no periódico Diário Eletrônico do Tribunal de Contas – DETC-PR nº 3220, do dia 03/06/2024.
Noto que a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, em atendimento à decisão contida no Acórdão nº 1357/24 - Tribunal Pleno (peça 53), nos termos do art. 175-L, I, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, efetuou o registro da seguinte recomendação ao Município de Ivaí:
"Observe atentamente as disposições contidas na legislação que rege as licitações públicas a respeito da concessão de prazo para apresentação das razões de recurso, especialmente o artigo 4º, XVIII da Lei nº 10.520/20 e artigo 44, do Decreto nº 10.024/19 e para que referido prazo seja concedido de forma clara na ata da sessão pública tanto para conhecimento e acompanhamento pelas empresas participantes, como para averiguação posterior pelos órgãos de controle."
Diante do exposto, declaro o encerramento deste processo e determino o arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo, nos termos do art. 168, VII[2], do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 28 de junho de 2024.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. *Art. 398. (...)*
§ 4º Os processos julgados regulares com ressalvas, ou contendo determinações e recomendações, após as devidas anotações e cumprimento das eventuais comunicações, serão encerrados, mediante despacho do Relator. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
2. *Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo:*
(...)
VII – arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO N.º: 30339/24
ENTIDADE: MUNICÍPIO DA LAPA
INTERESSADO: BRUNO GOLL ZEVE, DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS, MUNICÍPIO DA LAPA, TALLES BAUMGARTNER XAVIER, TRADETEK COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE LUMINARIAS LIMITADA - FILIAL
PROCURADOR/ADVOGADO: DANIEL SIQUEIRA BORDA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 906/24
Em atenção ao contido no Despacho nº 457/24-CMEX[1], fixo em 30 (trinta) dias o prazo para que o Município da Lapa comprove o cumprimento da determinação expedida no Acórdão nº 1406/24-STP[2].
Encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX para registro.
Publique-se.
Curitiba, 1º de julho de 2024.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. *Peça 68.*
2. *Peça 64.*

PROCESSO N.º: 116315/23
ENTIDADE: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO: 907/24
Após instrução técnica e parecer ministerial conclusivos, o denunciante requer "Que o tema da denúncia seja colocado em pauta para ser discutido em uma sessão pública e ao vivo, permitindo assim o acompanhamento direto pela população" (peça 888), por versar o processo sobre a transparência dos atos da Administração. Justifica seu pedido invocando a relevância da transparência, da publicidade, do interesse público ("O assunto tratado na denúncia possui grande relevância para a

população, e sua discussão em sessão aberta permitirá um melhor entendimento e acompanhamento por parte dos cidadãos") e do exercício da cidadania ("Permitir que a população acompanhe o andamento e a deliberação sobre temas de interesse social amplia o exercício da cidadania e fomenta a participação ativa dos cidadãos nos assuntos que lhes dizem respeito").
Pois bem. Os julgamentos deste Tribunal de Contas observam o devido processo legal, o qual contempla, além das sessões presenciais e por videoconferência, as sessões na modalidade virtual, previstas no artigo 429, § 6º, do Regimento Interno[1] e regulamentadas na Resolução 77/2020 (com alterações posteriores). Embora o requerente não esclareça se, ao mencionar "sessão pública e ao vivo", está se limitando às sessões presenciais e àquelas por videoconferência, faz-se oportuno desde logo registrar que a inclusão em qualquer das sessões de julgamento se dará no momento oportuno, não estando ela determinada pela matéria versada ou pelo assunto do processo. Ressalte-se ainda que, em qualquer dos casos, os princípios da publicidade e da transparência são resguardados (conforme dispõem, por exemplo, no caso das sessões virtuais, os artigos 4º,[2] 11,[3] 15[4] e 29[5] da resolução), inexistindo, portanto, em qualquer das modalidades de julgamento, prejuízo às partes ou ao interesse público.
Publique-se.
Curitiba, 1º de julho de 2024.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. *Art. 429. As pautas das sessões ordinárias e das extraordinárias serão organizadas pelas Secretarias, sob a supervisão do Presidente do respectivo colegiado.*
[...]
§ 6º As sessões poderão ser realizadas de forma virtual, nos termos do disposto em Resolução. (Incluído pela Resolução nº 73/2019)
2. *Art. 4º Em respeito ao princípio da publicidade dos atos administrativos, bem como ao contraditório e ampla defesa, as pautas serão publicadas nas sextas-feiras que antecedem a abertura da sessão.*
3. *Art. 11. O voto ou a proposta de voto dos processos deliberados ficará disponível, de forma pública, a partir do encerramento da sessão virtual, respeitado o regramento próprio para os casos com segredo de justiça ou sigilo.*
4. *Art. 15. O Relator disponibilizará o relatório e o voto assinado até o momento da abertura da sessão do Plenário Virtual, e estes ficarão disponíveis após o resultado final da votação no portal do Tribunal de Contas, de forma pública, observado o disposto no art. 11. (Redação dada pela Resolução n. 82/2021)*
[...]
5. *Art. 29. As sessões do Plenário Virtual serão disponibilizadas para consulta no sítio eletrônico do Tribunal, no qual será registrada a eventual remessa do processo para julgamento presencial ou por videoconferência, o resultado final da votação ou a sua retirada de pauta.*

PROCESSO N.º: 451126/24
ENTIDADE: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO: 908/24
Trata-se de Denúncia proposta por [art. 33 da Lei Complementar Estadual nº 113/05], mediante a qual noticia supostas irregularidades verificadas na Secretaria de Controle Interno de [art. 33 da Lei Complementar Estadual nº 113/05] e no afastamento e exoneração do Secretário de Controle Interno.
Preliminarmente, intime-se a parte denunciante, por meio de ofício, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente documento de identificação e comprovante de endereço, sob pena de não recebimento do expediente por falta de requisito de admissibilidade previsto no art. 276, caput e § 1º, do Regimento Interno[1].
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para expedição de ofício e controle de prazo.
Na sequência, retornem.
Publique-se.
Curitiba, 1º de julho de 2024.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. *"Art. 276. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.*
§ 1º O denunciante deverá anexar cópia de documento que comprove a sua legitimidade, fornecer os dados de onde poderá ser encontrado, expor com clareza os fatos e anexar, quando possível, documentação comprobatória.
(...)
Art. 282. A representação prevista na Lei n° 8.666/1993 será autuada, distribuída e encaminhada ao Conselheiro Relator, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, nos termos do art. 125, IV, da Lei Complementar n° 113/2005.
(...)
§ 2° A representação, no que couber, seguirá o mesmo procedimento previsto nesta Seção."

PROCESSO N.º: 641214/20
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA
INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA, JAIR PEREZ, MARISA ISSA RIZK, ROGERIO FRANCISCHINI
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO: 909/24
Pela Instrução nº 473/24[1], a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX atesta que o montante recolhido pelo Senhor Rogerio Francischini, correspondente à multa administrativa imposta no item II do Acórdão nº 969/21-S1C[2], está correto, motivo pelo qual recomenda a baixa de sua responsabilidade pecuniária.
O Ministério Público de Contas, no Parecer nº 575/24-6PC[3], corrobora o entendimento da unidade técnica.
Adotando tais manifestações como razões de decidir, com fundamento no art. 514 do Regimento Interno[4] e sem prejuízo ao resultado do julgamento das contas (art. 504, RI[5]), autorizo a baixa de responsabilidade pecuniária do Senhor Rogerio Francischini, relativamente ao item II do Acórdão nº 969/21-S1C.
Encaminhem-se os autos à CMEX para expedir a respectiva Certidão de Quitação e proceder aos registros pertinentes.
Não havendo outras medidas executórias a serem adotadas, declaro encerrado este processo, determinando o arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo – DP, nos termos dos artigos 398, § 1º[6], e 168, inciso VII[7], do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 1º de julho de 2024.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. *Peça 116.*
2. *Peça 56.*
3. *Peça 118.*
4. *"Art. 514. Comprovado o recolhimento integral e/ou adimplidas as obrigações de fazer ou não fazer, o Tribunal expedirá a certidão de quitação do débito, da obrigação ou da multa, com a consequente baixa de responsabilidade."*
5. *"Art. 504. Provado o pagamento integral, o Tribunal expedirá a quitação do débito ou da multa ao responsável.*
Parágrafo único. O pagamento integral do débito ou da multa não importa em modificação do julgamento quanto à irregularidade das contas."
6. *"Art. 398. (...)*
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator."
7. *"Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo:*
(...)
VII – arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;"

PROCESSO N.º: 668075/23
ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
INTERESSADO: ALEXANDRE LIMA VIEIRA, RENATO FEDER, RONI MIRANDA VIEIRA, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 910/24
Em cumprimento ao último parágrafo do Despacho nº 571/24-GCILB (peça53), encaminhem-se à 2ª Inspetoria de Controle Externo, à Coordenadoria de Gestão Estadual e ao Ministério Público de Contas., para manifestação.
Após, retornem.
Publique-se.
Curitiba, 1 de julho de 2024.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 364274/24
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU
INTERESSADO: MAX FERNANDO FERREIRA
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO
DESPACHO: 911/24
Trata-se de Representação interposta pelo Sr. MAX FERNANDO FERREIRA, Coordenador do Órgão Central do Sistema de Controle Interno Unificado do Poder Executivo e Legislativo de SÃO PEDRO DO IGUAÇU - PR, no qual informa que teve ciência de possível favorecimento na carga horária de trabalho da servidora municipal Gabriela Breitembach, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Comunica-se, mediante petição complementar (peça 11), que em reunião com o Secretário Municipal de Saúde, para discussão acerca do teor relatado na petição inicial, foi agredido e junta aos autos cópias do Boletim de Ocorrência e Laudo do Instituto Médico Legal.
Por meio do Despacho nº 2127/24 - GP (peça 09), o Gabinete da Presidência emitiu ciência e determinou o encaminhamento dos autos a mim distribuídos.
Diante disso, mediante Despacho nº 670/24 – GCILB (peça 14), determinei o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Gestão Municipal para manifestação, indicando os fatos e os possíveis responsáveis, caso opine pelo seguimento da demanda, e/ou as diligências necessárias ao processamento do feito.
Ato contínuo, a unidade técnica, conforme Instrução nº 2965/24 – CGM (peça 16), opinou pelo recebimento da Representação, considerando a ocorrência de possível vício de motivo do ato administrativo praticado pelo então Secretário Municipal de Saúde em detrimento do patrimônio público municipal (redução indevida de jornada de trabalho de servidor) e, por consequência, violação ao artigo 2º da Lei Federal nº 4.717/65 e opinou pelo não recebimento da representação quanto à suposta agressão empregada em face do ora representante.
É o relatório
Conforme mencionado pela unidade técnica, observo que no art. 8º da Lei Municipal nº 651/2011[1] há a possibilidade de flexibilização da jornada de trabalho por conveniência administrativa, no entanto, não há elementos nos autos que demonstrem os motivos para a redução de jornada de trabalho da servidora.
Acolho o opinativo da unidade técnica acerca da ocorrência de possível vício de motivo do ato administrativo praticado pelo Secretário Municipal, considerando que o representante aduziu na petição inicial (peça 3, pág. 2) que aumentou a demanda de trabalho e diminuiu a carga horária da servidora municipal.
Quanto à suposta agressão sofrida pelo representante (peças 11/14), deixo de receber a Representação, considerando que se trata de eventual conduta criminal e disciplinar afetas, respectivamente, ao juízo criminal e à autoridade municipal competente para apurar infração disciplinar.
Quanto à eventual redução indevida de jornada de trabalho de servidor, recebo a presente Representação, nos termos do artigo 32, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005[2].
Diante do exposto, encaminhem-se à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:
a) Incluir na autuação como interessado o Sr. Hermilo Gambin, Secretário Municipal de Saúde;
b) CITAÇÃO, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos artigos 278, II e 380-A, I, ambos do Regimento Interno[3], do Município de São Pedro do Iguaçu, na pessoa de seu gestor atual e representante legal, e do Sr. Hermilo Gambin, Secretário Municipal de Saúde, para que manifestem sobre os termos desta Representação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, juntando aos autos a documentação que entenderem pertinente.
Após o decurso do prazo, remetam-se à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, respectivamente, para suas respectivas manifestações.

Publique-se.
Curitiba, 2 de julho de 2024.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

__1__. Art. 8º Por conveniência administrativa, conforme disposto em regulamento, a jornada de trabalho poderá ser flexibilizada nos seguintes casos:
I – a jornada de trabalho de quarenta horas semanais e oito horas diárias poderá ser reduzida para trinta horas semanais e seis horas diárias, em turno ininterrupto;
__2__. Art. 32. A representação será encaminhada ao Presidente do Tribunal de Contas:
I – obrigatoriamente pelos responsáveis dos controles internos dos órgãos da Administração Pública estadual ou municipal, sob pena de serem solidariamente responsabilizados;
__3__. Art. 278. A denúncia e representação tramitarão em regime de urgência, devendo: (Redação dada pela Resolução n° 2/2006)
[...]
II - em 10 (dez) dias ser despachada pelo Conselheiro Relator, que mandará citar o responsável para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, observado o disposto nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso II, do art. 35, da Lei Complementar n° 113/2005; (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)
Art. 380-A. As comunicações processuais para o exercício do contraditório serão realizadas nas seguintes formas: (Incluído pela Resolução n° 40/2013)
I – nos processos de iniciativa do Tribunal e nos de Denúncia, Representação e Representação da Lei nº 8.666/1993 e da Lei Estadual nº 15.608/2007, na modalidade citação, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, conforme o disposto no art. 54, inciso I, e § 2º, primeira parte, da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, e no § 1º, do art. 380 deste Regimento; (Incluído pela Resolução n° 40/2013)

Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL

PROCESSO Nº:-59647/24
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA
INTERESSADO:-EDERSON ANTONIO BELEDELI, FORZA DISTRIBUIDORA LTDA, MARCELO LEITE, MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA, YAMADIESEL COMERCIO DE MAQUINAS - EIRELI
PROCURADOR:-BRUNO RICARDO FRANCISCO GOMES BARBOZA, PATRICIA FERNANDA GURSKI
DESPACHO:-768/24

Vêm os autos a este Gabinete com petitório apresentado pela Representante em que pugna para que seja analisada a medida cautelar por ela requerida inicialmente, considerando que o Município está na iminência de realizar o pagamento à empresa Forza (peças 28 e 29).
Conforme consta dos autos, este relator havia postergado a referida análise para momento posterior à apresentação das razões de defesa (Despacho n.° 118/24-GCDA, peça 11), tendo em vista que o contrato já havia sido assinado, o que recomendaria maior cautela por este Tribunal.
As razões defensivas, por sua vez, foram anexadas à peça 20, ocasião em que o Município apresentou alegações genéricas de que o certame teria observado a legislação de regência e, ainda, aduziu que "a Yamadiesel é a responsável pela garantia, mais próxima de Guamiranga-PR, sendo obrigada a prestar assistência técnica, independentemente de quem tenha realizado a venda e/ou vencido o certame. Dessa forma, por força da garantia, o que o CDC garante, a Yamadiesel possui esse vínculo com a Forza Distribuidora LTDA, sendo, ainda que indiretamente, sua representante especializada".
Ao analisar tais alegações, a área técnica entendeu pertinente solicitar informações adicionais ao Município de Guamiranga e à empresa Forza (Instrução n.° 2396/24-CGM, peça 23), o que foi acolhido por este relator (Despacho n.° 672/24-GCDA, peça 24), estando o prazo em aberto.
Pois bem.
Veja-se que a controvérsia reside em questão afeta à assistência técnica e à garantia contratual, mais especificamente se deverá ser prestada diretamente pela contratada em oficina própria e, ainda, se é necessária a autorização pela fabricante.
Quanto a este aspecto, observa-se que em sua proposta a empresa vencedora incluiu a garantia de 15 meses e a assistência técnica no Estado do Paraná e em todo território nacional.
Do mesmo modo, foi juntada no processo licitatório declaração com conteúdo similar: Declaramos para todos os fins de direito [...] a garantir a qualidade do equipamento contra defeitos mecânicos, pelo período mínimo de 15 (quinze) meses, fornecendo os respectivos termos e/ou declaração dessa garantia. Ainda, caso, haja previsão nas características técnicas do objeto, deverá oferecer treinamento para operação do equipamento.
No entanto, na mesma declaração, também consta a informação de que a empresa Yamadiesel é a assistência técnica mais próxima e que está legalmente obrigada a prestar os serviços de assistência e garantia, sendo este o fundamento utilizado pelo pregoeiro para negar a intenção de recurso apresentada pela representante.
Como bem sintetizou a área técnica, "no entendimento do pregoeiro, o requisito editalício questionado pela então licitante Yamadiesel acerca da necessidade de oficina própria no estado do Paraná parece ter sido suprido pela mera indicação de uma outra empresa, a despeito de também constar no edital ser vedada a terceirização. Cabe ressaltar que tal previsão está apenas na descrição do objeto, não havendo exigência clara ou maiores especificações no resto do edital, de modo que não restou clara qual era a intenção do Município".
O cenário que se apresenta, portanto, é de incerteza quanto à forma que o Município pretende que seja prestada a assistência técnica e a garantia do equipamento adquirido, tendo em vista as imprecisões e divergências contidas no edital e no instrumento contratual – o que, contudo, não foi objeto de impugnação e só foi trazido a este Tribunal após a celebração do contrato.
Não obstante a insegurança acima, não observo perigo de dano que justifique a concessão da medida de urgência.
A meu sentir, o principal motivo para conceder a medida cautelar seria se a vencedora não tivesse se comprometido com tal obrigação, o que não ocorreu, tanto que firmou o contrato no qual há cláusula prevendo que:
3.3.1 Durante o prazo de garantia – 12 (doze) meses –, caso não seja possível a solução do problema no próprio local onde se encontre o equipamento e havendo a necessidade de transporte para oficina própria da proponente, fica sob responsabilidade da contratada todo ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem e outros que por ventura se fizerem necessários à perfeita solução do problema,
3.3.2 Após o período de garantia de 12 (doze) meses, a proponente fica obrigada, às expensas do Município, por prazo não inferior a 60 (sessenta) meses, disponibilizar oficina de manutenção e assistência Técnica no Estado do Paraná, bem como garantir a disponibilização, se necessário, de peças.
Há, ainda, declaração por ela firmada garantindo "a qualidade do equipamento contra defeitos mecânicos, pelo período mínimo de 15 (quinze) meses", na qual, porém, a empresa Forza também indicou que a empresa Yamadiesel estaria obrigada a prestar todo e qualquer serviço de assistência técnica e/ou garantia.
Quanto a este ponto, entendo pertinente esclarecer que, num primeiro momento, tal raciocínio não se mostra completamente equivocado, ao menos dentro do período de garantia legal estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor, o qual, vale lembrar, prevê uma série de obrigações a tal título tanto ao fabricante quanto ao vendedor.
Assim, embora subsistam dúvidas práticas de como se dará a assistência técnica e a garantia do equipamento ora adquirido, fato é que sempre subsistirá, além da garantia legal mencionada no parágrafo anterior, a responsabilidade da empresa vencedora pela garantia contratual exigida pelo ente licitante, sendo possível que, após a definição dos pontos de divergência mencionados nos autos, seja celebrado aditivo contratual a fim de sanar qualquer contradição.
Convém pontuar, ademais, que não constitui indício de irregularidade o fato de a vencedora não ser revendedora ou assistência técnica autorizada, sendo que, em verdade, tal exigência é que tem sido rechaçada no âmbito desta Corte. Cito, a título de exemplo, os Acórdãos n.° 3245/23-STP, n.° 1812/22-STP e n.° 2594/21-STP.
Entendo, portanto, que embora esteja clara a existência de indícios concretos de irregularidade decorrentes de um edital permeado de pontos duvidosos, não há um perigo de dano suficiente para ensejar a concessão da medida de urgência pretendida.
Diante do exposto, retornem à Diretoria de Protocolo para controle do prazo concedido no Despacho n.° 672/24-GCDA (peça 24).
Curitiba, 26 de junho de 2024.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-385387/24
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MANOEL RIBAS
INTERESSADO:-ADAO GERALDO GHELLER, JOSE CARLOS DA SILVA CORONA, MUNICÍPIO DE MANOEL RIBAS, STEL - SISTEMAS ELETRICOS LTDA
PROCURADOR:-FAUSTO TOSHISUKO SAKAKURA, NIDIA KOSIENCZUK ROSA GONÇALVES DOS SANTOS
DESPACHO:-791/24

Trata-se de Representação da Lei de Licitações, com pedido de medida cautelar, formulada por STEL – SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA em face do Município de Manoel Ribas, por meio da qual aponta irregularidade no edital e na condução da Concorrência Eletrônica n.º 04/2024, que tem por objeto a contratação de empresa para execução da obra de substituição da iluminação pública por luminárias de LED, no município.
Em suma, a representante alega que: "1. O Edital claramente vedou a realização de diligências para verificação da exequibilidade das propostas, estabelecendo o limite de 75% (setenta e cinco por cento) do valor de referência como mínimo aceitável, sob pena de desclassificação sumária da proposta inferior. 2. Diante de tal previsão específica do Edital, a Representante limitou seus lances para que não fosse desclassificada. 3. O condutor do certame, sem que houvesse prévia retificação do Edital ou prévio aviso às concorrentes, aceitou as propostas abaixo do mínimo estabelecido no Edital e solicitou comprovação da exequibilidade das propostas. 4. A conduta contrária ao previsto no Edital atentou contra o princípio de vinculação ao instrumento convocatório e induziu a erro a Representante."
Ao final, requer a suspensão cautelar do certame e, no mérito, a procedência da representação com expedição de determinação para retornar a licitação à fase de lances ou declarar a nulidade da concorrência pública.
Por intermédio do Despacho n.º 652/24-GCDA (peça 10), a representação foi recebida, sendo deferido o pleito cautelar, determinando-se a suspensão da Concorrência Eletrônica n.º 04/2024 no estado em que se encontrasse, e eventual contrato dela decorrente, bem como a citação dos senhores José Carlos da Silva Corona (Prefeito Municipal) e Adão Geraldo Gheller (Agente de Contratação) para o exercício do contraditório.
A decisão foi homologada pelo Tribunal Pleno por meio do Acórdão n° 1528/24-STP (peça 18).
Após, o Município de Manoel Ribas, o prefeito municipal e o agente de contratação se manifestaram nos autos e juntaram documentação pertinente às peças 20/36, informando que os atos do processo licitatório foram suspensos imediatamente, tendo, inclusive, sido anulada a licitação em razão da constatação de falha irreparável no certame.
Por intermédio da petição intermediária n° 448559/24, a empresa TRADETEK SOLUÇÕES EM ILUMINAÇÃO PÚBLICA E INFRAESTRUTURA LTDA apresentou recurso de agravo com pedido de concessão de tutela urgente em face da decisão que deferiu medida cautelar. Afirmou, em suma, que possui razão legítima para ser admitida como terceira interessada, já que foi declarada vencedora da licitação, tendo sido convocada para a assinatura do contrato. Defendeu a diligência realizada pelo Município, asseverando que proporcionou a recepção de proposta muito mais vantajosa, atendendo ao princípio da economicidade e vantajosidade para a Administração Pública Municipal. Alegou que eventual nulidade da licitação e do contrato afetará direitos adquiridos da empresa vencedora relacionados à referida avença e que deverão ser considerada todas as circunstâncias inerentes na excepcional hipótese de manutenção da suspensão do certame e indevida anulação dos atos administrativos, com o objetivo de evitar o dano reverso ao município, já que devem ser considerados os investimentos já realizados pela ora agravante para execução do contrato, devendo-se apurar as indenizações devidas à empresa.
Os autos vieram a este Gabinete para deliberação quanto ao referido pedido.
É o relatório.
Primeiramente, ao se analisar os autos, verifica-se que embora conste informação sobre a homologação da licitação e a adjudicação do seu objeto, além de e-mail convocando a empresa vencedora para a assinatura do contrato, não há notícias nos

autos e nem no Portal de Transparência do Município sobre a subsequente efetivação do contrato administrativo com a empresa TRADETEK SOLUÇÕES EM ILUMINAÇÃO PÚBLICA E INFRAESTRUTURA LTDA e a respectiva publicação.
Desse modo, tem-se que antes da efetiva celebração do contrato com a empresa ora peticionante, o Município, não apenas suspendeu a licitação, em razão de determinação desta Corte de Contas, como também, anulou todo o certame.
Convém esclarecer que a mera participação em licitação não resulta, por si só, em direito de figurar na relação processual na condição de terceiro interessado, devendo ser comprovada razão legítima para isso.
Conforme elucidado pelo Acórdão n° 292/2014 do Plenário do Tribunal de Contas da União, a "habilitação de interessados em processos do Tribunal deve ser examinada com reservas e de forma restritiva, uma vez que a existência de múltiplos interessados depõe, via de regra, contra a razoável duração do processo."
No caso, a peticionária justifica o pedido no fato de ter se sagrado vencedora do certame e de ter sido convocada para a assinatura do contrato, asseverando que realizou investimentos para a execução do contrato, como a contratação de garantia adicional e mobilização de equipe e equipamentos para a realização das obras.
Embora, neste caso, não haja contrato efetivado, a empresa adjudicatária já havia sido intimada para a sua assinatura, e, ao que parece, realizado investimentos para a execução do contrato, o que demonstra que a referida empresa detém razões legítimas para figurar na relação processual, razão pela qual defiro o pleito de ingresso como terceiro interessado, com fundamento no art. 347, inciso II, "c", do Regimento Interno.
No que diz respeito a sua legitimidade recursal, o artigo 66 da Lei Orgânica deste Tribunal e o art. 474 do Regimento Interno autorizam o terceiro interessado ou prejudicado a interpor recurso.
Assim, da análise das razões recursais apresentadas, mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos e, presentes os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 69 da Lei Orgânica, recebo o presente recurso, em seu efeito devolutivo.
Quanto ao pedido de efeito suspensivo, deixo de concedê-lo, por não restar demonstrado risco iminente de lesão grave ou de difícil reparação, ressaltando, inclusive, que, no caso, houve fato superveniente que modificou todo o encaminhamento inicial que foi a anulação do certame pelo Município, e que o entendimento predominante no âmbito desta Corte de Contas é no sentido de que a anulação da licitação resulta em perda superveniente do objeto da representação e, consequentemente, extinção do feito sem resolução de mérito.
Desse modo, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para:
(a) desentranhamento das peças 38/45, com manutenção de cópia nos presentes autos, inclusive deste despacho, e autuação como Recurso de Agravo;
(b) regular trâmite em relação à presente representação.
Curitiba, 2 de julho de 2024.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO

PROCESSO N.º: 188378/21
ORIGEM: MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO IVAÍ
INTERESSADOS: ILTON SHIGUEMI KURODA
PROCURADORES:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO N.º: 884/24
Considerando o contido na Instrução nº 472/24 (peça 79) da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX, com fulcro no art. 514 do Regimento Interno[1], autorizo a baixa de responsabilidade do Sr. ILTON SHIGUEMI KURODA, em relação aos termos do Acórdão de Parecer Prévio nº 93/22- Segunda Câmara.
Encaminhe-se para a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX para as devidas providências.
Após, tendo em vista o seu integral adimplemento, com fulcro no art. 398, §4º, do Regimento Interno[2], determino o encerramento do processo e o encaminhamento do expediente à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[3].
Publique-se.
Curitiba, 02 de julho de 2024.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
__1__. Art. 514. Comprovado o recolhimento integral e/ou adimplidas as obrigações de fazer ou não fazer, o Tribunal expedirá a certidão de quitação do débito, da obrigação ou da multa, com a consequente baixa de responsabilidade.
__2__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (...)
§ 4º Os processos julgados regulares com ressalvas, ou contendo determinações e recomendações, após as devidas anotações e cumprimento das eventuais comunicações, serão encerrados, mediante despacho do Relator.
__3__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO N.º: 611781/19
ORIGEM: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADOS: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ, HUGO FIORAVANTI SELEME COLLODEL, IVALDO PEDRO PATRICIO, MARCO AURELIO DE ARAUJO BARBOSA, MARCOS ELIAS TRAAD DA SILVA, RAFAEL DEMETRIO BENVENUTTI
PROCURADORES: ALISSON LUIZ NICHEL, CAIO ALEXANDRO LOPES KAIEL, MURILO VARASQUIM, THIAGO DE ARAUJO CHAMULERA, THIAGO GARDAI COLLODEL, VICTOR SANGIULIANO SANTOS LEAL
ASSUNTO: RECURSO DE REVISTA
DESPACHO N.º: 888/24
Face ao contido no Despacho nº 419/24 - (peça 197) da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX, autorizo o encerramento do processo, com o consequente encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo, para arquivamento, conforme previsto no art. 398 do Regimento Interno[1].
Curitiba, 02 de julho de 2024.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
__1__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)

PROCESSO N.º: 433845/24
ORIGEM: MUNICÍPIO DE LOBATO
INTERESSADOS: FABIO CHICAROLI
ASSUNTO: CERTIDÃO LIBERATÓRIA
DESPACHO N.º: 889/24
A Diretoria-Geral (DG), por meio do Despacho n.º 502/24 - DG (peça 20), informou que o Município de Lobato, "em 21/06/2024, emitiu a certidão via sistema desta Corte, com validade até 20/08/2024".
Observo que diante da obtenção automática da requerida certidão liberatória pela municipalidade, operou-se a perda superveniente do objeto do presente.
Sendo assim, uma vez que o comando exarado na Decisão Definitiva Monocrática n.º 50/24 - GCFSC (peça 19) já autorizou "o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivo.", com fundamento no art. 398, § 1º, do Regimento Interno[1], encaminho os autos à referida Unidade Técnica para a adoção das medidas pertinentes.
Publique-se.
Curitiba, 1 de julho de 2024.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
__1__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização.
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator.

PROCESSO N.º: 139130/24
ORIGEM: MUNICÍPIO DE ALVORADA DO SUL
INTERESSADOS: MARCOS ANTONIO VOLTARELLI
PROCURADORES:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO N.º: 890/24
Em face da Instrução n.º 3013/24-CGM (peça 12) da Coordenadoria de Gestão Municipal, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda a intimação, via comunicação processual eletrônica, de MARCOS ANTONIO VOLTARELLI, chefe do Poder Executivo do Município de Alvorada do Sul, para que lhe seja assegurado o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
Assinalo o prazo regimental de 15 (quinze) dias para eventual manifestação.
Publique-se.
Curitiba, 1 de julho de 2024.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

PROCESSO N.º: 191248/24
ORIGEM: MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL
INTERESSADOS: ALEX ANTONIO CAVALCANTE
PROCURADORES:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO N.º: 891/24
Em face da Instrução n.º 3039/24-CGM (peça 12) da Coordenadoria de Gestão Municipal, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda a intimação, via comunicação processual eletrônica, de ALEX ANTONIO CAVALCANTE, chefe do Poder Executivo do Município de Brasilândia do Sul, para que lhe seja assegurado o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
Assinalo o prazo regimental de 15 (quinze) dias para eventual manifestação.
Publique-se.
Curitiba, 1 de julho de 2024.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

PROCESSO N.º: 516150/08
ORIGEM: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADOS: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, EONEZIA VARELA CARDOSO, VALDIR LUIZ ROSSONI
PROCURADORES: LYDIA MONTANI, PATRICIA SATHLER JANUARIO
ASSUNTO: ATO DE INATIVAÇÃO
DESPACHO N.º: 893/24
Diante do contido na Instrução n.º 395/24-CGE (peça 124) e no Parecer n.º 203/24-1PC (peça 127), encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo, em cumprimento do item III-b do Acórdão n.º 4919/13-S1C (peça 67) e item II do Acórdão n.º 3801/23-STP (peça 113), para encerramento e arquivamento do feito, com fulcro no art. 398, § 4º e art. 168, VII do Regimento Interno[1].
Publique-se.
Curitiba, 1 de julho de 2024.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
__1__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (...)
§ 4º Os processos julgados regulares com ressalvas, ou contendo determinações e recomendações, após as devidas anotações e cumprimento das eventuais comunicações, serão encerrados, mediante despacho do Relator.
Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO N.º: 481730/19
ORIGEM: FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
INTERESSADOS: FLAVIO SIMÃO DOS SANTOS, FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, MARCIO ARTUR DE MATOS, MARLI ALMEIDA DE MORAIS VIDAL
PROCURADORES:
ASSUNTO: ATO DE INATIVAÇÃO
DESPACHO N.º: 898/24
Tratam os autos da Aposentadoria de Marli Almeida de Morais Vidal, no cargo de

Auxiliar de Serviços Gerais, cuja admissão ocorreu em 13/03/1998.
A Coordenadoria de Gestão Municipal por meio da Instrução n.º 81/24-CGM (peça 51), demonstrou que a Entidade emitiu ato retificatório, mantendo, no entanto, no SIAP, o ato original. Contudo, a entidade deveria da mesma forma, retificar a informação no SIAP.
Por meio do Despacho n.º 70/24-GCFSC (peça 52) foi determinada a intimação da Entidade Previdenciária, para retificar os dados apresentados no SIAP.
O Fundo Previdenciário do Município de Telêmaco Borba, respondeu à peça 59, desta feita, os autos foram encaminhados à Coordenadoria de Gestão Municipal para apreciação. A unidade técnica respondeu, por meio da Instrução n.º 2942/24-CGM (peça 61), destacando: "Verifica-se que a entidade registrou no SIAP ato inexistente (Decreto n.º 29237 de 11 de novembro de 2022), uma vez que o ato retificador, conforme peça n.º 48 é o Decreto n.º 29237 de 16 de março de 2.023." (peça 61, fl.1), opinando por derradeira intimação da Entidade.
Ante o exposto, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para que proceda a derradeira:
- INTIMAÇÃO do FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA para, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da juntada do Aviso de Recebimento aos autos, realizar, definitivamente, a correção do ato retificador no Sistema Integrado de Atos de Pessoal – SIAP.
Publique-se.
Curitiba, 1 de julho de 2024.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

PROCESSO N.º: 378224/24
ORIGEM: FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO ESTADO DO PARANA - FUNEAS-PARANÁ
INTERESSADOS: FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO ESTADO DO PARANA - FUNEAS-PARANÁ, GERALDO GENTIL BIESEK, JAQUELINE DIAS COMERCIO DE REFEICOES LTDA, JAQUELINE GOMES DIAS, MARCELLO AUGUSTO MACHADO, NUTRIVILLE RESTAURANTE S/A
PROCURADORES:
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO N.º: 901/24
Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por Nutriville Restaurante S.A., contra o Despacho n.º 798/24 – GCFSC (peça 22) que indeferiu o pedido cautelar formulado pela ora Embargante, tendo em conta se tratar de procedimento licitatório que tem por objeto "a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR, visando o fornecimento e a distribuição de dietas livres, dietas especiais, suplementos orais artesanais destinados a pacientes internados e em atendimento ambulatorial; refeições para acompanhantes e plantonistas, segundo normas e legislações pertinentes na descrição do Serviço de Nutrição e Dietética, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico sanitárias adequadas para o Hospital Regional do Centro Oeste - HRCO, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Termo de Referência - Anexo I.".
Naquela oportunidade, indeferi o pleito cautelar por entender que ao conceder a medida acautelatória, no caso em tela, irá ocasionar o comprometimento da prestação dos serviços de alimentação do Hospital Regional do Centro Oeste, o que por decorrência impactará na recuperação e tratamento de centenas de pacientes, bem como, impactará no bem estar de familiares e funcionários daquela Unidade Hospitalar.
Entretanto, irresignada a Embargante (peças 27/28), alega que a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná - FUNEAS omitiu o fato de que o Hospital Regional do Centro Oeste - HRCO encontra-se atualmente sendo atendido, em objeto idêntico ao do Pregão n.º 001/2024, ora sob questionamento, pelo Contrato n.º 932/2022, que teve prorrogação estendida até 21.08.2024.
Destaca que o contrato foi firmado entre a Fundação e a própria Embargante e, ainda está sujeito à nova prorrogação. Informação esta que a Embargante considera relevante para a análise da hipótese de possível dano reverso mencionado na decisão embargada.
Ao final, justificou que a oposição dos aclaratórios visa reavaliar a hipótese de possível dano reverso que fundamentou a decisão embargada e, sendo o caso, seja deferida a medida cautelar para suspensão da assinatura (ou os efeitos) do contrato derivado do procedimento licitatório questionado nesse processo.
É o breve relato.
Primeiramente, com base no art. 407, do Regimento Interno[1], deixo de conhecer os Embargos de Declaração (peças 27/28) opostos por Nutriville Restaurante S.A., ora Representante, uma vez que embora tempestivos e formulados por parte legítima, não atendeu aos pressupostos de cabimento. Explico.
Conforme esclarece o art. 407, do Regimento Interno, o recurso cabível contra a decisão sobre medida cautelar será sempre o de Agravo, ou seja, contra a decisão contida no Despacho n.º 798/24 – GCFSC (peça 22) de indeferimento da medida cautelar pleiteada, o recurso a ser manejado seria o Recurso de Agravo, nos termos do art. 489 e ss, do Regimento Interno deste Tribunal.
Ainda, quanto ao mérito dos aclaratórios e com base no art. 490 do Regimento Interno, os Embargos de Declaração (peças 27/28) opostos por Nutriville Restaurante S.A., ora Representante, uma vez que embora tempestivos e formulados por parte legítima, não atendem aos pressupostos de cabimento.
Isso porque, da leitura da peça recursal não identifico qualquer apontamento de obscuridade, dúvida e/ou contradição, ou mesmo, omissão na decisão embargada, sobre o qual devo me pronunciar, pressupostos esses indispensáveis para o preenchimento dos requisitos de admissibilidade dos Embargos de Declaração.
Ademais, o mérito abarcado pelos aclaratórios, qual seja: a existência de Contrato n.º 932/2022 firmado entre a Embargante e a Fundação, prorrogado até 21.08.2024, não corresponde ao objeto da presente Representação da Lei de Licitações, uma vez que os documentos mencionados pela Embargante na peça recursal não foram sequer acostados aos autos quando da exordial para o fim de comprovar o alegado.
Portanto, não há o que aperfeiçoar a decisão consubstanciada no Despacho n.º 798/24 – GCFSC (peça 22), aclarando-a, corrigindo eventuais vícios de contradição ou omissões.
Diante do exposto, deixo de conhecer o presente Embargos de Declaração oposto por Nutriville Restaurante S.A. contra o meu Despacho n.º 798/24 – GCFSC (peça 22) pelo seu não cabimento, conforme pressupostos regimentais.
Encaminhem-se ao Ministério Público de Contas para ciência.
Posteriormente, à Diretoria de Protocolo para retornar ao regular trâmite da presente Representação da Lei de Licitações nos termos do Despacho n.º 798/24 – GCFSC (peça 22).
Publique-se.
Curitiba, 1 de julho de 2024.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
***1**. Art. 407. O recurso cabível contra a decisão sobre medida cautelar será sempre o de Agravo, exceto se já houver decisão definitiva do órgão colegiado, hipótese em que a matéria integrará as razões de recurso interposto no processo originário.*

PROCESSO N.º: 373320/24
ORIGEM: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADOS: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
PROCURADORES:
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO N.º: 902/24
Retornam os autos de Denúncia promovida em face de Município Paranaense, informando em síntese que, em 11/10/2023 abriu o requerimento administrativo autuado sob o n.º 12.172/2023 (peça 3), junto à municipalidade, visando o fornecimento de cópia integral, no formato digital, do processo judicial n.º 0001995-22.2023.8.16.0131 em trâmite junto à Vara da Fazenda Pública.
Contudo, o Denunciante destaca que apesar do prazo legal de 20 (vinte) dias, prorrogável por mais 10 (dez) dias, para a autorização ou concessão de acesso à informação, ou até mesmo para uma negativa de acesso. O Denunciante afirma não ter obtido nenhuma resposta por parte da municipalidade.
Por fim, requer:
3.1. Ante ao exposto, requer-se:
a) Cópia integral dos processos administrativo nº 17128/2023 e 28.147/2023;
b) A habilitação do ora subscritor nos referidos processos administrativos e o fornecimento de código para se realizar a "busca por código" para possibilitar a visualização dos andamentos processuais, tais como quais servidores interagiram com o processo, quem o acessou, por quanto tempo e para quem ele foi enviado;
c) Seja de qual é o número do processo administrativo e/ou sindicância disciplinar que avalia a falha do agente público encarregado do recebimento e fiscalização técnica do contrato nº 297/2022 relativo aos fatos descritos no processo judicial autos nº 0001995-22.2023.8.16.0131, e, caso não tenha sido aberto nenhum processo administrativo de sindicância investigativa, requer-se seja explanados os motivos para tanto e o nome completo, número da matrícula e lotação do servidor encarregado de realizar isso, requerendo-se a cópia integral deste processo, a habilitação do subscritor nele e o fornecimento de código para se realizar a "busca por código" para possibilitar a visualização dos andamentos processuais, tais como quais servidores interagiram com o processo, quem o acessou, por quanto tempo e para quem ele foi enviado;
d) A aplicação de multa administrativa em desfavor do agente público responsável pelo fornecimento da informação;
e) Se se restarem confirmados os fatos descritos na presente denúncia, por dever institucional deste Tribunal de Contas, a comunicação ao Ministério Público para proceder à abertura, se assim entender, de procedimento visando à apuração de eventual prática de improbidade administrativa e crime de prevaricação.
Pelo Despacho n.º 711/24 – GCFSC (peça 11), determinei a intimação do Município para manifestação preliminar quanto ao contido no presente expediente.
Devidamente cientificado o Ente manifestou-se às peças 15/19, alegando em síntese que, as informações solicitadas pelo Denunciante compõem o Protocolo n.º 12.172/2023 (peça 17), respondido em 07/06/2024, cujas respostas foram devidamente encaminhadas ao interessado.
Pelo Despacho n.º 771/24 – GCFSC (peça 20), considerando que o pedido do Denunciante no presente feito é de acesso a cópia integral dos Processos Administrativo n.º 17128/2023 e n.º 28.147/2023 e, tendo em vista os documentos juntados pela municipalidade (peça 17), determinei nova intimação do Denunciante, para que querendo, promovesse a emenda à petição inicial caso entenda não atendido o pedido exordial, ou mesmo, esclareça se possui interesse no prosseguimento do feito, considerando a manifestação municipal.
O Denunciante (peças 23/24), considerou não atendido o seu pedido inicial, alegou que o Denunciado apresentou somente a cópia do Processo Administrativo n.º 17.128/2023, mas não do n.º 28.174/2023 que se consiste em um memorando e não esclareceu se existe ou não um Processo Administrativo de Sindicância Investigativa.
Ao final, requer (peça 24, fl. 3):
a) Que o requerido seja determinado a fornecer cópia integral do processo administrativo memorando nº 28.174/2023;
b) Seja informado qual é o número do processo administrativo e/ou sindicância disciplinar que avalia a falha do agente público encarregado do recebimento e fiscalização técnica do contrato nº 297/2022 relativo aos fatos descritos no processo judicial autos nº 0001995-22.2023.8.16.0131, e, caso não tenha sido aberto nenhum processo administrativo de sindicância investigativa, requer-se sejam explanados os motivos para tanto e o nome completo, número da matrícula e lotação do servidor encarregado de realizar isso, requerendo-se a cópia integral deste processo, a habilitação do subscritor nele e o fornecimento de código para se realizar a "busca por código" para possibilitar a visualização dos andamentos processuais, tais como quais servidores interagiram com o processo, quem o acessou, por quanto tempo e para quem ele foi enviado;
c) A procedência da denúncia, aplicando-se multa administrativa em desfavor do agente público responsável pelo fornecimento da informação;
d) Se se restarem confirmados os fatos descritos na presente denúncia, por dever institucional deste Tribunal de Contas, a comunicação ao Ministério Público para proceder à abertura, se assim entender, de procedimento visando à apuração de eventual prática de improbidade administrativa e crime de prevaricação.
É o relatório.
Diante do exposto, com fundamento nos arts. 404 e 405 do Regimento Interno[1], encaminho os autos à Diretoria de Protocolo para que promova nova INTIMAÇÃO, por meio eletrônico e por telefone, certificando-se nos autos, do Município Denunciado, na pessoa de seu representante legal, para que apresente, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestação quanto às alegações do Denunciante constantes à peça

24, juntando aos autos toda a documentação que entender pertinente a fim de esclarecer o pedido de acesso à informação requerido pelo Denunciante.
Após, regressem os autos para o exercício do juízo de admissibilidade.
Publique-se.
Curitiba, 1 de julho de 2024.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____

__1__. Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.
Art. 405. A intimação para resposta prévia ou cumprimento da medida cautelar será encaminhada por e-mail ou comunicada por telefone, iniciando-se a contagem do prazo a partir da certificação da sua realização.
§ 1º As intimações de que trata o caput poderão ser encaminhadas por outros meios tecnológicos ou digitais idôneos, conforme disposto em Instrução Normativa.
§ 2º As intimações de que trata o caput não serão realizadas por comunicação processual eletrônica ou ofício com aviso de recebimento, exceto no caso de impossibilidade material devidamente certificada pela Diretoria de Protocolo.

PROCESSO N.º: 840234/23
ORIGEM: LOTERIA DO ESTADO DO PARANA - LOTEPAR
INTERESSADOS: DANIEL ROMANOWSKI, INTERNATIONAL GAMING TECHNOLOGY BRASIL SERVICOS DE DADOS LTDA., PABLO AUGUSTO WOSNIACKI, SCIENTIFIC GAMES BRASIL LTDA., TRAFFIC COMERCIO E INDUSTRIA DE TECNOLOGIA DE INFORMATICA S.A.
PROCURADORES: ADRIANA FERREIRA, ANNA FLORENCA ANASTASIA DE QUEIROZ BARBOSA, CAIO DE SOUZA LOUREIRO, DANIELLE DA SILVA FRANCO, FILIPE CAMPONEZ BRAMBILLA, GABRIEL ENE GARCIA, GABRIEL TONELLI PIMENTA, GUSTAVO ELIAS MACEDO DOS SANTOS, HELDER FELIPE FONSECA DAMASCENO, HELOINA LUCAS MIRANDA, IGOR PACHECO DE FREITAS, JOSE AUGUSTO DIAS DE CASTRO, LAIS YAMASHITA, LEONARDO GUIMARAES, MARCELLO AUGUSTO LIMA VIEIRA DE MELLO, MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER, MARIA CAROLINA TORRES SAMPAIO, NARA RUBIA CHAGAS RODRIGUES, PEDRO FRANCISCO DA SILVA ALMEIDA, RONAN LEAL CALDEIRA, SARA FRANCA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO N.º: 910/24
Retornam os autos de Representação da Lei de Licitações, cumulada com pedido cautelar, apresentada por International Gaming Technology Brasil Serviços de Dados LTDA - IGT e Scientific Games Brasil LTDA – SG, e Representação da Lei de Licitações apresentada por Traffic Comercio e Industria de Tecnologia de Informática S.A. (autos apenso n.º 2402-1/24), em face do procedimento licitatório de Chamamento Público n.º 03/2023, promovido pela Loteria do Estado do Paraná – LOTTOPAR.
Pelo Despacho n.º 106/24 – GCFSC (peça 42), deferi a medida cautelar requerida pelas Representantes, para o fim de suspender o procedimento licitatório de Chamamento Público n.º 03/2023, promovido pela Loteria do Estado do Paraná – LOTTOPAR, no estado em que se encontra, decisão esta que foi homologada nos termos do Acórdão n.º 10/24 – Tribunal Pleno (peça 48). Ainda, recebi o presente feito e determinei a citação dos interessados para apresentação de defesa quanto aos apontamentos preliminares.
Após a apresentação de contraditório da Representada (peças 59/77), os autos seguiram à 4ª Inspetoria de Controle Externo, que pela Instrução n.º 25/24 – 4ICE (peça 78) a qual entendeu que o processo não está maduro o suficiente para análise de mérito e opinou por nova oitiva dos responsáveis quanto aos apontamentos técnicos fundamentados pela Unidade à peça 78.
É o relato do necessário.
Preliminarmente à análise de mérito e, tendo em vista os apontamentos trazidos aos autos pela 4ª Inspetoria de Controle Externo, Instrução n.º 25/24 – 4ICE (peça 78), encaminhe-se os autos à Diretoria de Protocolo para promover nova intimação dos representados para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se em sede de contraditório quanto aos apontamentos lançados pela 4ª Inspetoria de Controle Externo, Instrução n.º 25/24 – 4ICE (peça 78).
Após, retornem conclusos à 4ª Inspetoria de Controle Externo para análise de mérito da presente Representação.
Publique-se.
Curitiba, 2 de julho de 2024.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES

PROCESSO Nº:-422851/24
ORIGEM:-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
INTERESSADO:-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-908/24
1. Trata-se de requerimento externo instaurado em virtude de ofício remetido pela Procuradoria-Geral do Estado, para informar que a Execução Fiscal n.º 0007787-91.2020.8.16.0185 foi extinta, à míngua de satisfação do respectivo crédito, ao fundamento de que não se faria afeta ao Estado do Paraná, mas, à COPEL, a legitimidade para cobrança das sanções impostas por esta Corte aos dirigentes daquela empresa, no âmbito da Tomada de Contas Extraordinária nº. 39182/17.
Segundo apontado pela referida Diretoria Jurídica, na Informação 352/24, "o entendimento subjacente ao juízo de provimento da apelação foi forte no Tema n.º 642 do Supremo Tribunal Federal, assentado no sentido de que o "Município prejudicado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal."
A referida decisão, inclusive, já transitou em julgado.
Dessa forma, os autos foram encaminhados pela Presidência a este Relator para ciência e remessa à CMEX para anotações pertinentes.
É o sucinto relatório.
2. Tendo-se em conta que decisão judicial já transitou em julgado, remetam-se os autos à CMEX, para anotações pertinentes e, após, retornem ao Gabinete da Presidência.
3. Publique-se.
Tribunal de Contas, 1 de julho de 2024.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro

PROCESSO Nº:-466123/24
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE MARILUZ
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE MARILUZ, O. S. L. INFRAESTRUTURA LTDA.
PROCURADOR:-JOSÉ VINICIUS CUARELI ALÉCIO
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO:-911/24
1. Trata-se de Representação com pedido liminar apresentada pela empresa O. S. L. INSFRAESTRUTURA LTDA, em face Concorrência Pública nº 01/2024 do Município de Mariluz, destinado à "contratação de empresa de engenharia por empreitada global, especializada na execução de serviços de ampliação do sistema de esgotamento sanitário no Município de Mariluz", com valor de referência estimado em R$ 2.620.224,50.
De acordo com a representante, a licitante que se sagrou vencedora foi a empresa SÃO MIGUEL INSFRAESTRUTURA LTDA, porém a mesma deixou de apresentar diversos documentos indispensáveis exigidos previamente no edital.
Em razão disso, a representante interpôs Recurso Administrativo objetivando a desclassificação da licitante, com base nas seguintes alegações: a) a empresa vencedora não tem CNAE compatível com o objeto licitado, conforme item 7.2.2 do edital; b) a empresa vencedora não apresentou prova de inscrição cadastral, estadual ou municipal, do objeto pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto licitado; c) o capital social/patrimônio líquido da empresa está divergente do apresentado no balanço patrimonial; d) o balanço patrimonial apresentado estava ilegível, e até a presente data, não foi juntado ao processo um balanço legível; e) a Certidão de Registro da Pessoa Jurídica no conselho de classe competente está sem validade; f) Atestado de Capacidade Técnica incompatível com o objeto do certame.
Não obstante, o Recurso apresentado foi denegado pela Administração, com base no parecer jurídico municipal, que, contudo, não teria apresentado "fundamentação convincente nem suficiente para elidir as omissões e divergências apontadas no recurso administrativo interposto pela representante, além de referido documento não ter abordado todos os tópicos da peça recursal, prejudicando assim, e muito, a análise imparcial e fria da situação."
Diante disso, tornou a apresentar esses mesmos questionamentos a este Tribunal de Contas, através da presente Representação da Lei de Licitações.
Ao final, solicitou a concessão de liminar de suspensão do certame até a solução de mérito deste processo, tendo alegado que o fumus boni iuris estaria demonstrado na plausibilidade das alegações apresentadas, bem como o periculum in mora, já que a continuidade do processo licitatório poderá ocasionar uma contratação dissonante dos ditames legais e constitucionais, mormente diante da regular apresentação pela representante de documento que comprove a aptidão da empresa para a prestação dos serviços e cumprimento das obrigações do contrato.
Vieram os autos.
2. Previamente à deliberação acerca da admissibilidade da presente Representação e da medida cautelar pleiteada, remetam-se à Diretoria de Protocolo a fim de que proceda à inclusão na autuação e imediata intimação do Município de Mariluz e do respectivo gestor responsável, via contato telefônico e e-mail com certificação nos autos, para que, no prazo de 5 (cinco dias), estabelecido pelo artigo 404, do Regimento Interno,[1] manifestem-se acerca da medida cautelar mencionada, sob pena de apreciação da medida independentemente de sua prévia oitiva, nos termos do art. 282, § 1º, do mesmo Regimento,[2] ocasião em que deverão apresentar cópia integral dos autos do processo licitatório em questão, informando seu atual estágio.
3. Decorrido o prazo para manifestação, retornem os autos a este gabinete para decisão.
4. Publique-se.
Tribunal de Contas, 2 de julho de 2024.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro

_____

__1__. Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.
__2__. Art. 282. A representação prevista na Lei n° 8.666/1993 será autuada, distribuída e encaminhada ao Conselheiro Relator, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, nos termos do art. 125, IV, da Lei Complementar n° 113/2005. (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)
§ 1º Caso comporte decisão cautelar a mesma será proferida com urgência pelo Conselheiro Relator, produzindo efeitos imediatamente, sendo submetida à deliberação do Plenário na sessão subsequente, independentemente de inclusão em pauta. (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)

PROCESSO Nº:-438855/24
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
INTERESSADO:-FABIO ALMEIDA PAVONI
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
DESPACHO:-912/24
1. Trata-se de Representação apresentada pelo Sr. Fábio Pavoni, vereador, alegando a possível ocorrência de violação ao princípio da transparência de que trata a Lei Federal n°12.527 de 2011, pelo Município de Araucária.
A propósito, alegou que seu gabinete encaminhou o Ofício nº 33/2024, mediante o qual solicitou à Secretaria do Meio Ambiente informações sobre o piso instalado no Parque Cachoeira (forma de contratação, valor pago, entre outros), informações estas que não foram encontradas no Portal da Transparência do município. No entanto, apesar de o ofício já ter sido enviado há 35 dias, aduziu que ainda não houve resposta da pasta municipal.
Diante disso, solicitou a intervenção urgente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná para investigar e tomar as medidas necessárias a respeito.
Vieram os autos.
2. Previamente à deliberação acerca da admissibilidade da presente Representação, remetam-se à Diretoria de Protocolo a fim de que proceda à inclusão na autuação e imediata intimação do Município de Araucária e do respectivo gestor responsável, via contato telefônico e e-mail com certificação nos autos, oportunizando que a entidade apresente manifestação prévia ao alegado, no prazo

de 5 (cinco dias) úteis, estabelecido pelo art. 404, do Regimento Interno[1].
3. Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos.
4. Publique-se.
Tribunal de Contas, 2 de julho de 2024.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro

_____
1. Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.

PROCESSO Nº:-694270/23
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS
INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS, MARIO EDUARDO LOPES PAULEK, MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
DESPACHO:-913/24

1. Trata-se de Representação formulada pelo Sr. Dejair de Paula Ferreira, Vereador da Câmara Municipal de Mariópolis (2021-2024), contra o Sr. Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis (gestão 2021-2024), em virtude de suposta aquisição irregular de bem imóvel pertencente ao Município pelo referido Prefeito Municipal.
De acordo com o representante, o Município de Mariópolis adquiriu, em 19 de abril de 2000, o imóvel correspondente à Chácara nº 6-A, com área de 5.231,61 m², que constitui parcela da área referente à Chácara nº 6 (cf. escritura pública juntada na peça 8), com a finalidade de servir de incentivo à instalação de novas indústrias no Município, nos termos da Lei Municipal nº 01, de 08 de março de 2000 (peça 7), que autorizou a aquisição.
Entretanto, informou o representante que teve conhecimento de que inexiste registro do imóvel correspondente à Chácara nº 6-A no Cartório de Registro de Imóveis de Clevelândia, mas somente da Chácara nº 6. Ainda, relatou que, de acordo com informações obtidas junto ao referido Cartório, a integralidade da área estava registrada em nome do atual Prefeito, Sr. Mario Eduardo Lopes Paulek, conforme escritura pública de compra e venda de 19 de janeiro de 2009 (peça 9, fls. 37 a 39), com a averbação da aquisição da propriedade na Matrícula n° 9.289, referente à Chácara nº 6, em 2 de janeiro de 2017 (cf. peça 9, fls. 43 e 44), de modo que o Prefeito Municipal teria incorporado indevidamente a área de 5.231,61 m², referente à Chácara nº 6-A, à Chácara nº 6.
Sustentou o representante que houve apropriação indevida do bem imóvel pelo Sr. Mario Eduardo Lopes Paulek, que "sabia que a área da chácara 6-A era da prefeitura desde 2000, visto que foi vereador em três mandatos consecutivos de 2001 a 2012, tendo acesso a qualquer informação dentro da Câmara de Vereadores."
Ao final, requereu a adoção das providências necessárias à apuração dos fatos e à aplicação das sanções cabíveis ao Sr. Mario Eduardo Lopes Paulek.
O Sr. Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal, em resposta à determinação de manifestação preliminar (Despacho nº 1643/23-GCIZL, peça 12), afirmou na peça 20 que a área correspondente à supracitada Chácara 6-A (5.231,61 m²) encontra-se inserida dentro de uma área maior, denominada de Chácara nº 6 do Loteamento Broch, contendo 43.883,45 m², a qual é objeto da Matrícula nº 9.289 do Registro de Imóveis de Clevelândia, e que em 2009 essa foi adquirida de boa-fé, em sua totalidade, pela empresa Mario Eduardo Lopes Paulek, mediante escritura pública.
Ainda, aduziu que embora a área de 5.231,61 m² tenha sido adquirida pelo Município no ano 2000, após a aprovação da Lei Municipal nº 01/2000, na época não foi realizado o seu desmembramento, tampouco o registro no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Clevelândia, e que em 2009 os proprietários do imóvel objeto da Matrícula nº 9.289, "sem se aterem ao fato de que os 5.231,61 m² (denominada Chácara 06-A) não haviam sido desmembrados e registrados", venderam a totalidade do imóvel (43.883,45 m²) para Mario Eduardo Lopes Paulek – Firma Individual.
Também consignou que tramita no âmbito da Promotoria de Justiça da Comarca de Clevelândia o Inquérito Civil nº MPPR-0038.22.000202-6, destinado à apuração dos mesmos fatos, conforme documento juntado na peça 22.
Por fim, sustentou a ausência de dolo ou de má-fé em sua conduta e requereu a improcedência da Representação.
Diante da informação trazida relativa à tramitação, no âmbito do Ministério Público Estadual, de Inquérito Civil, acerca dos mesmos fatos, determinei expedição de ofício ao Ministério Público Estadual - Promotoria de Justiça da Comarca de Clevelândia, solicitando informações acerca do estado em que se encontra o supracitado inquérito, bem como o envio de cópias dos documentos atinentes ao procedimento referido considerados pertinentes (Despacho nº 225/24-GCIZL, peça 24).
Na peça 29 o representante reiterou os seus argumentos iniciais, sobretudo quanto ao conhecimento por parte do Sr. Mario Eduardo Lopes Paulek do fato de que a área referente à Chácara nº 6-A pertencia ao Município.
Na sequência, a Promotoria de Justiça de Clevelândia manifestou-se mediante o Ofício n° 169/2024 (peça 36), esclarecendo que "o procedimento em voga foi instaurado em 11 de junho de 2022, a partir de denúncia realizada pelo vereador Dejair de Paula Ferreira, noticiando, em síntese, possível aquisição ilícita do bem público descrito como 'Chácara 6-A', por Mario Eduardo Lopes Paulek", nos moldes noticiados pelo referido vereador nos presentes autos, e acrescentando que no bojo do procedimento foram encetadas várias diligências, inclusive a expedição de ofício à Procuradoria do Município, questionando-se as medidas adotadas pelo órgão no tocante à aventada venda em duplicidade da Chácara 6-A e se, quando da aquisição da Chácara nº 6 por Mario Eduardo Lopes Paulek, em 2009, o Município de Mariópolis exercia o domínio do referido imóvel.
Além disso, informou que o último movimento do expediente era a resposta da Procuradoria do Município de Mariópolis no sentido de que tem acompanhado a apuração dos fatos por este Tribunal de Contas e que à época da negociação o Município não exercia o domínio do imóvel, e esclareceu que os autos estavam conclusos para análise da Promotora de Justiça signatária do ofício. Juntou cópia do inquérito civil aludido.
Considerando que o Inquérito Civil carreado ao feito pelo Ministério Público Estadual é sigiloso, conforme consta da documentação juntada, e tendo em vista o previsto nos arts. 168, XVI, 281, § 1º, e 524-B, do Regimento Interno[1], determinei a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo para o desentranhamento do contido nas peças 37 e 38, com nova autuação em autos apartados, em apenso aos presentes, como Requerimento Externo, com caráter sigiloso, no qual somente conste como interessado este Tribunal de Contas (Despacho nº 909/24, peça 40).
É o relatório.
2. Não recebo a presente Representação, nos termos do art. 276, § 5º, do Regimento Interno[2], tendo em vista que, consoante relatado, os fatos narrados pelo representante já constituem objeto do Inquérito Civil nº MPPR-0038.22.000202-6, instaurado em 11/06/2022, em trâmite no âmbito da Promotoria de Justiça da Comarca de Clevelândia, conforme ofício encaminhado pelo Ministério Público Estadual juntado na peça 36.
Importa observar que a situação de os mesmos fatos constituírem objeto de denúncia anteriormente apresentada ao Ministério Público Estadual, cujos mecanismos de aprofundamento da instrução são mais amplos que os disponíveis a este Tribunal de Contas, motiva o não processamento da Representação, levando-se em conta os princípios da eficiência, de que tratam os arts. 37, caput, da Constituição Federal, e 8º do Código de Processo Civil, e da utilidade da prática dos atos processuais, com a finalidade de se evitar a prática de atos instrutórios em duplicidade e o risco de instauração de procedimentos que possam levar a eventuais decisões contraditórias em suas conclusões ou conflitantes na aplicação de sanções. Desse modo, ficam resguardados a esta Corte, com a necessária prioridade, os processos que tenham por objeto sua atividade fiscalizatória originária e inovadora no apontamento de irregularidades cometidas contra o erário e o interesse público[3].
3. Encaminhem-se os autos ao Ministério Público de Contas, para ciência, e, posteriormente, retornem conclusos para comunicação em sessão do Tribunal Pleno, em conformidade com o art. 436, parágrafo único, IV, do Regimento Interno.
4. Realizada a comunicação em sessão, os autos deverão permanecer neste Gabinete para a certificação do decurso do prazo recursal e, na sequência, deverão ser remetidos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, com fulcro nos arts. 32, XII, 168, VII, 276, §§ 3º e 5º, e 398, § 2º, do Regimento Interno.
5. Publique-se.
Tribunal de Contas, 2 de julho de 2024.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro

_____
1. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
XVI - dar tratamento especial aos processos e protocolos sigilosos, nos termos do art. 524-B.
Art. 281. (...)
§ 1º São considerados de caráter sigiloso os processos que requeiram medidas especiais para divulgação e conhecimento, tendo em vista a preservação dos direitos e garantias fundamentais das partes.
Art. 524-B. O acesso às informações contidas nos processos e requerimentos e em bancos de dados de caráter sigiloso, assim garantidos em lei, serão restritos aos servidores e às partes, devidamente credenciados, conforme regras a ser estabelecidas em Instrução Normativa.
2. Art. 276. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.
(...)
§ 5º Caso o expediente não seja recebido como denúncia, o Conselheiro Relator poderá determinar a autuação e processamento compatíveis com os assuntos previstos neste Regimento ou determinar o seu arquivamento. (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)
3. Por esses mesmos fundamentos, cita-se os arquivamentos de Representações determinados pelos Despachos nº 95/23 (autos nº 720235/22), nº 1528/2016 (autos nº 667158/16), 1473/16 (autos nº 479076/16) e 1344/16 (autos nº 222059/05).

PROCESSO Nº:-333689/24
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE PALMEIRA
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE PALMEIRA, VAGNER KACHIMARKI
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
DESPACHO:-914/24

1. Trata-se de Representação formulada pelo Sr. Vagner Kachimarki, Vereador do Município de Palmeira, por meio da qual noticia irregularidades na execução da obra de ampliação e reforma da Escola Municipal do Campo Clotário Santos, na localidade Guarauninha, objeto do Contrato nº 1346/2022, firmado com CAMARGO CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., ao valor inicial de R$ 710.888,92.
Em suma, relata o representante que a obra está paralisada, não obstante a formalização de ao menos quatro aditamentos (inclusive, de valor e de prazo). Também, aponta que a inexecução do contrato foi tema de reunião do Conselho Municipal de Educação, em que se registrou a alegação de que a contratada estaria exigindo o pagamento de serviços não contemplados no projeto, além do reconhecimento de erros do Poder Executivo que resultaram no embaraço à obra.
Juntou documentos (peças 2 a 14)
A Coordenadoria-Geral de Fiscalização atestou que a obra mencionada registra a situação "paralisada" no Portal Informação para Todos (PIT), consignando a inexistência de procedimentos de fiscalização específicos em trâmite para apuração dos fatos (peça 16).
Já a Coordenadoria de Obras Públicas observou que os apontamentos indicam graves irregularidades na condução do processo de ampliação da Escola, abrangendo questões operacionais e administrativas da competência do Município, além da paralisação em si (peça 17).
O Gabinete da Presidência registrou ciência dos fatos (peça 18).
2. Previamente ao exame de admissibilidade da Representação, faz-se oportuno deferir à Administração Municipal a apresentação de esclarecimentos preliminares quanto aos fatos alegados. Isso porque, apesar de a petição inicial supostamente imputar à contratada fatos que culminaram na paralisação dos serviços executados, igualmente há menção de falhas administrativas na elaboração do projeto – inclusive, o seu encaminhamento pelas chefias da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano sem o conhecimento da equipe técnica.
3. Ante o exposto, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, para que proceda à imediata inclusão na autuação e intimação do Município representado e de seu atual Prefeito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias[1], apresentem manifestação preliminar quanto aos fatos apontados, sob pena de deliberação independentemente de sua prévia oitiva.
4. Decorrido o prazo para manifestação, retornem os autos a este gabinete para decisão.
5. Publique-se.
Tribunal de Contas, 2 de julho de 2024.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro

_____
1. Art. 389. O prazo para manifestação da parte interessada, inclusive na oportunidade do contraditório e da ampla defesa, será de 15 (quinze) dias.

PROCESSO Nº:-466450/24
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE LUNARDELLI
INTERESSADO:-CAMILA PAULA BERGAMO, MUNICÍPIO DE LUNARDELLI
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO:-915/24

1. Trata-se de Representação da Lei de Licitações, com pedido de medida cautelar, formulada pela Sra. Camila Paula Bergamo em face da Prefeitura Municipal de Lunardelli, relativamente ao Edital de Pregão Eletrônico n° 23/2024, que tem por objeto o "registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para aquisição de pneus para atender a frota de veículos do Município", no valor total de R$ 1.658.070,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta e oito mil, e setenta reais). A sessão de abertura das propostas e disputa de preços está prevista para o dia 03/07/2024, às 10h15.

Insurge-se a Representante em face da seguinte exigência, a qual, em seu entender, conduziria à restrição da competitividade e inviabilizaria a participação de empresas que comercializam produtos importados:

a) ANEXO I – Item 5 – (...) A empresa detentora do melhor preço após solicitação do Pregoeiro, logo que encerrados os lances e determinado o(s) vencedor(es), deverá enviar os certificados originais de garantia, em português, para cada item/marca.

Sustenta que não haveria motivos para exigir das licitantes o certificado de garantia original do fabricante, uma vez que o Código de Defesa do Consumidor estabelece a responsabilidade solidária do importador ou comerciante. Nesse sentido, defende que o item impugnado deveria ser substituído, passando-se a constar a exigência de certificado de garantia de 5 anos do licitante vencedor.

Ao final, requer a imediata suspensão ou cancelamento do certame, para que seja republicado o edital com as alterações pleiteadas.

2. Com fulcro no art. 276, §§ 3º e 5º, do Regimento Interno deste Tribunal, deixo de receber a presente Representação da Lei de Licitações, por ausência de indícios suficientes da prática de ato lesivo ao erário, ilegal ou contrário aos princípios da administração pública, ficando prejudicada a medida cautelar pleiteada.

Isso porque a exigência questionada é considerada legítima por esta Corte de Contas, conforme se depreende do seguinte trecho do Acórdão n° 1045/16 - Tribunal Pleno, de relatoria do ilustre Conselheiro José Durval Mattos do Amaral, ao tratar especificamente da exigência de apresentação de certificado de garantia do fabricante dos pneus:

É induvidoso que os pneus adquiridos deverão apresentar um mínimo de qualidade, quer sejam nacionais, quer sejam importados, cabendo à Administração Pública a fixação de critérios objetivos de escolha nos respectivos editais:

"(...) A empresa que deve dar a garantia é especialmente aquela que está participando do certame. No entanto, o fabricante detém mais conhecimento sobre o seu produto e, com base nisso, pode fornecer garantias aos seus produtos averiguando a relação custo/benefício. O maior custo do oferecimento de garantia é a reposição de peças defeituosas ou que não duram ao tempo prometido pela fabricante. O principal benefício é a imagem da empresa, uma vez que longas garantias acabam por demonstrar qualidade do produto vendido. Assim, se grande volume de produtos vendidos apresentarem problemas durante o período da garantia, certamente os custos serão superiores ao benefício. Portanto, exigir certificado de que os pneus produzidos pela empresa tenham 5 (cinco) anos de garantia parece razoável. Isso porque são um bom indicativo de que os pneus são de qualidade e terão a durabilidade esperada pela Administração. Ademais, como já afirmado anteriormente nesta instrução, o princípio fundamental a um meio ambiente sadio e a finalidade da licitação que busca o desenvolvimento nacional sustentável reclamam que o Ente tenha garantias de que o pneu terá durabilidade. Assim, exigir que o próprio fabricante garanta durabilidade mínima de 5 (cinco) anos naquele modelo de produto que disponibiliza ao mercado e que está sendo vendido ao Ente é eficiente e legal. Frise-se que essa garantia fornecida ao mercado não isenta que tal exigência seja requerida também da fornecedora de pneus[1]".

Assim, a inserção de prazos de garantia pela Administração, verbi gratia, cinco anos, em nada altera a competitividade do certame, pois este se destina, exclusivamente, a resguardar a contento o objeto, via transparente instrumento convocatório e correta disponibilização do objeto.

Conclusivamente, impor dito certificado privativamente do licitante vencedor e não da totalidade de participantes (fase de habilitação), é conduta pertinente e legal à espécie, razão pela qual julgo improcedente a Representação no ponto (grifamos).

Vale mencionar que, conforme consta do Termo de Referência (peça n° 5, fl. 24), o documento foi exigido apenas da empresa vencedora, e não de todos os licitantes, em conformidade, portanto, com a orientação contida no acórdão.

Acrescente-se que a apresentação de certificado de garantia original do fabricante não configura hipótese de exigência indevida de terceiros não participantes no certame, haja vista que o objetivo da vedação contida no art. 37, XXI, da Constituição Federal e na Lei 8.666/93, referendada pela Súmula 15, do Tribunal de Contas de São Paulo, é o de impedir que a empresa interessada em participar de licitação tenha custos desnecessários, dentre eles, a assunção de compromissos com terceiros, sem saber se será a vencedora do certame licitatório.

Esse, contudo, não é o caso do presente certame.

Sobre o assunto, a Instrução no 3891/15, elaborada pela Diretoria de Contas Municipais, nos autos n° 1006662/14 (peça no 21, p. 25), fez abordagem elucidativa, que abaixo transcrevo:

Importante explicitar, ainda, caso a exposição não tenha sido suficiente para comprovar a possibilidade legal de exigir atestados de terceiros, que compromisso é a contração de uma obrigação por uma parte perante outra.

A requisição de uma declaração ou certificação ou atestado de uma terceira empresa não significa, portanto, exigir documento que configure compromisso de terceiro (grifamos).

Na mesma esteira, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais já se manifestou sobre o assunto nos autos da Denúncia nº 862.849:

Quanto à exigência de se constar na proposta o prazo da garantia pelo fabricante do objeto licitado, não há que se falar em compromisso de terceiro alheio à disputa, conforme alegou a denunciante na petição inicial.

Em verdade, trata-se de garantia técnica, oferecida pelo fabricante com vistas a resguardar a execução, a contento, do objeto contratado.

Nesse contexto, a exigência da garantia do fabricante não conflita com a orientação desta Corte, contida no Acordão no 556/2014, do Tribunal Pleno - segundo a qual é vedada a limitação de participação de empresas estrangeiras no certame -, mas estabelece condicionante razoável, a fim de que se resguarde o interesse público, primando pela qualidade do objeto licitado e pela segurança da Administração.

No mesmo sentido, vale citar, a título exemplificativo, os Despachos n° 973/22-GCIZL (autos n° 494162/22), n° 1238/20-GCIZL (autos n° 602138/20), n° 1298/22-GCDA (autos n° 738649/22), n° 1216/22-GCNB (autos n° 685413/22), n° 818/22-GCAML (autos n° 494057/22) e o Acórdão n° 2596/21 – Tribunal Pleno (autos n° 385572/21).

3. Encaminhem-se os autos ao Ministério Público de Contas para ciência, e, posteriormente, retornem conclusos para comunicação em sessão do Tribunal Pleno, em conformidade com o art. 436, parágrafo único, IV, do Regimento Interno.

4. Após comunicação em sessão, os autos deverão permanecer neste Gabinete para certificar o decurso do prazo recursal, e na sequência, ser remetidos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, com fulcro nos arts. 32, XII, 168, VII, 276, §§ 3º e 5º, e 398, §2º, do mesmo regimento.

5. Publique-se.

Tribunal de Contas, 02 de julho de 2024.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro

_____
***1**. Diretoria de Contas Municipais – Evento 21 – fls.45 e 46.*

PROCESSO Nº:-481463/23
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL
INTERESSADO:-AMAURI CEZAR JOHNSSON, ANTONIO JULIO BONTORIN, CARLA MARIA BRANDT, CARLOS RIBEIRO DE LARA, CINTIA CRISTINA DE SOUZA PEREIRA, ELONIR GEFFER MATIAS, EMERSON ALVES DE FARIA, EMERSON SANTO STRESSER, EUGENIO JOSÉ WOLLER JUNIOR, FABIANA APARECIDA VAZ, FLORESVAL MENDES WOLLER, JORGE SANTANA DE OLIVEIRA, JOSÉ ADIR MACHADO, JOZIANE DE CACIA ALBUQUERQUE DE SOUZA, LUCIANO HAENISCH, MÁRCIO FRANCISCO BRANDÃO LESSA, MARCO AURÉLIO GOMES DA SILVA, MAURÍCIO JOSÉ DOS SANTOS VAZ, MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, NILSON JESUS DE SOUZA, NILZA MARIA MATIAS, PAULO JOSÉ BREDA BELICH
PROCURADOR:-ANTONIO EDMILSON TELLES DE PAULA, EVANDER MYKE DE OLIVEIRA NUNES, JOSE ARI NUNES, NAIAN MERI JOHNSSON, SIDNEY CORADASSI
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
DESPACHO:-916/24

1. Retornem os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal para atendimento ao requerido pelo Ministério Público de Contas, no Parecer 373/24, quanto à atualização da matriz de responsabilização à luz da revisão do Prejulgado 26, desta Corte de Contas, levando-se em conta "como marco interruptivo do prazo prescricional a data do Despacho nº 1588/12 – GCDA (peça 117)" (fl. 3 da peça 312).

2. Ainda na esteira do posicionamento do Parquet, deixo de promover a citação do Município de Rio Branco do Sul, tal como requerido na Instrução 367/24, da CGM, por entender inaplicável o art. 3º do Decreto 4369/2012 ao caso em discussão, uma vez que o Município é credor dos valores objeto de condenação, bem como consta na autuação como interessado e, portanto, têm ciência e é intimado dos atos proferidos nestes autos.

3. Após, retornem os autos ao Ministério Público de Contas.

4. Publique-se.

Tribunal de Contas, 2 de julho de 2024.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro

PROCESSO Nº:-293690/16
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
INTERESSADO:-ALEXANDRE KRAEMER, DANILO OLIVEIRA DA SILVA, EURICO DOS SANTOS VELOSO (FALECIDO(A) EM 2023), FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, FRANCISCO ROBSON VIDAL SAMPAIO, MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, PAULO MAC DONALD GHISI, PAULO ROBERTO MERGULHAO, PRO SAUDE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR, RENI CLOVIS DE SOUZA PEREIRA
PROCURADOR:-ADENICIA DE SOUZA LIMA, ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO, AMALIA PASETTO BAKI, ANA CRISTINA FISCHER DELL OSO, ANA EUCARIA BARBOSA DA SILVA, BRUNO DE FREITAS SILVA, CHRISTOPHER PAUL DE MEDEIROS STEARS, DANIEL MARTINS DE ALMEIDA E SOUZA FERREIRA, EDUARDO CAVALCANTE GAUCHE, FELIPE MORAES FIORINI, FERNANDO MUNIZ SANTOS, GLAUCO PEREIRA DOS SANTOS, HELENA SCHUNEMANN BUSCHMANN, INGRID SANTOS CARDOZO, ISADORA GOMES MAZUCATTO, JESSICA PAULA AMARAL VITOR DE ANDRADE, JOANNI APARECIDA HENRICHS, LAIS MARCHETTI ZAPAROLLI, LARISSA AMORIM CRUZ, LIVIA HELENA GONELA, MAURÍCIO MARTINS COELHO, MAURICIO TAVARES POVA, NATALIA MARTINS DE ALMEIDA E SOUZA FERREIRA, RAFAEL FRANCISCO LORENSINI ADURENZ DINIZ, REINALDO ANTONIO DE ARAUJO MIRANDA, RODRIGO MUNIZ SANTOS, SILVIO BENJAMIM ALVARENGA, VALDECY LONGONIO DE OLIVEIRA, YURI CAETANO DE VASCONCELOS
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA
DESPACHO:-917/24

1. Retornem os autos à Diretoria de Protocolo a fim de que proceda à nova intimação do Sr. Paulo Roberto Mergulhão, facultando-lhe, no prazo de 15 (quinze) dias, a complementação da defesa apresentada, em atenção ao disposto no Despacho n° 834/24 (peça n° 178).

2. Decorrido o prazo do item acima, bem como das demais intimações determinadas no Despacho n° 298/24 (peça n° 151), retornem os autos conclusos.

3. Publique-se.

Tribunal de Contas, 02 de julho de 2024.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro



Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

PROCESSO Nº:-131610/24
ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO:-AUREA CECILIA DA FONSECA, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, JANETE APARECIDA MARAN
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N. 65/24
EMENTA: Revisão de aposentadoria de servidor municipal. Legalidade e registro.
No uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas,
DECIDO:
1. julgar pela legalidade e registro da Portaria n. 9.078, publicada no Diário Oficial dos Municípios, n. 4.883, do dia 07/02/2024, referente à Revisão de Aposentadoria Municipal de JANETE APARECIDA MARAN, no cargo de professora. O valor do provento de aposentadoria devidamente atualizado pelos reajustes concedidos ao funcionalismo público até a presente revisão resultou no montante de R$7.523,18 (sete mil quinhentos e vinte e três reais e dezoito centavos) mensais, com base no art. 1º, IV, da Lei Complementar n. 113/2005, e art. 298, II, do Regimento Interno, tendo em vista a Instrução n. 1530/24 da Coordenadoria de Gestão Municipal (peça 13) e o Parecer n. 447/24 do Ministério Público de Contas (peça 14), ambos favoráveis à legalidade e registro da revisão do Ato;
2. determinar, após a publicação da decisão no Diário Eletrônico do TCE e a certificação do trânsito em julgado, as seguintes medidas:
a) a inclusão da decisão no registro competente;
b) o encerramento do processo e o arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo.
É a decisão.
Gabinete, 1º de julho de 2024.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-214264/24
ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO:-AUREA CECILIA DA FONSECA, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, MARIA CLAUDETE DOS REIS SANTANA
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N. 66/24
EMENTA: Revisão de aposentadoria de servidor municipal. Legalidade e registro.
No uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas,
DECIDO:
1. julgar pela legalidade e registro da Portaria n. 9.191, publicada no Diário Oficial dos Municípios n. 4.897, do dia 28/02/2024, referente à Revisão de Aposentadoria Municipal de MARIA CLAUDETE DOS REIS SANTANA, no cargo de professora – nível III. O valor do provento de aposentadoria devidamente atualizado pelos reajustes concedidos ao funcionalismo público até a presente revisão resultou no valor mensal de R$7.313,45 (sete mil trezentos e treze reais e quarenta e cinco centavos), com base no art. 1º, IV, da Lei Complementar n. 113/2005, e art. 298, II, do Regimento Interno, tendo em vista a Instrução da Coordenadoria de Gestão Municipal n. 2184/24 (peça 14) e o Parecer do Ministério Público de Contas n. 453/24 (peça 15), ambos favoráveis à legalidade e registro da revisão do Ato;
2. determinar, após a publicação da decisão no Diário Eletrônico do TCE e a certificação do trânsito em julgado, as seguintes medidas:
a) a inclusão da decisão no registro competente;
b) o encerramento do processo e o arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo.
É a decisão.
Gabinete, 1º de julho de 2024.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-386017/22
ENTIDADE:-FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DE CURITIBA
INTERESSADO:-AILTON BISPO DE OLIVEIRA, ALEXANDRE LUIZ VIEIRA, AMANDA MURMEL GASPERIN, ANA KAREN VIEIRA GUIMARAES, ANDREI RICARDO RIBEIRO DA SILVA, BRUNA ELISA MAESTRELLI MENDES, BRUNO RIBEIRO NEY, CAIO VINICIUS RIBEIRO BORGES, CAMILA DURIGAN, CAROLINA DA SILVA SANTOS, CLAUDIANE GROKOSKI, DAIANE PIRES BESEN, DANIEL POMPEU NEVES, DEBORA REGINA BUENO SCHUSTER, DIOGO FONSECA, DOUGLAS ALFREDO MUGNAGA, EDUARDO DE ANDRADE BAIRO, EVERTON MESSIAS BUENO, FABIANA TANZI PEREIRA, FERNANDA FREITAS NEVES, FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DE CURITIBA, GABRIEL MARINHO DOS SANTOS, GABRIEL MUNIZ FERREIRA, GILSON MOURA JORGE, GISLAINE CRISTINE WENCELOSKI, GLAUCE RANGEL DOS SANTOS COSTA, GUILHERME CORREIA CHAVES, HELDER XAVIER VALERIO, JOAO PEDRO FELIX DA SILVA REIS, JULIANA CRISTINA PERES, JULIANA PERUSSI, LAYS DO ROCIO ALVES, LEONARDO CORADIN, LETICIA MARIA DOS SANTOS GABRI, LUAN OVIEDO, LUANA BRUNA OKAMURA, LUANA MONIQUE VEIGA DERES, LUANE DE ALMEIDA, LUCAS PEREIRA GOGOLA, LUCIANA MIDORI TERUYA, MARCEL CERDEIRA FIDALGO, MARCOS HILQUENA DOS SANTOS, MARIA ALICE ERTHAL, NIEDNA DE OLIVEIRA NASCIMENTO, OTONIEL DUTRA SENA GAMIN, PAOLA ADRIANE ROHSLER, RAFAEL CHAGAS SENA RIBEIRO, RAFAEL RECH SETNIK, RAFAEL SARAIVA BENICIO, RENAN ANDRADE HOLANDA, RODRIGO GOMES, RODRIGO MADEIRA BARBOSA, SILMARA MICHAKI, TALLES JULIANO YOSHII DE FREITAS, THIAGO GOMES DE SOUZA, TIAGO PIRES CAMARGO, VALBER CHACON FERREIRA, VANESSA KARIN DE LIMA, VINICIUS MOISES DE OLIVEIRA MACHADO, WILTON ANDRETTI DA COSTA, YASMIN NICOLLE ALVES
PROCURADOR:-ALESSANDRO DE BORTOLI, ALLAN FERNANDO FURTADO SUBTIL, DÉBORA FERREIRA CRUZ, DIEGO NERY DE MENEZES, EWERTON LUIZ MORENO, FABIANA GABRIELA CORBARI, FERNANDA FERRO, ISABEL CRISTINA STORRER WEBER, JEANETE LUCI BACHMANN PINTO, LAURISTELA GAESKI LANGER, LETÍCIA JULIANA DE PAULA DOS SANTOS, MARIELLA VICCO PEREIRA, PATRICK MADI DE SOUZA PIMPAO SILVA
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N. 67/24
EMENTA: Admissão de pessoal municipal. Legalidade e registro. Determinação.
No uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas,
DECIDO:
1. julgar pela legalidade e determinar o registro dos atos de admissão encaminhados pela FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DE CURITIBA, relativos ao Concurso Público, disciplinado pelo Edital n. 01/2022, no Diário Oficial Eletrônico Atos do Município de Curitiba, Suplemento n. 1 com base no art. 1º, IV, da Lei Complementar n. 113/2005, e art. 298, I, do Regimento Interno, tendo em vista a Instrução n. 7705/2024 da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (peça 74) e o Parecer n. 561/2024 do Ministério Público de Contas (peça 77), ambos favoráveis às admissões para os cargos de Educador Social e Técnico de Enfermagem em Saúde Pública;
2. Recomenda-se à origem para que, em futuros certames, se atente aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, contidos na Instrução Normativa n. 142/2018.
3. determinar, após a publicação da decisão no Diário Eletrônico do TCE e a certificação do trânsito em julgado, o encerramento do processo e o arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo.
É a decisão.
Gabinete, 1º de julho de 2024.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº: 186227/21
ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
INTERESSADO: CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO, CESAR AUGUSTO NEVES LUIZ, SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
PROCURADOR: LEANDRO SOUZA ROSA
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO: 993/24
I. Trata-se de prestação de contas anual da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA), referente ao exercício de 2020, em que foi proferido o acórdão n. 2914/21-STP (peça 52), que julgou regulares as contas com a expedição de determinações, nos seguintes termos:
Acórdão n. 2914/21 - Tribunal Plenol- Julgar REGULARES as contas da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, exercício de 2020, de responsabilidade do Secretário de Estado, Sr. Carlos Alberto Gebrim Preto, CPF 573.820.509-04;
II- determinar ao Gestor, Sr. Carlos Alberto Gebrim Preto, CPF 573.820.509-04, a instauração de Processo Administrativo, no prazo de até 90 (noventa) dias, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 87, III, "f", da L.C.E. 113/05, no intuito de que sejam apuradas as inconsistências que constam no título "5 – VOTO" dos seguintes tópicos apresentados pela 3ª Inspetoria de Controle Externo:
a) 2.3 – Ausência de Registro de Informações sobre Contratos no Sistema GMS e no Portal da Transparência (APA 13866);
b) 2.8 - Ausência de Processo Administrativo, Continuidade da Contratação e Realização de pagamento integral mesmo diante de Descumprimento Contratual (APA 14732);
c) 2.9 – Paralisação Injustificada de Processo – Protocolo n.º 15.610.743-3 (APA 14733);
III- encaminhar, após o trânsito em julgado, à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (CMEX) para registros, nos termos do artigo 301, parágrafo único, do Regimento Interno, tendo em vista o artigo 28 da Lei Orgânica e os artigos 175-L e 248, § 1º do Regimento Interno; e
IV- por fim, autorizar, após o cumprimento integral da decisão, o encerramento do processo e encaminhamento à Diretoria de Protocolo para arquivamento, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
No entanto, em razão da constatação de equívoco na redação do Acórdão n. 2914/21-STP, a decisão foi novamente submetida ao Pleno deste Tribunal de Contas, oportunidade em que foi proferido o Acórdão n. 697/22 (peça 57), a fim de afastar a determinação para a instauração de processo administrativo consignada no item "a) 2.3". A redação do dispositivo foi retificada nos seguintes termos:
Acórdão n. 697/22 - STP
6 - CONCLUSÃO
Por todo o exposto, acompanhando em parte a Coordenadoria de Gestão Estadual, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e a Inspetoria de Controle Externo, e considerando tudo o que consta no processo, propomos, na forma do artigo 16, I, da Lei Complementar n° 113/2005:
1) que esta Corte julgue pela REGULARIDADE as contas da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, exercício de 2020, de responsabilidade do Secretário de Estado, Sr. Carlos Alberto Gebrim Preto, CPF 573.820.509-04.
2) Que seja DETERMINADO ao Gestor, Sr. Carlos Alberto Gebrim Preto, CPF 573.820.509-04, que no prazo de até 90 (noventa) dias, atenda o contido no item 2.3 presente no tópico "5 – VOTO" abaixo reproduzido, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 87, III, "f", da L.C.E. 113/05:
a) 2.3 – Ausência de Registro de Informações sobre Contratos no Sistema GMS e no Portal da Transparência (APA 13866);
3) Que seja DETERMINADO ao Gestor, Sr. Carlos Alberto Gebrim Preto, CPF 573.820.509-04, a instauração de Processo Administrativo, no prazo de até 90 (noventa) dias, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 87, III, "f", da L.C.E. 113/05, no intuito de que sejam apuradas as inconsistências que constam no título "5 – VOTO" dos seguintes tópicos apresentados pela 3ª Inspetoria de Controle Externo:
a) 2.8 - Ausência de Processo Administrativo, Continuidade da Contratação e Realização de pagamento integral mesmo diante de Descumprimento Contratual (APA 14732);
b) 2.9 – Paralisação Injustificada de Processo – Protocolo n.º 15.610.743-3 (APA 14733).
Após o trânsito em julgado, remeta-se à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (CMEX) para registros, nos termos do artigo 301, parágrafo único, do Regimento Interno, tendo em vista o artigo 28 da Lei Orgânica e os artigos 175-L e 248, § 1º do Regimento Interno.
Por fim, autoriza-se, após o cumprimento integral da decisão, o encerramento do

processo e encaminhamento à Diretoria de Protocolo para arquivamento, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
No âmbito da análise do cumprimento das determinações, a 1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO, na Instrução n. 14/24 (peça 127), registrou que a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA) promoveu o integral cumprimento das determinações constantes no Acórdão n. 2914/21-STP, retificado pelo Acórdão n. 697/22-STP.
Do mesmo modo, o Ministério Público de Contas, no Parecer n. 507/24 (peça 129), opinou pela baixa da responsabilidade da SESA, tendo em vista o integral cumprimento das determinações contidas nos Acórdãos n. 2914/21-STP (peça 52) e n. 697/22-STP (peça 57).
Vieram os autos conclusos para análise.
É o breve relatório.
II. Considerando o integral cumprimento das determinações, autorizo a baixa de responsabilidade da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA), nos termos do art. 514 do Regimento Interno.
III. Encaminhem-se os autos à CMEX para a emissão de Certidão de Quitação de Obrigação, de acordo com o disposto no art. 175-L, XIII, do Regimento Interno e na Instrução de Serviço n. 118/2018.
IV. Após, encerre-se o processo, em conformidade com o art. 398, § 1º, do Regimento Interno.
V. Publique-se.
Gabinete, 1º de julho de 2024.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

PROCESSO N°: 420123/24
ENTIDADE: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO: 1039/24
I. Trata-se de Denúncia formulada por LEONARDO PIRES DA SILVA, que noticia supostas irregularidades no Concurso realizado para a contratação de guardas municipais no MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, regido pelo Edital n. 001/2022.
O denunciante alega que: i) após transcorrer as fases do concurso, por meio dos editais n. 027/2023 e n. 030/2023, iniciou a convocação para realizar o curso de formação (última etapa eliminatória do concurso); ii) houve uma irregularidade na forma de contratação dos alunos que foram convocados para realizar o curso, pois foram cadastrados como fornecedores, ou seja, prestadores de serviços, sendo que não prestaram nenhum tipo de serviço, de modo que deveriam ter sido contratados como servidores da Guarda Municipal, em razão do vínculo que possuíam com a instituição; iii) durante os quatro meses de curso, os alunos receberam bolsa auxílio de R$ 700,00 (setecentos reais) mensais, o que não foi correto, pois tinham que seguir os horários estabelecidos e executar atividades e treinamentos de risco, de modo que havia vínculo com a Guarda Municipal; iv) todos os alunos deveriam ter sido contratados como servidores da Guarda Municipal, devido as atividades executadas e os compromissos firmados com instituição durante o período do curso de formação, e caso houvesse reprovação, bastaria a exoneração do cargo; v) ao término do curso, em setembro de 2023, nenhum dos 31 alunos que fizeram o curso de formação foram contratados, sendo que a contratação somente foi realizada após a homologação do concurso, em janeiro de 2024, com a consequente convocação dos 15 primeiros candidatos para serem nomeados e empossados, restando, ainda, 16 candidatos aguardando nomeação.
Vieram os autos conclusos para análise.
É o breve relato.
II. Compulsando os autos, verifico que estão presentes os requisitos de admissibilidade dos artigos 30 e seguintes da Lei Complementar n. 113/2005, bem como dos artigos 275 e 276 do Regimento Interno, merecendo ser RECEBIDA a Denúncia, pois presentes indícios das inconformidades narradas, tendo sido acostada documentação comprobatória. Ressalto que a conclusão quanto à efetiva irregularidade será apresentada somente após a fase instrutória.
III. Diante do exposto, RECEBO a presente Denúncia.
IV. Encaminhe-se os autos à Diretoria de Protocolo, para que adote as seguintes medidas:
a) Inclusão na autuação como interessados do MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, e do Prefeito RUDISNEY GIMENES FILHO;
b) Expedição, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos artigos 278, II e 380-A, I, ambos do Regimento Interno, das CITAÇÕES ao MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, por meio de seu representante legal, e do Prefeito RUDISNEY GIMENES FILHO, para que apresentem, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 35, II, alínea "a", da Lei Orgânica deste Tribunal, esclarecimentos quanto aos fatos narrados pela Denunciante.
Alerto que a procedência da Denúncia poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei Orgânica desta Casa.
V. Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, encaminhe-se o presente à Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) e ao Ministério Público de Contas, para suas respectivas manifestações.
VI. Após, voltem-me conclusos.
VII. Publique-se.
Gabinete, 1º de julho de 2024.
MAURICIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

PROCESSO N°: 46162/24
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CURITIBA
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE CURITIBA, RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO, UNIAO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA.
PROCURADOR: SAMUEL CROZETA DO PARAIZO
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1048/24
I. Por meio do Despacho n. 231/24-GCMRMS (peça 19), determinei a intimação do Município de Curitiba para que apresentasse cópia integral do processo administrativo que instruiu a licitação, bem como o ato administrativo de suspensão com a respectiva motivação. Registrei que o município teria o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para informar, na presente representação, a publicação de novo edital, oportunidade em que deveria detalhar as alterações que foram promovidas.
Às peças 24-33, o município apresentou manifestação e juntou as documentações solicitadas.
No Despacho n. 651/24-GCMRMS (peça 34), recebi a representação, deixei de analisar o pleito cautelar em razão da perda do seu objeto (decorrente da suspensão do certame), e determinei o sobrestamento do feito até que a municipalidade apresentasse informações acerca da continuidade do certame.
Ocorre que, em consulta à página oficial da Prefeitura de Curitiba na rede mundial de computadores, constatei que a Concorrência Pública n. 63/2023-SMMA está com data de abertura das propostas designada para 19/07/2024, conforme se denota:



Todavia, o município deixou de efetuar a comunicação sobre a reabertura do certame na presente representação, conforme determinação constante dos Despachos n. 231/24-GCMRMS (peça 19) e n. 651/24-GCMRMS (peça 34).
II. Assim, intime-se o MUNICÍPIO DE CURITIBA, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, preste informações acerca da reabertura do certame, a fim de que detalhe as alterações realizadas, em relação à primeira versão do Edital, bem como para que explique a razão pela qual não comunicou esta Corte de Contas acerca da reabertura do processo licitatório.
III. À Diretoria de protocolo para atendimento.
IV. Publique-se.
Gabinete, 1º de julho de 2024.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

PROCESSO N°: 453668/24
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CURITIBA
INTERESSADO: M CONSTRUCOES & SERVICOS LTDA, MUNICÍPIO DE CURITIBA
PROCURADOR: ANA BEATRIZ SALES DANTAS VIEGAS DE OLIVEIRA, CLECIANE DE MENDONÇA VASCONCELOS, KRYSNA MARIA MEDEIROS PAIVA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1061/24
I. Trata-se de Representação da Lei de Licitações, com pedido liminar, formulada por M CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, contra EDELCIO MARQUES REIS, presidente da Comissão Especial de Licitações do MUNICÍPIO DE CURITIBA, referente à Concorrência Pública n. 063/2023, cujo objeto é a contratação do serviço de manejo, coleta e transporte de resíduos sólidos e de limpeza pública para a Secretaria do Meio Ambiente, pelo período de 60 meses, no valor de R$ 1.529.937.043,80 (um bilhão quinhentos e vinte e nove milhões novecentos e trinta e sete mil quarenta e três reais e oitenta centavos).
A abertura das propostas está marcada para ocorrer no dia 19/07/2024. O Edital encontra-se dividido em 3 lotes, quais sejam:
- Lote I – Valor Mensal de R$ 23.433.122,54 (vinte e três milhões, quatrocentos e trinta e três mil, cento e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos). Valor Global de 1.405.987.352,40 (um bilhão, quatrocentos e cinco milhões, novecentos e oitenta e sete mil, trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos). Serviços: 1.1. Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares e de Varrição; 1.2. Coleta Seletiva e Transporte de Resíduos Sólidos Recicláveis (Programas Lixo que não é Lixo e Câmbio Verde); 1.3. Varrição Manual – (com e sem repasse) 1.4. Varrição Mecanizada; 1.5. Raspagem de Cartazes e Lavagem de Calçadões 1.6. Limpeza Especial; 1.7. Manutenção e Monitoramento do Aterro Sanitário Desativado de Curitiba.
-Lote II – Valor Mensal de R$ 1.381.862,24 (um milhão, trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e quatro centavos). Valor global de R$ 82.911.734,40(oitenta e dois milhões, novecentos e onze mil, setecentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos). Serviços: 1.1. Varrição e Lavagem de Feiras-Livres com coleta e Transporte dos Resíduos Gerados nas Atividades; 1.2. Limpeza de Rios – Programa Amigo dos Rios com Coleta e Transporte dos Resíduos Gerados nas Atividades.
-Lote III – Valor Mensal de R$ 683.965,95 (seiscentos e oitenta e três mil, novecentos e sessenta e cinco reais e noventa e cinco centavos). Valor global de R$ 41.037.957,00 (quarenta e um milhões, trinta e sete mil e novecentos e cinquenta e sete reais). Serviços: 1.3. Coleta Indireta e Transporte de Resíduos Domiciliares; 1.2. Coleta, Transporte e Destinação para Tratamento de Resíduos Tóxicos Domiciliares.
Na petição inicial (peça 3), o representante alega a presença das seguintes irregularidades: i) o item 1.6 "a" do Edital veda a participação de empresas em consórcio, sendo que os serviços são variados e exigem a aplicação de metodologias e técnicas distintas, de modo que um consórcio pode ser formado por empresas que tenham expertise sobre diferentes parcelas do objeto, assim a comprovação da capacidade técnica seria realizada sem restrição ao caráter competitivo do certame e a reunião das empresas revela-se como uma estratégia para aumentar a eficiência na prestação dos serviços; ii) o item 4.7.2 do Edital não permite o somatório dos Atestados de Capacidade Técnica para fins de comprovação da qualificação técnica, o que é autorizado pela Lei de Licitações em caso de formação de consórcio; iii) o item 3.6 do Edital estabelece prazo inicial de 60 meses de vigência do contrato, o qual se revela irrazoável, pois vai de encontro ao art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda o gestor de contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dos últimos dois quadrimestres do seu mandato, e porque um contrato inicial de 12 meses permite que a Administração avalie, em cada período, antes de promover a prorrogação, como a contratada está prestando os serviços, permitindo a extinção da avença se for o caso, de modo que o prazo inicial de 60 meses atenta contra o interesse público; iv) o item 4.1 do Edital exige comprovação exorbitante para fins de qualificação econômico-financeira pois, em que

pese haja possibilidade de exigir que os licitantes comprovem possuir capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado para a contratação, ao colocar prazo inicial de 60 meses o valor contratual se torna demasiadamente vultoso, e os 10% dele se revelam exorbitantes, de modo que restringe a competitividade do certame.
Ao fim, pede a concessão da medida cautelar para suspender o certame, estando a probabilidade do direito invocado fundada na presença de regras ilegais e irregulares no edital, e o perigo da demora fulcrado na proximidade da abertura do certame, prevista para 19/07/2024.
Vieram os autos conclusos para análise.
É o relatório.
II. Presentes os requisitos de admissibilidade dos artigos 30 e 32 da Lei Complementar n. 113/2005, bem como dos artigos 275 e 277 do Regimento Interno, RECEBO a Representação.
Friso que existe outro processo referente a mesma Concorrência Pública n. 63/2023, autuada nesta Corte de Contas sob n. 46162/24, de minha relatoria, em que recentemente deflagrei a reabertura do certame e determinei a intimação do município para manifestação.
III. Assim, antes de qualquer decisão sobre a medida cautelar requerida, com fundamento no art. 404 do Regimento Interno, determino a intimação do MUNICÍPIO DE CURITIBA, por intermédio de seu representante legal, para que, no prazo de 03 (três) dias, se manifeste a respeito das alegações constantes da representação e para que junte a documentação que compreender necessária.
IV. À Diretoria de Protocolo (DP), para que, nos termos do art. 351 do Regimento Interno, promova a intimação pelos meios de comunicação disponíveis[1].
V. Publique-se.
Gabinete, 1º de julho de 2024.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

_____
1. Telefone, aplicativo de mensagem, e-mail, fax e etc.

PROCESSO N°: 499850/23
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE RIO BOM
INTERESSADO: MOISES JOSE DE ANDRADE, MUNICÍPIO DE RIO BOM, ODAURO VITORIANO, TKBR IMPORTACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, YAMADIESEL COMERCIO DE MAQUINAS - EIRELI
PROCURADOR: ADRIANE TEREBINTO DI BACCO, BRUNO RICARDO FRANCISCO GOMES BARBOZA, JOSE ROBERTO TIOSSI JUNIOR
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1062/24
Retornam os autos a este Gabinete para exame da admissibilidade dos embargos declaratórios opostos por TKBR IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, via petição intermediária n. 456217/24 em face do Acórdão n. 1697/24 - STP (peça 60).
De início, observo que a peça é tempestiva, considerando que a decisão embargada foi disponibilizada na presente data no Diário Eletrônico deste Tribunal, nos termos do disposto no art. 490 do Regimento Interno.
Também, verifico presentes os demais requisitos, atinentes à adequação procedimental, legitimidade e interesse, em razão do que recebo os Embargos de Declaração e determino o envio do feito à Diretoria de Protocolo para a devida autuação.
Após, retornem.
Publique-se.
Gabinete, 1º de julho de 2024.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

PROCESSO N°: 447129/24
ORIGEM: PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO: CLAUDINEI JOSE BERTOLI, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, SOELY DAIANE BERTOLI, SUZANE SUELI PEREIRA BERTOLI
PROCURADOR: ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, FABIANO JORGE STAINZACK, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO
ASSUNTO: REVISÃO DE PENSÃO
DESPACHO: 1067/24
I. Tratam os presentes da revisão da pensão concedida aos dependentes de SUZANE SUELI PEREIRA BERTOLI, servidora estadual falecida em 22/01/2021.
A Coordenadoria de Gestão Estadual (CGE), por meio da Instrução n. 583/24 (peça 12), aponta a necessidade de sobrestamento do processo até o julgamento em definitivo do processo de pensão, autuado sob o n. 26188/24.
Vieram os autos conclusos.
É o breve relato.
II. Em atenção à manifestação da unidade técnica, acolho a sugestão e determino o SOBRESTAMENTO deste processo até a decisão definitiva dos autos n. 26188/24, pelo prazo máximo de 01 (um) ano, nos termos do artigo 427, do Regimento Interno desta Casa.
III. Comunique-se em sessão.
IV. Os presentes autos permanecerão na CGE durante o período de sobrestamento, para posterior emissão de nova instrução e manifestação Ministerial.
V. Publique-se.
Gabinete, 1º de julho de 2024.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº: 125659/00
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ
INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ, MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO: 1084/24
I) Considerando o integral cumprimento da Resolução n. 7030/2004 (peça 20 do Processo n. 57485/01, em apenso), conforme informado pela Coordenadoria de Monitoramento e Execuções no Despacho n. 433/24 (peça 114), determino, na forma do § 1º do art. 398 do Regimento Interno deste Tribunal[1], o encerramento do processo e o arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo.
II) Publique-se.
Gabinete, 1 de julho de 2024.
RODOLFO BRANDÃO DE PROENÇA JARUGA[2]
Diretor de Gabinete de Conselheiro / Mat. 52.539-1

_____
1. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização.
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator.
2. Instrução de Serviço n. 171/23.

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

PROCESSO N º:-127804/19
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA
INTERESSADO:-JOÃO CARLOS BITENCOURT SOSNITZKI, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA, PEDRO CLARO DE OLIVEIRA NETO
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
BRUNO VINICIUS MALAGHINI, JOSE CARLOS DIAS NETO
DESPACHO:-758/24
Tendo em vista o Protocolo nº 452220/24, encaminhe-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para análise e monitoramento.
Gabinete, em 28 de junho de 2024.
Documento assinado digitalmente
Luciane Maria Gonçalves Franco[1]
Auditora de Controle Externo

_____
1. Por delegação do Relator, Conselheiro Augustinho Zucchi, conforme Instrução de Serviço nº 161/2023.

PROCESSO N º:-451690/24
ORIGEM:-PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TERRA ROXA
INTERESSADO:-PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TERRA ROXA
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-760/24
Tendo em vista a solicitação do Ofício nº 272/2023, peça nº 2, DEFIRO o pedido de ACESSO ao processo nº 149062/21, onde está apenso o processo nº 253240/14, por meio eletrônico.
Encaminhe-se à Diretoria de Protocolo para disponibilização do acesso ao requerente.
Gabinete, em 28 de junho de 2024.
Documento assinado digitalmente
Luciane Maria Gonçalves Franco[1]
Auditora de Controle Externo

_____
1. Por delegação do Relator, Conselheiro Augustinho Zucchi, conforme Instrução de Serviço nº 161/2023.

Conselheiro Substituto SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA

Sem publicações

Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO

Sem publicações

Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA

Sem publicações

Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO

PROCESSO N.º:-504811/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO VALE DO IGUACU
INTERESSADO:-BACHIR ABBAS, CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO VALE DO IGUACU, DAYUSA DE SOUZA, EDUARDO IZDEBSKI, ILDA KSENIUK DOS SANTOS, MARIA CRISTINA GAN
DESPACHO N.º:-207/24
Por intermédio da Petição n.º 504811/23 (peça 18), o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO IGUACU, por seu representante legal, senhor Bachir Abbas, juntou justificativas, diante do contido na Instrução n.º 2825/24 – CAGE (peça 10). Recebo a peça acostada.

Remetam-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal para instrução do feito.
Publique-se.
Curitiba, 2 de julho de 2024.
MELISSA TRENTO[1]
Auditora de Controle Externo – matrícula nº 51.282-6

_____
1. Por delegação do Relator, Auditor Tiago Alvarez Pedroso, conforme Instrução de Serviço n 154/2022, publicada no D.E.T.C n° 2850 de 7/10/2022.

Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

PROCESSO N.º:-350974/24
ASSUNTO:-PENSÃO
ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, JOSÉ OSMAR DIAS, PARANAPREVIDÊNCIA, PAULA DANIELA BOBATA DOS SANTOS
PROCURADOR:-PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 44/24
Aprecia-se, para fins de registro, o Ato de Benefício Previdenciário n° 126898/21, da PARANAPREVIDÊNCIA, publicado no Diário Oficial do Estado de 20/10/2021 (Peça 9), que concedeu pensão à senhora Paula Daniela Bobata Dos Santos Dias, na qualidade de cônjuge do servidor José Osmar Dias, falecido em 18/06/2021, ocupante do cargo Agente de apoio.
Em consonância com as manifestações uniformes da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão na Instrução nº 8464/24 -CAGE (Peça 12) e do Ministério Público de Contas no Parecer nº 534/24-7PC (Peça 15), consignando opinativos pela legalidade do benefício, determino o REGISTRO do ato de pensão acima relacionado, na forma do artigo 134 da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005 e do artigo 428, inciso II, do Regimento Interno.
Certificado o trânsito em julgado da decisão e efetuado o seu correspondente registro, o processo estará encerrado, conforme artigo 398, § 1º do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná, devendo seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento, em face do previsto no artigo 168, VII da mesma norma.
Publique-se.
Curitiba, 01 de julho de 2024.
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

PROCESSO N.º:-627207/21
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
INTERESSADO:-ALCINEU GRUBER, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, SILVANA PEREIRA DA COSTA
DESPACHO N.º:-173/24
Diante do contido na Instrução nº 478/24 - CMEX e nas informações anexadas pelo Município de Cascavel (Peças 31-37), verificam-se providências adotadas pela entidade, contudo não hábeis à baixa de responsabilidade considerando medidas pendentes de implementação.
Dessa forma, em especial, observando a necessidade de prazo para a apresentação da documentação complementar, mostra-se razoável conceder dilação de prazo para o cumprimento integral da determinação contida no Acórdão nº 990/24 – S1C (Peça 27), razão pela qual, com fundamento no artigo 389, parágrafo único do Regimento Interno, concedo o acréscimo de 60 dias de prazo para atendimento da decisão acima mencionada.
Após, à Diretoria de Protocolo, para que promova a inclusão do Município e de seu respectivo gestor na autuação, bem como para intimação destes quanto ao teor do presente despacho e controle de prazo correlato.
Decorrido o prazo fixado acima, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as providências cabíveis, na forma delineada no artigo 175-L do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 01 de julho de 2024.
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

Conselheira Substituta MURYEL HEY

Sem publicações

BOLETIM DE DOUTRINA E LEGISLAÇÃO

Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO

PROCESSO Nº.:-495617/19
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
INTERESSADO:-ALCINEU GRUBER, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, LUCILENE MARIA ALVES SEGANTINI, WALTER PARCIANELLO
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
DESPACHO Nº.:-138/24
I - Diante do teor da Instrução n.º 8.750/24 da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (peça n.º 28) e do Parecer n.º 532/24 do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas encaminhem-se os presentes autos à Diretoria de Protocolo para que promova a intimação do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL - IPMC, na pessoa de seu representante legal, bem como de ALCINEU GRUBER, por meio eletrônico, ou, na impossibilidade, por ofício acompanhado de AR, para que estes, no prazo de 15 (quinze) dias, exerçam o seu direito de contraditório e ampla defesa, manifestando-se quanto ao contido nas mencionadas manifestações, sob pena de eventual negativa de registro do ato e aplicação das sanções previstas na Lei Complementar n° 113/2005;
II – Após, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal para nova instrução.
III – Em seguida, vistas ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
IV – Por fim, voltem-me conclusos.
Curitiba, 21 de junho de 2024.
JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto Relator

PROCESSO Nº.:-436722/18
ENTIDADE:-FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
INTERESSADO:-FLAVIO SIMÃO DOS SANTOS, FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, JORGE LUIZ DA SILVA, LUDOVICO SVIECH SOBRINHO, MARCIO ARTUR DE MATOS
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
DESPACHO Nº.:-139/24
I - Diante do teor do Despacho n.º 407/24 da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (peça n.º 68), encaminhem-se os presentes autos à Diretoria de Protocolo para que promova a intimação do FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, na pessoa de seu representante legal, bem como do Sr. FLAVIO SIMÃO DOS SANTOS, por meio eletrônico, ou, na impossibilidade, por ofício acompanhado de AR, para que estes, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se sobre o contido acima, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Complementar n° 113/2005 e demais cominações legais;
II – Após, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para nova manifestação.
III – Em seguida, vistas ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
IV – Por fim, voltem-me conclusos.
Curitiba, 02 de julho de 2024.
JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto Relator

PROCESSO Nº.:-233854/24
ENTIDADE:-AUTARQUIA MUN. DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PUB. DO MUNICIPIO DE CAMBÉ
INTERESSADO:-ANDREIA CRISTINA DA SILVA, IRENE BASSO
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
DESPACHO Nº.:-140/24
I - Diante do teor da Instrução n.º 2.746/24 da Coordenadoria de Gestão Municipal (peça n.º 11), encaminhem-se os presentes autos à Diretoria de Protocolo para que promova a intimação da AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA CAMBÉ, na pessoa de seu representante legal, bem como de ANDREIA CRISTINA DA SILVA, por meio eletrônico, ou, na impossibilidade, por ofício acompanhado de AR, para que estes, no prazo de 15 (quinze) dias, promovam a juntada da documentação citada na manifestação supra, sob pena de eventual negativa de registro do ato e aplicação das sanções previstas na Lei Complementar n° 113/2005;
II – Após, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal para nova instrução.
III – Em seguida, vistas ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
IV – Por fim, voltem-me conclusos.
Curitiba, 02 de julho de 2024.
JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto Relator

TCEPR
CORREGEDORIA GERAL

Sem publicações

Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar

Sem publicações



Sem publicações



Sem publicações



Resenhas de Distribuição

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4131/2024
Processo Nº: 465186/24
Data e hora da distribuição: 02/07/2024 08:05:45
Assunto: DENÚNCIA
Entidade: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
Interessado: ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4132/2024
Processo Nº: 449288/24
Data e hora da distribuição: 02/07/2024 08:08:36
Assunto: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Entidade: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA
Interessado: BLANCOLIMA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA, ELVIS CANDIDO LIMA, IVAN REIS DA SILVA, JOANDRE CESAR DOS SANTOS, MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, UMUARAMA PUBLICIDADES LTDA
Exercício:
Modalidade de distribuição: distribuído a(o) relator(a) do processo originário conforme Art. 477, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4133/2024
Processo Nº: 622147/19
Data e hora da distribuição: 02/07/2024 10:24:04
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
Interessado: ALCINEU GRUBER, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, IVANILDA DE FATIMA BRANDAO, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, WALTER PARCIANELLO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4134/2024
Processo Nº: 853416/19
Data e hora da distribuição: 02/07/2024 10:31:50
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
Interessado: ABNER AUGUSTO LEANDRO DE LIMA, ADILOR MATTE JUNIOR, ADRIELE KEMPF DO CARMO, ALDILENE APARECIDA DIAS DA COSTA, ALEX SANDRO ENEAS, ALEXANDRE CHIELE DA LUZ, ALINE FRANCIELLE DE OLIVEIRA, ALINE JULIANE MAZZUCCO, ALINE PIVA, ALINE QUATRIN E OUTROS.
Exercício: 2020
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4135/2024
Processo Nº: 466859/24
Data e hora da distribuição: 02/07/2024 10:43:33
Assunto: REPRESENTAÇÃO
Entidade: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4136/2024
Processo Nº: 468495/24
Data e hora da distribuição: 02/07/2024 11:38:34
Assunto: CERTIDÃO LIBERATÓRIA
Entidade: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA
Interessado: JOSÉ DA SILVA COELHO NETO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4137/2024
Processo Nº: 357769/22
Data e hora da distribuição: 02/07/2024 12:03:39
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: EDUARDO ALVES GUILHERME, JOSE LAURINDO DE SOUZA NETTO, LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Exercício: 2022
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4138/2024
Processo Nº: 467650/24
Data e hora da distribuição: 02/07/2024 12:10:21
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE TOLEDO
Interessado: COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA - EIRELI
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4139/2024
Processo Nº: 468860/24
Data e hora da distribuição: 02/07/2024 14:02:00
Assunto: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Exercício:
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 259043/23, conforme Art. 346 inciso III do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4140/2024
Processo Nº: 470198/24
Data e hora da distribuição: 02/07/2024 16:53:02
Assunto: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Entidade:
Interessado: NAIARA GORETI KAMPMANN
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 8º da Resolução 45/2014.
Relator: Conselheiro Presidente FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

Editais

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ (TCE-PR)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO DE AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

EDITAL Nº 4 – TCE-PR, DE 27 DE JUNHO DE 2024

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná torna pública a retificação de tópico constante de conhecimentos específicos para o Cargo 2: Auditor de Controle Externo – Área: Contábil, divulgado por meio do subitem 13.2 do Edital nº 1 – TCE-PR, de 20 de maio de 2024, e suas alterações, conforme a seguir especificado.
[...]
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
[...]
CARGO 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA: CONTÁBIL
[...]
CONTABILIDADE PÚBLICA: [...] 26 Lei nº 14.113/2020 (novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação - Fundeb). [...]
[...]
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Despachos

PROCESSO N º-396373/22
ORIGEM-MUNICIPIO DE ARAPUA
INTERESSADO-CESAR AUGUSTO EUZEBIO DA SILVA, DAIANE APARECIDA DA SILVA KOZAK, DEODATO MATIAS, EMERSON RIBEIRO MOTTA, FABIO MENDES GOMES, FERNANDA ALVES DA SILVA, JAQUELINE RODRIGUES DA SILVA, JOSE ALEX PEREIRA, KATIA FELIZ BLASIUS, LARISSA PEREIRA DOS REIS, MARCOS RAFAEL DA COSTA FONSECA, TATIANE DE SOUZA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2409/24
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICIPIO DE ARAPUA, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 54) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação termina em 08/07/2024.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
CAGE, em 2 de julho de 2024.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-192139/24
ORIGEM-MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
INTERESSADO-MARCELO ELIAS ROQUE
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2410/24
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 55) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação termina em 02/07/2024.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
CAGE, em 2 de julho de 2024.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º:-209597/24
ORIGEM:-FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
INTERESSADO:-EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, JOSÉ LUIZ SCROCCARO
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº:-41/24 - CGE
Por delegação do Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, Relator deste processo, em cumprimento à Instrução de Serviço nº 73/2014, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para a adoção das seguintes providências:
I. Proceda-se à CITAÇÃO das partes a seguir nominadas para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 523/24-CGE, nos termos dos arts. 355, 386, 380-A, 389 e 32, § 2º, do Regimento Interno.
a) Sr. EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, Presidente, CPF: 463.721.649-49;
b) Sr. MARTA KAISER DOS REIS, Controladora Interna, CPF: 695.227.749-87;
II. Proceda-se à INTIMAÇÃO da parte a seguir nominada para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 523/24-CGE, nos termos dos arts. 355, 386, 380-A, 389 e 32, § 2º, do Regimento Interno.
a) FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, CNPJ: 04.321.321/0001-49, na pessoa do seu representante legal, e procuradores constituídos.
III. Alerte-se que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar Estadual nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.
Publique-se.
CGE, em 27 de junho de 2024.
EDNILSON DA SILVA MOTA
Coordenador

PROCESSO N º:-209635/24
ORIGEM:-FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS
INTERESSADO:-EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, JOSÉ LUIZ SCROCCARO
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº:-57/24 - CGE
Por delegação do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, Relator deste processo, em cumprimento à Instrução de Serviço nº 104/2016, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para a adoção das seguintes providências:
I. Proceda-se à CITAÇÃO da(s) parte(s) a seguir nominada(s) para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 578/24-CGE, nos termos dos arts. 355, 386, 380-A, 389 e 32, § 2º, do Regimento Interno.
c) Sr. Everton Luiz da Costa Souza, Diretor Presidente, CPF: 463.721.649-49.
II. Proceda-se à INTIMAÇÃO da(s) parte(s) a seguir nominada(s) para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 578/24-CGE, nos termos dos arts. 355, 386, 380-A, 389 e 32, § 2º, do Regimento Interno.
b) FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS, CNPJ: 13.290.972/0001-00, na pessoa do seu representante legal, e procuradores constituídos.
III. Alerte-se que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar Estadual nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.
Publique-se.
CGE, em 1 de julho de 2024.
EDNILSON DA SILVA MOTA
Coordenador

PROCESSO Nº.:-166677/24
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
INTERESSADO:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAMBARÁ, JULIANO RIBEIRO MICHELATO
PROCURADOR:-
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº.:-680/2024
Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 66/2014, do Relator deste Processo, THIAGO BARBOSA CORDEIRO, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:
1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 3075/2024, da Coordenadoria de Gestão Municipal, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:
Responsáveis para intimação:

Nome	Documento
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAMBARÁ	05.020.895/0001-40
JULIANO RIBEIRO MICHELATO	043.346.899-81

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.
CGM, 2 de julho de 2024.
LEVI RODRIGUES VAZ
Matrícula 51.620-1
Coordenador
Ato emitido automaticamente

PROCESSO Nº.:-176613/24
ENTIDADE:-FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
INTERESSADO:-FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, MARLENE PEREIRA DOS SANTOS
PROCURADOR:-
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº.:-681/2024
Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 66/2014, do Relator deste Processo, THIAGO BARBOSA CORDEIRO, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:
1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 3078/2024, da Coordenadoria de Gestão Municipal, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:
Responsáveis para intimação:

Nome	Documento
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	04.337.607/0001-12
MARLENE PEREIRA DOS SANTOS	029.156.729-03

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.
CGM, 2 de julho de 2024.
LEVI RODRIGUES VAZ
Matrícula 51.620-1
Coordenador
Ato emitido automaticamente

PROCESSO Nº.:-191191/24
ENTIDADE:-PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PREVICAMP
INTERESSADO:-PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PREVICAMP, ERNANI SPERANCETA
PROCURADOR:-
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº.:-682/2024

Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 66/2014, do Relator deste Processo, THIAGO BARBOSA CORDEIRO, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:

1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 3115/2024, da Coordenadoria de Gestão Municipal, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:

Responsáveis para intimação:

Nome	Documento
PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PREVICAMP	73.230.450/0001-44
ERNANI SPERANCETA	875.140.799-04

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.

CGM, 2 de julho de 2024.
LEVI RODRIGUES VAZ
Matrícula 51.620-1
Coordenador
Ato emitido automaticamente

PROCESSO Nº.:-165840/24
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE BOA ESPERANCA - BOA ESPERANCAPREV.
INTERESSADO:-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE BOA ESPERANCA - BOA ESPERANCAPREV., ADRIANE MARIA PEREIRA
PROCURADOR:-
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº.:-683/2024

Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 164/2023, do Relator deste Processo, MURYEL HEY, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:

1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 3096/2024, da Coordenadoria de Gestão Municipal, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:

Responsáveis para intimação:

Nome	Documento
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE BOA ESPERANCA - BOA ESPERANCAPREV.	08.883.009/0001-08
ADRIANE MARIA PEREIRA	805.494.629-53

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.

CGM, 2 de julho de 2024.
LEVI RODRIGUES VAZ
Matrícula 51.620-1
Coordenador
Ato emitido automaticamente

PROCESSO Nº.:-203688/24
ENTIDADE:-FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAFELÂNDIA
INTERESSADO:-FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAFELÂNDIA, ELIANE CRISTINA DE LUCA DA SILVA
PROCURADOR:-
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº.:-684/2024

Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 66/2014, do Relator deste Processo, THIAGO BARBOSA CORDEIRO, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:

1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 3135/2024, da Coordenadoria de Gestão Municipal, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:

Responsáveis para intimação:

Nome	Documento
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAFELÂNDIA	09.166.107/0001-89
ELIANE CRISTINA DE LUCA DA SILVA	055.802.319-38

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.

CGM, 2 de julho de 2024.
LEVI RODRIGUES VAZ
Matrícula 51.620-1
Coordenador
Ato emitido automaticamente

PROCESSO Nº.:-203181/24
ENTIDADE:-FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ARAUCARIA
INTERESSADO:-FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ARAUCARIA, HECTOR PAULO BURNAGUI
PROCURADOR:-
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº.:-685/2024

Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 165/2023, do Relator deste Processo, JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:

1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 3134/2024, da Coordenadoria de Gestão Municipal, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:

Responsáveis para intimação:

Nome	Documento
FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ARAUCARIA	04.102.170/0001-38
HECTOR PAULO BURNAGUI	041.454.909-08

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.

CGM, 2 de julho de 2024.
LEVI RODRIGUES VAZ
Matrícula 51.620-1
Coordenador
Ato emitido automaticamente

PROCESSO Nº.:-299901/24
ENTIDADE:-CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE COMUNIDADE DOS MUNIC DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO
INTERESSADO:-CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE COMUNIDADE DOS MUNIC DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO, RAFAEL BRITO DO PRADO
PROCURADOR:-
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº.:-686/2024

Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 165/2023, do Relator deste Processo, JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:

1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 3177/2024, da Coordenadoria de Gestão Municipal, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:

Responsáveis para intimação:

Nome	Documento
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE COMUNIDADE DOS MUNIC DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO	95.640.322/0001-01
RAFAEL BRITO DO PRADO	049.334.159-51

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.

CGM, 2 de julho de 2024.
LEVI RODRIGUES VAZ
Matrícula 51.620-1
Coordenador
Ato emitido automaticamente

PROCESSO Nº.:-203777/24
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREV DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ARAPOTI
INTERESSADO:-INSTITUTO DE PREV DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ARAPOTI, JOÃO PAULO DA SILVA
PROCURADOR:-
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº.:-687/2024

Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 77/2014, do Relator deste Processo, SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:

1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 3136/2024, da Coordenadoria de Gestão Municipal, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:

Responsáveis para intimação:

Nome	Documento
INSTITUTO DE PREV DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ARAPOTI	05.493.720/0001-50
JOÃO PAULO DA SILVA	077.188.129-01

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.

CGM, 2 de julho de 2024.
LEVI RODRIGUES VAZ
Matrícula 51.620-1
Coordenador
Ato emitido automaticamente

PROCESSO Nº.:-299553/24
ENTIDADE:-CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO DA REGIAO DO VALE DO IVAI DO ESTADO DO PARANA

INTERESSADO:-CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO DA REGIAO DO VALE DO IVAI DO ESTADO DO PARANA, LUIZ CARLOS GIL
PROCURADOR:-
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº.:-688/2024
Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 164/2023, do Relator deste Processo, MURYEL HEY, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:
1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 3168/2024, da Coordenadoria de Gestão Municipal, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:
Responsáveis para intimação:

Nome	Documento
CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO DA REGIAO DO VALE DO IVAI DO ESTADO DO PARANA	11.344.494/0001-48
LUIZ CARLOS GIL	375.014.459-15

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.
CGM, 2 de julho de 2024.
LEVI RODRIGUES VAZ
Matrícula 51.620-1
Coordenador
Ato emitido automaticamente

Informações

Sem publicações

Atos de Alerta Municipais

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE GUARACI
INTERESSADO: SIDNEI DEZOTI
ATO DO ALERTA: Alerta - Pessoal Executivo 95%
PERÍODO: 1º Quadrimestre de 2024
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 51,3% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, 95% do limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b", da mesma lei, no período de apuração encerrado em 30/04/2024. Embora não tenha extrapolado o máximo legal, esse patamar impõe restrições que devem ser observadas pela administração municipal, nos termos dispostos no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, também da LRF.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 30 de Junho de 2024.

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
INTERESSADO: ANTONIO FRANCA BENJAMIM
ATO DO ALERTA: Alerta - Pessoal Executivo 90%
PERÍODO: 1º Quadrimestre de 2024
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 48,6% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, 90% do limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b", da mesma lei, no período de apuração encerrado em 30/04/2024.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 30 de Junho de 2024.

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
INTERESSADO: CELSO FERNANDO GOES
ATO DO ALERTA: Alerta - Pessoal Executivo 95%
PERÍODO: 1º Quadrimestre de 2024
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 51,3% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, 95% do limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b", da mesma lei, no período de apuração encerrado em 30/04/2024. Embora não tenha extrapolado o máximo legal, esse patamar impõe restrições que devem ser observadas pela administração municipal, nos termos dispostos no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, também da LRF.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 30 de Junho de 2024.

TCEPR
COORDENADORIA-GERAL

Sem publicações

TCEPR
ATOS NORMATIVOS

Sem publicações

TCEPR
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

GP - Despachos

PROCESSO Nº:-442178/24
ENTIDADE:-DANIELA DE OLIVEIRA DANIELI
INTERESSADO:-DANIELA DE OLIVEIRA DANIELI
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
DESPACHO:-2810/24
Retornam os autos com a Informação nº 7/24 e o Despacho nº 31/24 por meio dos quais a Ouvidoria de Contas e a Diretoria de Protocolo se manifestam em atenção ao requerimento formulado pela interessada.
Diante disso, encaminhe-se este expediente à Ouvidoria de Contas para as anotações pertinentes, nos termos do art. 13 da Resolução nº 45/2014[1].
Após, sigam à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos à interessada, bem como para envio de resposta à solicitante, observando-se, no que couber, o disposto no art. 7º[2] da Instrução de Serviço nº 115/2017, e, em seguida, para encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[3], do Regimento Interno deste Tribunal, e arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 2 de julho de 2024.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
1. Art. 13. Entregues as informações solicitadas ou, no caso de indeferimento, transcorrido o prazo legal sem que tenha havido interposição de recurso, o Presidente ou Relator, conforme o caso, determinará o encerramento do processo, com encaminhamento à Ouvidoria para anotação.
2. Art. 7º O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
3. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-447145/24
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-NILSON POHL
ASSUNTO:-REQUERIMENTO INTERNO
DESPACHO:-2812/24
Trata-se de Requerimento Interno protocolado por Nilson Pohl, filho da servidora Lysete Pohl Livramento, matrícula nº 50.168-9, inativa no cargo de Consultor Técnico, do Quadro de Pessoal Efetivo deste Tribunal, falecida em 19/06/2024, por meio do qual requer o pagamento de Auxílio-Funeral.
A Diretoria de Gestão de Pessoas, mediante a Informação nº 364/24 (peça 3), observa que o requerente juntou aos autos notas fiscais para comprovar o pagamento de despesas realizadas com o funeral da Sra. Lysete Pohl Livramento, no montante de R$ 16.157,66 (dezesseis mil, cento e cinquenta e sete reais e sessenta e seis centavos).
Por tal razão, considerando que à época do seu falecimento a servidora fazia jus a proventos no montante de R$ 32.195,48 (trinta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e quarenta e oito centavos), conclui a unidade técnica ser devido ao Sr. Nilson Pohl a importância de R$ 16.157,66 (dezesseis mil, cento e cinquenta e sete reais e sessenta e seis centavos), a título de reembolso de despesas com funeral, nos termos do art. 75 da Lei nº 19.573/18 (Estatuto dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).
A Diretoria Jurídica, conforme Parecer nº 192/24 (peça 4), destaca que o pleito em apreço amolda-se ao que dispõe o artigo 75 da Lei Estadual no 19.573/18 (Estatuto dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná) porquanto encontra-se regularmente instruído e foi formalizado na noventena posterior ao funeral.
Por tal razão, opina pelo deferimento do pedido em exame com o consequente

pagamento do valor de R$ 16.157,66 (dezesseis mil, cento e cinquenta e sete reais e sessenta e seis centavos) ao solicitante.
O feito tramitou, ainda, pela Diretoria-Geral, conforme Despacho nº 511/24-DG (peça 5).
Ante o exposto, tendo em vista a instrução processual favorável, com fundamento no art. 75, § 2º da Lei Estadual nº 19.573/2018, defiro o pedido formulado por Nilson Pohl a fim de que lhe seja ressarcido o valor de R$ 16.157,66 (dezesseis mil, cento e cinquenta e sete reais e sessenta e seis centavos).
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Finanças para adoção das providências cabíveis.
Em seguida, remeta-se o expediente à Diretoria de Protocolo para encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 2 de julho de 2024.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
1. *Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:*
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

GP - Termo de Ajuste de Gestão

Sem publicações

GP - Portarias

PORTARIA N° 389/24
O CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, c/c artigo 16, inciso XLVI, alínea “c”, do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Processo nº 449075/24-TC, resolve
CONCEDER
de acordo com o artigo 99, da Lei nº 19.573/2018, de 02 de julho de 2018, à servidora LUCIMARE DE ALMEIDA, matrícula nº 51.962-6, ocupante do cargo de Auditor de Controle Externo, AC, Nível M, Referência 13, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, licença para concorrer a cargo eletivo, no período de 5 de julho a 5 de outubro de 2024.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 1 de julho de 2024.
- assinatura digital -
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PORTARIA N° 391/24
O CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, c/c artigo 16, inciso XLVI, alínea “c”, do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Processo nº 438588/24-TC, resolve
CONCEDER
de acordo com o artigo 83 combinado com o § 5º do artigo 84, da Lei nº 19.573/2018, de 02 de julho de 2018, ao servidor WILMAR DA COSTA MARTINS JUNIOR, Matrícula nº 51.734-8, ocupante do cargo de Auditor de Controle Externo, AC, Nível N, Referência 05, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, 7 (sete) dias de licença para tratamento de sua saúde, em prorrogação, no período de 1º a 7 de julho de 2024.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 2 de julho de 2024.
- assinatura digital -
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PORTARIA N° 392/24
O CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar nº 113/2005, c/c artigo 16, inciso XL, do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo n.º 442496/24, resolve
DESIGNAR
o servidor GUILHERME VIEIRA, Matrícula nº 51.572-8, ocupante do cargo efetivo de Auditor de Controle Externo, AC, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para substituir WILMAR DA COSTA MARTINS JUNIOR, Matrícula nº 51.734-8, no exercício das atribuições de Coordenador de Unidade, junto à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão, conforme artigo 62 da Lei Estadual nº 19.573, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10.222 de 03 de julho de 2018, durante seu impedimento (licença saúde), no período de 1º a 7 de julho de 2024, vedada a acumulação prevista no § 1º do art. 1º da Lei Estadual 17.423/2012.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 2 de julho de 2024.
- assinatura digital -
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PORTARIA N° 393/24
O CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar nº 113/2005, c/c artigo 16, inciso XLVI, alínea “c”, do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Processo nº 464473/24-TC, resolve
CONCEDER
de acordo com o artigo 91, da Lei nº 19.573/2018, de 02 de julho de 2018, à servidora DANIELE CARRIEL STRADIOTTO, Matrícula nº 50.637-0, ocupante do cargo de Auditor de Controle Externo, AC, Nível P, Referência 13, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, em pessoa da família, no período de 26 de junho a 2 de julho de 2024.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 2 de julho de 2024.
- assinatura digital -
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PORTARIA N° 394/24
O CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, c/c o disposto no artigo 16, incisos XL e XLVI, alínea “b”, do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo nº 455768/24, resolve
CONCEDER
a CINTIA APARECIDA GUIZELINI DANTAS, Matrícula nº 51.636-8, servidora do Quadro de Pessoal deste Tribunal, a percepção da gratificação de função prevista no artigo 2º, inciso IX, da Lei Estadual nº 17.423, de 18 de dezembro de 2012, e de acordo com Lei Estadual nº 22.034, de 24 de junho de 2024, pelo exercício das atribuições de Secretário de Planejamento, ficando consequentemente exonerada, do cargo em comissão de Diretor, Símbolo DAS-2, a partir de 25 de junho de 2024.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 2 de julho de 2024.
- assinatura digital -
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PORTARIA N° 396/24
O CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, c/c o artigo 50-A do Regimento Interno, resolve
DESIGNAR
para fins do previsto no artigo 53-A, do Regimento Interno, o Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA, Matrícula nº 52.397-6, para substituir o Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, Matrícula nº 51.594-9, durante seu impedimento, no período de 1º a 4 de julho de 2024.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 3 de julho de 2024.
- assinatura digital -
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente



Sem publicações



COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2023/2024

TCEPR

Tribunal Pleno

Conselheiro Presidente
- Fernando Augusto Mello Guimarães

Conselheiro Vice-Presidente
- Ivens Zschoerper Linhares

Conselheiro Corregedor-Geral
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiros
- José Durval Mattos do Amaral
- Fabio de Souza Camargo
- Maurício Requião de Mello e Silva
- Augustinho Zucchi

Conselheiros Substitutos
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Claudio Augusto Kania
- Tiago Alvarez Pedroso
- Livio Fabiano Sotero Costa
- Muryel Hey
- José Maurício de Andrade Neto

Secretária do Tribunal Pleno – STP
- Maria das Graças Greco

Primeira Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Ivens Zschoerper Linhares

Conselheiros
- José Durval Mattos do Amaral
- Maurício Requião de Mello e Silva

Conselheiros Substitutos
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Claudio Augusto Kania
- Livio Fabiano Sotero Costa
- José Maurício de Andrade Neto

Secretária da Primeira Câmara – 1ª SECAM
- Maria Augusta Camargo de Oliveira Franco

Segunda Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiros
- Fabio de Souza Camargo
- Augustinho Zucchi

Conselheiros Substitutos
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Tiago Alvarez Pedroso
- Muryel Hey

Secretária da Segunda Câmara – 2ª SECAM
- Mariana Amaral Porto

Corregedoria-Geral

Conselheiro Corregedor-Geral – CG
- Ivan Lelis Bonilha

Coordenadora da Corregedoria
- Crislayne Maria Lima Amaral Nogueira Cavalcante de Moraes

Ministério Público de Contas

Procurador Geral
- Gabriel Guy Léger

Procuradores
- Valéria Borba
- Kátia Regina Puchaski
- Eliza Ana Zenedin Kondo Langner
- Michael Richard Reiner
- Flávio de Azambuja Berti
- Juliana Sternadt Reiner

Secretário-Geral – MPC
- Willian Gregor Michels

Conselheiros – Diretores de Gabinete

Diretor de Gabinete Conselheiro Ivan Lelis Bonilha – GCILB
- Daniele Carriel Stradiotto

Diretor de Gabinete Conselheiro José Durval Mattos do Amaral – GCJDMA
- Celia Cristina Arruda

Diretor de Gabinete Conselheiro Fabio de Souza Camargo – GCFSC
- Mariana Alves Galliano Daros

Diretora de Gabinete Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares – GCIZL
- Cinthya Pedron Caciatori

Diretor de Gabinete Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva– GCMRMS
- Rodolfo Brandao de Proença Jaruga

Diretor de Gabinete Conselheiro Augustinho Zucchi– GCAZ
-

Conselheiros Substitutos – Coordenadores de Gabinete

Gabinete do Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – GASRVF
- Jaqueline Lebbos Favoreto

Gabinete do Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro – GATBC
- Felipe Medeiros Vedana

Gabinete do Conselheiro Substituto Claudio Augusto Kania – GACAK
- Marcelo da Silva Bento

Gabinete do Conselheiro Substituto Tiago Alvarez Pedroso – GATAP
- Melissa Trento

Gabinete do Conselheiro Substituto Livio Fabiano Sotero Costa – GALFSC
- Suzana Aparecida de Oliveira

Gabinete da Conselheira Substituta Muryel Hey – GAMH
- Jaime Lins e Mello Neves

Gabinete do Conselheiro Substituto José Maurício de Andrade Neto – GAJMAN
- Liliana Almeida Costa dos Santos

Inspetorias de Controle Externo

1ª Inspetoria de Controle Externo – 1ª ICE
- Luciane Maria Gonçalves Franco

2ª Inspetoria de Controle Externo – 2ª ICE
- Joelcio Luiz Kloss

3ª Inspetoria de Controle Externo – 3ª ICE
-

4ª Inspetoria de Controle Externo – 4ª ICE
- Rodrigo Duarte Damasceno Ferreira

5ª Inspetoria de Controle Externo – 5ª ICE
- Mauro Munhoz

6ª Inspetoria de Controle Externo – 6ª ICE
- Saul Dorval da Silva

7ª Inspetoria de Controle Externo – 7ª ICE
- Marcio José Assumpção

Administrativo

Diretoria-Geral – DG
- Davi Gemael de Alencar Lima

Gabinete da Presidência – GP
- Vinicius Greco Pazza

Ouvidor de Contas
- Ederson Patrick Severo Machado

Diretoria Administrativa – DA
- Elizandro Natal Brollo

Escola de Gestão Pública – EGP
- Vivian Feldens Cetenareski

Diretoria de Comunicação Social – DCS
- Nilson Pohl

Diretoria Financeira – DF
- Edson Custódio

Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP
- Flavio Alves de Carvalho Sampaio

Diretoria de Planejamento – DIPLAN
- Cintia Aparecida Guizelini Dantas

Diretoria Jurídica – DIJUR
- Carine Rebelo de Almeida Cesar

Diretoria de Protocolo – DP
- Caroline Lemes Karam De Meneses

Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI
- Jose Augusto Cheute

Controladoria Interna – CI
- Viviane de Medeiros Pires

Gabinete de Assessoria Militar
- Mauro Celso Monteiro

Coordenadoria-Geral de Fiscalização – CGF
- Djalma Riesemberg Junior

Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX
- Leandro Sudré

Coordenadoria de Obras Públicas – COP
- Paulo Augusto Daschevi

Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE
- Wilmar da Costa Martins Junior

Coordenadoria de Gestão Estadual – CGE
- Ednilson da Silva Mota

Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM
- Levi Rodrigues Vaz

Coordenadoria de Auditorias – CAUD
- Vivianeli Araujo Prestes

Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização – COSIF
- Acir José Honório Bueno

Coordenadoria de Atendimento ao Jurisdicionado e de Controle Social - CACS
- Ricardo Alpendre